

MICHELLE GOMES LELIS

**A RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA E A GOVERNANÇA
DOS RECURSOS COMUNS: SOBREVIVÊNCIA DE TODOS E
PATRIMÔNIO DE UNS?**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Doctor Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

L541r
2016

Lelis, Michelle Gomes, 1977-
A reserva extrativista Cazumbá-Iracema e a
governança dos recursos comuns : sobrevivência de todos e
patrimônio de uns? / Michelle Gomes Lelis. - Viçosa, MG,
2016.

xvi, 220f. : il. ; 29 cm.

Orientador : José Ambrósio Ferreira Neto.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.214-220.

1. Recursos naturais - Administração. 2. Reservas
florestais - Acre. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de
Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 333.2098112

MICHELLE GOMES LELIS

**A RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA E A GOVERNANÇA
DOS RECURSOS COMUNS: SOBREVIVÊNCIA DE TODOS E
PATRIMÔNIO DE UNS?**

Tese apresentada à
Universidade Federal de
Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural,
para obtenção do título de
Doctor Scientiae.

APROVADA: 29 de junho de 2016.

Prof. Fausto Miuza

Prof. Leonardo Civalé

Profª. Sheila Maria Doula

Prof. Marcelo Leles
Romarco de Oliveira

Prof. José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

**À Bianca, minha filha, pela
realização do meu sonho de ser sua
mãe.**

“Todas as pessoas podem ser grandes, porque todas podem servir.

Não é preciso ter um diploma universitário para servir.

Não é preciso fazer concordar o sujeito e o verbo para servir.

Basta um coração cheio de graça.

Uma alma pelo amor”.

Martin Luther King.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa representa duas fases muito importantes da minha caminhada profissional e pessoal. A mais especial foi por ter sido construída em sintonia com o nascimento e crescimento da minha filha primogênita, Bianca, ser de luz que vem me ensinando a cada dia a ser uma pessoa melhor. Ao mesmo tempo em que meu crescimento intelectual avançava, meu maior desafio foi aprender a lidar com meus medos, a olhar para dentro de mim, ver e aceitar quem eu sou de verdade. Foi grandiosa e necessária essa transformação que revelou a Michelle Lelis como ela verdadeiramente é. Nesse processo evolutivo e de cura interior o apoio da família e dos amigos foi essencial.

Agradeço à minha família, pelo apoio incondicional, por acreditarem em mim, no meu potencial e por estarem sempre presentes na minha vida, contribuindo para que meus sonhos se tornem realidade. Aos meus amigos, minha família de coração, meus sinceros e profundos agradecimentos pela energia, pelos abraços e por me escutarem. Agradeço em especial às minhas amigas de luz Renata Moreira, Aline Barasuol e Amábile Tolio Boessio e aos meus amigos Alair Ferreira de Freitas e Alan Ferreira de Freitas pelo aprendizado e pelo papel crucial que tiveram em minha vida durante essa caminhada.

Ao meu orientador prof. Ambrósio Ferreira Neto por me desafiar a fazer o meu melhor e contribuir tanto para o meu amadurecimento acadêmico e profissional. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural por contribuírem para o meu crescimento acadêmico e à UFV por disponibilizar as ferramentas necessárias para a concretização da pesquisa.

Agradeço com muita emoção aos moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema por me proporcionarem uma experiência única e pela oportunidade de relacionar teoria e campo, contribuindo para os avanços científicos sobre a ação coletiva. Gratidão pelo acolhimento e simpatia com que me receberam. Ao ICMBio por apoiar e facilitar minha pesquisa.

Agradeço à Elinor Ostrom (in memoriam) pelos seus estudos e por acreditar que o ser humano é capaz de agir em benefício do coletivo.

À Economia Doméstica, minha formação por escolha e a qual muito me orgulho, por contribuir para o exercício da “visão além do alcance” e a todos os meus queridos e amados estudantes por me apoiar e acreditar no mesmo ideal.

À Capes pela concessão da bolsa de pesquisa.

À todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do meu sonho de ser doutora em Extensão Rural.

Acima de tudo, gratidão à Deus por me proporcionar mais essa conquista.

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| LISTA DE QUADROS | ix |
| LISTA DE FIGURAS | x |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... | xiii |
| RESUMO | xiv |
| ABSTRACT..... | xvi |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 6 |
| 1.1. Os Dilemas da Ação Coletiva e a Teoria da Governança dos Comuns – “Common Pool Resorce (CPR)” | 6 |
| 1.1.1. Os Princípios de Governança dos Comuns e os Atributos dos Recursos e dos Usuários..... | 13 |
| 1.2. A Governança dos Comuns e os elementos que fundamentam a Ação Coletiva..... | 22 |
| 1.3. As Reservas Extrativistas na Amazônia: uma alternativa de desenvolvimento sustentável..... | 27 |
| 1.4. As comunidades tradicionais e sua relação com o território..... | 33 |
| 1.5. O papel do Capital Social na Governança dos Recursos Comuns..... | 38 |
| 1.6. Estruturas de governança, ação coletiva e capital social nas Reservas Extrativistas: a construção do esquema analítico. | 45 |
| CAPÍTULO 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS..... | 49 |
| 2.1. Procedimentos para Coleta de Dados | 50 |
| 2.2. De volta ao Acre: a convivência comunitária e as primeiras percepções do campo..... | 53 |
| CAPÍTULO 3. A RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA E SEU CAPITAL SOCIAL: HISTÓRIA DE FÉ, UNIÃO E LAÇOS DE SANGUE. ... | 62 |
| 3. 1. Marcas do passado: a vida do seringueiro do Estado do Acre..... | 63 |
| 3.2. A esperança de uma nova era: a criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. | 66 |
| 3.3. A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: relações de confiança, reputação e reciprocidade..... | 76 |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 4. A DIMENSÃO MICRO DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA. | 83 |
| 4.1. Atributos dos Recursos Comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. | 83 |
| 4.1.1. O castanhal enquanto patrimônio de uns e sobrevivência de outros: relações de conflito e poder na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema..... | 92 |
| 4.2. Atributos dos Usuários da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. | 99 |
| 4.3. Resgatando os valores do passado: o mutirão e a união como representação da cooperação e reciprocidade comunitárias. | 103 |
| 4.4. Acordos Coletivos: acordos locais de convivência, Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá e o Plano de Utilização. | 108 |
| 4.4.1. A proibição do consumo de bebida alcoólica no Núcleo Cazumbá: solução ou problema?..... | 117 |
| 4.5. A fé e a palavra de Deus: estratégias de gestão comunitária | 120 |
| 4.6. O poder da figura do “patrão da seringa” na governança dos recursos comuns. | 130 |
| CAPÍTULO 5. “UMA ANDORINHA NÃO FAZ VERÃO”: A GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA E SUAS LIDERANÇAS. | 134 |
| 5.1. A gestão da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. | 134 |
| 5.2. As Lideranças na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: passado, presente e futuro? | 138 |
| 5.2.1. Lideranças comunitárias e a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: histórias que se confundem..... | 141 |
| 5.3. Planejando o futuro: o exercício da participação e a organização dos líderes comunitários. | 147 |
| CAPÍTULO 6. A DIMENSÃO MACRO DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA. | 155 |
| 6.1. O ICMBio na visão dos moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. | 155 |
| 6.2. Regulações do Estado sobre a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. | 159 |
| 6.3. O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema... | 164 |
| 6.4. Instituições parcerias da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. | 167 |

| | |
|---|------------|
| 6.5. Relações Extra-Resex: além dos limites territoriais..... | 175 |
| 6.6. Condições do ambiente político-econômico. | 180 |
| CAPÍTULO 7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DOS RECURSOS | |
| COMUNS DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA..... | 188 |
| 7.1. O Exercício da Liderança na Resex Cazumbá-Iracema..... | 188 |
| 7.2. Reflexão sobre o modelo de Governança dos Comuns de Ostrom à luz dos dados empíricos da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema..... | 195 |
| 7.3. Proposta de estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema..... | 202 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 208 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 214 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Princípios de governança dos recursos de uso comum segundo Ostrom (1990; 1999)..... | 13 |
| Quadro 2 - Princípios de governança do Instituto de Pesquisa de Política Rural (RUPRI) e utilizados por Flora e Flora (2013). | 16 |
| Quadro 3 - Design institucional para soluções de governança de Paavola (2007). ... | 18 |
| Quadro 4 - Atributos do recurso e do usuário segundo Ostrom (1999)..... | 19 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Esquema analítico dos elementos teóricos da tese. | 48 |
| Figura 2 - Placa indicativa do início da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, sentido rio Caeté, Sena Madureira, Acre, 2015. | 56 |
| Figura 3 - Núcleo do Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015. | 57 |
| Figura 4 - Alojamento do ICMBio no Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015. | 58 |
| Figura 5 - Mapa da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema com a identificação das comunidades, municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano, Acre, 2015. | 62 |
| Figura 6 - Núcleo Cazumbá em 1984, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 67 |
| Figura 7 - Núcleo Cazumbá em 1986, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 67 |
| Figura 8 - Núcleo Cazumbá em 2011, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 68 |
| Figura 9 - Comunidade do Núcleo Cazumbá durante pregação da palavra de Deus em 1984, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 70 |
| Figura 10 - Grupo de Jovens do Núcleo Cazumbá durante a 1º Congregação Jovem do Cazumbá em 1985, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 70 |
| Figura 11 - Diretoria de 1995 da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC), Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 71 |
| Figura 12 - Grupo de Mulheres da macrorregião Médio Caeté, em curso de corte e costura, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015. | 79 |
| Figura 13 - Moradora do Núcleo do Cazumbá mostrando a variedade de suplas feitos de encauchado pelo Grupo de Artesanato, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015. | 88 |
| Figura 14 - Momento da coleta da castanha pelos diaristas, retratado pelo Morador 11 (30 anos), em fevereiro de 2014, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre. | 94 |

| | |
|---|-----|
| Figura 15 - Família de um dos moradores do Núcleo Cuidado que contribuiu para a construção da canoa de uso coletivo, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015. | 105 |
| Figura 16 - Encontro de Jovens do Núcleo Cazumbá em 2014, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre. | 123 |
| Figura 17 - Momento da oração conduzida pelo Pastor Rosano, reunião de planejamento da gestão 2015/2016, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC..... | 126 |
| Figura 18 - Igreja Católica localizada no Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 128 |
| Figura 19 - Igreja Batista Filadélfia no Núcleo Cuidado, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. | 129 |
| Figura 20 - Organograma da gestão da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015. | 135 |
| Figura 21 - Representantes de Núcleo e Conselheiros da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema 2015/2016, Sena Madureira, Acre. | 148 |
| Figura 22 - Organograma do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre. | 165 |
| Figura 23 - Prefeitura Municipal de Sena Madureira, Acre..... | 169 |
| Figura 24 - Estrada de terra do Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre..... | 170 |
| Figura 25 - Sede do IFAC em Sena Madureira, Acre. | 172 |
| Figura 26 - Grupos de moradores que concluíram em 2015 cursos oferecidos pelo IFAC, Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre. | 173 |
| Figura 27 - Grupos de moradores que concluíram em 2015 cursos oferecidos pelo IFAC, Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre. | 174 |
| Figura 28 - Produtos da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema comercializados pela Cooperiaco, Sena Madureira, Acre. | 175 |
| Figura 29 - Sede da Ekoar em Sena Madureira, Acre..... | 177 |
| Figura 30 - Curso de artesanato de borracha para confecção de sapatos financiada pelo Sebrae em 2013, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Núcleo Cazumbá, Sena Madureira, Acre..... | 179 |

| | |
|--|-----|
| Figura 31 - Merceria Mãe e Filhos, Sena Madureira, Acre..... | 182 |
| Figura 32 - Óleo de copaíba extraído da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e comercializado pela Cooperiaco, Sena Madureira, Acre. | 183 |
| Figura 33 - A onça pintada, uma das peças de artesanato de borracha do Sr. João Bosco, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre..... | 184 |
| Figura 34 - Resumo das variáveis que afetam a escolha institucional. | 196 |
| Figura 35 - Cenário simples das variáveis estruturais que afetam a probabilidade de ação coletiva..... | 197 |
| Figura 36 - Representação do esquema analítico. | 198 |
| Figura 37 - Estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre. | 204 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|--|
| ASSC | Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá / Associação “Mãe” |
| CNS | Conselheiro Nacional dos Seringueiros |
| Cooperiaco | Cooperativa Agroextrativista dos Produtos do Vale do Rio Iaco |
| CPR | Common Pool Resource |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| IFAC | Instituto Federal do Acre |
| Resex | Reserva Extrativista |
| RDS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| RUPRI | Instituto de Pesquisa de Política Rural, Iowa City, IA |
| SEAPROF | Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar |
| SEE | Secretaria Estadual de Educação |
| SEMA | Secretaria Estadual de Meio Ambiente |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| SMS | Secretaria Municipal de Saúde |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| UC | Unidade de Conservação |
| UFV | Universidade Federal de Viçosa |

RESUMO

LELIS, Michelle Gomes, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2016. **A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e a Governança dos Recursos Comuns: sobrevivência de todos e patrimônio de uns?** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Diante da diversidade de mecanismos de governança que visam contribuir para a criação de sistemas de gestão que sejam realmente eficientes e protetores dos recursos comuns, a minha tese analisa questões relativas à governança dos recursos comuns, conforme as concepções de Elinor Ostrom (1990), na Reserva Extrativista (Resex) Cazumbá-Iracema, localizada no Estado do Acre, Brasil. Busquei analisar como se constroem os arranjos de governança nessa Resex, tomando como referência o conceito de bem comum discutido por Ostrom. A pesquisa do tipo estudo de caso apresentou abordagem qualitativa, metodologia descritiva e o lócus foi a Cazumbá-Iracema por apresentar características representativas no cenário nacional e por conter elementos considerados importantes para este estudo. Foram entrevistados 29 moradores e nove representantes de diferentes instituições que desenvolviam atividades ou mantinham parcerias com a Resex em 2015. O pressuposto teórico construído por Elinor Ostrom para a Governança dos Comuns foi essencial para pensar a Unidade de Conservação de Uso Sustentável pesquisada como uma instituição coletiva estruturada na interdependência entre sujeitos heterogêneos que respeitam as regras externas e utilizam de regras, normas e sanções construídas por eles próprios com a finalidade de regular o comportamento social. A Reserva Extrativista, enquanto garantia de acesso à terra dentro de um modelo de uso sustentável dos recursos naturais, se insere no contexto dessa pesquisa como uma alternativa interessante para o desenvolvimento sustentável. Apesar de ser um processo em construção, ela apresenta estratégias elaboradas e aplicadas pelos próprios moradores que acompanham as particularidades do território ao considerar os aspectos socioeconômicos, ambientais, históricos e culturais específicos da população. Os moradores da Cazumbá-Iracema mostraram capacidade de se reinventar para que fosse possível manter a tradição sem que com isso se perdesse novas alternativas econômicas de crescimento e desenvolvimento. Algumas arestas ainda precisam ser aparadas, mas posso dizer que a Resex está caminhando para

alcançar as características de uma instituição “robust”, uma vez que apresenta os sete princípios iniciais de governança dos comuns delineados por Ostrom (1990).

ABSTRACT

LELIS, Michelle Gomes, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2016. **The Extractive Reserve Cazumbá-Iracema and Governance of Common Resources: survival of all and equity ones.** Advisor: José Ambrósio Ferreira Neto.

Given the diversity of governance mechanisms to contribute to the creation of management systems that are really efficient and protective of common resources, my thesis examines issues related to the governance of common resources, according to the conceptions of Elinor Ostrom (1990), in Extractive reserve (Resex) Cazumbá-Iracema, located in the state of Acre, Brazil. Sought to analyze how to build the governance arrangements that Resex by reference to the concept of common good discussed by Ostrom. The research of the case study type presented qualitative approach, descriptive methodology and the locus was Cazumbá-Iracema to present representative characteristics on the national scene and contain elements that are important for this study. They interviewed 29 residents and nine representatives of different institutions that developed activities or maintained partnerships with Resex in 2015. The theoretical assumption built by Elinor Ostrom for the Common of governance was essential to think the Sustainable Use Conservation Unit investigated as a collective institution structured interdependence between heterogeneous subjects who respect the rules and external use of rules, norms and sanctions built by themselves in order to regulate social behavior. The Extractive Reserve, while land access security within a sustainable use of natural resources model, is in the context of this research as an interesting alternative to sustainable development. Despite being an ongoing process it presents strategies designed and implemented by the residents who follow the particularities of the territory to consider the socio-economic, environmental, historical and cultural specific population. Residents of Cazumbá-Iracema showed its ability to reinvent itself so that it was possible to maintain the tradition without which it was lost new economic alternatives for growth and development. Some rough edges still need to be trimmed, but I can say that Resex is heading to achieve the characteristics of an institution "robust", as it features the original seven principles of governance of common outlined by Ostrom (1990).

INTRODUÇÃO

Diante da diversidade de mecanismos de governança que visam contribuir para a criação de sistemas de gestão que sejam realmente eficientes e protetores dos recursos comuns, a minha tese analisa questões relativas à governança dos recursos comuns, conforme as concepções de Elinor Ostrom (1990), na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, localizada no Estado do Acre, Brasil.

As Reservas Extrativistas (Resex) fazem parte de uma das categorias das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais por populações tradicionais (SNUC, 2000). Em 2016 foram computadas pelo Instituto Socioambiental 88 Resex brasileiras, entre federais, estaduais, marinhas e terrestres, abrangendo 17 estados, dentre eles o Acre onde estão localizadas cinco delas: Alto Juruá; Alto Tarauacá; Cazumbá-Iracema; Chico Mendes; e Riozinho da Liberdade.

Em maio de 2013 tive a oportunidade de participar de uma pesquisa sobre o perfil dos beneficiários¹ das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Brasileiras, proposta pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e desenvolvida pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esse foi o meu primeiro contato com uma Reserva Extrativista, a Alto Juruá (Acre), a primeira a ser criada no Brasil em 1990. Em seguida, conheci a Resex Chico Mendes, também do Acre, considerada a mais emblemática. Na oportunidade conheci a realidade das duas Reservas Extrativistas, no que se refere aos aspectos socioculturais, históricos, econômicos, físicos, biológicos e ambientais, assim como os modos de vida de seus moradores.

Ao longo desse processo, em agosto do mesmo ano, tive o meu primeiro contato com a teoria da Governança dos Comuns de Elinor Ostrom (1990) em uma disciplina do doutorado. Naquele momento, ao relacionar a teoria com o

¹ “Beneficiários” é uma designação formal do ICMBio para aqueles diferentes tipos de usuários que são legalmente reconhecidos pelo poder público e socialmente referendados pelas comunidades dessas UCs.

conhecimento proporcionado nas inserções de campo, iniciei a construção do meu problema de pesquisa.

O delineamento final aconteceu em agosto de 2014 quando participei do Seminário para Apresentação dos Resultados Preliminares do Cadastramento e Diagnóstico Socioprodutivo em Unidades de Conservação, em Brasília (DF), onde apresentei e discuti com os representantes comunitários, gestor e chefe do ICMBio o perfil dos beneficiários da Resex Rio Cautário (RO). Durante os dois dias do evento entrevistei lideranças e chefes das Reservas Extrativistas participantes com o intuito de conhecer suas estruturas sociais e seus acordos coletivos. Ali, tive a oportunidade de me aproximar mais dessas lideranças e perceber concretamente a necessidade do desenvolvimento da pesquisa. Foi no segundo dia do evento que conheci a Resex que apresentou mais características que aproximavam da auto-governança proposta por Ostrom (1990): a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. Também localizada no Acre, ela se destacou por vários fatores, mas principalmente pelo entusiasmo, satisfação, orgulho, envolvimento e engajamento com que o chefe e as lideranças locais falaram dela, das relações, do cotidiano e da história dos moradores daquele território. A forte ligação e valorização da terra e o movimento de luta pela sua conquista na forma de Reserva Extrativista, foram determinantes para escolhê-la como lócus da pesquisa.

Ao longo do processo de conhecimento dessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o meu interesse em estudá-la foi reforçado por ser a quinta maior do país e a segunda maior do Acre com 750.794 ha (IBAMA, 2007), por ter ganhado prêmios de destaque, como o Prêmio Chico Mendes (Ministério da Cultura), por preservação do patrimônio histórico, bem como o prêmio Sebrae Histórias de Sucesso (NATANI, 2014). No Acre ela é conhecida por sua cultura de organização comunitária, elevado capital social e por utilizar os recursos naturais de forma consciente (DUARTE, 2014). Assim, em março de 2015, parti em direção à Cazumbá-Iracema para a coleta de dados acompanhada do chefe da Resex, voltando do Acre após dez dias de intenso envolvimento e interação com os comunitários e representantes de instituições externas à Reserva Extrativista. Foram sete dias de convívio com moradores e lideranças locais, experimentando o cotidiano das famílias, acompanhando suas atividades diárias e conhecendo a cultura local. Mais recentemente, em outubro de 2015, a iniciativa de criar uma agroindústria

beneficiadora de polpa de açaí na Resex, administrada pelos próprios moradores, garantiu a ela o 3º lugar entre os melhores projetos do Brasil no Prêmio Pronatec Empreendedor².

Essa trajetória de inserções, interações e reflexões de diferentes contextos me possibilitaram a construção do problema de pesquisa aqui exposto e que discorrerei nas páginas que seguem: Como se constroem os arranjos de governança nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em especial na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (AC)?

A base fundamental deste trabalho é a Teoria da Governança dos Comuns de Elinor Ostrom, tendo como objetivo geral analisar como se constroem os arranjos de governança na Resex Cazumbá-Iracema, tomando como referência o conceito de bem comum discutido por Ostrom. Os objetivos específicos foram:

- Realizar uma leitura crítica da Teoria da Governança dos Comuns de Ostrom, com base na realidade da Resex Cazumbá-Iracema;
- Construir um esquema de governança de recursos comuns fundamentado principalmente nos argumentos de Ostrom;
- Analisar a eficiência da gestão da Resex Cazumbá-Iracema;
- Verificar o capital social na Resex Cazumbá-Iracema;
- Identificar e analisar os arranjos de governança presentes na Resex Cazumbá-Iracema; e
- Construir um conjunto de princípios e de regras de propriedade coletiva que evitem a sobre-exploração dos recursos naturais comuns, a partir das formas de governança identificadas nessa Resex e do esquema elaborado a partir da síntese teórico/conceitual.

Durante a realização da pesquisa, novos elementos emergiram do campo, necessitando que os dados empíricos e a própria maneira de analisá-los fossem repensados. Diferente do que eu esperava encontrar na Resex Cazumbá-Iracema, o papel das lideranças locais se destacou como protagonista na construção e consolidação dos arranjos de governança dos recursos comuns. Foi um desafio reconhecer essa habilidade social de alguns moradores, uma vez que não foi considerada como característica central na elaboração do esquema utilizado para

² Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Informações: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/6948-reserva-no-acre-ganha-fabrica-de-polpa-de-acai>

análise dos dados. Trazer esse elemento original para a estrutura de governança da Cazumbá-Iracema exigiu que eu recorresse a outros autores para conduzir e fundamentar as recentes análises.

Nesse sentido, a tese está dividida em sete capítulos que são distribuídos em grupos temáticos que abordam o referencial teórico, os aspectos metodológicos, a dimensão micro e a macro, e a proposta de uma estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista em estudo.

O primeiro capítulo é composto pelo referencial teórico, onde apresento os autores e as teorias que fundamentaram minha pesquisa e que foram de extrema importância para compreender a ação coletiva na gestão dos recursos comuns, assim como os elementos fundamentais para que aconteça a auto-governança desses recursos. Portanto, o fio condutor desse capítulo é a teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990), que contribuiu para culminar na seção final onde sugiro um esquema analítico para o tratamento dos dados empíricos. Na sequência, no capítulo 2, apresento os aspectos metodológicos, detalhando também as primeiras experiências em campo e como procedi para a análise dos dados.

No capítulo três ofereço um panorama geral da história de criação da Resex Cazumbá-Iracema, contextualizando-a com o passado do seringueiro que viveu nesse território, passando pela criação da Resex até chegar à discussão sobre elementos das relações sociais presentes no momento da pesquisa. Assim, chego ao quarto capítulo onde abordo a dimensão micro da Resex. Nele reflito sobre os atributos dos recursos comuns, conferindo ênfase à situação dos castanhais, sobre os atributos dos usuários, os acordos coletivos construídos pelos próprios moradores e seus conflitos. Destaco também a importância da fé e da palavra de Deus enquanto estratégias de gestão comunitária, assim como uma reflexão sobre o poder da figura do “patrão da seringa” na governança dos recursos comuns.

Em seguida, no capítulo cinco viso abordar a gestão da Unidade de Conservação de Uso Sustentável destacando o forte papel das lideranças locais, para assim chegar ao capítulo seis, referente à dimensão macro. Nessa parte da tese trato da visão dos moradores em relação ao ICMBio, o papel do Conselho Deliberativo enquanto espaço democrático de tomada de decisão, as instituições parceiras da Resex, outras relações extra-Resex e as condições do ambiente político-econômico em que se encontra.

Por fim, depois da realização de toda a análise do trabalho de campo e do surgimento de elementos importantes na governança dos recursos comuns, foi necessário trazer um novo tópico teórico no sétimo e último capítulo. A discussão sobre o exercício da liderança foi essencial para que fosse possível propor a estrutura de governança dos recursos comuns mais próxima das experiências específicas da Resex Cazumbá-Iracema.

Assim, a partir das características da Resex Cazumbá-Iracema, pude analisar os mecanismos de governança utilizados para garantir o uso dos recursos naturais comuns nessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia e então elaborar uma estrutura de governança específica dessa realidade, a fim de melhor compreender o processo de ação coletiva em uma Reserva Extrativista.

CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Visando compreender melhor a importância da ação coletiva na gestão dos recursos comuns, foi fundamental discorrer sobre o papel das sociedades tradicionais e seu território, bem como sobre governança de recursos comuns e Reservas Extrativistas. Assim, o referencial teórico foi dividido em: Os dilemas da Ação Coletiva e a Teoria da Governança dos Comuns – “*Common Pool Resource (CPR)*”; A Governança dos Comuns e os elementos que fundamentam a Ação Coletiva; As Reservas Extrativistas na Amazônia: uma alternativa de desenvolvimento sustentável; As comunidades tradicionais e sua relação com o território; O papel do Capital Social na Governança dos Recursos Comuns; e Estruturas de governança, ação coletiva e capital social nas Reservas Extrativistas: construindo um esquema analítico.

1.1. Os Dilemas da Ação Coletiva e a Teoria da Governança dos Comuns – “Common Pool Resource (CPR)”.

“A ideia de que os grupos sempre agem para promover seus interesses é supostamente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual”, apresentada por Mancur Olson (1999, p. 13), em 1965, é discutida na sua obra “A Lógica da Ação Coletiva”. Este autor afirma que “se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum objetivo egoístico comum ou grupal” (OLSON, 1999, p. 13).

Em outras palavras, Olson (1999) argumenta ser inválido o pressuposto de que grupos tendem a promover seus interesses quando membros de um determinado grupo agem sem interesse próprio, porque os indivíduos também o fazem, sendo possível apenas no caso desses grupos serem formados por pessoas altruístas ou de indivíduos irracionais. Ele reforça ainda que “a costumeira visão de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum” (OLSON, 1999, p. 15).

Quando fatores econômicos estão envolvidos, Olson (1999) acrescenta que esse altruísmo é considerado uma exceção e o comportamento centrado nos próprios interesses passa a ser considerado a regra. O mesmo que dizer que os indivíduos membros de um determinado grupo só agiriam para atingir um objetivo comum se fossem racionais, centrados nos próprios interesses e se todos ficassem em melhor situação se esse objetivo fosse atingido. A coerção ou outro dispositivo especial é necessário para que as pessoas ajam em interesse coletivo, isto é, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais.

Outro ponto de vista sobre esse assunto é a de Granovetter, citado por Aguiar (1991), o qual supõe que as análises de custo e benefício realizadas pelo indivíduo para decidir se participa ou não em uma ação coletiva, são determinadas pelo número de indivíduos que decidem tomar parte desta ação. Dito de outra forma, o limiar de participação seria o número de pessoas que teriam que se unir a um grupo para que um indivíduo concreto se encorajasse a segui-los. Granovetter considera que seu modelo recorre bem ao caráter estratégico da cooperação sem descuidar dos aspectos importantes da mesma, como a heterogeneidade das preferências e a interdependência das decisões em longo prazo.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Aguiar (1991) ressalta que Olson (1965) ignorou a ideia de que os grupos são produto do interesse privado de seus membros, uma vez que, se cada indivíduo disser conseguir um bem público, nada parece mais natural que se organizem para obtê-lo. Pelo contrário, Olson (1965) afirma que um indivíduo racional não cooperará com um grupo para obter um bem público, a menos que seja obrigado.

Confrontando diretamente com esses argumentos, Ostrom (1990) não acredita ser necessária a coerção para que indivíduos ajam de forma coletiva, “os atores em situação real fazem opções melhores em termos de ganhos coletivos que aqueles previstos pelas teorias da escolha racional” (CARDENAS; OSTROM, 2001; KAHAN, 2005 apud SABOURIN, 2010, p. 145).

A teoria construída por Elinor Ostrom (1990), Governança de Bens Comuns (“*Common Pool Resource - CPR*”), constitui-se no pressuposto de que instituições coletivas podem ser estruturadas na interdependência entre indivíduos heterogêneos a partir de regras, normas e sanções que são construídas a fim de regulamentar o

comportamento social, sendo capazes de se “auto-organizarem” para o benefício coletivo.

Elinor Ostrom faz parte do grupo de estudiosos da vertente do Novo Institucionalismo, que tem como ideia central a maneira com que as instituições afetam o comportamento dos atores sociais, se situando mais especificamente na abordagem da escolha racional. São três as abordagens principais do Novo Institucionalismo: a da escolha racional, escolhido por Ostrom (1990); a do institucionalismo histórico; e do sociológico. “O institucionalismo de escolha racional tem como pressupostos as preferências fixas e a maximização da função-utilidade pelos atores sociais” (ANDREWS, 2005, p. 280). A abordagem sociológica trabalha principalmente com o elemento da legitimidade e o institucionalismo histórico transita entre as duas primeiras abordagens (ANDREWS, 2005).

Para construir a Teoria da Governança dos Comuns, Ostrom utilizou dos pontos positivos da escolha racional e considerou suas limitações, uma vez que baseia o estudo da ação coletiva nas normas de interação social e sugere arranjos que contribuam para a eficiência institucional a partir do envolvimento dos atores sociais (ANDREWS, 2005).

Para que os recursos de uso comum sejam utilizados de maneira sustentável a longo prazo, Ostrom (1990) defende que é necessário serem administrados pelos próprios utilizadores, uma vez que nem o Estado e nem o mercado têm obtido sucesso no controle da sobre-exploração. Assim, ela fundamenta sua argumentação teórica a partir da discussão de três modelos, (1) a “tragédia dos comuns”³, (2) o Dilema do Prisioneiro⁴, e (3) a lógica da ação coletiva. Apesar desses modelos apresentarem aspectos importantes de diferentes problemas encontrados pelos sujeitos ao tentar alcançar benefícios coletivos, Ostrom (1990, p. 07) prefere se deter na “[...] question of how to enhance the capabilities of those involved to change the constraining rules of the game to lead to outcomes other than remorseless tragedies”.

³ Expressão idealizada por Hardin (1968), citada por Ostrom (1990), que se refere à destruição dos recursos naturais comuns quando utilizados por um grande número de pessoas, recomendando o controle do uso pelo Estado ou privatização do mesmo como solução para o problema da sobre-exploração.

⁴ Conforme Ostrom (1990, p. 04), “the prisoner’s dilemma game is conceptualized as a noncooperative game in which all players possess complete information. In noncooperative games, communication among the players is forbidden or impossible or simply irrelevant as long as it is not explicitly modeled as part of the game”.

Nesse aspecto, Ostrom (1990) preserva a importância de aprender com a experiência e as capacidades dos indivíduos no seu habitat natural, para que se evitem suposições de que os sujeitos que compartilham um recurso comum são inevitavelmente pegos em uma armadilha da qual não podem escapar.

Instead of there being a single solution to a single problem, I argue that many solutions exist to cope with many different problems. Instead of presuming that optimal institutional solutions can be designed easily and imposed at low cost by external authorities, I argue that ‘getting the institutions right’ is a difficult, time-consuming, conflict-invoking process. It is a process that requires reliable information about time and place variables as well as a broad repertoire of culturally acceptable rules (OSTROM, 1990, p. 14).

Em relação à noção de recursos comuns (CPRs) utilizada por Ostrom (1990), Ostrom e Ahn (2007) explicam que são recursos naturais ou instalações feitas pelo homem (ou stocks) que geram fluxos de unidades de recursos utilizáveis ao longo do tempo. CPRs compartilham duas características que são a dificuldade de criar instituições que excluem potenciais beneficiários destes e o recurso utilizado por um indivíduo não estar disponível para os outros.

Portanto, conforme Hess e Ostrom (2007), os bens comuns podem ser naturais ou feitos pelo homem, onde o uso destes por uma pessoa diminui a disponibilidade do mesmo para uso de outra, sendo difícil excluir usuários desses recursos comuns, podendo gerar conflitos. Ostrom (1990) também esclarece os limites para os tipos de recursos comuns analisados por ela e que se encaixam com aqueles utilizados pelos beneficiários das Reservas Extrativistas.

(1) renewable rather than nonrenewable resources, (2) situations where substantial scarcity exists, rather than abundance, and (3) situations in which the users can substantially harm one another, but not situations in which participants can produce major external harm for others. Thus, all asymmetrical pollution problems are excluded, as is any situation in which a group can form a cartel and control a sufficient part of the market to affect market price (OSTROM, 1990, p. 26).

Com base nessa teoria, Diegues (2001b) esclarece que mesmo diante da expansão capitalista e com a ausente privatização da propriedade, no Brasil ainda existem sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum. Assim como as Reservas Extrativistas, no caso deste estudo, “[...] existem exemplos

recentes que mostram a capacidade dos ‘comunitários’ não só em reagir, mas também em reorganizar-se, recriando modos de vida e territórios de uso comum” (DIEGUES, 2001b, p. 01).

Deste ponto de vista, Ostrom (1999) argumenta que a possibilidade de que os próprios usuários poderiam encontrar maneiras para se auto-organizarem, não tinha sido considerada em grande parte da literatura política até a década de 1980, ou seja, auto-organizar de modo a criar regras que especifiquem os direitos e deveres dos participantes, criando um bem público para os envolvidos. A partir de uma ampla variedade de fontes, Ostrom (1999) enfatiza que são crescentes as evidências em que os usuários de bens naturais comuns são capazes de administrar seus recursos em muitas e variadas localizações.

La vívida descripción del ciudadano indefenso de Hardin abrió un acervo importante de obras teóricas y empíricas que retaron la universalidad de su trabajo. Muchos estudios arrojaron datos reales y argumentos teóricos que afrontaban las suposiciones de que las personas estaban atrapadas eternamente en una tragedia sin remordimiento. Se documentaron numerosos arreglos de gobernanza local em todo el mundo que mostraban cómo los usuarios de recursos habían vencido la tragedia (OSTROM, 2008, p. 487-488).

Diante das abordagens apresentadas por Ostrom (1990) sobre a ação coletiva é que se justifica ainda mais o estudo sobre as formas de organização das comunidades extrativistas com relação à utilização de recursos de uso comum. De fato, ao longo das três últimas décadas, a governança e os dilemas da ação coletiva que as envolvem têm se tornado uma questão relevante. Apesar da variedade de maneiras como pode ser definido o conceito de governança e da ausência de consenso entre os estudiosos sobre os elementos centrais deste conceito, Biermann et al. (2010), citados por Padilha e Verschoore (2013), consideram o termo como

novas formas de regulação que vão além da tradicional atividade estatal hierárquica. Geralmente implica alguma forma de autorregulação por atores sociais, cooperação público-privada na resolução dos problemas da sociedade e novas formas de política multinível (BIERMANN et al., 2010, p. 279 apud PADILHA; VERSCHOORE, 2013, p. 156-157).

De acordo com Turton et al. (2010 apud AGUIRRE et al., 2013), governança é definida principalmente como garantia da sustentabilidade e da igualdade no uso

dos recursos naturais. “É o processo de tomada de decisão que permite a troca entre usuários concorrentes de um determinado recurso, de modo a equilibrar a proteção com o uso benéfico, a mitigar os conflitos, a melhorar a equidade [...]” (TURTON et al., 2010 apud AGUIRRE et al., 2013, p. 02).

Uma definição mais ampla da governança do meio ambiente é apresentada por Paavola (2007), como o estabelecimento, reafirmação ou mudança de instituições para resolver os conflitos sobre os recursos ambientais. O autor ressalta nesta definição que o conflito se refere a uma gama de interesses, não necessariamente aberta e explícita, entre as partes envolvidas. Esta definição é aplicável à governança convencional dos recursos ambientais referente aos recursos naturais renováveis e não renováveis, bem como a segurança ambiental e a qualidade do ar e da água. Ele esclarece que a governança não limita “the type or scale of environmental governance problems and solutions that can be examined, and it also recognizes social justice as an integral part of environmental decisions [...]” (PAAVOLA, 2007, p. 94).

No entanto, para Flora e Flora (2013), governança é a capacidade de formar alianças internas e externas, tomando decisões em diferentes níveis inclusive o local, focando nas soluções e não nas regras que limitam o uso dos recursos comuns. Nessa perspectiva, governança significa maior participação comunitária e maior flexibilidade por parte do Estado, mercado e grupos da sociedade civil. A governança é considerada a ampla tomada de decisão e responsabilidade de várias jurisdições, incluindo os grupos do mercado e da sociedade civil, podendo ajudar os governos rurais a prestarem serviços e aumentar a participação pública.

Diante das definições apresentadas nesse estudo utilizei como conceito de governança dos recursos comuns o processo coletivo de tomada de decisão que garanta o desenvolvimento sustentável e facilite a resolução dos conflitos de interesses sobre os recursos ambientais. Dessa maneira, considereei a governança como a cooperação entre os setores público e privado na resolução dos problemas da sociedade, de maneira a contribuir para um maior envolvimento da comunidade e para sua qualidade de vida. Especificamente no caso das Reservas Extrativistas, a governança foi tomada como a capacidade dos atores formarem alianças entre os membros de um grupo e com grupos externos aos deles tendo como base as normas

que regem as relações sociais de forma a evitar a sobre-exploração dos recursos naturais comuns.

Com relação à degradação dos recursos naturais comuns em florestas de acesso livre, Ostrom (1999) complementa que é mais provável de ocorrer onde não foi estabelecido um sistema de governança eficaz para regular:

quem tem permissão para produtos florestais adequados; o momento, a quantidade, a localização e a tecnologia de apropriação; quem é obrigado a contribuir com trabalho ou dinheiro para prover ou manter a floresta; como as atividades de apropriação e obrigações são monitoradas e reforçadas; como os conflitos pela apropriação e obrigação das atividades devem ser resolvidas; e como as regras que os afetam serão mudadas ao longo do tempo com alterações na dimensão e na composição da floresta, bem como as estratégias dos participantes (OSTROM, 1999, p. 2, tradução minha).

Portanto, um recurso ambiental autogovernado é aquele em que atores, que são os principais usuários da floresta, estão envolvidos ao longo do tempo em fazer e adaptar as regras de escolha coletiva sobre a inclusão ou exclusão de participantes, estratégias de apropriação, obrigações de participantes, fiscalização e sancionamento e resolução de conflitos (OSTROM, 1999).

Por sua vez, a governança implica uma mudança de burocracias estatais e instituições formais como o locus de coordenação e tomada de decisão. Sua emergência levanta questões importantes sobre o desempenho das configurações organizacionais alternativas em relação ao desenvolvimento local centradas no governo. A governança é mais do que o governo, embora o governo tenha um papel vital na tomada e na implementação de decisões em todos os níveis envolvidos (FLORA; FLORA, 2013).

No que se refere à organização e gestão de recursos comuns, uma das principais contribuições da teoria de Ostrom (1990) foi a identificação dos princípios que devem reger um sistema de gestão de bens comuns por parte de uma comunidade de utilizadores, assim como os atributos desses recursos e dos usuários, apresentados a seguir.

1.1.1. Os Princípios de Governança dos Comuns e os Atributos dos Recursos e dos Usuários.

De forma mais detalhada, Ostrom (1990; 1999) apresenta oito princípios (“design principles”) necessários para garantir a boa gestão dos recursos comuns, como mostra o Quadro 1 a seguir. Esses princípios resultaram do estudo desenvolvido pela autora sobre arranjos de governança em realidades com diferentes características, levando em consideração a possibilidade de variação do comportamento dos atores de acordo com seu contexto socioeconômico e cultural. Basicamente, os oito princípios contemplam os três elementos-chave para análise da governança, que são as normas, as regras e as sanções e que constituem o fundamento das relações sociais.

| Os 8 Princípios de Governança de Ostrom (1990; 1999) | |
|---|---|
| 1. Limites claramente definidos | Demarcação clara das fronteiras dos recursos de bem comum e dos seus utilizadores. |
| 2. Regras bem ajustadas | a. A distribuição dos benefícios a partir de regras de apropriação é mais ou menos proporcional aos custos impostos pelas regras de oferta; b. Regras de apropriação que restringem o tempo, o lugar, a tecnologia e/ou quantidade de unidades de recursos que estão relacionados com as condições locais. |
| 3. Participação nas decisões coletivas | Os utilizadores participam na definição/adaptação das próprias regras (acordos coletivos). |
| 4. Monitoramento | Acompanhamento constante das condições dos recursos comuns e do comportamento do usuário. |
| 5. Sanções graduadas | Sanções graduais aos usuários que violarem as regras de funcionamento, sendo susceptíveis de receber sanções formais (dependendo da gravidade e do contexto do delito) de outros usuários, por meio da autoridade responsável ou a partir de ambos. |
| 6. Mecanismos de resolução de conflitos | Mecanismos de resolução de conflitos de usuários e autoridades responsáveis de maneira prática e a baixo custo. As arenas locais são utilizadas para resolver conflitos entre usuários ou entre usuários e autoridades. |
| 7. Reconhecimento mínimo dos direitos para organização | Os usuários têm o direito de criar suas próprias instituições sem serem contestados pelas autoridades governamentais externas. |
| No caso de recursos de uso comum que fazem parte de sistemas maiores | |
| 8. Empresas parceiras/integradas | Apropriação, disposição, monitoramento, fiscalização, resolução de conflitos e atividades de governança estão organizadas em várias camadas/níveis da empresa. |

Quadro 1 - Princípios de governança dos recursos de uso comum segundo Ostrom (1990; 1999).
Fonte: Adaptado de Ostrom (1990; 1999).

Os oito princípios (“design principles”) elencados por Ostrom (1999) foram os que existiram nos estudos de caso com maior sucesso e ausentes nos sistemas com falhas. Sendo assim, ela classifica uma instituição como sólida (“robust”) quando apresenta os sete princípios iniciais, listados no Quadro 1 acima. O oitavo princípio, denominado empresas parceiras (“nested enterprises”), é considerado o maior e mais complexo pela autora. O primeiro passo da instituição de organização da ação coletiva de uma comunidade deve ser definir os limites de utilização do recurso (“clearly defined boundaries”), bem como determinar as pessoas autorizadas a utilizá-lo. “Instituições que apresentam seus limites claramente definidos são formadas por atores que conhecem seus direitos, limites de retirada de unidades do recurso comum”, constituindo o primeiro princípio, limites claramente definidos (OSTROM, 1999, 07).

Sobre o segundo princípio (“congruence between appropriation and provision rules and local conditions”), Ostrom (1994) ressalta que deve haver coerência entre a apropriação e a aplicação de regras no uso do recurso comum, restringindo de acordo com as condições locais e considerando fatores, como tempo, lugar, tecnologia e quantidade de unidades do recurso; ou seja, quanto, quando e como ele é utilizado. Ela enfatiza a importância de se levar esse princípio em consideração ao se objetivar a governança dos recursos comuns, uma vez que “[...] any single, comprehensive set of formal laws intended to govern a large expanse of territory and diverse ecological niches is bound to fail in many of the habitats where it is supposed to be applied” (OSTROM, 1994, p. 05).

Para Ostrom (1994), a participação consciente na elaboração de regras que contribuam para o funcionamento do sistema de governança dos recursos passa por um processo evolutivo, onde fazer e mudar a lei se torna uma ação constante, compreendendo o terceiro princípio, arranjos de escolhas coletivas (“colletive-choice arrangements”). Ela reforça que o fato da instituição apresentar boas regras não é o suficiente para garantir que serão respeitadas por todos os utilizadores dos recursos comuns e que não existe um padrão de regras para todas as instituições. Assim, surgiu a necessidade de criar os dois próximos princípios, o monitoramento (“monitoring”) e as sanções graduais (“graduated sanctions”).

O princípio 4, “monitoring”, refere-se ao acompanhamento constante das condições dos recursos comuns e do comportamento do usuário. Ostrom (1994) constatou que, em instituições consolidadas, a fiscalização e sancionamento são realizados principalmente pelos próprios participantes, citando também o princípio 5, sanções graduais (“graduated sanctions”). “CPR appropriators create their own internal enforcement (1) to deter those who are tempted to break rules, and thereby (2) to assure quasi-voluntary compilers that others also comply”, afirma Ostrom (1994, p. 07). Para ela, para que os princípios 4 e 5 aconteçam é necessário o trabalho em conjunto, a fim de que os atores constituam e reconstituam instituições resistentes de governança dos recursos comuns.

When CPR appropriators design their own operational rules (design principle 3) to be enforced by individuals who are local appropriators or accountable to them (design principle 4), using graduated sanctions (design principle 5) that define who has the right to withdraw units from the CPR (design principle 1), and that effectively restrict appropriation activities given local conditions (design principle 2), the commitment and monitoring problems are solved in an interrelated manner (OSTROM, 1994, p. 09).

O sexto princípio, trata dos mecanismos de resolução de conflitos (“conflict resolution mechanisms”); ou seja, a aplicação de regras levam a conflitos, tornando-se necessária a criação de mecanismos para discutir e resolver o que é ou não é uma infração à regra. Ostrom (1994) constatou em seus estudos que, por vezes, estes mecanismos eram informais e que os responsáveis por resolver conflitos básicos acabavam sendo os próprios líderes comunitários.

Os próximos dois princípios, 7 e 8, estão relacionados à autonomia, como afirma Ostrom (1994). O reconhecimento mínimo dos direitos de organização (“minimal recognition of rights to organize”), princípio 7, está relacionado ao fato dos usuários de recursos comuns terem o costume de elaborar suas próprias regras sem ser necessária a interferência de jurisdições formais e governamentais para este propósito. Até porque, segundo ela, as autoridades governamentais externas não contestam os direitos dos usuários em criar suas próprias instituições.

Sobre o último princípio, definido como empresas parceiras (“nested enterprises”), Ostrom (1999) esclarece que “appropriation, provision, monitoring, enforcement, conflict resolution, and governance activities are organized in multiple layers of nested enterprises” (OSTROM, 1994, p. 11). Ela finaliza que se pode

encontrar instituições de governança de recursos comuns que são organizadas em vários níveis, tendo cada uma delas seu próprio conjunto de regras.

Por sua vez, vale ressaltar também os três principais componentes de governança dos recursos em áreas rurais elaborados pelo Instituto de Pesquisa de Política Rural (RUPRI)⁵, utilizados por Flora e Flora (2013) e listados no Quadro 2.

| Princípios de Governança utilizados por Flora e Flora (2013) | |
|---|--|
| 1. Colaboração | Inclui os setores de cruzamento (mercado, Estado e sociedade civil, que cruzam fronteiras de jurisdições políticas) |
| 2. Cidadão engajado de forma sustentável | Inclui novas vozes acolhedoras, especialmente os de indivíduos e representações juvenis que vislumbram um futuro diferente. |
| 3. Promoção dos recursos regionais | Inclui vários capitais de diferentes fontes para atingir fins comuns. Aproveitar esses recursos significa analisar as vantagens competitivas da região (com foco nos pontos fortes, identificando grupos, fortalecendo competências dos líderes locais, envolvendo intermediários-chave, e investindo todos os capitais locais, enquanto solicitar investimentos fora) |

Quadro 2 - Princípios de governança do Instituto de Pesquisa de Política Rural (RUPRI) e utilizados por Flora e Flora (2013).

Fonte: Adaptado de Flora e Flora (2013).

Ao contrário de Ostrom (1990, 1999), Flora e Flora (2013) direcionaram seus princípios de governança a três pontos principais que são a colaboração em todos os níveis, tanto macro quanto micro, a presença da postura sustentável dos cidadãos e a promoção dos recursos naturais da região visando atingir benefícios comuns. Apesar de reforçar o papel da colaboração no uso dos recursos comuns, não fica clara a necessidade da demarcação de fronteiras, das regras do grupo construídas por eles próprios e impostas para os de fora, assim como do compromisso com a monitoração dos recursos comuns. Os princípios utilizados por Flora e Flora (2013) restringem sua utilização, impedindo a clareza de sua aplicação diante da complexidade das relações sociais, justificando ainda mais a escolha pelo arcabouço teórico apresentado por Ostrom (1990).

⁵ O Instituto de Pesquisa de Política Rural (RUPRI) tem como objetivo estimular o diálogo público e ajudar os formuladores de políticas públicas e programas a compreender seus impactos no meio rural. Mais informações consultar o site do Instituto: www.rupri.org

No seu artigo “El gobierno de los bienes comunes desde el punto de vista de la ciudadanía”, Ostrom (2008) reforça a importância da criação de regras e normas pelos próprios usuários dos recursos naturais comuns, justificando a elaboração desses princípios de governança:

Cuando los ciudadanos y sus funcionarios establecen organizaciones con autoridad de decisión sobre la forma de gestionar un recurso, las aportaciones monetarias que se necesitan, y la autoridad de sancionar a quienes no contribuyen, organizan unidades de previsión o consumo colectivo. Así, las unidades de previsión existen en todos los entornos y en espacios tanto públicos como privados. Los participantes pueden, y de hecho lo hacen, instituir una diversidad de normas para ayudarse a vencer el problema de obtención gratuita, al decidir quién queda incluido y debe contribuir con recursos, y quién queda excluido y cómo excluirlo. Más aún, si el sistema de previsión continúa desarrollándose, los participantes (o sus representantes) seguramente establecerán normas específicas y permisibles de acceso y uso, métodos para monitorear la conducta y para sancionar a quienes infringen las normas, y formas de solución de conflicto (OSTROM, 2008, p. 272).

Aproximando dos princípios propostos por Ostrom (1990, 1999), Paavola (2007) propõe um design institucional para soluções de governança que pode ser entendido a partir de três aspectos principais: níveis funcionais e estruturais; funções de governança e sua organização; e formulação de regras institucionais chave. Ele afirma que a configuração desses aspectos do design institucional para uma solução de governança (institutional design of governance solutions) tem implicações significativas nos resultados, no que se refere à dimensão, à magnitude e à distribuição de fluxos de benefícios, bem como para a distribuição de custos de fornecimento, como apresentado no Quadro 3 a seguir.

| | |
|---|--|
| Níveis funcionais e estruturais das instituições | Níveis operacionais, institucionais e constitucionais referem-se a funções institucionais, em vez de uma estrutura vertical de soluções de governança. |
| Funções de governança e sua organização | 1) Exclusão de usuários não autorizados; 2) Regulação da utilização e distribuição do recurso autorizado de seus benefícios; 3) Promover a recuperação dos seus custos; 4) Monitoramento; 5) Execução; 6) Resolução de conflitos; 7) Escolha coletiva. |

| | |
|------------------------------|--|
| Regras Institucionais | São regras que prevêm a exclusão de usuários não autorizados a partir do recurso, criando direitos e regulando o uso dos recursos autorizados; prevendo o acompanhamento do uso dos recursos e a participação estruturada na tomada de decisões da governança ambiental. |
|------------------------------|--|

Quadro 3 - Design institucional para soluções de governança de Paavola (2007).

Fonte: Adaptado de Paavola (2007).

A partir dos quadros apresentados, são expostas diferentes perspectivas quanto aos elementos do sistema de governança dos recursos comuns. Enquanto Ostrom (1990; 1999) expõe uma abordagem mais ampla, prática e detalhada, facilitando a sua aplicação, Flora e Flora (2013) e Paavola (2007) exibem propostas mais concisas e com focos mais específicos. As funções de governança de Paavola (2007) se assemelham muito aos sete primeiros princípios de Ostrom (1990; 1999), além disso, ele apresenta um tópico específico sobre regras institucionais como solução para a governança dos recursos comuns, ênfase também atribuída por Ostrom (1990, 1999) às regras. Em comum, esses autores mencionam a importância das organizações constituírem instituições multinível.

Neste sentido, Ostrom (1999) complementa que todos os esforços para organizar a ação coletiva, seja por um governante externo, um empresário ou um conjunto de entidades que desejam obter benefícios coletivos, devem abordar um conjunto comum de problemas. Isso tem relação sobre como lidar com o free rider⁶, resolvendo problemas de compromisso, organizando para o fornecimento de novas instituições e monitorando o cumprimento individual de um conjunto de regras.

Visando evitar graves problemas que levem a sobre-exploração dos recursos naturais, Ostrom (1999) apresenta um conjunto de variáveis que aumentam a probabilidade dos usuários de se organizarem para evitar as perdas sociais associadas aos recursos naturais comuns. Embora ela ressalte a necessidade de mais trabalho empírico para testar a sua relevância e a aplicabilidade dos atributos do recurso e do

⁶ De acordo com Ostrom (1990), o termo free rider se refere àquela pessoa que não pode ser excluída dos benefícios que os outros recebem, sendo motivada a não contribuir para o esforço conjunto, mas sim em “pegar carona” sobre os esforços dos outros. Se todos os participantes optarem por serem free rider, o benefício coletivo não será produzido. Aguiar (1991) complementa que, para Olson (1965), o free rider problem é “cuando una persona cuenta com la posibilidad de beneficiarse de la acción colectiva de los demás sin sufrir los costes de la participación, tiene un gran incentivo para comportarse in solidariamente, para conducirse como un verdadero gorrón” (AGUIAR, 1991, p. VIII-IX).

usuário citados a seguir, eles foram importantes para a construção do padrão de governança proposto por este estudo, enquanto categorias de análise (Quadro 4).

| Atributos do Recurso | Atributos do Usuário |
|---|--|
| R1. Possível melhoramento: o recurso não está em um ponto de deterioração tal que é inútil ou tão pouco utilizado que não resultará em vantagem para a organização. | U1. Destaque (“salience”): os usuários são dependentes do recurso ou de outras variáveis de importância para eles. |
| R2. Indicadores: informações confiáveis e válidas sobre a condição geral do recurso estão disponíveis a um custo razoável. | U2. Compreensão comum: os usuários têm uma imagem compartilhada do recurso (atributos R1, 2, 3 e 4 ao lado) e como suas ações afetam uns aos outros e o próprio recurso. |
| R3. Previsibilidade: a disponibilidade de unidades do recurso é relativamente previsível. | U3. Taxa de desconto: os usuários têm uma suficiente baixa taxa de desconto em relação aos benefícios que serão obtidos no futuro a partir da retirada do recurso. |
| R4. Extensão espacial: o recurso é suficientemente pequeno, diante da necessidade de transporte, comunicação e tecnologia para utilizá-lo. Os usuários podem desenvolver conhecimentos precisos dos limites externos e internos do microambiente. | U4. Distribuição de interesses: os usuários com alto poder aquisitivo (econômico ou político) são igualmente afetados pelo padrão atual de uso do recurso. |
| | U5. Confiança: os usuários confiam uns nos outros para manter as promessas e referem-se uns aos outros com reciprocidade. |
| | U6. Autonomia: os usuários são capazes de determinar o acesso às regras de exploração do recurso sem o controle de autoridades externas. |
| | U7. Experiência organizacional anterior: os usuários aprenderam pelo menos o mínimo de habilidades para se organizar, por meio da participação em outras associações locais ou a partir das experiências de grupos vizinhos em se organizarem. |

Quadro 4 - Atributos do recurso e do usuário segundo Ostrom (1999).
Fonte: Adaptado de Ostrom (1999).

Com base no conceito de bem comum apresentado no início dessa seção, Ostrom (1994) sugere atributos aos recursos comuns e que são definidos a partir de dois aspectos: estoque e fluxos. Ela analisou esses dois elementos a partir da

premissa de que quando unidades de um recurso comum são utilizadas por um usuário e não estão disponíveis para outros, a consequência é o uso excessivo ou mesmo a aniquilação do recurso. Por isso, para se constituírem arranjos eficientes de governança é necessário lidar com todo um sistema complexo de direitos de propriedade, que passam pelo fornecimento, produção, apropriação e uso dos recursos comuns. Mesmo havendo aspectos destes sistemas que envolvam sanções e coerção e compra e venda de unidades do recurso, não são consideradas instituições estatais e nem de mercado.

Sobre os atributos de um recurso, listados no quadro acima, Ostrom (1999) afirma que eles afetam tanto os benefícios quanto os custos de uma mudança institucional. Se as unidades do recurso são relativamente abundantes, há poucas razões para os usuários investirem tempo e esforço na organização da sua utilização. Caso o recurso esteja substancialmente deteriorado ou escasso, os altos custos da organização não geram benefícios substanciais. Os indicadores de confiança sobre as condições de um recurso melhoram a capacidade dos usuários de se adaptar de forma relativamente rápida às mudanças que poderiam afetar negativamente seu fluxo de benefício a longo prazo (MOXNES, 1996 apud OSTROM, 1999).

Com relação à previsibilidade do recurso, Ostrom (1999) destaca que um fluxo de recurso altamente previsível é muito mais fácil de entender e gerenciar do que aquele que é imprevisível. No caso da imprevisibilidade, é difícil para os usuários julgar se as mudanças no estoque ou no fluxo de recursos são devidas à degradação ou às variáveis exógenas aleatórias. Por último, o quarto atributo do recurso, extensão espacial, deve ser analisado, uma vez que afeta os custos de definição de limites razoáveis e o monitoramento ao longo do tempo (OSTROM, 1999).

Os atributos dos usuários dos recursos comuns também afetam os benefícios e custos esperados, como pontuado no Quadro 4. Se os usuários não obtêm a maior parte de sua renda a partir de um recurso, o esforço e os altos custos de organização e manutenção de um sistema de auto-governança podem não valer a pena. Caso os usuários não compartilhem um entendimento comum de como operam os complexos sistemas dos recursos, eles podem concluir que é extremamente difícil chegar a acordos futuros sobre estratégias conjuntas. Ostrom (1999) explica que aqueles usuários que possuem outras alternativas de fontes de recursos, podem passar para

uma nova fonte, quando este se tornar escasso, devido a ausência de gastos de regulamentação.

A distribuição de interesses também é um dos atributos escolhido por Ostrom (1999) como necessária para a governança dos recursos comuns. Segundo ela, os usuários que possuem melhores condições econômicas e políticas podem ter interesses semelhantes ou podem apresentar interesses substancialmente diferentes em vários atributos em relação àqueles em condições inferiores. Quando o usuário mais poderoso tem interesse semelhante, pode aumentar consideravelmente a probabilidade de uma sucedida organização caso eles investam seus recursos na organização e elaboração de regras para governar esse grupo. Aqueles com melhores condições políticas são mais propensos a ser membro de um acordo vencedor, tendo maior impacto nas decisões sobre mudanças institucionais.

On the other hand, if those with more assets also have low discount rates (A3) related to a particular resource and lower salience (A1), they may simply be unwilling to expend inputs or may actually impede organisational efforts that might lead to them having to cut back on their productive activities (OSTROM, 1999, p. 5).

Outros atributos dos usuários como confiança e autonomia também são levantados por Ostrom (1999) como importantes para que a governança aconteça. Os usuários que confiam uns nos outros para manter acordos e mantêm relações de reciprocidade reduzem os custos esperados na fiscalização e no sancionamento dos recursos comuns ao longo do tempo. No início de um processo de organização, caso não exista confiança entre os usuários existe a possibilidade de construírem esta forma de capital social adotando pequenas mudanças antes de tentar fazer grandes modificações institucionais. A autora complementa que os custos são substancialmente mais baixos quando os usuários possuem autonomia para fazer suas próprias regras (OSTROM, 1999).

O último atributo dos usuários, a experiência organizacional anterior, aumenta o repertório de regras e estratégias conhecidas pelos participantes como potencialmente úteis para alcançar diversas formas de regulação. Ostrom (1999) acrescenta que os usuários são mais propensos a concordar com normas utilizadas em experiências anteriores, do que com regras novas ou introduzidas por agentes externos.

Entretanto, Ostrom (1999) alerta que o elementar não é saber se todos os atributos dos recursos e dos usuários são favoráveis, mas se os benefícios e os custos esperados na organização do uso dos recursos comuns são percebidos pelos participantes. Apesar de todas estas variáveis apresentadas no Quadro 4 afetarem os custos e os benefícios esperados, é difícil estimar o seu impacto dada a dificuldade de fazer medidas precisas dessas variáveis e analisá-lo numa escala cumulativa.

Diante da complexidade e dos diferentes contextos sociais, os usuários de recursos comuns enfrentam a difícil tarefa de avaliar como diversas variáveis afetam benefícios e custos esperados a longo prazo (OSTROM, 1999). Esses elementos construídos por Ostrom (1999) sobre os atributos do recurso e do usuário auxiliaram na análise das ações dos utilizadores de acordo com a oferta e o custo desses recursos no meio ambiente e, conseqüentemente, a forma com que se organizam para fazer sua gestão. Nesse estudo, utilizei estes atributos como categorias de análise que contribuíram para compreender a construção dos arranjos de governança em Reservas Extrativistas, uma vez que a maneira com que uma comunidade se organiza influencia o custo e a eficiência da gestão de seus recursos.

Como observado nessa parte do referencial, a teoria de Ostrom (1990, 1994, 1999) conferiu respaldo para o desenvolvimento deste estudo proposto, apresentando os oito princípios de governança dos recursos comuns (“design principles”) em conexão com os atributos dos recursos naturais e os atributos dos usuários. Aproveitei para reforçar a perspectiva da governança dos recursos comuns no que se refere aos elementos que constituem o processo da ação coletiva.

1.2. A Governança dos Comuns e os elementos que fundamentam a Ação Coletiva.

Corroborando com Aguiar (1991) e complementando ainda mais seus argumentos, reforça-se que, para Ostrom (1990), grupos de pessoas tendem a construir conjuntos específicos de regras, normas e sanções, para assegurar que tais recursos sejam utilizados de forma sustentável, como acredita-se acontecer nas Reservas Extrativistas.

Nessa mesma linha, Ostrom (2008, p. 270) acrescenta que existem três níveis que afetam as decisões que impedem uma pessoa de cooperar em uma situação de

ação coletiva: “su identidad, el contexto grupal en el que toman decisiones, y si la situación se repite y si se puede usar la reciprocidad para ganarse la reputación de ser confiable”. Os próprios valores individuais não são suficientes para resolver os problemas deste tipo. Sem instituições que facilitem a construção da reciprocidade, da confiança e da honestidade, os cidadãos acabam por enfrentar um verdadeiro desafio (OSTROM, 2008).

Diante da importância da reciprocidade no processo de governança dos recursos comuns, Sabourin (2010) foca sua discussão sobre a reciprocidade do ponto de vista da Teoria da Reciprocidade relacionando com a teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990; 1998). De acordo com aquele autor, existem quatro elementos próprios à teoria da reciprocidade, sendo o primeiro referente à equivocada relação da reciprocidade com a troca mercantil, não se limitando apenas no dar e receber, isto é, na dádiva/contra dádiva. O elemento que ele mais se detém é o segundo, o qual está relacionado às várias formas de reciprocidade, como a forma positiva (oferendas, partilhas), forma negativa (associada a vingança – dialética de honra), a forma simétrica e as várias formas intermediárias a essas. Sem se aprofundar, ele fala do terceiro elemento que está relacionado à possibilidade de análise da reciprocidade como estruturas. O último elemento trata dos níveis do princípio de reciprocidade que são “[...] o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações)” (SABOURIN, 2010, p. 148).

Para Ostrom (1998), citada por Sabourin (2010), as estruturas elementares de reciprocidade são classificadas em binária e ternária. A estrutura binária se refere à partilha, isto é, ao aprender juntos. A ternária está associada ao interconhecimento que conduz ao engajamento mútuo. Ostrom (1998) afirma que a reciprocidade só acontece quando existe cooperação e a confiança mútua, sendo esta relacionada a uma norma moral internalizada ou um princípio de troca social. “A reciprocidade implica a consideração do outro como um cooperador potencial e a expectativa de uma sanção, caso não haja cooperação” (OSTROM, 1998 apud SABOURIN, 2010, p. 146). Elementos, como a reputação e a confiança, no cumprimento de sanções estão presentes nas relações dos indivíduos das comunidades tradicionais, influenciando diretamente na forma com que se organizam para realizar a gestão dos recursos comuns. Sabourin (2010) esclarece que Ostrom (1998, 1999) trata a

confiança, a reciprocidade e a reputação como normas sociais que são atributos dos usuários ou dos grupos de usuários.

Ainda segundo Sabourin (2010, p. 148), “a gestão dos recursos comuns repousa sobre uma estrutura de reciprocidade binária coletiva específica, o compartilhamento”. Ao analisar a organização social de uma comunidade local do Nordeste Brasileiro e dos camponeses da Nova Caledônia, o referido autor observou que todos comungavam dos mesmos direitos e deveres de relações baseadas no respeito e na confiança, pois o que importava era a ação do sujeito e a união do grupo. Eles exprimiam sentimentos de pertencer ao mesmo lugar e ao mesmo grupo uma vez que dependiam de uma mesma fonte limitada de recursos. A partir do momento em que o indivíduo se identifica como parte da comunidade reconhecendo suas diferenças, ele cria uma consciência e um sentimento de ser parte de um todo, passando a existir a reciprocidade. Quando esse vínculo não é construído pelo grupo, conflitos podem ser gerados no uso desses recursos comuns limitados.

Assim, os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança que podem fortalecer determinados grupos. Nesse sentido, Hess e Ostrom (2007), citados por Sabourin (2010), propõem considerar o conhecimento e os saberes locais como parte dos bens comuns ou compartilhados, como as estruturas de partilha de saberes e experiências comuns.

Nesse diálogo com a teoria de Ostrom (1990; 1998), Sabourin (2010) faz uma crítica a autora, tendo como base a teoria da reciprocidade, com relação à maneira com que ela busca explicar a origem da reciprocidade. Comparando as discussões de Ostrom (1998, 1999) e a Teoria da Reciprocidade, Sabourin (2010) analisa a abordagem de Ostrom (1998) sobre as normas sociais construídas a partir de uma racionalidade limitada. De acordo com a teoria analisada por Sabourin (2010), as relações de reciprocidade simétrica são fruto dos valores éticos construídos a partir da confiança e da reputação (prestígio); ou seja, a confiança é produzida pelas relações de reciprocidade simétrica nas estruturas de compartilhamento. Ostrom (2003 apud SABOURIN, 2010, p. 155) recorre primeiro à confiança, permanecendo “dentro dos limites do postulado binário de troca e das expectativas da sua regulação

por uma minoria de indivíduos altruístas e ‘reciprocitários’, interagindo via redes⁷”. Sabourin (2010, p. 155) afirma que essa busca epistemológica da reciprocidade é preocupante, pois não está na biologia a origem desse comportamento e sim na estrutura social, podendo “[...] levar até à invocação da seleção natural”.

Independente desses dois pontos de vista sobre reciprocidade discutidos por Sabourin (2010), o que é levado em consideração neste estudo sobre a construção dos arranjos de governança nas Reservas Extrativistas é a perspectiva de Ostrom (1990) sobre o papel das relações sociais na gestão dos recursos comuns.

De acordo com Sabourin (2010) e como apresentado até agora, valores éticos como a confiança, o respeito mútuo (a partir do reconhecimento do outro), o sentimento de justiça e a responsabilidade são propostos graças às relações estruturadas na “reciprocidade simétrica”.

- A confiança coletiva é produzida pela estrutura de compartilhamento no âmbito do grupo: partilha dos saberes, aprendizagens mútuas ou cruzadas, partilha das responsabilidades e solidariedade;
- A aquisição do sentimento de justiça pela aprendizagem, graças à tomada de consciência, é produzida pela equidistância entre a necessidade de conhecimento (a sua aplicação, a si próprio e aos outros) e a fonte do conhecimento (personificada pelo formador); ele corresponde a uma relação de reciprocidade ternária bilateral (SABOURIN, 2010, p. 149).

Por isso, a reciprocidade aparece com destaque na análise da ação coletiva, uma vez que é considerada uma norma moral internalizada, bem como um padrão de troca social, menciona Sabourin (2010), citando Ostrom (1998). Ostrom (1998, p. 10 apud SABOURIN, 2010) define a reciprocidade de forma a envolver um conjunto de estratégias para a ação coletiva, incluindo:

- (1) um esforço para identificar quem está envolvido, (2) uma avaliação da probabilidade de que outros são cooperadores condicionais, (3) a decisão de cooperar com os outros, inicialmente, se os outros são confiáveis para ser cooperadores condicionais, (4) a recusa em colaborar com aqueles que não retribuem, e (5) punição daqueles que traem a confiança (OSTROM, 1998, p. 10, apud SABOURIN, 2010, p. 146).

⁷ Neste estudo o termo “redes” não será utilizado como conceito central, uma vez que o foco são os arranjos de governança dos recursos comuns de Ostrom (1990).

Como se pode notar, na opinião de Ostrom (1998 apud SABOURIN, 2010), confiança e lealdade são elementos essenciais de reciprocidade. Uma pessoa que age de acordo com a norma da reciprocidade é considerada confiável. A informação sobre a confiabilidade dos outros é um insumo essencial para a decisão do indivíduo em cooperar ou não. Se a norma da reciprocidade prevalece em uma sociedade, isso implica que uma proporção significativa de indivíduos desta sociedade é confiável, raciocínio este que fere totalmente os argumentos de Olson (1999), segundo Ostrom e Ahn (2007).

A chave para arranjos eficazes de governança está nas relações entre sujeitos que têm interesse em um recurso e não apenas em uma única maneira de governar. Assim, nota-se a importância da gestão partilhada de recursos comuns, visto que funciona melhor em grupos de proximidade onde existe o interconhecimento ou o respeito de regras comuns (OSTROM, 2008 apud SABOURIN, 2010). Sabourin (2010) ainda complementa, afirmando que:

Quando os dispositivos de gestão de recursos comuns baseados na reciprocidade são reconhecidos pelo Estado e pelas políticas públicas, as relações de partilha conseguem, de forma geral, reorganizar-se (atualizar-se) no âmbito de estruturas institucionais novas, mais bem adaptadas ao contexto atual (SABOURIN, 2010, p. 149-150, grifo do autor).

Os dispositivos de gestão de recursos comuns baseados na reciprocidade são reconhecidos pelo Estado e pelas políticas públicas. As relações de partilha são capazes de se reorganizar no âmbito de estruturas institucionais novas e melhor adaptadas ao contexto atual, eliminando contradições nas matérias de propriedade e de uso das terras, entre a gestão local ou comunitária e as políticas de desenvolvimento (OSTROM, 2008 apud SABOURIN, 2010).

Diante do exposto, fica explícito que o capital que as pessoas podem criar quando interagem umas com as outras, com organizações não governamentais e com atores governamentais de diferentes origens é a chave para alcançar um resultado satisfatório, aprendendo e criando novas e melhores soluções para a gestão dos recursos comuns (OSTROM, 2008). Assim, percebo a importância de considerar os diversos sistemas de governança, uma vez que as comunidades extrativistas apresentam diferentes realidades culturais, sociais, históricas e econômicas, refletindo na complexidade dos atributos dos usuários e das características dos

recursos naturais disponíveis. Para entender os mecanismos utilizados pelas sociedades tradicionais para evitar a sobre-exploração dos recursos naturais nas Resex é necessário refletir sobre a Teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990).

Desse modo, busquei conhecer a realidade das comunidades que vivem nas Reservas Extrativistas, a fim de não apenas analisá-las no marco das referências elaboradas por Ostrom (1990; 1999), mas também identificar iniciativas específicas, que auxiliassem na construção de uma tipologia de princípios de governança próprios. Reconheço que a variedade e a criatividade das consequências dos arranjos de governança são instigantes e diretamente influenciadas pelos atores sociais envolvidos nesse processo, o que justifica discutir sobre as Reservas Extrativistas e as sociedades tradicionais.

1.3. As Reservas Extrativistas na Amazônia: uma alternativa de desenvolvimento sustentável.

A preocupação mundial com a degradação do meio ambiente oriunda da ação do homem, como desmatamento, pesca predatória, entre outros, vem resultando em mudanças cada vez maiores no processo de gerenciamento dos recursos naturais. Na Amazônia⁸, em especial entre 1985 e 1988, foi proposto o conceito de Reservas Extrativistas (Resex) pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (organização de seringueiros amazônicos), “como estratégia de desenvolvimento sustentável em áreas habitadas tradicionalmente por populações florestais” (ALMEIDA, 1993, p. 04). Assim, surge uma nova proposta de gestão do meio ambiente no Brasil, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988 (ARNAUD, 2012).

As Reservas Extrativistas (Resex) foram incorporadas por decreto presidencial, Lei 9.985, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em julho de 2000 e são uma das categorias das Unidades de Uso Sustentável. Seu principal objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais por populações tradicionais, tanto em áreas

⁸ De acordo com o Plano Amazônia Sustentável (BRASIL, 2008), a Amazônia, região composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, extrapola a limitação territorial por relacionar questões sociais e políticas, visando sanar as necessidades de desenvolvimento na região.

terrestres quanto marinhas (SNUC, 2000). Complementando, Costa Filho (1995, p. 25) afirma que as Resex “surgiram como uma alternativa para atenuar o problema fundiário de concentração de terra, promover a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e de conservar a biodiversidade no território amazônico”.

Na categoria Unidades de Uso Sustentável estão as Unidades de Conservação (UC) de Uso Direto, fazendo parte as Resex e as Florestas Nacionais. Para Maciel (2007), as UCs de Uso Direto são o resultado do crescente movimento das populações tradicionais, como os seringueiros e pescadores artesanais, excluídos do processo de desenvolvimento, com destaque para as Reservas Extrativistas. O diferencial dessas Unidades é que elas admitem o uso de recursos naturais para fins econômicos. Ressalto que a proposta das Florestas Nacionais se difere das Resex por visar, inicialmente, à exploração sustentável de recursos madeireiros por empresas privadas em regime de concessão.

Dessa maneira, Alegretti (2008, p. 50) afirma que “as Unidades de Uso Sustentável mais representativas são as Reservas Extrativistas (Resex) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)”, tendo em comum o foco no desenvolvimento sustentável.

A **Reserva Extrativista** é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (SNUC, Lei n. 9.985, 18 jul. 2000, Cap. III, § 6º, Art. 18, grifo meu).

A **Reserva de Desenvolvimento Sustentável** é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, Lei n. 9.985, 18 jul. 2000, Cap. III, § 4º, Art. 20, grifo meu).

Conforme Allegretti (2008), a regularização fundiária é o que difere essas duas categorias. No caso da Resex é necessária:

a desapropriação de proprietários com títulos válidos e legais, assegurando o usufruto apenas para as comunidades, não existe esse pré-requisito para a criação de uma RDS, devendo as propriedades, por ventura existentes, ajustarem-se às regras definidas para a Reserva. Em ambos os casos a implementação destas unidades de conservação requer a criação de um Conselho Deliberativo⁹ e a elaboração de um Plano de Manejo (ALLEGRETTI, 2008, p. 50).

De acordo com o Plano de Manejo (MMA, 2007), o ICMBio é o órgão gestor das Unidades de Conservação sendo que as de Uso Sustentável como as Reservas Extrativistas, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Florestas Nacionais, entre outras, estão vinculadas à Diretoria de Unidades de Uso Sustentável e Populações Tradicionais. A missão dessa Diretoria é

promover, a partir de parcerias com diversos segmentos da sociedade, especialmente com as comunidades locais, na condição de principais beneficiárias e co-responsáveis pela gestão da Unidade, a conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais de porção significativa do bioma amazônico no estado do Acre, assegurando a melhoria das condições de vida das populações residentes, em harmonia com a manutenção de sua cultura e modo de vida tradicional (MMA, 2007, p. 03).

Nesse estudo optei pelas abordagens de Favareto (2007) e Abramovay (2004; 2010) para discutir o conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que apresentam afinidades com a noção de desenvolvimento sustentável proposta para as Reservas Extrativistas. Conforme Favareto (2007), para que o desenvolvimento sustentável aconteça é necessária a articulação das relações entre meio ambiente, estruturas sociais e instituições. Ele complementa que é necessário entrelaçar esses fatores ao analisar a importância do estoque de bens e recursos de que uma sociedade dispõe para estabelecer fluxos dinâmicos, assim como a origem das instituições que os compõem. O desenvolvimento sustentável possibilita “conciliar os imperativos sociais de uso do espaço e as necessidades naturais de conservação do meio ambiente” (FAVARETO, 2007, p. 201).

De acordo com Abramovay (2010, p. 97), “desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em

⁹ De acordo com o SNUC (2000, Cap. III, Art. 18, § 2º), o Conselho Deliberativo é responsável pela administração da Resex, “presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”.

condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas”. Na opinião deste autor, assim como para Ostrom (1990), para que o desenvolvimento sustentável aconteça é necessário um trabalho estratégico e conjunto entre as políticas governamentais, as empresas privadas e as organizações da sociedade civil, considerando-se a cooperação entre os indivíduos e as instituições e a maneira com que os ecossistemas são utilizados (ABRAMOVAY, 2010). Abramovay (2004, p. 4) considera ainda que “o segredo do desenvolvimento está nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais”, por isso a necessidade de conhecer os arranjos coletivos na Resex Cazumbá-Iracema.

Tanto Ostrom (1990) quanto Abramovay (2004) levantaram a necessidade da existência das relações altruístas entre os indivíduos para que esses grupos se desenvolvam de forma sustentável. “Uma sociedade em que os indivíduos têm a capacidade de levar em conta os interesses alheios consegue instituir formas de coordenação muito mais propícias aos processos de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2004, p. 46).

Ao refletir sobre a criação das Reservas Extrativistas, Cavalcanti (2002), Allegretti (2002) e Moraes (2009) enfatizam a importância dessa conquista política proposta pelos seringueiros, não apenas para as populações amazônicas, mas também para todo o território brasileiro. Para Allegretti (2002, p. 40), a criação dessa política pública resultou em “uma modalidade original de regularização de direitos fundiários e proteção de territórios e recursos naturais”.

Foi o resultado de um histórico processo de mobilização social ocorrido na Amazônia nas últimas décadas do século passado. Os atores principais – seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu – são grupos sociais pobres e marginalizados, sem poder econômico nem força política, que têm em comum o fato de depender dos recursos naturais (lagos, florestas, rios, mar, cerrados) para obter a própria subsistência (ALLEGRETTI, 2002, p. 40).

Nesse aspecto, Diegues (2001b) enfatiza que as Reservas Extrativistas estão fundamentadas no respeito ao mundo natural, sendo um reflexo das preocupações nacionais e internacionais por culturas que mantêm uma relação de respeito com o meio ambiente enquanto parte do patrimônio nacional.

Ainda em relação às Resex do bioma amazônico, Allegretti (2008) afirma que, embora a extração de borracha nativa tenha sido substituída pela produção cultivada em outras regiões do país, ela não desapareceu devido a sua diversificação. Por outro lado, Homma (1993, p. viii) enfatiza que “[...] a sustentabilidade microeconômica não garante a sustentabilidade macroeconômica e que uma sustentabilidade tende a afetar a outra e vice versa” e complementa fazendo uma forte crítica à atividade extrativista:

O extrativismo vegetal constitui uma base de desenvolvimento de vulto bastante frágil, que se justifica mais pelo nível de pobreza dos seus habitantes e do mercado de mão de obra marginal. Trata-se de uma economia moribunda, cuja tendência inevitável é o seu desaparecimento, à medida que o mercado desses produtos for crescendo; e também em função das políticas salariais, em face da baixa produtividade da terra e da mão de obra; e do crescimento populacional; do aparecimento de outras alternativas econômicas; entre inúmeras outras (HOMMA, 1993, p. viii).

Nessa perspectiva, parece-me que nas UCs, em especial nas Reservas Extrativistas, surge um processo de diversificação das atividades produtivas, principalmente em função do que foi apresentado por Homma (1993). Assim, adotando uma perspectiva divergente à de Homma (1993), Anderson (1994) argumenta que:

as críticas contra a viabilidade econômica do extrativismo não levam em conta o desempenho econômico de outros usos da terra na Amazônia e se esquecem das recentes mudanças sociais que podem melhorar a eficiência das economias baseadas em produtos florestais não-madeireiros. [...] Além disso, uma análise meramente econômica dos investimentos e retornos econômicos não leva em conta os custos sociais e ambientais de usos não sustentáveis da terra (ANDERSON, 1994 apud ANDRADE, s/a, p. 03).

Outro ponto de vista é o de que as Reservas Extrativistas foram criadas apenas para proteger as oportunidades socioeconômicas dos seringueiros e que, não necessariamente, combinam com a proteção da biodiversidade, estando o extrativismo sujeito à regra básica do mercado de oferta e demanda (BROWDER, 1992 apud CAVALCANTI, 2002). Assim, essa atividade de coleta de produtos naturais que apresenta um modelo de produção arcaico, pré-moderno, não conseguiria perdurar por muito tempo, já que a crescente demanda do produto, em

um longo prazo, levaria ao fim da atividade por não suprir o mercado. Do mesmo modo, a demanda crescente e a sobre-exploração do recurso levaria ao esgotamento dos estoques naturais (HOMMA, 1993; BROWDER, 1992 apud CAVALCANTI, 2002).

No entanto, além da dimensão econômica abordada acima, Maciel (2007) destaca o papel das Resex como política fundiária e ambiental, podendo ser considerada, na Amazônia, como uma “solução parcial” para a continuação das populações extrativistas e a conservação da natureza, uma vez que não ataca frontalmente a dimensão econômica do processo de desenvolvimento. Segundo este autor, as Reservas Extrativistas abrem amplas possibilidades para a ocorrência do progresso tecnológico no setor, principal desafio para a mudança econômica. Cavalcanti (2002) corrobora com Maciel (2007) por também considerar as Reservas Extrativistas como uma solução incompleta para o desenvolvimento sustentável, visto que “[...] o controle da ocupação e a forma de uso da terra, apesar de fundamental, não são suficientes para garantir a conservação e uso sustentável da floresta” (CAVALCANTI, 2002, p. 04). Esse autor acredita que as bases da sustentabilidade das Resex se encontram “na participação e no papel do progresso técnico, na diversificação da produção e na gestão do processo produtivo” (CAVALCANTI, 2002, p. 04).

Apesar das fortes críticas conferidas aos aspectos econômicos das atividades extrativistas, mencionadas principalmente por Browder (1992 apud CAVALCANTI, 2002) e Homma (1993), e os diferentes pontos de vista sobre a dinâmica existente nas Reservas Extrativistas, pontuadas por Anderson (1994), Cavalcanti (2002) e Maciel (2007), acredito que existam realidades que apresentam características que contradizem, mesmo que parcialmente, as ideias aqui expostas. Por outro lado, é fato que a pecuária tem sido uma alternativa econômica gerada pelo baixo retorno financeiro do extrativismo nas Resex.

Por tudo isso, a importância da governança dos recursos comuns se justifica como “meio e processo capaz de produzir resultados eficazes, [...] com a participação e ação do Estado e dos setores privados, sem necessariamente a utilização expressa da coerção” (GONÇALVES, 2005, p. 02). Nesse sentido, torna-se necessário conhecer como são identificadas as comunidades que residem nas Reservas Extrativistas, seu papel e sua relação com o local onde vivem, ou seja, seu território.

1.4. As comunidades tradicionais e sua relação com o território.

Nas obras “Mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2001a) e “Biodiversidade e as Populações Tradicionais” (DIEGUES, 1999), Antônio Carlos Diegues discorre sobre a definição de populações/comunidades tradicionais uma vez que esse processo apresenta ambiguidades e dificuldades teóricas. Segundo ele, no Brasil, estudiosos utilizam o termo “população indígena” significando “etnia”, isto é, “povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América” (DIEGUES, 1999, p. 16). No Brasil existe o reconhecimento do direito histórico das populações indígenas além da sua importância na continuidade sociocultural e identitária, por isso o estabelecimento de áreas específicas para elas (DIEGUES, 1999).

Com o intuito de esclarecer essas questões, Diegues (1983) destaca que as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalista, ou seja, se desenvolvem a partir da pequena produção mercantil, visando principalmente “a reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos” (DIEGUES, 1983, apud DIEGUES, 1999, p. 18). As populações classificadas como “tradicionais” são aquelas que

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Estas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999, p. 79-80).

As culturas tradicionais se diferem daquelas associadas ao modo de produção capitalista por apresentarem racionalidades intencionais diferentes, conforme afirma o antropólogo Godelier (1984), citado por Diegues (1999). Godelier (1984 apud DIEGUES, 1999) esclarece que elas possuem regras sociais específicas de utilização

dos recursos naturais, baseadas na maneira de cada sociedade ver o mundo, suas necessidades e sua cultura, determinando se o uso dos recursos acontecerá de forma sustentável ou não. Diante dessa perspectiva, Diegues (1999) apresenta um conjunto de características para diferenciar as sociedades tradicionais das demais, ressaltando o contraste e a distância do seu modo de vida em relação ao da sociedade industrial, urbana e consumista. São elas:

a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) pela reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas; i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) pela autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 1999, p. 21-22).

Nessa dinâmica, Almeida (1993) argumenta que a categoria “população tradicional” tem apresentado um deslocamento no seu significado, se afastando do seu contexto natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e aproximando cada vez mais de sujeitos sociais com existência coletiva. O autor cita como exemplo da organização desses agentes sociais os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas, os ribeirinhos, os castanheiros e os pescadores, todos que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais¹⁰.

¹⁰ Nesta pesquisa considero movimentos sociais como “[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 1995, p. 44). Segundo Gohn (1995), situações de conflitos, litígios e disputas estruturam as ações dos

Seguindo essa linha de raciocínio, as limitações referentes à concepção do termo “populações tradicionais” são admitidas por Diegues (1999; 2001a), já que critica o fato de que todas as culturas e sociedades têm sua própria “tradição”. O distanciamento da definição presente no SNUC (2000) e a forma como se identificam os moradores das Reservas Extrativistas, condizem com as discussões de Diegues. O autor afirma que noções com esse propósito, “baseadas num conjunto de ‘traços culturais’ empíricos, tendem a apresentar uma rigidez simplificadora que não permite visualizar as sociedades e culturas como fluxos socioculturais dinâmicos, em permanente estado de transformação” (DIEGUES, 1999, p. 23).

Diante disso, utilizo neste trabalho a noção de “sociedades tradicionais” de Diegues (1999) como referência a

grupos humanos culturalmente diferenciados e que, historicamente, reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de **cooperação social** e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 1999, p. 23, grifo meu).

Sendo assim, é uma definição que se aproxima mais do perfil socioeconômico e cultural daqueles que residem nas Reservas Extrativistas, que se organizam socialmente na utilização dos recursos naturais comuns. Diegues (1999, p. 22) acrescenta ainda que “essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos”, como é o caso das comunidades extrativistas.

Para compreender melhor a relação dessas comunidades com seu território, ou seja, no que se refere ao uso e à propriedade das terras, é oportuno considerar a contradição entre a gestão local ou comunitária e as políticas de desenvolvimento. De um lado é valorizado o espaço pelo capital natural que ele dispõe como fator importante para a economia capitalista, por outro, esse mesmo capital apresenta novo significado para as sociedades tradicionais baseado na economia de subsistência e na relação de respeito com a natureza (SABOURIN, 2010). Ao propor estudar a forma com que comunidades extrativistas administram seus recursos naturais é essencial

movimentos sociais, desenvolvendo um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento (princípio da solidariedade) a partir de interesses em comum. Essa identidade é construída desde a base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

considerar elementos, como o tipo de economia que caracteriza esses povos, assim como a maneira com que estabelecem relação com a natureza. Para comunidades rurais o território é mais que um fator de produção, é o lugar da moradia, é sinônimo de vida, identidade, de uso coletivo, é parte da sua história, enfim, a terra não é considerada uma mercadoria e sim algo intransferível (SABOURIN; DJAMA, 2003).

Dessa forma, nesse estudo a terra foi considerada como sinônimo de território, uma vez que este é elemento essencial na relação entre sociedades tradicionais e a natureza que, além de ser fonte de subsistência, trabalho e produção dessas sociedades, também reproduz aspectos materiais e simbólicos deste grupo (GODELIER, 1984 apud DIEGUES, 1999). Godelier (1984) afirma que o território pode ser definido como

uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ele deseja ou é capaz de utilizar (GODELIER, 1984 apud DIEGUES, 1999, p. 19).

Apesar de Diegues (1999; 2001a) apresentar críticas sobre ações que insistem em manter as populações tradicionais isoladas, reproduzindo uma cultura e relação com a natureza que as distanciam da qualidade de vida, por outro lado, o autor enfatiza a forte ligação que essas sociedades têm com o território enquanto espaço coletivo, simbólico, no qual realiza seu modo de vida. Dessa maneira, além do território ser

o espaço de reprodução econômica, das relações sociais, ele é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial, faz com que ciclos da natureza sejam associados às explicações míticas ou religiosas (DIEGUES, 2001, p. 85, grifo do autor).

Aprofundando o debate sobre território, Diegues (2001b), citando McKean (1992), discorre sobre quatro categorias de direito de propriedade baseadas na maneira como é realizado o manejo dos recursos comuns, quais sejam: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal. A propriedade de livre acesso se caracteriza por não apresentar direitos de propriedade bem definidos, isto é, a utilização dos recursos é livre e aberto a qualquer indivíduo. No caso da

propriedade privada, as próprias pessoas ou grupos determinam os direitos de exclusão de terceiros. Nas propriedades comunais os recursos são manejados de forma a excluir a ação de pessoas externas e regular o uso por membros da própria comunidade formada por indivíduos que dependem uns dos outros. Internamente à comunidade, o direito aos recursos não é exclusivo ou transferível, e sim igualitário em relação ao acesso e ao uso. A propriedade estatal garante que os direitos aos recursos sejam alocados pelo Estado, que passa a possuir o poder de decisão sobre o acesso aos mesmos.

A propriedade comum não se caracteriza por acesso livre a todos e sim pelo acesso limitado a um grupo específico de usuários, como vivenciado nas Resex. Do ponto de vista de Jouni Paavola (2007), o conceito de “propriedade comum” deveria ser expandido para “propriedade coletiva” de modo a englobar soluções de governança constituídas pelas políticas nacionais de meio ambiente e recursos naturais e convenções ambientais internacionais.

A partir do exposto nessa seção noto que para compreender a maneira com que uma sociedade tradicional relaciona e administra seus recursos naturais comuns é essencial considerar a forte ligação existente entre os sujeitos e o seu território, assim como conhecer seus “modos particulares de existência e cooperação social” (DIEGUES, 1999, p. 22).

As discussões apresentadas por Diegues (2001a) culminam na ideia de que a criação de políticas ambientais que estimulam a permanência das sociedades tradicionais em seus espaços somente é válida se servir também como modelo a ser seguido pela civilização urbana-industrial de como se relacionar com a natureza. Diante dessa perspectiva, a conjuntura apresentada por Diegues (1999; 2001a) sobre sociedades tradicionais e sua forte relação com o território, amplia a importância da criação das Reservas Extrativistas na Amazônia, enquanto modelo de exploração sustentável de recursos naturais de uso comum. O fator determinante de todo esse contexto é o papel do sujeito e sua participação no processo de gestão dos recursos comuns, sendo necessário relacionar com o tema capital social.

1.5. O papel do Capital Social na Governança dos Recursos Comuns.

Ao longo da história surgiram diferentes propostas para a definição do termo capital social. Em 1960 economistas neoclássicos introduziram a noção de capital humano, afirmando que uma sociedade era considerada produtiva se fosse constituída por pessoas dotadas de recursos e habilidades especiais, num espírito de confiança, cooperação e compromisso com objetivos comuns. A partir dos capitais humano e físico os adeptos da nova sociologia começaram a falar de capital social, um termo amplo que engloba as normas e redes que facilitam a ação coletiva para benefício mútuo. Os primeiros a construir uma noção de capital social foram Jane Jacobs, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, e Glenn Loury. De maneira mais ampla, esse termo também foi estudado por James Coleman, Ronald Burt, Robert Putnam e Alejandro Portes, assumindo uma grande variedade de significados (WOOLCOCK, 1998).

Essa proliferação de significados associados ao conceito ampliou seu apelo a uma comunidade cada vez maior de estudiosos, mas também ameaçou sua integridade. Sérias questões têm sido levantadas sobre o rigor do conceito e sua utilidade na academia, como ressalta Lin (2001). Para haver qualidade científica ao estudar capital social é necessário ter cuidado com o tipo de abordagem: “We argue that the scientific viability of the notion of social capital depends on the development of an approach that integrates theory and measurement of the concept” (LIN; FU; HSUNG, 2001, p. 57). Esses autores alertam para o perigo do conceito ser usado de maneira ampla, referindo-se a tudo o que é “social”, tornando impossível verificar proposições ou acumular conhecimento a respeito.

Até o final da década de 1980 foi apresentada uma combinação ótima de duas distintas, mas complementares, formas de capital social: enraizamento (“embeddedness”) e autonomia (“autonomy”), tornando-se os elementos-chave da estrutura da nova sociologia do desenvolvimento econômico (WOOLCOCK, 1998).

The basis for attempting such a synthesis rests on the centrality of two key concepts shared by these literatures, concepts referring (though only recently explicitly so) to two distinct but complementary forms of social capital. These concepts are, respectively, ‘embeddedness’ and ‘autonomy’. The idea of embeddedness comes originally from Karl Polanyi but was introduced to contemporary sociologists by Granovetter [1985],

who argued that between the oversocialized approach of generalized morality and the undersocialized one of impersonal, institutional arrangement, [with its] ... sweeping [and thus unlikely] predictions of universal order or disorder, [the embeddedness approach instead] ... assumes that the details of social structure will determine which is found (WOOLCOCK, 1998, p. 162).

Numa perspectiva culturalista e com enfoque no nível macro do termo, o conceito de capital social de Robert Putnam (1993 apud FREY, 2003, p. 176) surge a partir do seu estudo sobre os fundamentos da democracia italiana, em que identificou “uma alta densidade de associações e a existência de relações sociais de reciprocidade como as principais premissas de uma democracia vital e de um engajamento cívico efetivo”, ou seja, a participação dos cidadãos nas várias instâncias organizacionais da sociedade civil, no funcionamento de instituições democráticas e na criação de uma sinergia entre Estado e sociedade. Para Putnam (2006, p. 177), “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Contrapondo a perspectiva culturalista apresentada por Putnam (1993), Peter Evans (1997) analisa o capital social não apenas como uma consequência histórica e cultural, mas que pode ser construído, neste caso, pelo Estado. Seu foco no nível macro do termo considera a presença do capital social nas relações entre o Estado e a sociedade, denominando de “synergia”¹¹. Nessa perspectiva, ele discute as formas e fontes de sinergia Estado-sociedade existente entre um governo ativo e comunidades mobilizadas, melhorando o desenvolvimento e os esforços um do outro. Para este autor, a sinergia geralmente está combinada da complementaridade (“complementarity”) e do enraizamento (“embeddedness”), sendo facilmente estimulada em sociedades caracterizadas por estruturas sociais sólidas e igualitárias, coerentes com as burocracias estatais. Ele afirma que essa sinergia pode ser construída, mesmo em situações adversas, constituindo um estímulo para o desenvolvimento. O “embeddedness” seria os laços que transpassam a fronteira entre os setores público e privado, um valioso capital social para o desenvolvimento e que deve ser reconhecido como parte do sucesso de certos programas e projetos que

¹¹ Conforme Evans (1997, p. 189), “[...] the best way to understand synergy is as a set of public-private relations built around the integration of complementarity and embeddedness”.

unem o Estado com atores sociais. Evans (1997) alerta que “complementarity” e “embeddedness” não são concepções concorrentes das relações sinérgicas e sim complementares.

Diante da importância de aproveitar as relações sociais, ou melhor, o capital social de uma comunidade na implementação de programas e políticas sociais, Evans (1997) critica o papel do Estado e enfatiza a importância de existirem regras claras e estáveis nas relações Estado-sociedade, além de um aparelho estatal eficiente no atendimento das necessidades sociais. Exemplo dessa parceria na construção de regras é o Plano de Utilização dos recursos naturais das Reservas Extrativistas, documento construído pela comunidade junto ao órgão gestor, que dispõe de regras de utilização dos recursos comuns aos beneficiários.

Mesmo direcionando suas discussões sobre o capital social para o nível macro, Evans (1997) reconhece que a base deste capital está fundamentada nos laços construídos entre amigos e vizinhos, na confiança e no enraizamento das interações cotidianas, ou seja, para entender a construção da sinergia é necessário analisar o capital social no seu nível micro, numa abordagem construtivista do termo.

Ties among friends and neighbors based on trust and rooted in everyday interactions are essential foundations. Without them there would be nothing to build on. The key point is that such ties seem to be a resource that is at least latently available to most Third World communities. Based on these cases, it seems reasonable to argue that if synergy fails to occur, it is probably not because the relevant neighborhoods and communities were too fissiparous and mistrustful but because some other crucial ingredient was lacking (EVANS, 1997, p. 192).

Complementando essa perspectiva, Woolcock (1998) afirma que deve-se levar em conta os arranjos sociais dentro da sociedade e da natureza das relações Estado-sociedade, não podendo ser entendidos de forma separada um do outro. Cultura, poder e racionalidade podem desempenhar um papel importante na formação de resultados de desenvolvimento, mas é nas relações sociais e por meio delas que os resultados são realmente mediados. Este autor reforça que é impossível subestimar as perspectivas de políticas e projetos de desenvolvimento sem conhecer “the characteristics of social relations at both the micro and macro level, whether and how these levels articulate with one another, and how this degree of articulation has emerged historically” (WOOLCOCK, 1998, p. 183).

A partir da análise das ideias de escritores clássicos e com base em uma exploração sistemática da pesquisa empírica contemporânea, Woolcock (1998) propôs um modelo de capital social mais abrangente, rigoroso e estrutural, ampliando as noções de “embeddedness” e “autonomy” e como essas duas dimensões se manifestam no nível micro e macro. Ele sugere que no nível micro atuam dois tipos de capital social, o de integração (“integration”) e o de ligação (“linkage”). Especificamente: “embeddedness” refere-se a laços de integração “intra-community” (laços entre os indivíduos de uma comunidade e sua estreita relação entre eles e seus grupos primários); “autonomy” alega a ligação entre relações “extra-community” (redes estabelecidas por membros de um grupo com outros que não sejam desse grupo). Em nível macro: “embeddedness” se refere à sinergia nas relações Estado-sociedade, isto é, o grau de interação entre entidades públicas, associações e outras formas organizadas de interesses comuns; enquanto a “autonomy” é identificada pela integridade institucional (credibilidade das organizações). Nessa abordagem, a organização social é o elemento central no entendimento do capital social.

O mesmo autor alerta que altos níveis de capital social podem ser “positivos” na medida em que dão aos membros do grupo acesso a informações privilegiadas, recursos e apoio psicológico enquanto reduzem os riscos dos custos de transação. Por outro lado, também podem ser “negativos” à medida que também colocam altas demandas particularistas em membros do grupo, restringindo assim a expressão individual e o progresso. Isso leva ao parasitismo sobre os recursos da comunidade; e nega a crença na possibilidade de avanço por meio da ação individual.

Na visão de Lin (2001), o capital social deve ser compreendido como recursos presentes nas redes sociais (redes de relações/networks). “Social capital can be defined as resources embedded in a social structure that are accessed and/or mobilized in purposive actions” (LIN, 2001, p. 07). O autor acrescenta, a partir dessa definição, que a noção de capital social apresenta três importantes elementos, que são: os recursos incorporados em uma estrutura social; a acessibilidade a esses recursos sociais por pessoas físicas; e a utilização ou mobilização deles por indivíduos engajados na ação coletiva. No entanto, Lin (2001) ressalta que o termo “capital” permanece com o significado de mais valia no capital social, representando um investimento com retornos esperados. O autor compara o capital social ao capital humano como um conceito que também concebe o capital como investimento.

O capital social também pode ser visto como investimento que agrega retornos individuais que beneficiam o coletivo enfatiza Lin (2001). Ele afirma que para analisar essa perspectiva do capital social que se aproxima do capital humano é necessário considerar dois pontos: “como os indivíduos investem nas relações sociais; e como os indivíduos capturam os recursos incorporados pelas relações que geram um retorno” (LIN, 2001, p. 08). Outra perspectiva que tem seu foco no capital social em nível de grupo discute “como certos grupos se desenvolvem e mantêm o capital social como um bem coletivo, e como esse bem coletivo melhora a qualidade de vida dos membros do grupo” (LIN, 2001, p. 08).

Um componente altamente produtivo de capital social, segundo Putnam (1993), citado por Frey (2003), são as normas de reciprocidade generalizadas, uma vez que estão relacionadas a densas redes sociais, reduzindo o oportunismo presente na ação coletiva. Assim, a característica específica do capital social é que ele constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Sendo assim, a confiança social necessária para o capital social pode originar de duas fontes relacionadas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. Na criação das regras sociais são consideradas as implicações das “externalidades”, ou seja, consequências positivas ou negativas para outrem, na criação das regras sociais. As regras são instigadas e sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização quanto por meio de sanções. O reflexo disso é o fortalecimento da confiança social, uma vez que os custos de transação são reduzidos e a cooperação facilitada (PUTNAM, 2006).

Sobre a cooperação como estratégia de grupo e componente do capital social, Putnam (2006, p. 177) diz que “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. Essa visão do autor surge da sua discussão sobre a associação de crédito rotativo (ou instituição de poupança informal) para fundamentar sua afirmação de que o capital social facilita a cooperação espontânea. Putnam (2006, p. 180) resume que “quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”.

Na visão de Ostrom e Ahn (2007), o capital social é criado quando os indivíduos aprendem a confiar uns nos outros de modo que sejam capazes de fazer

compromissos credíveis e depender de formas generalizadas de reciprocidade. Sahlins (1972) e Keohane (1986), citados por Putnam (2006), afirmam que a reciprocidade é a mais importante dessas regras e acrescenta que existem dois tipos: a reciprocidade “balanceada” ou “específica”; e a reciprocidade “generalizada” ou “difusa”.

A primeira diz respeito à permuta simultânea de itens de igual valor; por exemplo, quando colegas de trabalho trocam seus dias de folga ou quando políticos combinam apoiar-se mutuamente. A reciprocidade generalizada diz respeito a uma contínua relação de troca que a qualquer momento apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro. A amizade, por exemplo, quase sempre implica reciprocidade generalizada (SAHLINS, 1972; KEOHANE, 1986 apud PUTNAM, 2006, p. 181).

O autor destaca ainda que as comunidades que obedecem as regras da reciprocidade generalizada conseguem coibir o oportunismo e solucionar os problemas da ação coletiva. Isso acontece porque ela está associada a um amplo sistema de intercâmbio social, sendo um componente altamente produtivo do capital social, como mencionado anteriormente (PUTNAM, 2006).

Nesse sentido, Putnam (2006, p. 179) cita uma passagem da obra de Ostrom (1990, p. 183-184) que trata do respeito que comunidades têm em relação à construção de normas e padrões de reciprocidade na utilização de bens comuns quando em pequena escala, “[...] os indivíduos passam a dispor de capital social para criar os mecanismos institucionais indispensáveis à solução dos dilemas”. Ela acrescenta ainda que a partir da criação das primeiras instituições “[...] um grupo de indivíduos pode utilizar o capital social assim gerado para solucionar problemas de maior monta através de mecanismos institucionais mais complexos” (OSTROM, 1990, p. 190 apud PUTNAM, 2006, p. 179).

As relações de reciprocidade, segundo Ostrom (1998), citada por Sabourin (2010), criam um comportamento constante e completo que compreende na reciprocidade, na confiança e na reputação, constituindo em um movimento circular. A permanência dos aparatos de gestão dos recursos comuns pelos usuários depende dos valores éticos que contribuem para a reciprocidade e para a reprodução das relações de cooperação, assim fortalecendo os processos de auto-organização.

O depósito de confiança e reciprocidade de uma sociedade é representado pela consistência de todos os tipos de instituições coletivas (associações, cooperativas, conselhos), sendo possível medir o capital social por meio do levantamento quantitativo do envolvimento e da participação nas mesmas. As comunidades apresentam elementos básicos do capital social que podem ser utilizados ou não pelas políticas sociais. A presença de organizações básicas da vida social reflete no crescimento do envolvimento em ações coletivas, uma vez que membros de associações tendem a ser política e socialmente mais ativos (PUTNAM, 1993 apud LIMA, 2001). No caso das Reservas Extrativistas, existem os Conselhos Deliberativos, espaços democráticos que ajudam na formulação e no cumprimento de normas e regras impostas, facilitando o trabalho do órgão fiscalizador no uso dos recursos comuns. Além dos Conselhos Deliberativos, encontram-se associações comunitárias e formas específicas de organização, como os Núcleos de Base que respondem por decisões em nível local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o que foi apresentado nessa seção, percebe-se que se o capital social das comunidades de uma Reserva Extrativista fosse alto, a chance dos seus moradores serem capazes de autogovernar seus recursos comuns também seria alta. O capital social permite analisar fenômenos presentes no comportamento social, como a forma com que as comunidades extrativistas se organizam para manter sua relação com os recursos naturais comuns de forma a evitar sua sobre-exploração. Outrossim, o capital social confere suporte para uma melhor compreensão da Teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990), dado que estruturas, como normas, regras, valores morais, confiança, reciprocidade, reputação, entre outras, estão presentes nos princípios elaborados pela autora para se analisar os arranjos sociais presentes em diferentes sociedades.

Diante das perspectivas discutidas nesse referencial, foi possível apresentar bases teóricas para a análise da governança dos recursos comuns, mais especificamente, essa parte do trabalho serviu de base para fazer a discussão do ressurgimento dos recursos de uso comum por meio das Reservas Extrativistas. Sendo assim, a próxima seção apresenta a tentativa de articulação entre as teorias e conceitos abordados até aqui, como também as possíveis categorias analíticas que

utilizei no estudo dos arranjos de governança dos recursos comuns na Resex Cazumbá-Iracema.

1.6. Estruturas de governança, ação coletiva e capital social nas Reservas Extrativistas: a construção do esquema analítico.

A criação das Reservas Extrativistas é fator importante para o reconhecimento do valor dos sistemas de apropriação comunitária de espaços e recursos naturais na gestão ambiental, na proteção da biodiversidade e da diversidade sociocultural e, sem dúvida, na governança dos recursos comuns, como proposto por Diegues (2001b). Portanto, a questão central deste estudo é sobre como são construídos os arranjos coletivos em Reservas Extrativistas, buscando elaborar uma estrutura de governança dos recursos comuns que possa servir de referência para que a Resex Cazumbá-Iracema alcance uma forma de gestão que evite a sobre-exploração desses recursos comuns.

A fundamentação teórica apresentada até aqui foi conduzida por ideias e pressupostos necessários para organizar a proposta de análise empírica do objeto de estudo. Sendo assim, como fundamentação teórica principal foi utilizada a teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990), que confere o respaldo necessário para a construção das categorias de análise, buscando desvelar o fenômeno da ação coletiva responsável pela construção dos arranjos de governança nas Resex. A perspectiva da lógica da ação coletiva de Olson (1999), baseada na lógica de que o indivíduo é quem determina a ação, foi importante para constatar ainda mais o grande valor da proposta de Ostrom (1990, 1994, 1999), uma vez que considera o outro como um cooperador potencial, ressaltando a ação do sujeito e a união do grupo como fatores essenciais para a auto-organização.

Os modelos analisados por Ostrom (1990) como a “tragédia dos comuns”, o Dilema do Prisioneiro e a lógica da ação coletiva, que se fundamentam na ideia de que os indivíduos ao agirem contra o interesse coletivo acabariam por provocar a escassez dos recursos de uso comum, serviram para compreender que para haver a governança é necessário agir de forma coletiva, isto é, com base na confiança mútua.

Apresento o contexto das Reservas Extrativistas utilizando o conceito de “sociedades tradicionais” de Diegues (1999), a fim de compreender melhor o modo

de vida dos sujeitos dessa pesquisa, as comunidades extrativistas, bem como compreender sua relação com o território. As Reservas Extrativistas são territórios protegidos com o objetivo de conservar os recursos naturais, territórios aqui considerados numa perspectiva que vai além do entendimento como espaço, onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente, mas também considerando seu valor simbólico, sendo sinônimo de vida e identidade. Considero os atores sociais que residem nas Reservas Extrativistas como “sociedades tradicionais” reprodutoras de um modo de vida baseado na cooperação social e em relações específicas com a natureza, apresentando uma cultura diferenciada de outros grupos humanos (DIEGUES, 1999).

Após compreender as diferentes visões sobre a ação coletiva, foi necessário incorporar o conceito de capital social para contribuir na análise da natureza das relações sociais dentro do contexto das Reservas Extrativistas e das forças externas. Por isso, foi utilizada a perspectiva de Woolcock (1998) sobre capital social, uma vez que entende as relações sociais dentro da sociedade e entre Estado-sociedade de maneira conjunta e dependente. Considero que as relações sociais precisam ser dinâmicas para possibilitar simultaneamente a coesão dos grupos, sendo a base para a construção dos arranjos de governança.

O uso do conceito de capital social permitiu analisar o sistema de governança em um sentido dinâmico, mostrando a interação entre os elementos (atores e instituições) que compõem este sistema. Nesta tese também tenho consciência de que a maneira como o capital social é mobilizado ou construído será diferente em cada Reserva Extrativista, considerando então esse capital como um recurso potencial específico de cada realidade. Essas foram abordagens necessárias para sugerir, inicialmente, as dimensões e categorias de análise para o desenvolvimento da pesquisa empírica.

O esquema aqui exposto propõe uma abordagem analítica da governança dos recursos comuns a partir de duas dimensões, micro e macro, construídas a partir dos princípios e atributos propostos por Ostrom (1990; 1994; 1999). As categorias de análise selecionadas para discutir a dimensão micro foram: atributos do usuário; atributos dos recursos comuns; acordos coletivos; e natureza das relações sociais. Com relação aos atributos do usuário e dos recursos naturais foram consideradas como variáveis aquelas apresentadas no Quadro 4 e já discutidas neste referencial

teórico. Sobre os acordos coletivos foram levados em consideração as normas, as regras e as sanções. Na categoria natureza das relações sociais, foram analisados elementos, como confiança, cooperação, conflitos (sociais e ambientais), competição, reputação e reciprocidade.

Na dimensão macro, representada pelo ambiente institucional, foram analisadas as seguintes categorias: regulações do Estado sobre a Reserva Extrativista; parcerias Estado-Resex; e relações extra-Resex. As regulações do Estado sobre a Resex são referentes às ações reguladoras (por exemplo leis, fiscalização), de apoio e de conflito entre essas duas esferas. Sobre as relações extra-Resex, considerei as relações com grupos externos ao próprio grupo, como associações, cooperativas, sindicatos, outras Resex, Organizações Não Governamentais (ONG) e instituições educacionais.

Este tratamento conferido ao recurso e ao seu usuário aproxima a teoria da governança dos recursos comuns à dinâmica existente nas Reservas Extrativistas, visto que a chave para arranjos eficazes de governança está nas relações entre atores que têm interesse em um recurso e não apenas em uma única maneira de governar (OSTROM, 1998 apud SABOURIN, 2010). Assim, a importância da gestão partilhada de recursos comuns foi ressaltada, uma vez que funciona melhor em grupos de proximidade onde existe o interconhecimento e o respeito de regras comuns (SABOURIN, 2010).

O eixo de análise das dimensões e categorias apresentadas foi fundamentado nas relações de reciprocidade destacadas por Ostrom (1998), citadas por Sabourin (2010), baseadas no movimento circular formado pela reciprocidade, confiança e reputação. Essa estrutura social dinâmica perpassa as relações sociais, fortalece os processos de auto-organização e contribui para a gestão dos recursos comuns. Em outras palavras, o conjunto de princípios e regras de propriedade coletiva quando bem definidos, aceitos e respeitados pelos indivíduos de uma comunidade, contribuem para que se evite a sobre-exploração dos recursos naturais comuns.

A representação das dimensões e categorias foi esquematizada de forma a contribuir para a compreensão do que se propôs nessa pesquisa, assim como para facilitar a análise da governança dos recursos comuns em Reservas Extrativistas (Figura 01).

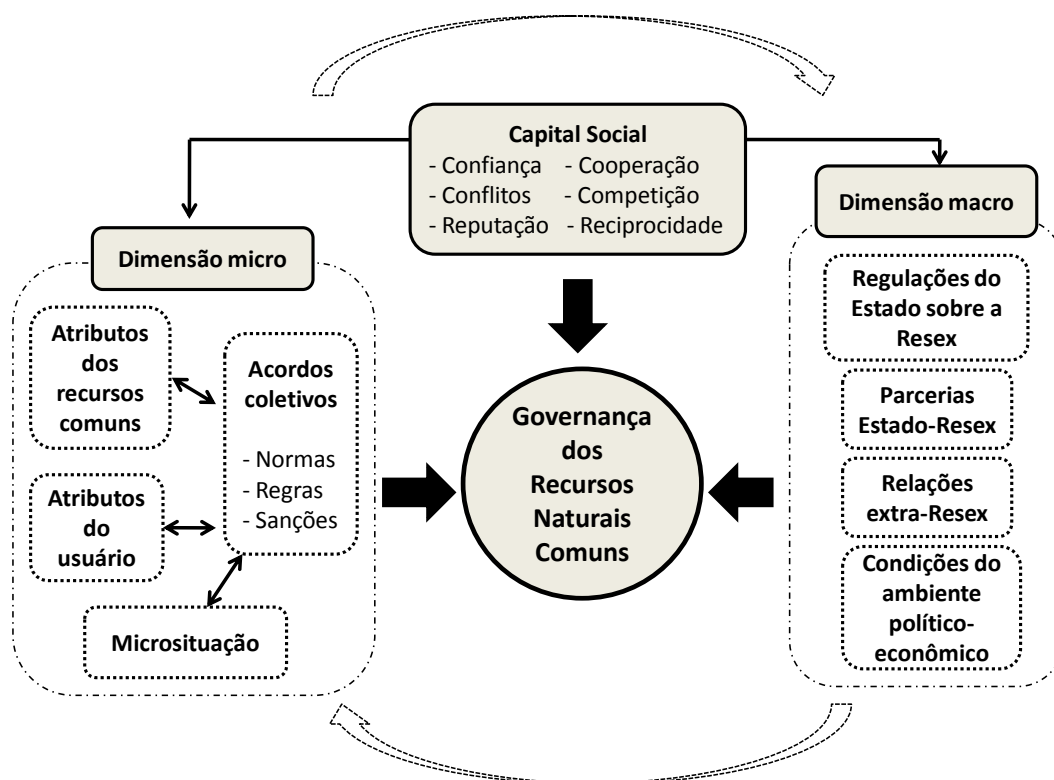


Figura 1 - Esquema analítico dos elementos teóricos da tese.
Fonte: Elaborado pela autora.

Mesmo sendo apresentadas em dois grupos separados, as categorias de análise expostas nesse esquema foram consideradas em relação umas com as outras de forma dinâmica no processo de construção dos arranjos de governança. Na análise das diferentes categorias, vale reforçar que o conceito de governança utilizado para entender como as comunidades das Reservas Extrativistas fazem a gestão dos recursos comuns, foi a capacidade dos atores formarem alianças entre os membros de um grupo e com grupos externos aos deles com base nas relações sociais e de forma a evitar a sobre-exploração dos recursos naturais comuns.

Neste esquema analítico, encontrei a melhor perspectiva de investigação do campo e análise da natureza dos arranjos de governança dos recursos comuns em Reservas Extrativistas, especificamente a Resex Cazumbá-Iracema.

CAPÍTULO 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a descrição das etapas da pesquisa empírica, neste segundo capítulo são detalhadas as estratégias metodológicas e a trajetória do trabalho de campo realizada, em parte, na primeira quinzena de março de 2015. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e metodologia descritiva. A pesquisa qualitativa caracteriza-se por evitar números e por lidar com “interpretações das realidades sociais”, afirmam Bauer e Gaskell (2015).

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 61).

Nessa perspectiva, essa pesquisa se configura um estudo de caso, cujo lócus é constituído pela Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, localizada no Acre (abrangendo os municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano), por apresentar características representativas no cenário nacional e por conter elementos considerados importantes para esta tese (tópico 1.6). Os arranjos de governança dos recursos comuns existentes nesse território foram analisados com base no esquema analítico que se propõe nesta investigação. Para Ostrom (2005), “frameworks” contribuem para identificar os elementos necessários para a análise de instituições sociais. Dessa forma, de acordo com a autora:

The development and use of a general framework helps to identify the elements (and the relationships among these elements) that one needs to consider for institutional analysis. Frameworks organize diagnostic and prescriptive inquiry. They provide the most general set of variables that should be used to analyze all types of settings relevant for the framework (OSTROM, 2005, p. 28).

Essa ferramenta de análise foi escolhida devido a Ostrom (2005) considerar as instituições como formas de organização importantes para entender o comportamento humano. O termo “arena de ação” é utilizado pela autora para designar qualquer instituição social, a interação entre as instituições e das mesmas

com fatores externos (exógenos) que afetam e interagem com outras arenas gerando diferentes resultados. Destaco que, para a autora, instituições são as diferentes formas de organização das interações humanas estruturadas por regras existentes na família, comunidades, bairros, mercados, empresas, igrejas, associações privadas e governos. “Action arenas exist in the home; in the neighborhood; in local, regional, national, and international councils; in firms and markets; and in the interactions among all of these arenas with others” (OSTROM, 2005, p. 13). A “arena de ação” dessa pesquisa, foi a Reserva Extrativista mencionada anteriormente, enquanto unidade de análise da governança dos recursos naturais comuns.

O universo desta pesquisa foi composto pelo total de famílias residentes na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema que em 2015 eram 332, e os atores externos a ela envolvidos na gestão dos recursos comuns, como o técnico do ICMBio responsável pela Resex, líderes de Associações, Sindicatos, Cooperativas, Organizações Não Governamentais, agências de extensão e outros prestadores de serviço. Foram entrevistados 29 moradores e nove representantes de diferentes instituições que desenvolviam atividades ou mantinham parcerias com a Resex no momento da realização da pesquisa.

A amostra de moradores que participaram da pesquisa foi acidental, composta por acaso com os sujeitos que foram aparecendo. No caso dos representantes das instituições parceiras, levei em consideração tanto aquelas que apareciam nos documentos pesquisados quanto as que naquele momento desenvolviam alguma atividade na Resex. Na identificação dos atores sociais para utilização da entrevista, busquei explorar o “espectro de opiniões e as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 68), até encontrar um ponto de saturação.

2.1. Procedimentos para Coleta de Dados

O delineamento empírico desta pesquisa se iniciou com a investigação descritiva e documental sobre o processo de institucionalização e implantação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, assim como seu histórico, de forma a contextualizar o local de estudo. Para fundamentar a análise dos atributos dos recursos comuns, do usuário e dos acordos coletivos (normas, regras e sanções)

foram utilizados o Plano de Manejo da Reserva, o Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá, Projeto de Geração e Tecnologia de Criação e Manejo de Animais Silvestres, o Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)¹² realizado pelo ICMBio em 2014 em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre outros documentos que contribuiriam para o alcance do objetivo proposto. Durante o ano de 2015 continuei monitorando e acompanhando pela internet o desenrolar de algumas ações realizadas na Resex que está conectada nas redes sociais.

Portanto, analisei “documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. As bases documentais permitem estudar tanto a realidade presente como o passado, com a pesquisa histórica” (CERVO, BERVIAN, DA SILVA, 2007, p. 62), sendo essencial conhecer a história de quem vive na Resex, a fim de melhor compreender o modo de vida atual.

Para análise do perfil socioeconômico e cultural das famílias foram utilizados como dados secundários parte dos dados quantitativos da pesquisa “Apoio ao Processo de Identificação das Famílias Beneficiárias e Diagnóstico Socioeconômico em Unidades de Conservação Federais – Levantamento Resex Cazumbá-Iracema/AC”, realizada pela UFV e ICMBio (MMA), produzida em 2014. A coleta desses dados foi realizada por meio de questionários divididos em oito módulos (1. Caracterização do grupo familiar; 2. Caracterização da área de moradia e uso; 3. Educação e Saúde; 4. Acesso a serviços; 5. Produção e comercialização; 6. Uso da terra e práticas de conservação; 7. Renda; 8. Organização social, aspectos ambientais e relação com a gestão da unidade) com questões amostrais e censitárias.

Esses dados da Resex Cazumbá-Iracema complementaram os dados qualitativos coletados por meio da aplicação das entrevistas em profundidade, conhecidas também como entrevistas qualitativas. Essa técnica foi escolhida por contribuir para a descrição detalhada de um meio social.

A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos

¹² Este documento foi elaborado pelo ICMBio em parceria com a Universidade Federal de Viçosa com o objetivo de levantar o perfil socioeconômico e cultural das famílias beneficiadas pela Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER; GASKELL, 2015, p. 65).

Buscando compreender plenamente a “linguagem local” e identificar situações por meio de “lentes distorcidas” a fim de evitar fazer falsas inferências a respeito de situações ou acontecimentos, optei também pela observação participante. De acordo com Bauer e Gaskell (2015, p. 72), na observação participante, “o pesquisador está aberto a uma maior amplitude e profundidade de informação, é capaz de triangular diferentes impressões e observações, e consegue conferir discrepâncias emergentes no decurso do trabalho de campo”.

No primeiro momento foram coletados os fatores endógenos à Resex, por meio de entrevistas que foram aplicadas aos moradores que residem nessa “arena de ação”. Para isso, levei em consideração dois elementos: uma situação da ação; e os participantes dessa situação. Com relação a situação da ação, ela foi caracterizada utilizando sete conjuntos de variáveis: participantes (que podem ser pessoas individuais ou atores corporativos); posições; resultados potenciais; ligações de ação e de resultados; controle exercido pelos participantes; tipos de informação gerados; e custos e benefícios relacionados às ações e resultados. Neste caso, uma situação refere-se à ação no espaço social onde os participantes com diversas preferências interagem, trocam bens e serviços, resolvem problemas, entre tantos outros eventos envolvidos na “arena de ação” (OSTROM, 2005).

No momento seguinte, utilizando-se também a entrevista de profundidade, foram abordados os fatores externos que afetam a estrutura da “arena de ação” objeto de estudo, incluindo três grupos de variáveis: as regras e instituições utilizadas para ordenar as relações; os atributos da comunidade onde acontecem essas relações; e os atributos do ambiente físico. Essas variáveis são importantes, pois a autora considera que “rules, the biophysical and material world, and the nature of the community all jointly affect the types of actions that individuals can take, the benefits and costs of these actions and potential outcomes, and the likely outcomes achieved” (OSTROM, 2005, p. 16).

Os entrevistados foram previamente informados do motivo da entrevista e de terem sido escolhidos, assim como da preservação da identidade pessoal dos mesmos, levando em consideração as exigências do Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa. Nesse sentido, as falas dos moradores entrevistados foram

identificadas como “Morador 1, 2, 3...”. Os nove participantes entrevistados que não eram moradores da Resex foram diferenciados como “Entrevistado 1, 2, 3...”. As falas do gestor e do chefe da Resex foram assim caracterizadas devido a necessidade de serem analisadas conforme as implicações conferidas ao cargo desempenhado pelos mesmos.

2.2. De volta ao Acre: a convivência comunitária e as primeiras percepções do campo.

As indagações sobre a governança dos recursos comuns nas Reservas Extrativistas (Resex) terrestres surgiram logo no meu primeiro contato em 2012, quando participei de uma pesquisa financiada pelo ICMBio. Naquele ano tive a oportunidade de conhecer a realidade de duas Resex acreanas: Reserva Extrativista Alto Juruá, a primeira a ser criada no Brasil, em 1990; e a Reserva Extrativista Chico Mendes, a maior e mais emblemática. Ao lado de uma equipe de pesquisadores passei uma semana em cada uma delas realizando Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) e entrevistando moradores de diferentes comunidades. A participação nessa pesquisa me permitiu conhecer o cotidiano das famílias que vivem nas Resex do Acre e me instigou quanto a forma com que utilizam coletivamente os recursos naturais comuns.

No mesmo ano cursei a disciplina “Sociologia da Vida Econômica” no programa de pós-graduação em Extensão Rural na UFV e tive a oportunidade de conhecer a Teoria da Governança dos Comuns de Elinor Ostrom (1990). Nesse momento, relacionando a teoria com o campo estudado anteriormente, levantei a seguinte questão: Como se constroem os arranjos de governança nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em especial nas Reservas Extrativistas?

O problema de pesquisa foi delineado, ajustado aos poucos e finalizado após minha participação no Seminário para Apresentação dos Resultados Preliminares do Cadastramento e Diagnóstico Socioprodutivo em Unidades de Conservação, em Brasília (DF), em 2014. Nesse evento apresentei e discuti com as lideranças presentes a análise dos dados coletados pela pesquisa do ICMBio/UFV da Resex Rio Cautário (RO). Também acompanhei as apresentações de outras Resex analisadas e

entrevistei lideranças e gestores de diferentes Reservas Extrativistas que participaram do evento.

Foi em 2014 durante as entrevistas realizadas com o gestor e com o chefe da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Acre), que o meu campo de estudo foi escolhido e definida minha proposta de pesquisa: analisar como se constroem os arranjos de governança na Resex Cazumbá-Iracema, tomando como referência o conceito de bem comum discutido por Ostrom. O relato dos entrevistados me instigou a conhecer a realidade daquela Resex que havia recebido diversas premiações pela sua organização comunitária. Diante do acúmulo de experiências referentes à realidade das Reservas Extrativistas do Acre e com base no arcabouço teórico construído por Ostrom (1990), encaminhei ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio¹³) minha solicitação de pesquisa para realização na Resex Cazumbá-Iracema.

Após a autorização do SISbio, a data estipulada para coleta de dados foi definida em comum acordo com o chefe e com o gestor da Reserva Extrativista e aproveitando o inverno amazônico, período de cheia dos rios. Meu estudo de campo foi iniciado no dia dois de março de 2015 em Rio Branco (AC), momento em que encontrei com o chefe da Resex e analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das Reservas Extrativistas brasileiras. Na viagem até Sena Madureira (AC), onde está localizada a maior parte da Resex, 94% do seu território (MMA, 2007), fomos acompanhados por outros dois pesquisadores, uma bióloga e um administrador que também pretendiam desenvolver estudos na Cazumbá-Iracema.

Na sede do ICMBio em Sena Madureira reunimos com o Tiãozinho que é o gestor da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e também presidente da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC), conhecida pelos moradores da Resex como a Associação “Mãe”¹⁴, além de “parceiro” do chefe da Resex. A sede do ICMBio está localizada nas proximidades do centro da cidade e funciona em uma casa que foi adaptada para as atividades de gestão dessa Unidade de Conservação de

¹³ Regulamentado pela Instrução Normativa n. 03/2014, o SISBio é um sistema de atendimento à distância que permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisas em unidades de conservação federais e cavernas (SISBIO, 2015).

¹⁴ A ASSC foi a primeira organização comunitária formal nesse território em 1993, antes mesmo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema ser implantada (MMA, 2007).

Uso Sustentável. O chefe é responsável por atender as demandas da Resex, acompanhar as atividades desenvolvidas, ficando também responsável pelas obrigações administrativas do escritório. Na ocasião, o chefe era o único servidor do ICMBio na gestão daquela Resex. Já o gestor auxilia e tem papel essencial tanto na parte administrativa quanto no campo, uma vez que residiu parte de sua vida na Reserva Extrativista.

Nesse primeiro momento, numa conversa informal, o gestor falou do apoio da Cooperativa Agroextrativista dos Produtos do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco), com sede em Sena Madureira, ao projeto de beneficiamento da castanha do Brasil, uma demanda da própria comunidade. Mencionou também as limitações desse empreendimento, como a dificuldade de escoamento da produção e a presença dos atravessadores na venda da matéria prima. Essas limitações relatadas pelo gestor também foram mencionadas pelos moradores da Cazumbá-Iracema, que levantaram situações de conflito relacionadas aos acordos de uso dos castanhais, uma vez que não são oferecidos os mesmos direitos de uso a todos. Esses indícios foram importantes para discutir a construção dos acordos coletivos na gestão dos recursos naturais da Cazumbá-Iracema, abordados no Capítulo 4.

Outro assunto exposto pelo gestor foi a realização de oito cursos técnicos oferecidos aos moradores da Reserva Extrativista pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Além disso, ele ressaltou que no final de semana seria realizada uma reunião com as lideranças para a construção do Planejamento Participativo referente às atividades de 2015/2016. Ele complementou que esse momento também seria para revisar o acordo de convivência do Núcleo Cazumbá construído em 1999, com o objetivo de replicar a todas comunidades. A partir da observação e da aplicação das entrevistas com os participantes desse evento, foi possível uma análise mais profunda da rede de relações existentes entre os moradores e suas lideranças, assim como a forma com que aconteciam as tomadas de decisão no uso dos recursos comuns na Resex.

Terminamos a conversa com o gestor, almoçamos e partimos para a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Figura 2), subindo o rio Caeté de voadeira (barco a motor). A micro-bacia do rio Caeté corta a parte central da Resex e se encontra quase toda inserida nos limites dela, “tendo como afluentes vários igarapés, destacando-se

o Espera-aí, Canamary, Maloca e Santo Antônio. Na parte leste, corre o rio Macauã, tendo como principal afluente o igarapé Riozinho” (MMA, 2007, p. 20). O rio Caeté e o rio Macauã são afluentes do rio Iaco, bacia do rio Purus.



Figura 2 - Placa indicativa do início da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, sentido rio Caeté, Sena Madureira, Acre, 2015.
Fonte: Dados da pesquisa.

Chegamos no Núcleo Cazumbá após 40 minutos de viagem. O Núcleo Cazumbá, além de oferecer um local específico para estadia de servidores do ICMBio e pesquisadores, foi escolhido como local para início da coleta de dados devido a ser o principal ponto de referência dentro da Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Nessa comunidade residem 124 famílias do total de 332 famílias da Resex. Muito mais do que ser o local com o maior número de famílias, onde está a sede da Associação “Mãe”, o Grupo de Artesanato e onde são articulados e realizados a maioria dos cursos e capacitações, é a região que marca o início da história da Resex, sendo ainda a comunidade onde reside a maior parte dos moradores antigos. Ao me referir a moradores antigos considero aqueles sujeitos que foram os primeiros a chegar e povoar esse território, que participaram do processo de fundação da Resex. Aqueles que chegaram depois, que foram convidados a residir no

Núcleo Cazumbá e, como se verá, que não têm os mesmos direitos que os primeiros, me referirei a eles como novos moradores.

Numa tentativa de governança da Reserva Extrativista, diante da sua dimensão, 750.794,70 ha, uma das maneiras encontradas foi de dividi-la em cinco macrorregiões¹⁵: Cazumbá; Médio Caeté; e Alto Caeté no rio Caeté; e Jacareúba-Redenção; e Riozinho-Cachoeira no rio Macauã. De acordo com o levantamento socioeconômico realizado pelo ICMBio em dezembro de 2011, residiam nessa região 332 famílias (1.660 pessoas), distribuídas da seguinte maneira: Cazumbá, 124; Médio Caeté, 88; Alto Caeté, 33; Jacareúba-Redenção, 57; Riozinho-Cachoeira, 30.

Na entrada da comunidade Cazumbá (Figura 3), seguindo por uma estrada de terra, deparei com algumas casas de madeira e, no centro, um grande campo de futebol com arquibancada e iluminação própria. Ao redor do campo mais casas de variados tamanhos, dois postos de saúde, um construído de madeira e o outro de alvenaria, antena de telefonia da operadora Oi (o telefone público não estava funcionando), caixa d'água e a sede da Associação “Mãe”. Continuando a caminhada, do lado esquerdo, ficava o galpão das atividades do Grupo de Artesanato seguido da Igreja Católica (construção de alvenaria) e mais à frente, do lado direito, a escola e o alojamento do ICMBio.



Figura 3 - Núcleo do Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015.

Fonte: Dados da pesquisa.

15 Segundo o MMA (2007, p. 40), “a divisão em macrorregiões foi sugerida pela equipe do IBAMA durante o estudo socioeconômico, sendo bem aceita pelos moradores”.

A sede do ICMBio (Figura 4) está localizada próxima à escola e à igreja da comunidade do Cazumbá e em frente a uma bela seringueira, símbolo dos extrativistas dessa região do país. Desempenhando várias funções, como hospedagem de moradores de outras comunidades e de pesquisadores, local de reuniões e eventos em geral, a casa é espaçosa, construída com madeira, no mesmo modelo das outras moradias da Reserva Extrativista.



Figura 4 - Alojamento do ICMBio no Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015.
Fonte: Dados da pesquisa.

Fui informada que parte dos moradores estava na cidade comercializando suas produções. Naquela mesma noite, depois de passarmos nas casas de alguns residentes, o chefe da Resex conseguiu reunir nove moradores na sede do ICMBio com o objetivo de nos apresentar e que falássemos dos estudos que pretendíamos desenvolver ali. Entre os presentes estavam jovens, filhos dos primeiros moradores e dois nomes representativos para a comunidade: Sr. Pedro e o Sr. Marco Antônio, moradores antigos que participaram do processo de criação da Resex. Todos ouviram atentamente as apresentações, tiraram dúvidas e se colocaram à disposição para contribuir para as pesquisas.

No dia seguinte, logo pela manhã, iniciei as entrevistas com os moradores da comunidade, que me receberam sem qualquer resistência. Após o almoço, o chefe e os outros pesquisadores voltaram para Rio Branco e eu permaneci para continuar na coleta dos dados.

Ao longo da semana visitei as famílias do Núcleo Cazumbá e do Núcleo Cuidado, comunidade vizinha, também localizada no rio Caeté. A calorosa recepção e acolhimento dos moradores contribuíram para que a coleta de dados corresse melhor que as expectativas, ficando todos muito a vontade ao conversar sobre os temas levantados. As conversas abordaram os assuntos pertinentes à minha pesquisa como o Plano de Utilização, acordos de convivência, criação da Reserva Extrativista, atividades extrativistas, participação nas atividades da Associação e da comunidade, a presença do ICMBio e de outras instituições dentro da Resex. As entrevistas duraram em média 50 minutos. Além da excelente convivência e abertura, fui convidada a experimentar comidas típicas da região, como também a conhecer de perto o artesanato fabricado por eles e a acompanhar suas rotinas diárias.

O inverno amazônico facilitou o acesso ao Núcleo Cazumbá devido a cheia dos rios, entretanto o calor e os mosquitos da região (carapanãs e piuns) me fizeram companhia durante todos os dias que permaneci ali, o que não me impediu de interagir em campo e realizar a pesquisa. Apesar de estar convencida da segurança dentro da comunidade e da receptividade dos moradores, a dificuldade para dormir sozinha numa casa isolada das outras, sem moradores na vizinhança, se tornou meu maior desafio. Apenas com a chegada da família do gestor e das lideranças na sexta-feira, quatro dias após o início dos trabalhos, foi que consegui relaxar e dormir a noite toda. A simplicidade e simpatia daquele povo me fez sentir como se estivesse em minha própria casa.

A partir da chegada do gestor da Resex, acompanhei o encontro das lideranças, que se reuniram na sede do ICMBio com a proposta de discutir e elaborar o Planejamento Participativo da Resex Cazumbá-Iracema. Pessoas das cinco macrorregiões estiveram presentes, dentre elas os representantes dos Núcleos e os Conselheiros, num total de 16 pessoas. Também participaram desse momento um representante religioso (Igreja Batista da Filadélfia) eleito para exercer o cargo de Conselheiro do Núcleo Cuidado e um técnico (ex-morador da Resex) da empresa de

consultoria particular Ekoar¹⁶. Foram três dias de evento, ricos em relatos de experiências, desabafos, críticas, avanços, problemas, melhorias e metas para planos futuros. O encerramento aconteceu na manhã de domingo, totalizando mais de 12 horas de discussões e debates focados na busca por melhores condições de vida na Resex.

Enquanto as reuniões aconteciam tive a oportunidade de observar o comportamento, envolvimento e participação dos presentes no planejamento das atividades. Esse momento também foi importante para que eu entrevistasse os moradores das outras quatro macrorregiões, enriquecendo ainda mais meus dados empíricos. Participar desse evento de organização dos sujeitos da pesquisa foi de extrema importância, uma vez que facilitou meu contato com as lideranças das comunidades mais afastadas, como do Alto Caeté e Jacareúba-Redenção, além de presenciar a interação e articulação desse grupo de lideranças que acontece com pouca frequência (em 2014 eles não conseguiram se reunir). Não posso deixar de registrar que durante todo o evento as mulheres presentes participaram do preparo das refeições com alegria e satisfação, além de outras quatro que permaneceram envolvidas nas discussões sobre o planejamento das atividades.

Terminada a reunião no Núcleo Cazumbá, no domingo, os participantes almoçaram e retornaram para suas casas em suas canoas e voadeiras, motivados e satisfeitos pelo dever cumprido. Então, segui de volta para Sena Madureira junto com a família do gestor e outros moradores na voadeira do ICMBio. Já no município conversei com alguns órgãos e empresas parceiras que desenvolviam atividades na Cazumbá-Iracema, como os técnicos da Ekoar, o presidente da ASSC (Associação “Mãe”), o diretor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), o vice-prefeito e o Secretário de Educação de Sena Madureira, além da proprietária de uma mercearia que comercializa produtos da Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Em Rio Branco, encontrei com o Analista de Programa de Conservação Sênior da WWF-Brasil, instituição não governamental que desenvolveu várias atividades na Resex de 2005 a 2014.

Com os dados coletados por meio das entrevistas de profundidade em mãos, que foram gravadas e transcritas, procurei padrões e conexões, sentidos e

16 A Ekoar é a Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental da Amazônia LTDA, que oferece diversos serviços e soluções para uma Amazônia Sustentável (EKOAR, 2015).

compreensões, temas com conteúdo comum e as funções destes temas, também buscando contradições (BAUER; GASKELL, 2015).

Assim, a técnica análise de conteúdo foi utilizada, por ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, conforme Bardin (2012, p. 38). O autor complementa que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2012, p. 38).

De forma mais detalhada, foram consideradas como variáveis de análise os oito princípios de governança de Ostrom (1990, 1999): limites definidos; participação nas decisões coletivas; monitoramento; sanções; mecanismos de resolução de conflitos; reconhecimento dos direitos; empresas parceiras; as variáveis de análise referentes aos atributos do recurso (disponibilidade, indicadores, previsibilidade, extensão do espaço); e as variáveis dos atributos do usuário (destaque, compreensão comum, taxa de desconto, distribuição de interesses, confiança, autonomia, experiência organizacional anterior) (OSTROM, 1999). As variáveis internas e externas às “arenas de ação” são consideradas dependentes, uma vez que afetam as ações tomadas pelas pessoas, influenciam os benefícios, custos e resultados dessas ações.

A interpretação foi toda enraizada nas próprias entrevistas e na observação participante, tendo como base as finalidades e objetivos da pesquisa, bem como o esquema analítico proposto. O corpus das entrevistas foi apresentado ao longo dos capítulos referentes aos resultados e discussão, a fim de respaldar as conclusões.

Realizadas as etapas anteriores e de posse desses dados, foi possível construir um conjunto de princípios e de regras de propriedade coletiva que evitem a sobre-exploração dos recursos comuns pela Resex estudada a partir da governança.

Durante os dez dias de trabalho de campo tive a oportunidade de imergir em relatos cheios de histórias, emoção e vida, surpreendendo-me e me indignando com a realidade de vida daqueles sujeitos, confirmando ainda mais a importância e necessidade da proposta desta pesquisa. A seguir apresento os dados referentes à dimensão micro do modo de vida na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, buscando alcançar o objetivo proposto ao relacionar com as teorias pertinentes.

CAPÍTULO 3. A RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA E SEU CAPITAL SOCIAL: HISTÓRIA DE FÉ, UNIÃO E LAÇOS DE SANGUE.

Neste capítulo objetivei problematizar o local de estudo de forma a aproximar o leitor da realidade vivida pelos moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Figura 05). A Cazumbá-Iracema está localizada no estado do Acre, Amazônia Ocidental, e abrange a micro-bacia do Caeté e parte do rio Macauã, nos municípios de Sena Madureira (94%) e Manuel Urbano (6%), compreendendo uma área de 750.794,70 hectares (MMA, 2007).

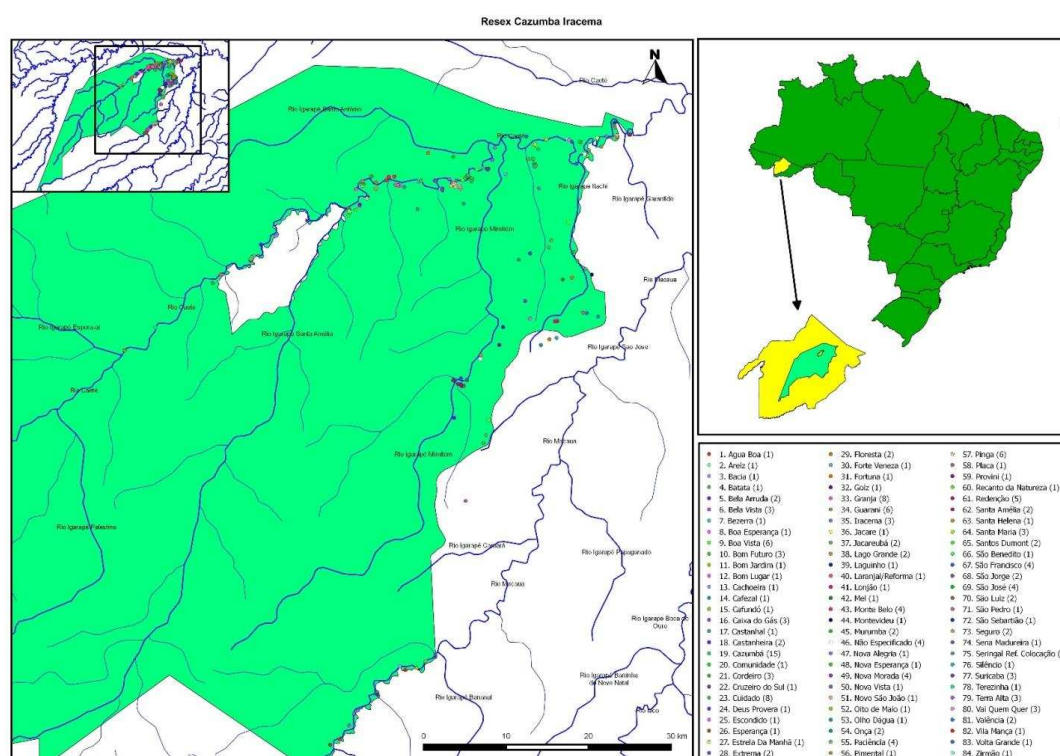


Figura 5 - Mapa da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema com a identificação das comunidades, municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano, Acre, 2015.
Fonte: ICMBio/UFV, 2014.

Para entender o contexto sociohistórico, cultural e econômico atual das comunidades que vivem nessa Resex, primeiro apresento um pouco do modo de vida do seringueiro que viveu no Estado do Acre durante o ciclo da borracha e sua relação com a floresta. Adiante relato o conseqüente processo de criação da Cazumbá-

Iracema, para então relacionar mais especificamente com os elementos chave da minha pesquisa – confiança, reputação e reciprocidade – e que serão primordiais para as análises seguintes.

3. 1. Marcas do passado: a vida do seringueiro do Estado do Acre.

Para falar do Estado do Acre e das sociedades tradicionais não posso deixar de contextualizar a vida sofrida do principal personagem que viveu nessa região durante o ciclo da borracha, o seringueiro. A fim de compreender o modo de vida na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e os arranjos sociais construídos ao longo da trajetória das comunidades que hoje vivem nesse território, primeiro é necessário conhecer brevemente a história do seringueiro que viveu à margem da história.

Nas primeiras décadas do século XIX, com o propósito de melhorar de vida, em busca do Eldorado, chegam ao Acre os sertanejos emigrantes nordestinos, movidos pela ilusão de prosperar por meio da extração da seringa. O látex, resina extraída das seringueiras, era conhecido como cau-chu ou caoutchou, que significa árvore que dá leite (CUNHA, 1994). Tocantins (1979) complementa que, nesse período, ele era

[...] o astro de primeira grandeza na existência econômica das nações. Não mais um brinquedo da natureza e sim um poderoso agente de fenômenos sociais, impregnado de vida, paixão, vontade, criação, dramatismo. Nela estava o genuíno Eldorado, que enriqueceu e fascinou uma geração amazônica (TOCANTINS, 1979, p. 104).

De acordo com Bueno (2012), na região amazônica, a partir de 1840 toda atividade econômica era voltada para a extração do látex e a exportação do produto fabricado a partir de seu manuseio. O látex de melhor qualidade do mundo era o da Amazônia, extraído da *Hevea brasiliensis*, a seringueira. “A Amazônia, ao findar do século XIX, detinha a produção de 65% do produto, e quando se fala em borracha, só a Amazônia adquiria o forte significado do termo” (TOCANTINS, 1979, p. 138). Além de alterar a economia, o ciclo da borracha também mudou de maneira significativa as relações culturais e sociais no Brasil dessa época (BUENO, 2012).

A organização do trabalho da “sociedade dos seringais” era dividida em três classes, reproduzindo o sistema de trabalho escravo: do seringalista (patrão); do aviador; e do seringueiro. O seringueiro dedicava-se à extração do látex, isolado, desempenhando um “[...] ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos” (CUNHA, 1994, p. 22).

O patrão do seringueiro tanto podia ser o grande proprietário (seringalista), que arrendava suas terras ao seringueiro, como também o comerciante local, conhecido como aviador, que controlava informalmente a produção e o comércio da borracha na área, negociando a produção dos seringueiros e mantendo-os abastecidos de ferramentas, víveres e quaisquer outras extravagâncias a que pudessem se dar o lucro (BUENO, 2012, p. 39).

Cumprindo o “regulamento” criado pelo patrão, o seringueiro trabalhava mais para sanar suas dívidas com ele do que para benefício próprio. “É o homem que trabalha para escravizar-se”, relata Cunha (1994, p. 36), “escravo da natureza e do patrão” (CUNHA, 1994, p. xvii). O autor ressalta a crueldade contida ao analisar as regras impostas pelo patrão:

Os ‘regulamentos’ dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num encerramento gramatical estupendo, coisas assombrosas (CUNHA, 1994, p. 37).

Em uma quase reprodução da civilização patriarcal, na Amazônia predominava o extrativismo de monocultura e o patrão, dono do seringal e morador do barracão. Cunha (1994) e Tocantins (1979) comparam o sistema e as condições de trabalho na extração da borracha como tendo o mesmo sentido social da casa-grande e senzala no Nordeste. No barracão vivia o patrão, figura central, dominadora, inflexível, idealizadora dos “regramentos”. Tocantins (1979, p. 165) descreve com detalhes a figura do patrão: “O patrão antes de tudo é um ser enérgico, predisposto à luta, aos desafios do meio e de seus ‘ávidos’. [...] A direção, as normas, as penas, o controle. [...] O centro do poder está ali”. Na barraca, “uma espécie de senzala, onde se abriga o seringueiro propriamente dito, o extrator, casebre, paupérrimo, sustentando-se no rústico arcabouço das paxiúbas” (TOCANTINS, 1979, p. 156).

Nesse sistema econômico da extração do látex, o seringueiro significava simplesmente a “máquina de fabricar borracha”, resalta Tocantins (1979, p. 166). Bueno (2012, p. 41) complementa que “a estrutura econômica o colocava em situação de trabalho semelhante à relação de servidão”.

[...] porque ele não tinha alternativa a não ser comprar os suprimentos necessários, a preço altíssimo, no armazém mantido pelo seringalista, e por isso estava sempre em débito na contabilidade e endividado, não conseguindo escapar da exploração do patrão (BUENO, 2012, p. 41).

Após a crise da borracha de 1910, em 1942 novos mercados são abertos com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. O governo brasileiro decide direcionar para a região amazônica a migração de nordestinos, na tentativa de fornecer mão-de-obra barata para os seringalistas poderem produzir mais borracha em menos tempo, exatamente como havia ocorrido no final do século XIX (BUENO, 2012).

As condições de vida na floresta ainda eram muito próximas daquelas de 1840, tanto que, entre 1943 a 1944, dos “50 mil soldados da borracha que foram para a Amazônia, estima-se que quase metade morreu ou desapareceu” (BUENO, 2012, p. 111).

Foi só a partir da Constituição de 1988 que os sobreviventes obtiveram o direito de receber o benefício de dois salários-mínimos mensais. Naquele mesmo ano, foi assassinado, em 22 de dezembro, na porta de sua casa, o sindicalista e seringueiro Chico Mendes¹⁷, um dos principais defensores dos homens que se dedicam à produção da borracha e pioneiro nas causas ambientalistas do país (BUENO, 2012, p. 111).

É esse contexto sociohistórico e cultural que influencia e determina as relações sociais no Acre e que foram determinantes para existência da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. A carta encaminhada ao Presidente da República em 14 de dezembro de 2001 pelos comunitários traz argumentos dessa realidade histórica para justificar a criação da Cazumbá-Iracema, retomando informações que reforçam os principais protagonistas dessa história, os seringueiros.

A Comunidade do rio Caeté, afluente do rio Iaco, no Município de Sena Madureira é constituída na sua totalidade por seringueiros e

¹⁷ Em dezembro de 1988 Chico Mendes é assassinado por representantes dos pecuaristas “com repercussões internacionais jamais vistas em centenas de crimes similares praticados até então contra lideranças camponesas e indígenas na Amazônia” (CIMI, 2012, p. 9).

descendentes destes, que habitam a região desde o início do século, quando da ocupação do território acreano pelos nossos pais e avós que, como heróis, deram seu sacrifício em defesa de nossa adorada Pátria. Foram estes mesmos seringueiros que derramaram seu sangue e perderam seus entes queridos, vencidos pela malária e outras enfermidades, para a conquista do Acre e para que, durante a Segunda Guerra Mundial, a Nação Brasileira se mantivesse em lugar de destaque perante o resto do mundo, produzindo a borracha que levou os aliados à vitória. Não os seringalistas, que quase nunca pisavam estas terras e nos escravizaram durante anos, desde suas suntuosas mansões, erguidas com o nosso suor (MMA, 2007, p. 179).

Diante do sacrifício humano que prevaleceu nesse período da extração da borracha, ele passou a ser conhecido também por ciclo do ouro negro, tanto pelo processo de produção das bolas de borracha (defumação) quanto pelo isolamento, privação, perigo e trabalho escravo vivenciados pelos seringueiros. A criação da Reserva Extrativista surge como uma forma de conquistar melhores condições de vida e onde prevaleça a liberdade das ações.

3.2. A esperança de uma nova era: a criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Considerado muito mais que seu espaço de reprodução econômica onde acontecem as relações sociais, o território é o lugar das representações e do imaginário mitológico das sociedades tradicionais (DIEGUES, 2001), gerando disputa e conseqüente união dos atores que demonstram interesse comum em conquista-lo. É por assim considerar o território que a história da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema começa a ser traçada em 1986, com a chegada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) à região. Nesse momento, o Incra apresenta a proposta de loteamento das terras pelo projeto de assentamento Boa Esperança¹⁸ que abrangeria parte do que é hoje o Núcleo Cazumbá (Figuras 6, 7 e 8).

18 O projeto de assentamento Boa Esperança previa a demarcação de lotes de terra que mediriam em média 60 hectares (SEBRAE, 2004).



Figura 6 - Núcleo Cazumbá em 1984, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.

Fonte: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC).



Figura 7 - Núcleo Cazumbá em 1986, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.

Fonte: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC).



Figura 8 - Núcleo Cazumbá em 2011, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.

Fonte: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC).

As lideranças locais, representadas principalmente pelo gestor da Resex, Padre Paulino e a irmã Fábria, discutem a criação da Associação dos Seringueiros. Inicia-se a mobilização da comunidade motivada pela vinda de Chico Mendes a Sena Madureira (AC), dando início ao trabalho de sensibilização dos moradores para fazerem parte de uma Reserva Extrativista. A preocupação com o desmatamento e a conservação dos castanhais e dos seringais motivou a luta pela transformação do território em Reserva Extrativista, como relembra o Morador 14:

A gente reuniu e graças a Deus foi todo mundo para cidade resolver, com a benção de Deus e ajuda das pessoas. Porque a gente que com tantos anos que a gente morava aqui ficar num lote num pedaço de terra de 500 por 1000, a gente achou que não ia dar para sobreviver. E também outra coisa que a gente achou que nas estradas de seringa da gente tem aqui tem um castanhal, praticamente esse castanhal ia ser destruído muito rápido, porque ia vim pessoas de fora e aí tem que desmatar (MORADOR 14, 44 anos).

Uma das várias decisões tomadas ao longo do processo de luta pelo território e que foi essencial para que se alcançasse o objetivo de criar a Reserva Extrativista Cazumá-Iracema, foi a parceria firmada com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama): “*Deus deu a sabedoria para gente escolher na época entre Incra e Ibama. [...] Aí nós escolhemos ficar do lado do Ibama*”, afirma o atual gestor da Resex.

Durante todo o processo nosso principal entrave foi o INCRA, que desde 1.986, tenta se apossar de parte da área ocupada pelos seringueiros para implantação de Projetos de Assentamento e até hoje sustenta a sua posição, afirmando que não vai ceder as áreas ao IBAMA para criação da Reserva, apesar do compromisso assumido, quando por ocasião de nossa estada em Brasília, pelo próprio Presidente do INCRA, perante o Presidente do IBAMA e o Coordenador do CNPT, de que iria repassar toda área que fosse necessária, dentro do perímetro estabelecido para a Reserva (trecho retirado da carta da comunidade ao Presidente da República Federativa do Brasil de 2001, MMA 2007, p. 179).

Entre os moradores mais antigos existe um sentimento de dever cumprido por terem acertado com relação ao que seria melhor para todos ao implantar a Resex, principalmente em se tratando da terra. Para os moradores da Cazumbá-Iracema aqueles que optaram pelo assentamento da Boa Esperança, proposto pelo Incra, não fizeram a escolha certa, uma vez que não se adaptaram a realidade imposta pelo projeto. A comunidade do Cazumbá tinha consciência e confiava na decisão de suas lideranças, uma vez que visavam à posse das terras e a melhoria de vida do coletivo.

Muito mais que a parceria com o Ibama, foi a influência da Igreja Católica/Povo-de-Deus (Figuras 9 e 10), nos anos 70, que iniciou todo o movimento da luta pela terra com a construção das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). É nos espaços das CEB que se uniu fé e vida:

Vida à luz do evangelho. Evangelho lido do ponto de vista dos “oprimidos”. Oprimidos evangelizados que deveriam se tornar eles mesmos agentes de pastoral, ao lado do clero e de outros leigos oriundos de várias classes sociais. Isto é, esta proposta implicava em mudanças no universo religioso e em uma articulação constante entre ser cristão e participar da transformação tanto da Igreja, quanto da sociedade. Em suas próprias palavras: participar da caminhada (NOVAES, 1997, p. 119).



**Figura 9 - Comunidade do Núcleo Cazumbá durante pregação da palavra de Deus em 1984, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.
Fonte: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (AC).**



**Figura 10 - Grupo de Jovens do Núcleo Cazumbá durante a 1ª Congregação Jovem do Cazumbá em 1985, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.
Fonte: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (AC).**

Diante desse cenário, em 1993 a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC – Figura 11) foi criada tendo Tiãozinho como presidente que desde 1986 já trabalhava como agente de saúde na região, e Adelino Nunes de Almeida como secretário. Adelino, importante referência religiosa, também fundou com Tiãozinho a CEB do Cazumbá.



**Figura 11 - Diretoria de 1995 da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC), Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.
Fonte: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC).**

A carta encaminhada ao Presidente da República em 14 de dezembro de 2001 pela Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC) retrata bem a dificuldade em entrar num acordo com o Incra para que cedesse as áreas para a criação da Resex:

Durante todo o processo nosso principal entrave foi o Incra, que desde 1986, tenta se apossar de parte da área ocupada pelos seringueiros para implantação de Projetos de Assentamento e até hoje sustenta a sua posição, afirmando que não vai ceder as áreas ao Ibama para criação da Reserva, apesar do compromisso

assumido, quando por ocasião de nossa estada em Brasília, pelo próprio Presidente do Incra, perante o Presidente do Ibama e o Coordenador do CNPT, de que iria repassar toda área que fosse necessária, dentro do perímetro estabelecido para a Reserva (MMA, 2007).

Porém, a Associação não tinha a participação e envolvimento dos filiados devido a distância entre as Colocações¹⁹ e as estradas²⁰ de seringa que dificultavam a comunicação e a vida na comunidade, não avançando com suas propostas. Então, os moradores antigos decidem trazer outras famílias para morar no Núcleo Cazumbá, dividindo tudo que tinham com elas, principalmente a terra. É nesse momento da história de criação da Cazumbá-Iracema que se inicia a construção da relação de poder dos moradores antigos com os novos moradores, representada pelas normas de convivência e apropriação privada de recursos naturais presentes em suas Colocações.

Uma das etapas mais importantes e estratégicas para a criação da Resex foi convidar famílias de comunidades mais afastadas e que confiavam neles para residir no Cazumbá, com o intuito de fortalecer o movimento. Essa era uma forma dos moradores antigos terem seus direitos mantidos, sem expor a relação de poder sobre as famílias convidadas. Destaco o fato do discurso do Tiãozinho ao descrever a forma com que essas ações foram pensadas, voltadas principalmente para a sua figura, ser reproduzido por outros moradores, como observado nas falas do Entrevistado 7 e do Morador 11: “Era necessário trabalhar junto e organizado a fim de facilitar o alcance de benefícios para o coletivo” (ENTREVISTADO 7, 44 anos).

O Tiãozinho era o cara que fez esse papel todo, buscar *conhecimento*. [...] *A Reserva era mais interessante pra gente ter mais terra. Desde pequeno participando. Foi conseguindo benefícios a partir da Associação, projetos, crédito habitação, acordo de convivência com a comunidade e associação, pensando no presente e futuro* (MORADOR 11, 30 anos).

A chegada da primeira família convidada a residir no Cazumbá data de 1993. Haviam critérios na escolha dessas famílias, como a crença religiosa (catolicismo) e o parentesco com os moradores antigos. “A gente não chamou qualquer família, a

¹⁹ De acordo com Tocantins (1979, p. 166), as colocações são definidas como “o lugar na selva, sua barraca, suas ‘estradas’”.

²⁰ Cunha (1994, p. 213) explica que “estrada” é a “original medida agrária. A unidade não é o metro – é a seringa; e como em geral 100 árvores, desigualmente intervaladas, constituem uma ‘estrada’”.

gente chamou famílias equilibradas que já tinham um trabalho religioso com aquela família. Só teve uma que eu trouxe por caridade, essa que eu trouxe por caridade até hoje me dá trabalho”, explica Tiãozinho ressaltando a importância do envolvimento com a religião católica. Segundo ele, a família trazida por caridade é católica, mas não participa das atividades da igreja. Foram estipulados critérios na seleção das famílias com as quais eles, os moradores antigos do Núcleo Cazumbá, dividiriam “suas terras”. Os critérios condiziam com os interesses daquele grupo em permanecer ditando regras que os beneficiasse.

É no relato da criação da Resex que o gestor menciona pela primeira vez a maneira com que se relaciona com a terra, recurso que se tornaria comum com a criação da Resex e que poderia ser usado igualmente por todos. Ele deixa transparecer a imagem que os novos moradores deveriam ter dele, a de “dono” das terras do Núcleo Cazumbá. A apropriação privada do recurso comum é o primeiro indício do início de uso de poder sobre os novos moradores.

O local escolhido para reunir as famílias como estratégia para fortalecer o movimento era da família do Tiãozinho, o que novamente reforça a relação de poder sobre aqueles que escolhessem morar ali: “*Aquela área era minha, dos meus pais e meus avós*”, explica. Aqueles que aceitassem o convite teriam que viver seguindo as regras e normas construídas por eles, o que viria a ser chamado de Acordo de Convivência, ou seja, teriam que seguir um “regramento” predeterminado. A partir desse momento, a relação de poder que os patrões tinham com os seringueiros passa a ser praticada pelos “donos” daquele território: as famílias dos moradores antigos. Essa relação de poder associada à terra será discutida no Capítulo 4.

A estratégia era clara, morando mais próximos uns dos outros facilitaria a comunicação entre eles e a busca por benefícios, pois juntos teriam chances maiores de serem ouvidos. Além de convencer as famílias a vir morar nas terras da sua família, Tiãozinho precisou sensibilizar seus familiares a dividir aquele terreno.

Acreditar na organização das ações foi essencial para o envolvimento das famílias para a criação da Reserva Extrativista, como menciona Tiãozinho: “*Espírito da coletividade e um pouquinho da história da vaquinha*”²¹. Nós ganhava em

21 A “história da vaquinha” a que se refere é conhecida por todos os moradores da Cazumbá-Iracema. Ela trata da vida de uma família pobre que só possuía uma casa simples e uma vaca. Todo o sustento dessa família vinha desse animal. Certo dia a família hospedou um viajante que ao entender a dependência que a família tinha pela vaca, resolve matá-la depois de ter que ir embora. Anos depois,

organização, infraestrutura e escola". Seus familiares decidiram confiar nele e em suas ideias: *"Eles ainda são disso, de acreditar no que você diz"*, relata a Entrevistada 2, 25 anos. Essas falas refletem o que Giddens (1991) denominou de confiança básica construída na institucionalização dos laços pessoais e códigos de sinceridade e honra.

Convencer os moradores a se mudarem para o Cazumbá não foi uma tarefa fácil. Mesmo diante das vantagens que teriam ao se organizar, também houveram aqueles que mostraram resistência à mudança: *"Meu esposo que não queria, nunca quis, ele dizia assim: 'se Reserva fosse bom todo canto do mundo tinha Reserva'"*, relata a Moradora 10, 44 anos. *"Foram muitas noites e sacrifícios para as pessoas aceitarem a Reserva"*, completa o Morador 14 (44 anos). Essa situação retrata bem o que Granovetter, citado por Aguiar (1991), relata sobre os fatores que são levados em consideração pelos sujeitos ao tomar decisões coletivas, por exemplo o número de envolvidos e a interdependência dessas decisões no futuro. Neste caso, eles decidiram arriscar uma nova vida num lugar diferente, deixando tudo que possuíam para trás. Além disso, os moradores das outras comunidades cooperaram com o grupo do Núcleo Cazumbá para obter um benefício coletivo, sem que houvesse a coerção.

Vários foram os motivos que fizeram com que diversas famílias deixassem para trás o pouco que tinham para viver uma nova vida no Núcleo Cazumbá, ou seja, havia um interesse coletivo. A confiança mútua construída nesse momento a partir do princípio de troca social (OSTROM, 1998), registra o interesse coletivo dos moradores antigos e novos de fazer parte de uma Reserva Extrativista, ainda que tenha propiciado maiores benefícios para os grupos de moradores antigos. As facilidades como a proximidade com Sena Madureira, a oportunidade de educação para os filhos e a segurança foram os fatores mais ressaltados pelos novos moradores. Antes as famílias viviam isoladas, dificultando muito a vida no lugar onde moravam, como relata o Morador 3, 71 anos, que morava nos Gama:

passando novamente pela região, depara-se com uma próspera propriedade e decide parar para perguntar sobre a humilde família que ali residia anteriormente. Como suspeitou, a mesma família ainda permanecia naquele local. Ao perder seu único sustento, teve que sair da sua zona de conforto para buscar novas formas de sobrevivência, conquistando muito mais do que possuíam antes. Assim também foi o raciocínio de Tiãozinho, para convencer seus parentes que ao abrir mão do seu espaço, tornando-o de uso comum com outras famílias, haveria um ganho muito maior como consequência, a criação da Reserva.

“Tiãozinho trouxe nós para fazer uma comunidade e morar tudo junto. Lá é muito longe e não tinha nada. A gente veio pelos estudos e para ficar mais perto de Sena Madureira”.

A participação do Conselho Nacional dos Seringueiros, da Igreja Católica, da Pastoral da Terra e do Sindicato dos Seringueiros foi essencial para a concretização do objetivo do movimento. O interesse em tornar aquele território uma Reserva Extrativista era por se tratar de um assentamento diferenciado para o extrativista, respeitando as colocações, onde as terras não são demarcadas.

Fortalecidos, mobilizados e decididos, os representantes da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC) sugerem a criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema ao Ibama, em 1999, propondo abranger, além da comunidade do Cazumbá, toda a região do rio Caeté. Então, conforme o Decreto de 19 de setembro de 2002, art. 1º, foi criada a Resex que leva o nome das duas comunidades que tiveram maior participação no processo, tendo como objetivo garantir aos moradores a manutenção de sua cultura e forma de vida tradicional.

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local (Decreto de 19 de setembro de 2002).

O apoio da Igreja Católica na figura do Padre Paolino Baldassair ao movimento dos seringueiros somado às instituições do poder público e da sociedade civil de Sena Madureira culminaram na criação da Resex Cazumbá-Iracema (MMA, 2007). Putnam (2006, p. 180) afirma que “quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”. Como nessa afirmação, posso dizer que a criação e o fortalecimento nas diferentes relações sociais resultaram na cooperação necessária para que fosse possível alcançar o objetivo maior do grupo, a criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Diante do contexto sociohistórico e cultural de criação da Cazumbá-Iracema emergem elementos das relações sociais trazidos por Ostrom (1998 apud SABOURIN, 2010) e que permanecem presentes no cotidiano dessas famílias, como reciprocidade, confiança e reputação, melhores discutidos na próxima seção.

3.3. A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: relações de confiança, reputação e reciprocidade.

Uma característica dos moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e que não se pode deixar de destacar é a capacidade de mobilização para a criação e a participação em grupos comunitários. Para os moradores, existem três momentos marcantes na história desse povo. Um deles foi a criação da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (Associação “Mãe”) em 1993, seguida da elaboração do Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá em 1994, que teve também a participação de moradores dos outros Núcleos. A iniciativa, apoiada e sustentada pelos representantes da Associação “Mãe”, aconteceu antes da criação da Resex e contribuiu para que alcançasse essa nova meta. Outro momento importante foi a própria criação da Reserva Extrativista em 2002, conforme Art. 1 do Decreto de 19 de setembro, a partir da demanda da comunidade Cazumbá (MMA, 2007). Esses sujeitos tiveram o reconhecimento dos seus direitos pelas autoridades governamentais, uma vez que se mobilizaram e provaram ser organizados.

As três conquistas partiram de demandas dos próprios sujeitos que se mobilizaram, se articularam e se organizaram pelo benefício coletivo, com o apoio de instituições como a Igreja Católica e o Ibama. Os elos formados entre as lideranças locais e religiosas, o Ibama e o povo contribuíram para evitar que os envolvidos na luta pela criação da Resex recuassem. A religião foi a principal ferramenta utilizada para convencer os moradores de que a Cazumbá-Iracema era a melhor solução para a melhoria das condições de vida do coletivo. *“Começou pela igreja, começou os trabalhos aqui com a igreja. [...] As pessoas têm muito respeito uns pelos outros. [...] Fazer reunião com os moleque, as mulheres para contar como era antes, a cultura”* (MORADOR 12, 39 anos). O lema entre os moradores era cada um cuidar do outro, reforçando as relações de cooperação e fortalecendo os laços de confiança.

Em 2001 o Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá e outros acordos de convivência dessa comunidade serviram de base para a elaboração do Plano de Utilização do espaço destinado à Reserva Extrativista, apresentado no Plano de Manejo de 2007 (MMA, 2007). Esses documentos construídos pelos moradores são

indícios da participação nas decisões coletivas, princípio importante para a governança dos recursos comuns de acordo com a teoria de Ostrom (1990).

Como mencionado anteriormente, a história de criação da Resex contada pelos moradores antigos faz alusão à história de Abraão²² que deixa tudo que tem em busca da terra prometida: *“Eu dividi tudo que eu tinha”*, essa fala do Tiãozinho aparece com frequência em seus discursos. Nesse momento da história é definida uma troca, os moradores antigos cederiam “suas terras”, mas em troca estava subentendido que os novos moradores teriam que aceitar as regras vigentes. A aceitação das condições para se viver ali se baseou na confiança na figura das lideranças locais devido à sua reputação (prestígio), os laços de parentesco e o interesse comum dos sujeitos envolvidos.

Mesmo conscientes dos conflitos existentes na comunidade, principalmente os referentes ao uso de recursos naturais²³, a confiança e a união foram reforçadas nas falas dos moradores e justificadas pelos laços de sangue entre eles, como se todos fizessem parte de uma mesma família: *“É uma questão de berço né, de família mesmo, maior. A grande maioria se não é irmão, é tio, é primo. É parente de uma forma ou de outra”*, explica o chefe da Resex (28 anos). *“Uma outra coisa que contribui para isso é o seguinte, nós não temos a entrada de pessoas estranhas”*, completa o chefe da Resex. *“Aqui a gente não tem confusão, são tudo parente”* (MORADOR 23, 51 anos). O Morador 26 (42 anos) da macrorregião Riozinho-Jacareúba, completa: *“só parentes na Colocação. Vive muito bem, pela forma de organização. Segurança, felicidade, boa convivência, amizade. Vinte e quatro famílias que são tranquilas e confiam umas nas outras”*.

O intuito principal era de que, com a criação da Resex, tudo ficaria melhor. As dificuldades do passado como cortar seringa, buscar água no balde, escola restrita de 1ª à 4ª série, se dissiparam ao comparar com o presente, com a vinda de projetos para melhoria das moradias, energia elétrica, Ensino Médio. Como beneficiários de uma Reserva Extrativista eles acreditavam que facilitaria o acesso ao crédito e às

²² “8- Pela fé Abraão, quando chamado, obedeceu e dirigiu-se a um lugar que mais tarde receberia como herança, embora não soubesse para onde estava indo. 9- Pela fé peregrinou na terra prometida como se estivesse em terra estranha; viveu em tendas, bem como Isaque e Jacó, co-herdeiros da mesma promessa. 10- Pois ele esperava a cidade que tem alicerces, cujo arquiteto e edificador é Deus” (Hebreus 11: 8-10).

²³ Um conflito latente relatado pelos moradores é em relação à apropriação privada dos castanheiros, um dos recursos de melhor retorno financeiro na Resex e que será abordado no tópico 4.1.1.

políticas sociais, uma vez que anteriormente se viam excluídos dos seus direitos básicos.

A gente só existia porque tinha documentação, mas nós não tinha nada que assegurava os nossos direitos como morador. E daí nós achamos que com a ideia da Reserva, apesar que tinha as limitações, mas a gente ia ter acesso a crédito, Pronaf, crédito habitação, moradia. [...] O objetivo era esse, era nós ter nossa casa com melhor qualidade, que os moradores antigamente a coisa era de *paxiúba coberta de palha*. [...] *Eu assinei sabendo* (MORADOR 26, 42 anos).

No momento da realização desse estudo, na Cazumbá-Iracema residiam 332 famílias, cerca de 1660 pessoas, distribuídas em cinco macrorregiões (ICMBIO; UFV, 2014). A Associação “Mãe” possuía 160 associados, sendo que apenas 50% se encontravam em situação regularizada junto à diretoria, com a anualidade em dia. Seu papel, fundamental para a criação da Resex, foi o de contribuir na sua gestão e representar seus filiados e produtores nas suas reivindicações e necessidades produtivas, culturais e sociais perante as autoridades dos poderes executivo, judiciário e legislativo, a nível regional e nacional e no Conselho Gestor da Reserva. Também tem como finalidade defender o meio ambiente, podendo para isso, inclusive, representar juridicamente contra aqueles que causarem, direta ou indiretamente, dano ao meio ambiente na Reserva Extrativista (SILVA, 2015).

Ao longo de 22 anos, a Associação “Mãe” investiu em cursos, capacitações e empreendimentos que contribuíram para o desenvolvimento comunitário, sempre em parceria com o ICMBio e instituições educacionais. Um exemplo mais recente dessas iniciativas foi a criação do Grupo de Mulheres, com o objetivo de empodera-las a partir da valorização da figura feminina no meio rural, contribuindo para seu bem estar e autonomia, como colocado pelo Entrevistado 28 (43 anos): “*Se sentir donas do próprio negócio. Não depender tanto do Bolsa Família e tão subordinadas ao marido*”.

Várias comunidades já formaram seus próprios Grupos de Mulheres (Figura 12) que desenvolvem atividades de corte e costura com a finalidade de também incrementar a renda da família. A capacitação de corte e costura foi realizada pela gestão da Unidade de Conservação de Uso Susentável com recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e também como parte do Projeto CazumbArte, com patrocínio do Banco da Amazônia.



Figura 12 - Grupo de Mulheres da macrorregião Médio Caeté, em curso de corte e costura, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015.
Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2004 foi criada a Associação dos Agricultores Extrativistas Zirmão-Iracema e, em 2005, com o incentivo financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) para “Estrutura de Gestão da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”, surgem mais três associações, contemplando cada uma das macrorregiões: Associação dos Produtores Extrativistas do Alto Caeté; Associação dos Produtores Extrativistas do Médio Caeté; e Associação dos Produtores Extrativistas do Riozinho-Cachoeira (MMA, 2007).

Em 2015 apenas a Associação Zirmão-Iracema e a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (Associação “Mãe”) permaneciam atuantes. Segundo o Plano de Manejo (MMA, 2007, p. 50), o que causou o fim das outras organizações foi a ausência de “uma cultura de trabalhos comunitários e de mobilização por interesses coletivos”. Para Tiãozinho, as outras associações não sobreviveram porque para mantê-las ativas é demandado muito comprometimento, doação, dedicação e trabalho voluntário, algo que nem todos estão dispostos a oferecer.

Outrossim, a Cazumbá-Iracema está passando por um momento importante da sua história organizacional. Em 2015, pela primeira vez, foram eleitos representantes de Núcleo e Conselheiros em cada comunidade. Para os eleitos o principal fator que motivou as pessoas a escolhê-los foi por serem confiáveis: *“Não foi a minha vontade, o pessoal que pediram. Pessoal acredita na gente né”* (MORADOR 25, 42 anos). Têm aqueles que foram eleitos novamente, como o Morador 26 (42 anos), que já vai para o seu terceiro mandato como Conselheiro: *“sinto satisfação em trabalhar com a natureza, me sinto bem”*, disse ele. Nos anos anteriores não existia a figura do representante de Núcleo e os Conselheiros eram indicados pelas suas comunidades desde 2006 quando houve a formação do Conselho da Resex. Vale reforçar que *“até hoje esses cargos são exercidos de forma voluntária e sem remuneração”*, completa o Chefe da Cazumbá-Iracema.

Por outro lado, destaco a discriminação com relação ao sexo feminino nessas eleições. Em algumas comunidades as mulheres, professoras, apesar de terem sido indicadas pelos moradores, deixaram de se candidatar a pedido dos maridos, que justificaram o fato de que elas não poderiam se ausentar do lar e de suas atividades domésticas. *“Os maridos foram eleitos no lugar delas, mas essa mudança não foi aceita por todos, colocaram na cédula de votação o nome das professoras”*, como uma forma de manifesto, disse o gestor da Resex. Assim como as demais lideranças que presenciaram o ocorrido, o gestor foi conivente com a decisão dos maridos, o que contribuiu para reforçar relações machistas e outros estigmas relacionados ao sexo feminino. Como esse fato ocorreu nas últimas eleições, com o tempo será avaliada a atuação desses representantes e se o ocorrido afetará ou não a participação da comunidade nas decisões e nas ações desenvolvidas.

Nem todos que vivem na Cazumbá-Iracema estão satisfeitos com a vida que têm hoje, lamentando a mudança, principalmente aqueles que vivem nas macrorregiões mais afastadas como a Jacareúba-Redenção, que ainda não conquistaram as mesmas melhorias que as outras comunidades. *“Estamos ainda na mesma coisa ainda. Permanece a mesma coisa. Energia de placa solar [eles compraram]. Escola até Ensino Fundamental. Muito distante [se referindo a Sena Madureira]”* (MORADOR 24, 39 anos, grifos meus). O Morador 26 (42 anos) argumenta que *“tem gente que fala que foi enganado”*. Porém, na opinião deste morador houve avanço, pois eles têm acesso ao Bolsa Família, Pronaf, estão

buscando reformas para as casas, além de estarem mais organizados. A realidade apresentada por parte das comunidades pode estar associada a ausência de uma liderança local que esteja disposta a trabalhar e se engajar na busca pelos mesmos benefícios adquiridos por aquelas que possuem um forte representante.

Comunidades como o Cazumbá, Iracema e Riozinho apresentam características semelhantes no que se refere à forma de organização e melhorias nas condições de vida, de acordo com os relatos dos moradores. O fato de estarem localizados mais próximos de Sena Madureira e por terem representações de fortes lideranças locais, pode ser o que contribui para essa realidade.

Os pontos de vista são variados, mas o mais presente é o de que existe qualidade de vida para quem vive na Cazumbá-Iracema, diferente da realidade encontrada na cidade e principalmente quando comparada com o passado. A falta de segurança e a facilidade de envolvimento com drogas na cidade são fatores que assustam esses sujeitos, contribuindo para permanência ali.

Dentro da Reserva nós temos educação de qualidade, saúde também de qualidade que a gente sonha. [...] E organização, a gente está tirando nossos filhos das drogas, prostituição, porque uma família de oito a dez pessoas dentro da cidade do nosso município, em Sena Madureira, a droga é muito avançada e prostituição também. Em pouco tempo os filhos estão na cadeia, com problema de droga. Então, a gente acha que a melhor forma ainda, acha hoje é na zona rural, para gente manter a família mais confortável. Antes a gente tinha dificuldade de escola, educação, era difícil escola, mas agora tem o governo que nos últimos anos *para cá que tem facilitado muito a escola, professor. [...] Hoje, em vista do que nós era, temos muita coisa* (MORADOR 26, 43 anos).

A relação de confiança existente entre os moradores diante da reputação e da lealdade das lideranças, aliadas a: identidade que possuem com o território e marca deixada pela história de seringueiros; participação nas tomadas de decisão; e presença da reciprocidade das ações, explicam a cooperação construída para a criação da Resex. Por outro lado, não posso deixar de destacar os conflitos e disputas existentes nas comunidades, como a falta de interesse em participar e se engajar nas atividades comunitárias, dependência das lideranças para a realização de ações que beneficiam o coletivo e a apropriação privada de recursos comuns.

As condições criadas para que houvesse a cooperação entre as famílias convidadas a residir no Núcleo Cazumbá, respeitando regras e normas criadas em

parte pelos moradores antigos, apresentam relações de poder herdada do passado dessa região, representada pela figura do patrão. A confiança gerada por essas relações trazem dúvidas quanto a gênese das relações de reciprocidade, se existem sistemas de participação cívica e, conseqüentemente, se existe eficiência na governança dos recursos comuns. Essas e outras questões serão discutidas ao longo dessa pesquisa.

CAPÍTULO 4. A DIMENSÃO MICRO DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA.

Nesse quarto capítulo apresento as discussões referentes aos aspectos do cotidiano dos antigos e novos moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. A partir do esquema analítico proposto no final do Capítulo 1, são analisados os atributos dos recursos comuns e dos usuários na perspectiva da teoria da Governança dos Comuns de Ostrom e trato dos acordos coletivos criados e impostos aos moradores. Assim, esse capítulo foi distribuído da seguinte forma: Atributos dos Recursos Comuns da Resex Cazumbá-Iracema; O castanhal enquanto patrimônio de uns e sobrevivência de outros: relações de conflito e competição na Resex Cazumbá-Iracema; Atributos dos Usuários da Resex Cazumbá-Iracema; Acordos Coletivos: acordos locais de convivência, Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá e o Plano de Utilização; A proibição do consumo de bebida alcoólica no Núcleo Cazumbá: solução ou problema?; A fé e a palavra de Deus: estratégias de gestão comunitária; e O poder da figura do “patrão da seringa” na governança dos recursos comuns.

4.1. Atributos dos Recursos Comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Os 750.794,70 hectares que correspondem à Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema apresentam riqueza de recursos naturais tanto em relação à sua fauna quanto à sua flora. De um lado ela é banhada pelo rio Caeté, compreendendo as macrorregiões do Cazumbá, Médio Caeté e Alto Caeté, e do outro lado pelo rio Macauã, onde estão Jacareúba-Redenção e Riozinho-Cachoeira (MMA, 2007).

Pressões relacionadas aos recursos naturais foram levantadas no Plano de Manejo de 2006, como atividades ilegais de caça, pesca e desmatamento, além da retirada de madeira, ocupação de áreas de preservação permanente, manutenção de espécies de animais exóticos e criação de gado. Para alguns autores, como Browder (1992 apud CAVALCANTI, 2002) e Homma (1993), pressões como estas descritas por esse documento podem ser justificadas pelos aspectos econômicos das atividades

extrativistas. Por outro lado, o documento Plano Amazônico Sustentável (BRASIL, 2008) afirma que arranjos produtivos como o da castanha-do-Brasil, da borracha e do polo moveleiro apresentam características que começam a se adequar ao mercado nacional e externo como no vale do Acre. Esses arranjos são uma forma de “dar maior escala ao potencial de produtos naturais, sem prejuízo da propriedade dos conhecimentos tradicionais, para que ultrapassem experiências locais e disseminem práticas de uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2008, p. 43).

Conforme pude perceber no discurso dos moradores, um recurso natural farto e consumido pelas famílias, apesar de ainda ser pouco explorado para fins econômicos, é o açaí, fruto da palmeira *Euterpe oleracea* Mart. Durante a realização da pesquisa, presenciei as discussões e os passos decisivos para o início da construção da fábrica de beneficiamento da polpa de açaí, como também a aquisição da despoldadeira que se encontrava na sede da Associação “Mãe” no Núcleo Cazumbá. São “momentos novos despontando com o açaí”, ressalta Tiãozinho. Esse projeto partiu do interesse dos moradores e contará com uma gestão partilhada: “*O projeto do açaí foi o povo quem demandou*”, esclarece o Entrevistado 7 (44 anos).

A iniciativa, que surgiu após a realização do curso de açaicultor no Núcleo Cazumbá oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec), contou com a doação de R\$ 80 mil da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) para aquisição dos equipamentos. O apoio de várias instituições também foi essencial para a concretização do empreendimento, como do governo federal, por meio do Pronatec-Campo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (ICMBIO, 2015).

Acompanhei a chegada dos equipamentos e materiais para serem utilizados na construção da fábrica na comunidade do Núcleo Cazumbá, com previsão de iniciar a produção ainda no ano de 2015. A decisão de ser construída nessa comunidade foi tomada com participação de todos, que levaram em consideração a sua localização, pois é uma das comunidades mais próximas de Sena Madureira, por ser melhor estruturada e por possuir energia elétrica. O Morador 4, 23 anos, que não tem interesse no negócio da polpa do açaí, reforça a importância do envolvimento comunitário e a disponibilidade do recurso para o empreendimento: “*Se eles tiverem força de vontade mesmo e trabalhar, se Deus quiser, eles vão conseguir. Porque*

açai tem muito. Tem açai para todo canto. Tem muito, tem muito na mata, muito, *muito mesmo*”.

A inauguração das instalações da agroindústria de açai aconteceu em agosto de 2015 e a ideia é envolver todos os moradores que tiverem interesse, desde aqueles que escolherem dedicar apenas na coleta do açai até aqueles que têm interesse em se qualificar para trabalhar no beneficiamento do fruto para comercialização da polpa, ou seja, nas etapas de produção e transporte. O empreendimento é administrado pela própria comunidade e envolve cerca de 40 famílias. Um dos entraves do empreendimento está no processo de higienização e no uso de água tratada, uma vez que as comunidades não possuem o serviço de tratamento de água adequado para garantir a qualidade do produto final, como argumenta o Entrevistado 7 (44 anos): *“Antes de tudo tem que trabalhar o sistema de filtragem de água. Tem o problema da água não ser tratada”*. Os representantes locais demonstraram ter consciência dos limites do processo produtivo da polpa do açai, além de como isso pode afetar sua qualidade e valor econômico.

Nesse projeto o gestor e o chefe da Resex tiveram o cuidado de primeiro buscar capacitação para os interessados, contribuindo para uma mudança de visão sobre o recurso natural: *“Já começa a olhar para o açazeiro para proteger ele”*, afirma Tiãozinho. As famílias estão seguras de que esse empreendimento dará certo, não somente pela valorização do produto no mercado, mas também pela garantia da oferta do recurso pela floresta. Em outubro de 2015, segundo o ICMBio/UFV, as polpas já estavam sendo produzidas e consumidas pela comunidade, com previsão para iniciar em breve sua comercialização.

O óleo de copaíba, extraído da árvore copaíba (*Copaifera langsdorfii*), foi outro recurso natural vegetal muito citado pelos moradores devido à presença da espécie em todo território e de já terem sido desenvolvidos projetos que incentivaram sua extração. Muito usado na produção de cosméticos, o óleo requer método e cuidado durante sua extração. Quando extraído de maneira incorreta, interfere na pureza do produto, reduzindo seu valor no mercado e comprometendo a vida da árvore.

De 2008 a 2010 foi realizado um mapeamento das copaíbas financiado pelo Programa Biodiversidade Brasil-Itália por meio da WWF-Brasil e realizado pelos próprios moradores, a fim de apresentar uma alternativa de atividade extrativista às

famílias e capacita-las quanto às boas práticas de coleta desse recurso. De maneira geral o programa teve como objetivo melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar dos moradores, “viabilizando soluções baseadas predominantemente no uso sustentável da biodiversidade” (MMA, 2007, p. 69). Após realizados o estudo e os treinamentos, descobriram que nem todos os tipos de árvores de copaíba produziam a quantidade de óleo suficiente para justificar sua extração. Concluído isso, vários moradores ficaram desestimulados e o projeto não avançou. A frustração gerada nesse período refletiu na falta de interesse de parte dos moradores em se engajarem em novos empreendimentos, como a agroindústria de açaí relatado anteriormente.

Naquela época, a WWF-Brasil organizou a cadeia produtiva da copaíba, capacitou os interessados e a Cooperiaco fez o compromisso de comprar o óleo extraído. Hoje os moradores que buscam se beneficiar da copaíba são os mais isolados e que não têm castanha disponível na Colocação. Além disso, eles têm consciência que dependendo da espécie, a copaíba pode levar até 10 anos até estar novamente pronta para ser possível a extração do óleo. Para o Entrevistado 7 (44 anos), o que fez valer todo o investimento no Programa foi o fato dos “*moradores terem aprendido a extrair o óleo sem matar a árvore*”, ou seja, de forma sustentável. Os moradores que ainda extraem e comercializam o óleo estão satisfeitos com o retorno financeiro, enquanto complemento da renda familiar. Ao conversar com o Morador 26 (43 nos), foi possível perceber o prazer que ele sente em exercer a atividade extrativista de forma correta, conforme as boas práticas ensinadas durante o treinamento da WWF-Brasil e executadas até hoje. Na família dele, os dois filhos também participaram da capacitação e exercem a atividade junto com o pai, que se orgulha de vê-los dando o mesmo valor que ele aos recursos oferecidos pela natureza.

Diferente da realidade da copaíba, um recurso natural que perdeu muito valor de mercado, mas que existe em abundância e tem forte representação simbólica na história de vida das famílias da Cazumbá-Iracema, é o látex. A seringueira (*Hevea brasiliensis*) ainda é associada ao sustento e símbolo da luta pelos direitos do povo acreano. Os moradores se emocionaram ao falar do papel e do valor simbólico e histórico da seringueira, sendo comparada a figura materna, remetendo a sentimentos que envolvem proteção, sustento e reconhecimento. Ela é considerada um símbolo

para esse povo, parte de sua história, recurso natural que garantiu e vem contribuindo para a sobrevivência dos extrativistas e seus familiares, em especial para os que residem no Núcleo Cazumbá. “*Mesmo ele não comercializando a seringa, ele ainda chama a seringueira de mãe*”, complementa uma liderança local.

Mesmo com a queda do preço da borracha e do reflexo econômico e social desse acontecimento em suas vidas, os extrativistas ainda esperam o dia em que os bons tempos da valorização desse produto voltarão. O preço pago pelo litro de látex somado ao subsídio oferecido pelo governo não servem de estímulo para que a extração volte a ser realizada na região como antigamente.

Apesar de apenas 4% das famílias entrevistadas pelo ICMBio/UFV em 2014 afirmarem que produziam algum tipo de artesanato, essa foi uma alternativa encontrada pelos moradores do Núcleo Cazumbá para incremento de renda. Jogos americanos (Figura 13), bolsas (misturado ao tecido) e animais em miniatura, feitos de encauchado (impermeabilizado com borracha), são alguns desses produtos. O valor agregado à borracha nativa por meio do artesanato é prova de que esta atividade extrativista não desapareceu por completo, o que reforça a afirmação de Allegretti (2008) que justifica a existência dessa atividade extrativista devido à sua diversificação. Projetos voltados para o artesanato de borracha foram iniciados em 2002, como a produção do couro ecológico, couro vegetal e artesanatos de borracha. Uma limitação abordada no Plano de Manejo (2007) é a habilidade de trabalhar na produção do artesanato: “essa atividade depende de habilidades artísticas: de 30 pessoas que participaram de uma capacitação em 2002, apenas duas passaram a se dedicar de fato a esta fonte de renda” (MMA, 2007, p. 54), o que justifica o pequeno número de envolvidos na atividade. No caso dos suplas feitos de encauchado, abriu-se uma nova frente de oportunidades, envolvendo 12 famílias no processo produtivo que não exige habilidades artísticas específicas.



Figura 13 - Moradora do Núcleo do Cazumbá mostrando a variedade de suplas feitos de encauchado pelo Grupo de Artesanato, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015.

Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, os sujeitos conseguem relacionar o recurso com as variáveis necessárias para sua comercialização ao agregar valor à matéria-prima, como no caso do artesanato: *“É um trabalho que a gente preserva muito a natureza, nós não desmata, nós trabalha com pó de serra, látex, que é o leite da seringa. É o que nós faz. Nós não agridimos a natureza em nada. A gente vende em feira, a pessoa encomenda”*, relata a Moradora 10 (44 anos). Por outro lado, dos 4% das famílias envolvidas nessa atividade, apenas 62,5% possuem carteira de artesão e 37,5% conseguem arrecadar até meio salário com a comercialização dos produtos (ICMBIO; UFV, 2014). Observei que mesmo os moradores tendo consciência das vantagens econômicas do artesanato de borracha, as outras macrorregiões não mostraram interesse em se mobilizar e organizar para formar grupos de trabalho com este mesmo fim, apenas sendo praticado no Cazumbá, como esclarecido na fala do Morador 11 (30 anos): *“Só ali. Tem que ter qualidade. Nas outras comunidades não conseguiram trabalhar, dependência da garrafinha. [...] Ele não vende, ele doa, e só doa uma quantidade específica”*.

A “garrafinha” é uma mistura de produtos químicos necessária para que se obtenha a solução ideal para a produção dos suplas. Ela foi desenvolvida por um casal de pesquisadores da Universidade Federal do Acre (UFA) em parceria com a comunidade do Cazumbá, mas sua fórmula não foi compartilhada ao Grupo de Artesanato, gerando a dependência no envio das mesmas. Eles encaminham as “garrafinhas” de acordo com a demanda do grupo sem cobrar pelo produto. Porém, essa dependência do uso da “garrafinha” além de desestimulá-los, interfere nas possibilidades de melhoria da produção e comercialização dos produtos. Diante das particularidades desse fato, esse assunto será retomado no final desse capítulo (tópico 4.6).

Com relação aos recursos animais, disponíveis na floresta e utilizados nas atividades de caça e pesca apenas para consumo próprio, estão a queixada, a anta, a paca, o jabuti, a capivara, o veado e várias espécies de peixes. Muitos relataram que, com o Acordo de Caça construído pelos moradores em 2001, que proibia a caça com cachorro, os animais reaproximaram das comunidades facilitando a atividade por evitar ter que percorrer grandes distâncias atrás da caça. A atividade de caçar o alimento para sustento da família faz parte do modo de vida desses sujeitos e seus conhecimentos passados de geração a geração. *“Quando quer comer um bichinho do mato, os menino vão lá e trás para cá. [...] Por isso que nós ainda estamos por aqui, que acho bom, e calmo, é por isso que ainda estamos por aqui”*, relata o Morador 3, 71 anos.

Os moradores do Núcleo Cazumbá me relataram sobre o projeto de Criação e Manejo de Animais Silvestres que foi iniciado na comunidade com o estabelecimento de um criadouro semi-extensivo de capivaras e de uma criação de jabutis. Essa iniciativa foi financiada pelo Programa de Apoio ao Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007), mas não deu certo. Para os moradores foi por comodismo de uns e desinteresse de outros em dar continuidade às tarefas diárias, como cuidar da área do cativeiro e da alimentação dos animais. Novamente aparecem indícios da falta de engajamento de parte dos moradores nas atividades coletivas, tema este que será aprofundado no final deste capítulo.

Apesar da criação de gado possuir um papel secundário na economia da Cazumbá-Iracema (MMA, 2007), os moradores relataram que muitos ainda se dedicam à pecuária, principalmente os moradores das comunidades mais afastadas.

“Criação de gado querem cortar, mas é difícil porque a gente ainda come”, ressalta a Moradora 9 (33 anos). O gado bovino tem forte papel econômico na vida dos extrativistas e por isso será um assunto melhor discutido posteriormente, no Capítulo 6.

Talvez por ser época da “quebra” da castanha e o empreendimento do açaí estar em alta, a pesca não foi foco dos relatos dos moradores enquanto alternativa de recurso animal disponível para consumo. Por outro lado, também não foi citado como recurso escasso na Resex.

Um recurso que não é mais utilizado, mas que merece ser discutido é a pupunha (*Bactris gasipaes*). Logo que a Reserva Extrativista foi criada, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) levou a proposta do cultivo da pupunheira, a partir da oportunidade do crédito. Foi um momento de muito entusiasmo e esperança para os moradores diante da perspectiva econômica do negócio, mas que infelizmente não trouxe o retorno financeiro previsto.

A terra contribuiu para o cultivo dessa cultura e a produção fosse satisfatória, porém surgiram complicações referentes ao escoamento do produto. Como não foi realizado um estudo prévio com relação à sua viabilidade na região, o projeto fracassou gerando dívidas exorbitantes aos produtores e que existem até hoje. Segundo Ostrom (1999), alguns fatores relacionados aos atributos do recurso devem ser considerados antes da sua utilização, como as necessidades de transporte, comunicação e tecnologia, o que não aconteceu no caso da produção da pupunha. A frustração gerada pela pupunha vem contribuindo para a dificuldade dos sujeitos em voltar a acreditar, se envolver e se comprometer com novos empreendimentos. Isso justifica, de certa maneira, a falta de interesse e engajamento de parte da população em participar mais diretamente das novas iniciativas, como da polpa de açaí e do beneficiamento da castanha-do-Brasil.

Para alguns faltou o apoio técnico, para outros o problema foi não terem sido consultados sobre o interesse em se envolver antes de ser oferecido o crédito. “Foi um projeto trazido de goela abaixo”, desabafa a Moradora 18, 45 anos. “Acho que largaram tudo para estar investindo numa coisa que não deu certo” (ENTREVISTADA 2, 25 anos). A fraca ou ausente assessoria técnica somada à falta de organização dos moradores de se unir para manifestar com relação a essa forma de produção distante de sua realidade contribuíram para o seu fracasso. Em 2014,

apenas 28% dos moradores participantes do levantamento feito pelo ICMBio/UFV disseram ter realizado produção e comercialização extrativista vegetal no ano anterior, sendo que, entre eles, 67% dedicaram à castanha-do-Brasil, 17,86% ao açaí, 10,71% à copaíba e 3,57% à seringa. Segundo eles, os três principais problemas ou dificuldades na extração destes produtos são: o preço que não compensa (25%); devido às chuvas e secas (20%); e mercado distante, armazenamento e falta de assistência técnica (10%).

A proposta da usina de polpa de açaí foi apresentada de maneira diferente. Primeiro os moradores foram questionados sobre o interesse em se envolver no novo empreendimento. Em seguida, apenas os que manifestaram positivamente participaram dos cursos de capacitação sobre as práticas de manejo oferecidos pela Ekoar: *“Agora as pessoas que estão montando esse aí já foram estudar, fizeram curso. [...] Tem mercado”*, afirma com entusiasmo o Morador 19 (49 anos). O envolvimento consciente dos moradores, somado ao conhecimento adquirido nas capacitações e diante de um mercado promissor, conferem ao projeto do açaí elementos que podem abrir novas frentes econômicas.

Não posso negar que a experiência acumulada ao longo dos anos, desde a queda do preço da borracha, contribuiu para que os sujeitos ficassem desacreditados quanto ao extrativismo: *“Hoje em dia quando a gente vai falar alguma coisa sobre extrativismo ligado à floresta eles já ficam recuado”*, conclui a Entrevistada 2, 25 anos. *“Hoje os extrativistas deram as costas para a floresta”*, complementa o Entrevistado 1, 21 anos. Por outro lado, a perspectiva de Ostrom (1990) de que a experiência é importante para a aprendizagem de um povo também deve ser levada em consideração. Os cuidados com que estão sendo tomadas as decisões para o novo empreendimento da polpa do açaí, como as capacitações, busca de recursos financeiros e parcerias com o mercado, são frutos dos conhecimentos e experiências acumulados ao longo da trajetória desse povo e que contribui para sua auto-organização, condizendo com os argumentos de Ostrom (1990).

Apesar do principal retorno econômico dos moradores ser a farinha de mandioca, conforme o último levantamento realizado pela WWF-Brasil (2014), os recursos naturais provenientes da Resex, como a castanha-do-Brasil e frutas em geral, são representativos nos seus hábitos alimentares e no sustento dos seus moradores. Portanto, os sujeitos estudados se caracterizam por depender dos recursos

naturais, como o rio e a floresta, para sua sobrevivência com fraca articulação com o mercado e envolvimento da família nas atividades diárias. “*Para o extrativista hoje ele está se distanciando. Porém, algumas atividades ainda estão fazendo: casas de telhado de palha; a castanha; caça; e pesca para alimento próprio*”, reforça o gestor da Resex. Essas características do modo de vida dos moradores da Cazumbá-Iracema condizem com aquele abordado por Ostrom (1990) para que aconteça a governança dos recursos comuns.

Na relação que os sujeitos têm com os recursos naturais é possível afirmar que essa sociedade tradicional apresenta as características e cultura que a diferencia e distancia das demais sociedades ao viver do extrativismo e pelo seu modo de vida ser construído considerando os ciclos naturais dos bens comuns (DIEGUES, 1999), como o caso da castanha-do-Brasil, coletada apenas uma vez por ano. Porém, ao relatarem sobre a disputa pelos castanhais do Núcleo Cazumbá, recursos naturais que foram apropriados privadamente, surge a dúvida se esses sujeitos apresentam atributos que são destacados por Ostrom (1990) como necessários na relação com os recursos comuns para que seja possível a auto-governança.

4.1.1. O castanhal enquanto patrimônio de uns e sobrevivência de outros: relações de conflito e poder na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

O cenário desenhado na Resex Cazumbá-Iracema com relação à castanha-do-Brasil traz a preocupação principal da teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990) quanto à sobre-exploração do recurso natural. A *Bertholletia excelsa* “é uma planta nativa da Amazônia, sendo uma das mais importantes espécies de exploração extrativista. Suas amêndoas apresentam alto valor econômico, tornando-se uma das principais atividades econômicas na região amazônica”, afirmam Martins, Silva e Silveira (2008, p. 01). A sobre-exploração é uma preocupação da comunidade diante da dificuldade que a cotia, animal que faz o papel de disseminá-la, tem de encontrar o ouriço e pela disputa dos moradores pelas árvores mais próximas. Outros limitantes são o tempo que leva para a castanheira alcançar a idade para dar os “cachos”, que é em média 10 anos, e sua “distribuição restrita a uma pequena área da Reserva” (MMA, 2007, p. 54).

Essa realidade começou a ser construída mesmo antes da criação da Resex, com a vinda das primeiras famílias para o Núcleo Cazumbá, como relatado no Capítulo 3. A vinda das famílias para o Cazumbá dependia da concordância de algumas normas internas do grupo. Uma dessas normas era que os castanhais daquela região permaneceriam sendo utilizados apenas pelos moradores antigos. *“Aqui logo que começou era tudo um seringal, só uma família que morava. Tinha uma divisão quando eles chegaram. Ai foi ficando”*, explica a Moradora 1 (32 anos) se referindo ao processo de criação da Resex que contou com a vinda de famílias de outras comunidades para residirem no Núcleo Cazumbá, visando o fortalecimento da luta. Após a implantação da Reserva Extrativista essas regras que privilegiam os moradores antigos continuaram a vigorar, excluindo parte das famílias de se beneficiarem de um recurso natural considerado de uso comum.

Conforme os moradores me explicaram, no Núcleo Cazumbá existem os castanhais que têm “donos”, neste caso os “líderes”, que são cinco irmãos, moradores antigos da região, e têm os “castanhais da Reserva” (Figura 14), ou seja, daqueles que chegaram depois. O Morador 18 (45 anos) esclarece e reforça que todos conhecem essa norma interna de convivência: *“Só se as pessoas te acolher para ter parte também. Tem o castanhal da Reserva, a outra metade são dos líderes. [...] É condição para morar aqui. Todo mundo concorda e estão satisfeitos”*. Existe uma contradição em relação ao conceito de Resex por parte desses moradores antigos de tratar o acesso e o uso dos castanhais ou de qualquer outro recurso natural como privado. A Resex é caracterizada principalmente por se tratar de um modelo de propriedade comum, onde, conforme McKean (1992 apud DIEGUES, 2001b), dentro da comunidade o direito aos recursos é igualitário em relação ao acesso e ao uso.



Figura 14 - Momento da coleta da castanha pelos diaristas, retratado pelo Morador 11 (30 anos), em fevereiro de 2014, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre. Fonte: Morador da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Os novos moradores que não têm castanhais e tiverem interesse em “quebrar” castanha, se unem e combinam com os “donos” de quebrar “de diária” ou “de meia”. O diarista recebe um valor referente ao dia de trabalho combinado com o “dono” do castanhal. No caso do sujeito que trabalha “de meia”, tudo que ele coletar de castanha em um período específico de tempo ele tem que dividir com o “proprietário” do castanhal. Podem optar também por coletar as castanhas do “castanhal da Reserva” que é dividido entre os 17 extrativistas que não possuem castanhal. Eles consideram baixa a quantidade de castanha coletada no final comparado ao trabalho exigido na atividade. A Moradora 1 (32 anos) relata o processo de coleta da castanha:

Aqui já têm os donos, então, as pessoas que chegam se eles querem castanha ou eles vão quebrar na diária ou na meia. [...] Você vai quebrar castanha para mim aí do que você tirar divide metade, metade. As pessoas que chegam elas não têm direito ao castanhal. Porque aqui já tem dono, a castanha já tem dono (MORADORA 1, 32 anos).

Segundo Ostrom (1990) é necessário ter o cuidado ao mudar as regras existentes para acompanhar as alterações na dimensão e na composição da floresta,

diante da possibilidade de ocorrer a degradação dos recursos naturais comuns. Esse ponto se torna ainda mais preocupante quando se considera a dimensão econômica do iminente conflito, como traz o chefe da Resex (28 anos): *“Ele é um patrimônio passado de geração em geração. Uma herança, então por que há um interesse de quem não tem castanhal a ter direito a castanhal? Porque ele gera renda. Ponto”*. Mais que uma questão cultural ou de direitos iguais é a relação com o mercado que instiga o conflito de interesses com finalidades econômicas, contribuindo para que regras de convivência sejam transformadas em normas de exploração do trabalho.

Tem uns caras que têm muita castanha. Tem dono e tem da Reserva. São três donos e quebram de meia e divide com os três donos. Toca pouquíssimo para gente. A gente tenta ajeitar, tamo tentando ajeitar para ver aí se melhora as coisas. Porque diz que é da Reserva, então, é nosso também, nós tem que ser dono do castanhal, não só eles. Esse é um problema que tem muito que a gente tenta resolver. [...] A gente espera conseguir resolver esse ano. [...] *Porque é uma coisa muito injusta. [...] Não é uma divisão correta não. [...] É muito difícil* (MORADOR 4, 23 anos).

Os “líderes” em específico, como também são chamados os moradores antigos do Núcleo Cazumbá, tomaram o cuidado de documentar os bens naturais de suas colocações antes da criação da Resex. *“É tudo em documento. [...] Eles foram informados desde que entraram aqui”*, afirma o Morador 9, 33 anos, referindo aos moradores das outras colocações que foram convidadas a residir no Cazumbá. A Moradora 27, 21 anos, menciona ainda que: *“Antigamente cada um tinha sua estrada de seringa, então cada qual tem seu castanhal”*.

A lógica do acordo construído para o direito dos castanhais, seringueiras e outros recursos naturais disponíveis na Resex está atrelada a questão cultural e moral praticada antes da institucionalização da Resex Cazumbá-Iracema, prevalecendo até os dias atuais. As normas foram criadas pelos moradores antigos, os “donos” das colocações, respeitadas por todos, se tornando uma herança que é passada de geração a geração, como explica a Moradora 2, 23 anos: *“O véi entregou para os filhos, tipo uma herança. Os moradores mais antigos têm suas castanheiras. [...] Quando o pessoal chegaram, eles já tinham o castanhal. [...] É dos antigos. É herança das famílias”*.

Um dos fatores que vem contribuindo para a manutenção desse acordo entre os moradores antigos e os novos é porque em algumas regiões o recurso não existe

em abundância, sendo utilizado exclusivamente para consumo próprio. *“Está na Reserva, mas não é coletivo. [...] Não vale a pena dividir porque é pouco, não dá nem para vender. Consumo próprio só”*, esclarece o Morador 26 (43 anos).

Recentemente foi apresentado ao presidente da Associação “Mãe” e às comunidades da Cazumbá-Iracema, um projeto para a usina de beneficiamento da castanha. O objetivo é agregar valor ao produto e criar oportunidades de trabalho e renda para o grupo dos novos moradores e de certa forma sanar o conflito iminente. Para a insatisfação dos que não têm castanhais, o projeto não está avançando devido a falta de interesse dos moradores antigos em apoiar e liderar o empreendimento, uma vez que se encontram numa situação confortável por terem seus próprios castanhais.

As opiniões se dividem quando o assunto é o acordo referente à castanha: *“Não dá para ser dono, 17 anos aqui né?! [...] Nós temos o mesmo direito que eles. [...] Tudo concorda igual, mas na castanha não”*, desabafa a Moradora 15 (42 anos). Nem todos concordam com esse acordo, uma vez que acreditam ser uma divisão injusta por residirem em uma Reserva Extrativista e de entenderem que os recursos naturais não deveriam ter “donos”. Conforme Paavola (2007), a gama de interesses pode ser caracterizada como um dos conflitos entre as partes envolvidas na apropriação privada de um recurso público.

Por outro lado, a Moradora 27, 21 anos, herdeira de parte de um castanhal, acredita ser justo: *“Eu creio que seja justo, porque no final ele vai ter o dele, o seu lucro”*. Para o chefe da Resex (28 anos) *“ele é coletivo em termos de território, como um todo, de Reserva. Mas cada um tem a sua área. A área é coletiva, mas isso não significa que você não tenha divisões e direitos diferenciados de cada área”*. O caso dos castanhais retrata bem a afirmação de Hess e Ostrom (2007) que o uso de um recurso natural comum por uma pessoa diminui sua disponibilidade para outra, o que pode acabar gerando conflitos, como o estudado aqui.

Apesar dos limites estarem claramente definidos, vários moradores manifestaram a necessidade de um espaço para debater a igualdade no uso dos castanhais de maneira democrática. O conflito gerado pela questão do uso dos castanhais é omitido pelos moradores antigos. Ficou nítida a ausência de regras que sejam comuns a todos, principalmente por se tratar de uma Reserva Extrativista. Por isso, os sujeitos que estão insatisfeitos com as regras do acordo de convivência

construídas pelos moradores antigos pretendem propor a discussão desse assunto nas reuniões de Núcleo e sugerir uma nova reestruturação na governança do uso da castanha-do-Brasil.

Para que a governança desse recurso comum aconteça de fato, é necessário que os indivíduos afetados pelas regras operacionais participem modificando as regras de funcionamento (OSTROM, 1994). Ostrom (1990) esclarece também que é necessário que os sujeitos tenham direitos iguais no uso e nos benefícios gerados pelos recursos. Quando analisada a situação do uso da castanha-do-Brasil, noto a imaturidade dos moradores do Núcleo Cazumbá ao lidar com aquilo que é de acesso comum a um determinado grupo de usuários. Aqueles que não se enquadram no perfil de morador antigo da Resex, levarão para as discussões do acordo de convivência a igualdade dos direitos na coleta independente de ser “dono” ou não dos castanhais.

O fato de apenas cinco famílias se beneficiarem de maneira representativa dos castanhais concretiza, neste caso, a ausência do compartilhamento do recurso enquanto “estrutura de reciprocidade binária coletiva”, importante para a governança dos recursos naturais comuns (SABOURIN, 2010, p. 148). O sentimento que prevalece nas falas dos moradores insatisfeitos com essa situação é o de não pertencimento àquela realidade, o que contribui para o fortalecimento da desconfiança entre os moradores e a geração de conflitos. Ostrom (1999) alerta que se a maioria dos usuários não estiver envolvida em modificar as regras ao longo do tempo, as informações sobre os benefícios e os custos percebidos pelos diferentes participantes não serão plenamente levados em conta, não se adaptando às novas condições e informações ao longo do tempo. Se as regras não forem repensadas e reformuladas os usuários podem simplesmente começar a enganar o grupo para se beneficiarem. Uma vez que as regras forem quebradas, essa ação se tornará cada vez mais frequente, pois outros podem seguir o exemplo.

Diante da disputa e do conflito que se fortalece, principalmente no Núcleo Cazumbá, remeto a importância de discutir sobre o estoque e o fluxo do recurso natural castanha-do-Brasil. Chamo a atenção para esses dois fatores por ter sido conferido o direito de utilização da castanha por alguns moradores e outros não, o que pode, conforme Ostrom (1994), causar seu uso excessivo ou mesmo aniquilar o recurso. Para que isso não ocorra, a autora sugere a construção de um sistema

complexo de direitos de propriedade que deve ser construído de maneira participativa.

Nessa direção, alguns pontos precisam ser analisados antes de alterar um conjunto de regras status quo. O primeiro se refere à previsão média dos fluxos e dos valores de unidades do recurso no futuro ao serem comparados com as regras antigas. Outro é conhecer se as novas regras afetarão a qualidade do recurso e se respeitam o tempo do seu ciclo de vida. Por último, é necessário analisar se essa alteração nas regras reduzirá, manterá ou aumentará o conflito existente na prática das regras status quo (OSTROM, 1990). As respostas a essas questões dependerão de uma lista de variáveis situacionais, como:

(1) o número de apropriadores, (2) o tamanho do sistema do recurso, (3) a variabilidade de unidades de recursos ao longo do tempo e espaço, (4) a condição atual do sistema de recursos, (5) as condições do mercado, (6) a quantidade e tipo de conflito que existiu no passado, (7) a disponibilidade de dados sobre as condições e padrões atuais de apropriação histórica, (8) as regras especiais do status quo, e (9) a proposta de regras particulares (OSTROM, 1990, p. 196, tradução minha).

Assim como apontado por Ostrom (1990), as decisões atuais devem ser construídas a partir das decisões passadas, pois apenas levando em consideração os processos históricos de tomada de decisão é que será possível compreender os processos de escolha institucional. Já escrevi que, as regras status quo referentes ao uso dos castanhais foram construídas pelos moradores num determinado período da história de vida daquele povo, ou seja, são resultados de decisões passadas.

Nessa circunstância, mesmo a Resex apresentando um Plano de Utilização específico e consolidado não é o suficiente para garantir que seja aceito e respeitado por todos moradores. Ressalto o fato dos castanhais não estarem distribuídos de maneira homogênea em toda a Resex, dificultando a apropriação mais igualitária. Para que a governança dos recursos comuns aconteça de maneira eficiente é necessário que haja participação consciente na elaboração das regras, passando por um processo evolutivo. A Cazumbá-Iracema só atenderá ao segundo princípio de governança de Ostrom (1994), referente aos arranjos de escolhas coletivas, se houver a ação constante de fazer e mudar as leis que regem o uso dos bens comuns. Enquanto vigorar os interesses de um grupo sobre os demais, mais distantes estarão da governança dos recursos comuns.

A resolução de conflitos como este da castanha-do-Brasil só será possível quando fatores referentes às relações de poder forem levados em consideração. Essa discussão sobre as figuras de poder e sua influência na governança dos recursos comuns, deixei para o final deste Capítulo (tópico 4.6), devido a sua complexidade e sua importância no contexto analisado.

Diante da realidade dos recursos naturais da Resex Cazumbá-Iracema e baseado nos princípios de governança de recursos comuns de Ostrom (1994), posso dizer que não existe congruência entre a apropriação e a aplicação das regras no uso do recurso. Ostrom (1999) chama a atenção para o fato dos atributos dos próprios usuários também afetarem os benefícios e custos esperados ao utilizar determinado recurso comum, tema este discutido a seguir.

4. 2. Atributos dos Usuários da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Por mais distantes que possam estar de uma governança eficaz dos recursos comuns, não posso deixar de registrar características e comportamentos das pessoas que vivem na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema que contribuíram para o alcance de importantes conquistas. O envolvimento nos movimentos de luta pelo direito ao território, a articulação com forças internas e externas às comunidades e as conquistas geradas por este trabalho ressaltam o potencial desses sujeitos, que se organizaram socialmente para melhor utilizar os recursos comuns, desenvolvendo “modos particulares de existência” (DIEGUES, 1999, p. 22).

A cultura da participação comunitária em atividades sociais que envolvem grupos maiores de pessoas ainda está sendo construída na Cazumbá-Iracema. No levantamento realizado pelo ICMBio/UFV (2014) 53% das famílias participantes afirmaram participar de alguma associação ou programa comunitário, identificando os seguintes: time de futebol (36%); organizações religiosas (26%); Associação dos Seringueiros (16%); Sindicato de Trabalhadores Rurais (12%); Sindicato de Professores (4%); grupo de famílias (4%); e Sindicato de Trabalhadores (4%). Em 2015, de acordo com os presidentes da Associação “Mãe” e da Associação Zirmão-Iracema, possuíam 160 e 35 associados, respectivamente. Ações estão sendo planejadas a fim de alcançar um número maior de filiados, como será descrito no Capítulo 5.

A distribuição de interesses dos sujeitos ao desenvolverem suas atividades de artesanato de encauchado é outro atributo do usuário encontrado na Resex, pois levam em conta os interesses alheios. O Grupo de Artesanato do Núcleo Cazumbá, composto por 12 famílias, se organiza por meio do rodízio para realizar as atividades. As tarefas desenvolvidas são a coleta do látex, a produção das peças do artesanato, a confecção das fôrmas de alumínio e a comercialização dos produtos. Todo processo acontece de forma eficiente, seguindo uma escala de obrigações elaborada pelo grupo antes de ser iniciada a produção, explica a Moradora 1:

Você vai trabalhar aquele período. Quando chega a época de você receber, tira a despesa e divide em partes iguais. [...] Uma semana, duas famílias, na outra semana, outras duas famílias. Você encomenda o leite para o seringueiro e acerta com ele. Todo mundo trabalha igual (MORADORA 1, 32 anos).

Tanto as atividades, como apresentado pela Moradora 1 (32 anos), quanto o lucro obtido na venda das peças são divididos em partes iguais pelas famílias que trabalharam. *“Nós trabalha. Quando terminar, com o dinheiro que vem é dividido entre os que trabalhou. Tudim, tudo um tantim, que nem a castanha”*, explica a Moradora 5, 35 anos. Abramovay (2004, p. 46) afirma que “uma sociedade em que os indivíduos têm a capacidade de levar em conta os interesses alheios consegue instituir formas de coordenação muito mais propícias aos processos de desenvolvimento”.

Existem acordos que não são registrados ou formalizados, mas que vigoram entre os sujeitos, concretizados nas relações de cooperação e confiança. O número de famílias que trabalham e se beneficiam no Grupo de Artesanato foi determinado pelos próprios moradores seguindo o critério de dar oportunidade àqueles que não têm envolvimento com outras atividades que geram renda. Por sua vez, o sujeito que faz parte desse grupo coopera com outro, que não está envolvido nas atividades do artesanato, oferecendo a sua vez de participar de alguma atividade que gere renda, como a produção da polpa de açaí, de forma que todos possam se beneficiar com os projetos realizados na Resex. A relação de confiança também é percebida na figura da coordenadora do grupo que além de ministrar capacitações para outros grupos no Acre, também é responsável por receber e enviar as encomendas dos produtos e dividir os lucros. Por tudo isso, parece-me que entre os atores que compõem o Grupo de Artesanato existe a relação de reciprocidade, uma vez que “a reciprocidade

implica a consideração do outro como um cooperador potencial e a expectativa de uma sanção, caso não haja cooperação” (OSTROM, 1998 apud SABOURIN, 2010, p. 146).

Outro atributo do usuário da teoria de Ostrom (1990) presente nas falas e nas atitudes de parte dos moradores foi a consciência ambiental referente ao uso e conservação dos recursos naturais. Eles apresentaram uma compreensão comum referente aos recursos naturais: *“Muita gente está dentro de uma Reserva e não quer se tocar que está numa área de preservação. [...] Eu sei que uma Reserva Extrativista é para preservar a flora e a fauna”* (MORADOR 26, 43 anos).

Quando a pessoa passa a entender que se ele preservar, quanto mais ele preservar, mais ele tem, ele não faz. Vai muito também da gestão incentivar os líderes comunitários de estar conversando também, mostrar para essas pessoas, porque muitas vezes é por conta de uma boa conversa (MORADOR 8, 25 anos).

Essa consciência ambiental se torna duvidosa ao analisar a relação dos sujeitos com a castanha-do-Brasil, muito mais voltada para uma finalidade econômica do que por uma questão de conservação do meio ambiente.

Por outro lado, o interesse em se aprimorar por meio do conhecimento não se restringe apenas a beneficiar a si próprio, mas também a comunidade, ou melhor, o coletivo, como manifestado pela Moradora 2, 23 anos: *“Gosto das minhas atividades e pretendo fazer mais pela comunidade, pretendo me formar. Minha vontade é de ser professora ou bióloga [...] Eu gosto, porque gosto da mata”*. Essa imagem positiva e a compreensão comum que os moradores têm da natureza, dos recursos disponíveis, são mencionadas por Ostrom (1990) como um dos atributos importantes do usuário que pratica a governança dos recursos comuns.

As falas dos moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema se aproximam das questões levantadas por Diegues (1983) quanto às percepções e representações desses sujeitos em relação à natureza, ao relacionarem sua identidade e sua história com o universo natural e seus ciclos, relação de respeito que resignifica o capital natural (SABOURIN, 2010). Por sua vez, a relação de respeito e a identidade com a natureza são refletidas em ações de monitoramento e fiscalização pelos próprios moradores das condições do recurso natural e do comportamento dos sujeitos no uso desse recurso, reforçando o sentimento de pertencimento. No que se

refere a essa questão, a temática mais recorrente nas falas dos moradores foi a preocupação com a caça ilegal, principalmente por comprometer a alimentação das famílias que vivem ali.

Conforme os relatos, a caça ilegal acontece principalmente por pessoas de fora, da cidade de Sena Madureira. Os moradores demonstraram ter respeito pelas regras externas impostas pelo ICMBio e conhecer as punições para aqueles que as infringirem, como multas e apreensões (canao e licença para a atividade). *“Pode caçar para subsistência e tem um limite de 20 kg por pessoa e cinco jabutis. Mas se for pego já é multado, dinheiro, perde canoa”* (MORADOR 16, 28 anos). O Morador 20 (33 anos) reforça a participação dos moradores na fiscalização: *“As pessoas não podem brocar, não pode criar gado, se brocar o povo denuncia”*.

As sanções graduais também estão presentes nos acordos de convivência, acontecendo de maneira formal e informal, tanto para os moradores como para aqueles que vêm da cidade. O procedimento adotado pelos sujeitos quando o infrator é morador da Resex é o de conversar primeiro, informá-lo sobre os regramentos e entrar em um acordo para manter a harmonia na comunidade. Se ele permanecer na ação, o caso é levado ao representante do Núcleo, que também chama o morador para uma conversa. Continuando a infração, o Conselheiro é acionado e a ocorrência é levada ao ICMBio. No caso do infrator externo, os moradores denunciam ao ICMBio, muitas vezes por telefone (nas comunidades que possuem antena de celular) que leva o caso à Polícia Ambiental.

Esse exercício de comprometimento em fiscalizar os recursos naturais foi construído ao longo do tempo, a partir da conscientização da importância desse envolvimento na garantia da qualidade de vida na floresta, como uma forma de resguardar os recursos que são de direito daqueles que vivem na Resex. Dessa forma, o trabalho coletivo no monitoramento do uso dos recursos comuns pelos próprios moradores deve ser destacado, uma vez que corresponde a um dos princípios necessários para a governança dos recursos comuns trazido por Ostrom (1994).

Em 2014 os moradores tiveram a oportunidade de participar de vários cursos de capacitação que resultaram em oito turmas: agricultor orgânico; açaicultor; horticultor orgânico; operador de computador; agricultor familiar; e agricultor agroflorestal. Com a participação dos comunitários em inúmeros projetos, cursos e treinamentos, foram construídas a cultura do conhecimento e a consciência quanto as

limitações territoriais e culturais do seu modo de vida. Esse avanço na identidade desse povo se deve principalmente ao investimento no capital social ao longo de sua caminhada histórica e diante dos recursos disponíveis.

Como busquei mostrar, os usuários da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema apresentam características apontadas por Ostrom (1990) como necessárias para a governança dos recursos comuns. Além de serem dependentes da terra e de tudo que ela oferece, como apresentado no primeiro tópico desse capítulo, eles conhecem os atributos dos recursos destacados durante as entrevistas.

Diante dos atributos dos recursos comuns e dos usuários e das experiências analisadas, os moradores da Cazumbá-Iracema mostraram capacidade de auto-reflexão, comunicação e compromisso para pensar na proposta de novas regras que resolvam problemas de apropriação de recursos comuns. Por outro lado, isso só acontecerá se eles estiverem verdadeiramente motivados para modificar as regras que estão em funcionamento e o custo desse processo. Enfim, para que a governança dos recursos comuns aconteça na Resex é imprescindível que esses atores decidam pelo processo de mudança das regras status quo com o objetivo de acabar com a apropriação privada dos recursos sem que haja sua sobre-exploração.

De fato é fundamental a participação do coletivo no processo de tomada de decisão junto ao representante local em ações pontuais, como alguns exemplos que vivenciei e que relato na próxima seção deste Capítulo.

4.3. Resgatando os valores do passado: o mutirão e a união como representação da cooperação e reciprocidade comunitárias.

Durante as entrevistas com os sujeitos da pesquisa e observação das atividades cotidianas identifiquei relações de cooperação e confiança entre os moradores, como na organização da festa da quadrilha e no transporte de mercadorias no Núcleo Cazumbá, no mutirão para construção de uma canoa no Núcleo Cuidado, o alargamento de um varadouro²⁴ e na construção de uma ponte.

A tradicional festa da quadrilha que acontece todos os anos no Núcleo Cazumbá e que atrai moradores de toda Reserva Extrativista e também do município

²⁴ “Varadouro é a vereda atalhadora que vai por terra de uma vertente fluvial a outra” (CUNHA, 1994, p. 44).

de Sena Madureira, é um dos exemplos de organização e cooperação entre os moradores apesar de também apresentar controvérsias. O evento é planejado com um mês de antecedência passando pela aprovação do Núcleo e da Associação “Mãe”. A comunidade se divide em grupos ficando um grupo responsável pela limpeza no dia seguinte à festa, outro por vender comida, outros cedem as casas para hospedar os visitantes. *“Cede a escola para fazer comida, cede as casas para dormir”*, completa o Morador 3, 71 anos.

O respeito às regras comunitárias está presente também em momentos como este. Mesmo os “de fora” seguem as normas elaboradas e praticas pela comunidade, como por exemplo a de não trafegar de carro no campo de futebol que fica no centro do Núcleo e onde acontece a festa.

Uma das formas mais claras de reciprocidade e de interesse coletivo que tive a oportunidade de presenciar no Núcleo Cazumbá foi o transporte de materiais para a construção da usina de beneficiamento da polpa de açaí. O gestor da Resex ligou para alguns parentes para que ajudassem a descarregar os materiais. A quantidade e o peso dessa carga não desmotivaram os sujeitos a se organizarem para contribuir para o transporte das mercadorias que estavam no barco até a sede da Associação. Foi um trabalho árduo e que levou a tarde toda, mas que não impediu que um número representativo de homens se unissem para que a tarefa fosse cumprida. Naquele momento ninguém foi remunerado pelo serviço prestado, todos foram voluntários. O gestor me contou que *“tinha tempo que não via um mutirão tão firme. [...] Vi ali um novo momento, a figura que estava ali não era a do patrão. [...] Essa figura estava esquecida. [...] Quando você paga não parece que aqui é responsabilidade dele”*.

Na comunidade do Cuidado, vizinha do Núcleo Cazumbá, um grupo de sete moradores estava concluindo a construção de uma canoa (Figura 15) que seria de uso compartilhado para o transporte próprio e de mercadorias do grupo até a cidade. O Morador 20 (34 anos) explicou que os responsáveis ou *“donos”* da canoa são aqueles que trabalharam na sua construção. Para esse morador, sete é um número muito pequeno diante das 33 famílias existentes nessa comunidade que poderiam ter participado da atividade. Segundo ele, as outras famílias não participaram da produção da canoa porque não tiveram interesse em ter o benefício comum.

Para você ver como as coisas não funciona bem aqui dentro na comunidade. Porque nós somos 33 famílias. Dessas 33 hoje tem

sete nesse barco e sendo responsável por ele também. [...] Não participam porque não querem, porque acha que vai dá problema (MORADOR 21, 34 anos).



Figura 15 - Família de um dos moradores do Núcleo Cuidado que contribuiu para a construção da canoa de uso coletivo, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015. Fonte: Dados da pesquisa.

A fala do Morador 21 (34 anos) transparece a dificuldade de trabalharem de forma coletiva naquela comunidade. Apesar de saberem que ao participarem de um mutirão, como o da construção da canoa, teriam benefícios iguais, isso não os motivou o bastante para enfrentar os conflitos que podem ser gerados no uso de um bem comum. Ou seja, apenas quando os interesses são reais é que um grupo se organiza com a finalidade de cooperar (D'INCAO; ROY, 2005).

Durante a reunião de planejamento das atividades na Cazumbá-Iracema para 2015/2016, Tiãozinho relatou duas outras ações realizadas pelos moradores na forma de mutirão. Uma foi a construção de uma ponte e outra foi o alargamento de um varadouro, que já era utilizado pela comunidade, para que pudesse passar um carro. Foram dias para abrir com foice os 49 km e melhorar o caminho. Após a finalização da atividade, a Associação “Mãe” patrocinou um torneio de futebol com a participação de todos os familiares dos responsáveis pela obra.

Exemplos como o transporte dos materiais no Núcleo Cazumbá, a construção da ponte, da canoa e a abertura do ramal reforçam o capital social desses grupos. De certa forma, nesses casos o capital social é desenvolvido para manter um bem coletivo, melhorando a qualidade de vida dos membros do grupo, como colocado por Lin (2001).

Porém, existem aqueles que apresentam dificuldade de se engajar na vida da coletividade, passando muitas vezes essa tarefa para o líder comunitário de sua confiança e que apresenta estima e renome para seu grupo. De acordo com o Entrevistado 7 (44 anos), parte dos moradores da Resex apresentam dificuldades em pensar e tomar decisões coletivamente e destaca as macrorregiões do Alto Caeté e Médio Caeté com maior dificuldade nesse aspecto. *“Eles têm muita dificuldade em fazer as coisas coletivamente, assim, fazer como parceiro, desconfiam do vizinho demais”*.

Um exemplo da dificuldade de agir coletivamente foi a proposta da extração do óleo de copaíba. Segundo o Entrevistado 7 (44 anos) foi organizada toda a cadeia produtiva desse óleo com capacitação dos interessados, discussão de valor com a Cooperiaco e mesmo assim a ideia não saiu do papel. O fato de ser um povo marcado historicamente por relações paternalistas e de poder, pode justificar de certa forma a dificuldade de se mobilizarem coletivamente. A ausência de uma liderança engajada nessa iniciativa também pode ter contribuído para que ela enfraquecesse, diante da necessidade que os moradores têm de delegar poder a um representante. Além disso, como discutido na seção anterior sobre os recursos naturais, outros elementos específicos da árvore copaíba, como localização distante das comunidades, tipos que produzem pouco óleo e a dificuldade de obtenção, também podem ter influenciado na falta de interesse em se dedicarem à atividade.

Por outro lado, a união ainda prevalece como ponto forte da Resex, muito presente nas falas dos moradores entrevistados. Uma frase repetida por eles e que simboliza a força dessa união e a importância do trabalho coletivo é: *“Uma andorinha só não faz verão”*. *“A gente vem porque quer um melhoramento nosso. A gente quer oportunidade, mas a gente também tem que correr atrás. [...] Faz que nem a história, uma andorinha só não faz verão”* (MORADOR 24, 39 anos). Essa reflexão sobre o papel da organização comunitária é constante e leva em consideração principalmente as condições de vida do passado em relação ao que

vivem hoje: *“Ficou melhor, a organização melhorou, era individual, todo mundo desse tempo para cá trabalha mais o coletivo”*, esclarece o Morador 24 (39 anos) justificando sua participação na reunião de planejamento das atividades de 2015/2016.

A justificativa dada pelos sujeitos a essa atitude de se envolverem em uma ação coletiva sem retorno imediato se deve a serem organizados e por ser um povo unido. *“A vantagem é que a gente é organizado”*, afirma a Moradora 18, 45 anos. *“A gente é unido”*, completa o Morador 19 (49 anos). A confiança e a reciprocidade são destacadas quando buscam argumentos para justificar e explicar a união. A Moradora 2 (23 anos) relatou que dependendo da necessidade da comunidade, existem aqueles que contribuem para resolver problemas coletivos: *“Se por acaso esse mês eu não tenho dinheiro a pessoa vem eu digo: 'fulano eu não tenho, o próximo eu tenho'. A próxima eu já entro com meu recurso”*. Ela exemplifica falando da conta de energia, que se em um determinado mês o vizinho estiver com dificuldades para pagar, outro paga a conta, e o devedor se compromete a pagar a próxima conta daquele que fez o empréstimo, tudo na base da confiança.

Se deve a união né, as pessoas estão sempre assim, um precisando de apoio e o outro vai lá, apoia, é sempre uma pessoas prestativa né. Para mim ser boa com uma pessoa, não é obrigado ela ser boa para mim, assim, porque as vezes a gente precisa de uma coisa, as vezes de onde menos se espera vem né (MORADORA 27, 21 anos).

A Moradora 10 (44 anos) vende salgados e refrigerantes na sua casa nos fins de semana e em dias de jogos de futebol. Em vários momentos presenciei a entrega das mercadorias sem o pagamento imediato por elas. Um dia perguntei a ela se ela vendia fiado. Ela negou, porém admitiu que aceitava que pagassem depois, quando o dinheiro chegasse, também na base da confiança. Segundo ela, nunca aconteceu de deixarem de paga-la.

Conforme Ostrom (1999), a união e a confiança mútua são fatores essenciais para que aconteça a auto-organização de uma comunidade, além de considerar o outro como um cooperador potencial. A partir das experiências relatadas aqui, posso afirmar que os usuários da Cazumbá-Iracema apresentam algumas das características determinadas por Ostrom (1990) para que aconteça a governança dos recursos comuns. Eles mostraram ter consciência da necessidade de alterar seus contextos de ação e suas regras de uso dos recursos, criam organizações para realizar a gestão dos

recursos comuns, apesar de ainda apresentarem certa dependência das lideranças locais para se auto-organizarem em benefício do coletivo. Alguns documentos construídos pelos próprios moradores reforçam a sua organização baseada na união e na confiança mútua, detalhados na próxima parte.

4.4. Acordos Coletivos: acordos locais de convivência, Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá e o Plano de Utilização.

Os acordos coletivos da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema vão desde as regras locais para o controle da criação de animais de pequeno porte como a galinha até normas antigas de convivência construídas e passadas de geração a geração, constituindo o modo de vida e a cultura desse povo. Foram analisadas tanto as normas internalizadas, onde a sanção por não conformidade é considerada um custo interno (culpa, ansiedade, redução da auto-estima), como as regras comuns em que a sanção por não conformidade vem de outros que fazem parte do mesmo grupo e exibem desagrado social caso a norma seja quebrada (COLEMAN, 1987 apud OSTROM, 1990).

O registro das primeiras regras construídas pelos moradores da Cazumbá-Iracema data de 1994 e abordou alguns temas como: “compra e venda de benfeitorias na comunidade, uso comunitário dos recursos naturais, área parcelada para a agricultura, uso de bebidas alcoólicas dentro do Núcleo do Cazumbá” (MMA, 2007, p. 96). Mais a frente, em 2001, foi criado o Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá com participação de moradores de várias regiões da Resex, tendo como objetivo “a melhoria do uso da fauna para tornar seu uso sustentável ao longo do tempo, visando medidas que tornem possível a permanência e reprodução dos animais” (ASSC, 2001, p. 01).

Esse acordo nasce da preocupação do Presidente da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC) senhor Sebastião Corrêa Matos, com o desaparecimento da proteína animal proveniente da caça, na mesa dos moradores do Núcleo do Cazumbá. Com base nessa percepção, a diretoria da Associação convidou a todos os moradores do Núcleo do Cazumbá para discussão e criação do Acordo de Caça. Por já possuir um Termo de Convivência acordado pelos membros da comunidade, esse Acordo será firmado como mais um termo, de modo que a comunidade busque cada vez mais o seu bem estar (ASSC, 2001, p. 01).

Em 2007, unificando os acordos criados pelos moradores e acrescentando novas demandas, foi elaborado o Plano de Utilização. Este documento formal “traz normas de utilização dos recursos naturais e regras de convivência, construídas de forma participativa pelos moradores e sendo de livre acesso ao público” (MMA, 2007, p. 89). As regras contidas nesse documento foram pensadas de forma a facilitar o entendimento e o monitoramento dos recursos naturais de uso comum, prevendo penalidades para aqueles que as descumprirem. Além da participação dos comunitários na elaboração das normas, foram incorporadas algumas regras próprias de convivência e àquelas constantes no Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá de 2001, levando em consideração a cultura extrativista (MMA, 2007).

Por outro lado, por mais participativo que tenha sido esse processo de construção das regras, fica a dúvida se hoje elas ainda contemplam a realidade vivida na Reserva Extrativista devido ao tempo em que permanecem inalteradas (cerca de 20 anos). Considerando também o conflito manifestado quanto à utilização dos castanhais, percebo a necessidade de reformulação dessas normas, primeiro nas comunidades e depois no Conselho Deliberativo, de forma que elas atendam efetivamente todos os moradores da Cazumbá-Iracema.

No caso do Núcleo Cazumbá as famílias que vieram para a região antes da Reserva Extrativista ser criada, ao chegarem, tiveram que aceitar as normas determinadas pela comunidade, ou seja, regras de convivência dos moradores que já viviam ali. De acordo com os participantes da pesquisa, os moradores de outras localidades tiveram abertura para discutir e solicitar mudanças nesses acordos construídos pelos antigos, de forma democrática, “*sempre sentar e combinar. A maioria ganhava*” (MORADORA 15, 42 anos). É fato que se a maioria era formada pelos moradores antigos, provavelmente as decisões tomadas tenderiam sempre a beneficiar os interesses desse grupo em detrimento do grupo dos novos moradores que era minoria.

Ao escolherem residir em uma Resex lhes foi conferida a liberdade de usar os recursos naturais comuns de maneira igualitária. Porém, essa condição formal não os assegura desse direito, visto que os novos moradores trabalham como diaristas dos moradores antigos para coletar a castanha-do-Brasil. É necessário que os novos moradores do Núcleo Cazumbá descubram e reivindiquem sua autonomia no uso dos

castanhais, respeitando a cultura local e seu ciclo natural. Na opinião do chefe da Resex o uso dos castanhais foi acordado pelos moradores e que se baseia numa tradição daquele povo. Ele justifica que os moradores antigos se reconhecem donos dos castanhais uma vez que são legitimados pela própria comunidade. A postura do chefe da Resex de respeitar os regramentos dos moradores pode ser interpretada como uma forma de respeito e de incentivo à autonomia do grupo, mas por outro lado, pode indicar que o ICMBio concorda com o uso privado dos recursos comuns em Reservas Extrativistas. A cultura, a tradição e a história de vida dos moradores devem ser respeitadas e mantidas desde que todos tenham os mesmos direitos e obrigações.

Não há infração ou não há descumprimento da regra do que está sendo feito da divisão da castanha. É um acordo que eles fizeram. Se eles [comunitários] resolvem mudar amanhã a questão é com eles. Nenhuma norma impede isso. Mas, tradicionalmente, assim como as colocações não possuem cercas, mas eu sei onde termina a minha e começa a sua, porque é estrada de seringa, da mesma forma, se há essa questão tradicional de que os castanhais são digamos assim praticamente o único patrimônio que o pai deixa para o filho. São patrimônios diferenciados, são vistos, são heranças (CHEFE DA RESEX, 28 anos).

A fala acima retoma questões que remetem à cultura tradicional, cuja história de vida é valorizada pela comunidade. Giddens (1991) se detém nesse tema e aborda a importância conferida às práticas sociais estruturadas nas experiências trazidas de diferentes gerações, o que faz com que a tradição não seja completamente estática. No caso dos castanhais, isso implica que o processo de adaptação das regras à realidade atual é uma consequência natural do modo de vida dos moradores da Resex.

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes (GIDDENS, 1991, p. 44).

O respeito pelos moradores antigos e a confiança nas decisões tomadas ao longo da história da Resex pelas lideranças locais são destacados nas falas dos entrevistados: *“Esse acordo foi feito com as lideranças mesmo já daqui, os que chegaram depois é os filhos dos primeiros, então eles não tinham mais o que questionar”* (MORADOR 11, 30 anos). *“Nossos acordos aqui sempre foram bem trabalhados. Nossos acordos não quebram”*, afirma com convicção o Morador 8, 25 anos. Eles justificam que foi necessária a elaboração do acordo de convivência para que eles pudessem prosperar, para ter o mínimo de controle sobre os recursos naturais disponíveis: *“A partir do momento que você pensa num espaço coletivo são necessárias regras para conviver em harmonia”*, completa o chefe da Resex, 28 anos.

Volto a ressaltar a consciência quanto à importância da definição das regras e normas no uso dos recursos naturais por ser marcante nas falas dos moradores: *“Termo de como viver. [...] Até em termos do terreno medidinho tudo de um tamanho só, tem da caça e pesca. [...] Você pode usar tudo que tem dentro, só não pode levar para fora. Todo mundo respeita”*, explica a Moradora 18, 45 anos.

Nós que moramos dentro de uma Reserva, se a gente não cumprir as regras que é do documento, no estatuto da Reserva a gente pode ser expulso. Nós sabemos, Nós moramos numa área federal. [...] É a mesma coisa que você tá trabalhando ali com o patrão que tem as normas deles, no próprio instante que eu não cumprir as ordens eu posso ser expulso. [...] Agora é melhor, normas boas (MORADOR 14, 44 anos – comparando com a época do ciclo da borracha).

De certa forma existe uma familiaridade desses sujeitos com as normas que os afetam mais diretamente, como aquelas referentes à caça e ao desmate. Destaco algumas falas que mostram essa clareza no que pode e não pode fazer: *“Desmatamento limitado, proibido caçar para vender”* (MORADORA 15, 42 anos). *“Ninguém ia desmatar; não caçar com cachorro; não matar bicho todo dia para não acabar (intervalo); tirar madeira, não podia a madeira de lei, só se tivesse no chão”* (MORADORA 1, 32 anos); *“Não caçar com cachorro; definição das áreas para roçado para respeitar as áreas de castanhal e estrada de seringa; terrenos de se morar; não fazer moradia em área de vertente. [...] Foi feito esse acordo e graças a Deus é cumprido”* (MORADOR 11, 30 anos); *“Não poder brocar, tocar fogo na mata virgem, não levar caça para cidade para vender. Não pode brocar para criar*

gado, pode zelar o que já tem” (MORADORA 27, 21 anos); “Tem muitos jovens novos, muitos, eles têm que estar dentro das regras” (MORADOR 3, 71 anos).

Divisão de Colocação, por igarapés, estradas de seringas, árvores grossas. Se eu precisar de uma árvore eu tenho que falar com meu vizinho. Castanha é o mesmo esquema. Controle de desmate para roçado, um hectare, de preferência capoeira (MORADOR 26, 43 anos).

Acordos de convivência nem sempre exigem registro e formalidade para serem cumpridos, como o caso da criação de galinhas, o limite físico da área para roçado e da Colocação. O chefe da Resex explica que “ele é coletivo em termos de território, como um todo, de Reserva. Mas cada um tem a sua área. A área é coletiva, mas isso não significa que você não tenha divisões e direitos diferenciados de cada área [se referindo à Colocação]”. Ostrom (1990) argumenta que os indivíduos frequentemente interiorizam uma norma compartilhada pelo grupo onde a falta de conformidade envolve tanto os custos internos (sociais e psíquicos) quanto os custos externos.

Como nem todas as casas são cercadas de forma a restringir o espaço de circulação das galinhas, foram construídos “combinados” para regular o controle de propriedade do animal, como explicado pela Moradora 1 (32 anos): “*A vizinha corta o dedo da galinha assim, outro já corta assim, tem a marca né. Não tem problema não aqui. Pintinho nasce ela vai lá e diz 'eu corto o dedo' e eu digo que 'vou cortar o maior', então não mistura não*”. Situações como pegar uma galinha do vizinho por engano são resolvidas entre eles mesmos, como descreve a Moradora 2 (23 anos): “*A gente conhece desde pequeno. Marca cortando a unha. [...] Se eu matar sem perceber que é minha dou outra no lugar*”. “*Marca cortando o dedo, cada um corta um dedo diferente. É combinado*”, acrescenta a Moradora 15 (42 anos).

Os limites das plantações dos roçados de cada morador são personalizados conforme seu “dono”. A Moradora 15 (42 anos), por exemplo, “*planta uma carreira de bananeira para dividir*”. Se o “dono” do roçado ao lado quiser pegar uma penca de bananas plantadas pelo outro, é só pedir a autorização para fazê-lo.

Com relação à entrada de novos moradores, existem etapas e exigências a serem cumpridas. A preocupação com a entrada de novos moradores existe desde a institucionalização da Resex e o crescimento populacional sem planejamento foi considerado uma ameaça pelo Plano de Manejo de 2007, diante da distribuição de

seu impacto na utilização dos recursos. A entrada de novos moradores, saída e transferência também estão contempladas no tópico 10 do Plano de Utilização:

Fica proibida a entrada de novos moradores, salvo filhos de moradores que saíram por no máximo um ano, pessoas que se casam com moradores, e filhos que saíram por mais tempo para estudar, cabendo a comunidade e, se necessário, ao Conselho Deliberativo julgar o mérito (MMA, 2007, p. 92).

Segundo o Morador 21 (34 anos), *“só entra se casar com alguém da comunidade. [...] Comunidade é quem decide. Só quando tem necessidade”*. Em casos específicos, quando necessário, a comunidade se reúne e decide, já que não é interesse deles o aumento do número de famílias, principalmente no Núcleo Cazumbá. Os moradores já reclamam de estar cheia demais devido ao retorno de filhos e parentes que foram tentar a vida na cidade e decidiram retornar, além dos netos dos antigos que casaram e têm por direito a um espaço para construir sua morada.

O Morador 6 (52 anos) argumenta que, além das regras formais para vir morar na Cazumbá-Iracema, existem as informais, ou seja, aquelas que estão presentes nos discursos e acordos pessoais. A índole e a reputação daquele que almeja fazer parte desse modo de vida são avaliadas pelos moradores em reuniões e informalmente, influenciando diretamente na decisão final. Vários fatores são levados em consideração, pois compreendem que quanto maior for o número de pessoas naquela área, mais disputados serão os recursos comuns, o que pode dificultar a vida ali. Além disso, a Moradora 1 (32 anos) menciona a necessidade de pensar no uso desse espaço pelas gerações futuras.

Para decidir se a pessoa pode morar, faz uma reunião para ver se pode. As vezes todo mundo decide junto. Se chega muita gente, vem muita gente de fora, o espaço aqui é pequeno. Nossos filhos quando chegar a casar, onde vão morar? Você sabe que aqui não pode desmatar, não pode isso, não pode aquilo. [...] Daqui uns dias já não vai ter lugar para morar (MORADORA 1, 32 anos).

Essa pessoa tem que reunir com a comunidade, primeiro com o ICMBio. Se o ICMBio consentir, ele vem com a comunidade. Se a comunidade consentir, faz-se uma reunião e a comunidade passa todas as normas que tem aqui. Aí se a pessoa garantir que vai cumprir as ordens. Mas assim mesmo nem todas as pessoas a gente concorda, nem todas (MORADOR 6, 52 anos).

É fácil ter um desacordo sobre como interpretar uma regra sobre limites de colheita ou para requerer insumos, alerta Ostrom (1999). A autora reforça que se estas divergências não são resolvidas com baixo custo e de forma ordenada, os usuários podem perder sua vontade de estar em conformidade com as regras por causa das maneiras com que outros possam interpretá-las a seu favor.

O cuidado com o uso da madeira dentro da Unidade de Conservação de Uso Sustentável também foi destaque: “*Madeira tem a área e tem que falar antes com o dono de acordo com as estradas de seringa de cada um tem que pedir permissão, mesmo todo mundo deixando. Só para uso dentro da Reserva, não pode comercializar*”, explica o Morador 16 (28 anos). As famílias demonstraram conhecer o que rege o Plano de Utilização sobre o uso da madeira: “é permitido o uso particular da madeira pelos moradores da reserva: construção de casa, barcos, móveis, ferramentas de trabalho, sendo também permitida a venda conforme plano de manejo comunitário aprovado pelo ICMBio” (MMA, 2007, p. 94).

[...] O lugar que a gente mora mesmo não pode vender porque não é da gente. Áreas demarcadas onde se um vizinho quiser caçar na área do outro tem que pedir autorização (é necessário o consentimento do ‘dono’ da Colocação tem que ter essa comunicação). Madeira só para uso na Reserva (canoas). [...] A pessoa pode um hectare para cada família. O local já está meio demarcado (MORADORA 17, 19 anos).

Entre as normas mais citadas estão as que se referem às atividades de caça e à criação de gado. “*Não criar cachorro para caçar; não caçar lá para cima, mas vem muita gente (de fora) do lado que não tem morador*”, explica a Moradora 9 (33 anos) sobre a caça ilegal que acontece principalmente por pessoas de fora da Reserva Extrativista. “*Gado por aqui mesmo pararam, mas por aí mesmo não. É proibido trazer muita caça, não pode trazer mais de 40 kg*”, relata o Morador 23 (51 anos) que também manifestou, assim como outros moradores, a dificuldade em saber se a quantidade de caça realizada corresponde ou não ao volume máximo exigido.

Podem trazer no máximo 40 quilos de caça por viagem e por família na caçada, totalizando o máximo de 200 quilos/ano/família. [...] No caso de jabutis, excepcionalmente, não se aplicam os valores da regra acima, sendo permitida a caça de até cinco unidades por viagem, por família (MMA, 2007, p. 92).

Esse detalhamento da norma do Plano de Utilização sobre a quantidade de carne de caça permitida por família não contribui para o entendimento de quem realiza a atividade de caça, uma vez que é complicado determinar quantos quilos tem cada animal capturado. Isso acaba por distanciar o sujeito da execução da lei interferindo na sua prática correta. No entanto, acredito que o principal fator que influenciou os extrativistas a destacarem o regramento construído por eles mesmos de não caçar com cachorro foi por terem tido resultados positivos com o passar dos anos. Respeitados os dois anos exigidos no acordo para não caçar determinados animais e após quatro anos do início de vigência da norma que proibiu a criação de cachorro, os animais voltaram ao seu habitat natural, facilitando o retorno da atividade de caça, como constata o Morador 21 (34 anos): *“Antes todo mundo tinha cachorro e não tinha caça. Agora tem caça porque proibiram ter cachorro”*.

Em contrapartida, não foi realizada a divulgação dessas regras e normas acompanhado de um trabalho de conscientização quanto a importância e necessidade de cumpri-las. De acordo com o chefe e o gestor da Resex, o Plano de Utilização, contendo as normas que regem o uso dos recursos comuns, foi entregue a todos moradores e mesmo assim existem aqueles que o desconhecem ou não o compreendem: *“Pode pescar do jeito que quiser”*, afirma de maneira equivocada a Moradora 17, 19 anos, uma vez que o Plano de Utilização deixa claro no item referente à pesca, n. 39, que *“é proibido pescar com tarrafas no final das águas. Este período de final das águas será deliberado anualmente pelas associações e comunicado ao ICMBio”* (MMA, 2007, p. 95). Uma das pressões destacadas no Plano de Manejo (2007, p. 74) também está associada ao uso de petrechos ilegais ou em épocas de defeso, ações que contribuem para a redução das populações de certas espécies, *“em virtude dos deslocamentos necessários para se completar o ciclo de vida”*.

Na reunião das lideranças no fim de semana no Núcleo Cazumbá os líderes comunitários também reclamaram do fato de terem distribuído várias cópias do Plano de Utilização e que os moradores não leem, *“nem nunca abriam”*, desabafa o Morador 26 (43 anos). Ressaltaram a necessidade de um trabalho de incentivo à leitura do documento como uma forma de conscientização: *“A importância da conscientização”*, como relatado pela Entrevistada 2 (25 anos), sugerindo um trabalho em parceria com as escolas. Todos concordaram que o Plano de Utilização

deve ser discutido, primeiro nas reuniões dos Núcleos de Base, pois muitos o desconhecem. Outro ponto foi a necessidade de discutir juntos, detalhar mais, especificar melhor os regramentos e aprovar os acordos de convivência entre as famílias de cada comunidade.

Vários pontos foram levantados quanto os regulamentos da Reserva Extrativista. Os grupos de discussão chegaram a fazer sugestões importantes para a continuação das ações referentes aos acordos para garantir a qualidade de vida das comunidades: reavaliar algumas leis defasadas do Plano de Utilização de 2004 e adequar à realidade de cada comunidade; criar novos acordos de convivência onde ainda não existe e revisar aqueles que não se aplicam mais. Os presentes foram convidados a refletir sobre as regras e normas que controlam as relações dentro da Cazumbá-Iracema, mais que isso, houve a tentativa de sensibiliza-los e informa-los sobre os benefícios do regramento.

Com relação à criação de gado na Resex, as lideranças pretendem se reunir para entrar num acordo e apresentar ao ICMBio para ser discutido e implementado, de forma a evitar que seja necessário “vir ordem de cima”, algo imposto sem a consciência de sua importância para as comunidades. Chegaram à conclusão que devem ser criados acordos internos referentes a cada macrorregião quanto às atividades de caça e pesca com a classificação das espécies que tinham antes e que não existem mais, além de limitar os locais de pesca. O Morador 26 (43 anos) reforçou a necessidade de manter o regramento de “*não deixar os de fora entrar*”, uma vez que os “de fora” são os principais responsáveis pela caça ilegal.

Posso afirmar que os moradores da Cazumbá-Iracema ao elaborarem normas e regras com o objetivo de garantir uma convivência harmoniosa na comunidade e com a natureza, estão contemplando um dos princípios construídos por Ostrom (1990), em que os próprios utilizadores dos bens comuns contribuem para a definição e/ou adaptação dos acordos coletivos. Esses acordos têm peso e são tão respeitados que os moradores das outras comunidades mostraram interesse em replica-los, adaptando-os às suas realidades.

De certa forma, a sensibilização e o envolvimento dos moradores na elaboração e aplicação das normas dos acordos de caça são considerados de grande importância, principalmente por “proteger espécies mais frágeis e permitir que as populações selvagens em declínio se recuperem” (MMA, 2007, p. 80). Ostrom

(1999) destaca a autonomia como um atributo do usuário que é capaz de criar e cumprir regras de exploração do recurso sem o controle de autoridades externas, como acontece na Resex Cazumbá-Iracema. Porém, outra temática presente nos acordos de convivência e recorrente nos discursos dos moradores, tem gerado divergências e conflitos: o consumo de bebida alcoólica.

4.4.1. A proibição do consumo de bebida alcoólica no Núcleo Cazumbá: solução ou problema?

As normas construídas pelo Núcleo Cazumbá com relação ao consumo de bebidas alcoólicas tiveram forte influência da religiosidade dos seus moradores que dizem construir suas normas de acordo com os “regramentos divinos”. A proibição do consumo de bebida alcoólica está registrada no acordo de convivência de 1994 (MMA, 2007) e foi incorporada ao Plano de Utilização de 2007. Essa regra de convivência, assim como as outras, foi criada para garantir a harmonia entre esses sujeitos, principalmente com a chegada das novas famílias na comunidade. A maioria dos moradores (89,55%) que participaram do levantamento realizado pelo ICMBio/UFV em 2014 disseram não consumir bebida alcóolica, sendo que 8,21% ingere ocasionalmente, 1,99% uma vez por semana e 0,25% duas vezes por semana.

Alguns moradores relataram que antes da regra ter sido criada as pessoas bebiam muito e havia muita discórdia. Com a criação da norma pelas próprias famílias da comunidade melhorou a convivência entre eles: *“Para morar todo mundo junto tem que ter algo que regre e diga a responsabilidade de cada um. Você entra aqui, mas aqui é assim”*, explica Tiãozinho, um dos idealizadores e defensor da permanência dessa regra.

O “regramento” referente à proibição da bebida dentro da Reserva Extrativista vem de experiências negativas anteriores e por estar sempre associada ao consumo de drogas. *“Porque quando tem bebida em festa o povo de fora vem muito. Já teve muito problema, muita confusão. A gente tinha medo de sair à noite. Você pode trazer a sua cerveja. Quando tem festa a gente pede para proibir a venda. Vem droga”*, afirma a Moradora 1, 32 anos. Essa regra funciona como uma forma de controlar o comportamento dos sujeitos, como explica o Moradora 18, 45 anos: *“Controle da comunidade mesmo, porque tem gente que não dá conta. [...] É uma*

forma de prevenir”. Antes da criação da Resex não eram realizadas festividades com participação das pessoas da cidade, o que contribuía para evitar o consumo da bebida alcoólica: “*Anos e anos sem ninguém colocar um gole de bebida na boca*”, relembra o Morador 14 (44 anos).

Como esse acordo foi firmado antes da Cazumbá-Iracema ser criada e de terem entrado novas famílias, ele tem gerado conflito de opiniões entre os moradores antigos e os novos. “*Lei que a gente criou, interna*”, explica o Morador 12 (39 anos). Essa proibição tem o apoio do ICMBio e é associada à garantia de segurança, uma vez que não existe um órgão que exerça esse papel: “*Não tem bebida. É proibido vender, foi o ICMBio e a comunidade que proibiram. Aqui não tem polícia, é perigoso*”, explica a Moradora 15 (42 anos). “*Antes o pessoal exagerava, os de fora também. [...] Agora a pessoa trás, bebe na casa dele e não perturba ninguém*”, esclarece o Morador 16, 28 anos.

De acordo com os relatos, o principal embate da comunidade é quando se aproximam as festividades realizadas no Núcleo, como a festa da quadrilha e a comemoração do aniversário de 20 anos da Resex, ambos em 2014. Dois eventos que atraíram moradores das outras macrorregiões e muitos cidadãos de Sena Madureira, gerando elevada circulação de pessoas na região. Como o regramento é interno, as pessoas que vêm de fora para os eventos trazem bebida e droga, causando desconforto para os moradores: “*A comunidade se reuni e decidi não ter bebida, a não ser em evento. As vezes quando tem é do povo que vem de fora*” (MORADOR 3, 71 anos). O Entrevistado 7 (44 anos) completa ainda que “*todo mundo bebeu escondido. [...] Era aquela coisa velada, enquanto podia ter gerado uma renda para comunidade*”. A Moradora 1 também relata esses acontecimentos:

Eles queriam cerveja para juntar um dinheiro para vender e tirar um lucro da festa para o Grupo de Jovens. Como o pessoal da igreja não aceitaram, aí eles se reuniram com o Tiãozinho para ver o lucro que dava. Então eles cobriram [pessoal da igreja], deram aquele dinheiro para eles, para eles não venderem cerveja na festa (MORADORA 1, 32 anos).

Mesmo o Grupo de Jovens tomando frente da organização do evento e propondo a venda de bebida alcoólica visando um retorno financeiro que beneficiasse toda a comunidade, a decisão final foi dos moradores antigos. Vistos como “donos” e “líderes” da comunidade do Núcleo Cazumbá, os moradores antigos

transformaram acordos de convivência em relações de poder. Além disso, utilizam da religião para conter as solicitações daqueles que não concordam com a proibição, como conta a Moradora 17 (19 anos): “*A gente já tentou mudar, mas meio que a gente foi barrado nisso. [...] Os líderes da igreja acham que é um incentivo. Eu não acho, só bebe quem quer*”. Por outro lado, o chefe da Resex, 28 anos, ressalta a necessidade dessa norma para o convívio em comunidade, pois “*se fosse não definir nada, tudo pode. [...] Se você não está cumprindo aquilo, ou se retire ou se adeque*”. Elster (1994) esclarece que o fato das pessoas obedecerem às normas está diretamente relacionado ao desejo particular de evitar a desaprovação do seu grupo. “O comportamento guiado por normas é apoiado pela ameaça de sanções sociais que torna racional obedecer a normas” (ELSTER, 1994, p. 143).

O próximo passo dos moradores é reestruturar os acordos de convivência para que possam ser aplicados às comunidades de maneira que todos sejam contemplados. Apesar desse objetivo estar claro e ter sido muito discutido nos três dias de reunião com as lideranças em que participei, resta a dúvida se ele será efetivamente cumprido. Diante da apropriação privada das castanheiras e do controle de determinadas regras, como da proibição do consumo de bebida alcoólica, questiono os limites dessa confiança e respeito associados à figura do Tiãozinho e demais lideranças que corroboram com suas ideias. Me pergunto até onde vão essas relações de poder.

Como instituição coletiva e considerando a teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990), posso inferir que os sujeitos estudados apresentam dificuldades para relacionar de maneira interdependente, mesmo considerando o respeito às regras, normas e sanções construídas pela comunidade para regular o comportamento social dentro da Resex. Enquanto os novos moradores não reivindicarem por direitos iguais pelos castanhais e o Grupo de Jovens conseguir sua autonomia na realização das festividades, por exemplo, a governança dos recursos comuns continuará apenas na teoria. A criação da Resex vem da experiência desses moradores de se organizarem, primeiro para a implantação da Associação “Mãe”, depois para a conquista da terra enquanto beneficiários extrativistas. A busca pela autonomia nesse território ainda permanece, pois sem igualdade não existe liberdade e sem liberdade de escolha não há democracia.

Em linhas gerais, falta organização dos usuários da Resex para participar democraticamente da constituição de novas normas e regras para essa sociedade tradicional. A autonomia pessoal, um dos atributos do usuário determinado por Ostrom (1990) para que seja possível a governança dos recursos comuns, só será alcançada no dia em que reivindicarem por diretos iguais também no acesso e uso dos recursos comuns.

Aos poucos vão sendo delineados os diferentes tipos de relações que influenciam na forma de organização social dessa comunidade tradicional. Constatado isso e diante do importante papel do capital social para a organização dos moradores e conseqüente qualidade de vida é que não posso deixar de discutir um dos principais fatores que foi determinante para a criação da Resex Cazumbá-Iracema e que continua sendo o elo e principal estratégia no direcionamento das ações, do comportamento e da tomada de decisão desses sujeitos: a fé na palavra de Deus.

4.5. A fé e a palavra de Deus: estratégias de gestão comunitária

Gestos, discursos, jargões, posturas, comportamentos reproduzidos e regras construídas tendo como justificativa a fé e a palavra de Deus, assim vem sendo retratada a religião na Resex Cazumbá-Iracema. Como relatado no Capítulo 3, a Igreja Católica teve forte participação na luta por melhorias das condições de vida para os moradores da região, que viam nela a sua única esperança de dias melhores. Essa atuação como motor das lutas por terra foi fundamental para a criação da Resex, um dos exemplos das ações da Igreja Católica a partir dos anos 70, como relata Novaes (1997).

O que a Igreja Católica ofereceu aos movimentos sociais de luta pela terra nos anos 70/80 foi o peso social significativo de sua hierarquia, agentes de pastoral assíduos e especializados em mapear os poderes constituídos e, sobretudo, uma linguagem adequada para socialmente traduzir aos conflitos então existentes (NOVAES, 1997, p. 173).

A carta de apoio da Igreja Católica à criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema foi de extrema importância no processo formal de constituição da Unidade de Conservação de Uso Sustentável (MMA, 2007). Personagens como o

Padre Paolino Baldassari e a Irmã Flávia marcaram a história de criação da Resex, tendo apoio de lideranças pastorais locais. De acordo com Novaes (1997, p. 167), “agentes da pastoral têm em si um ponto comum: o desejo de ser instrumento da comunidade”. Com a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), espaços de luta, para ter acesso à terra e nela permanecer, a Igreja Católica propõe uma conexão entre fé e política no meio rural (NOVAES, 1997).

Quando as famílias participantes da pesquisa realizada pelo ICMBio/UFV em 2014 foram questionadas sobre as instituições mais presentes na Resex, 65,70% responderam a igreja, mostrando a representatividade na vida dessas pessoas. Outras instituições foram pouco lembradas, como a Prefeitura de Sena Madureira (24,66%), o Incra (2,74%), a Seaprof (1,37%), a ASSC (1,37%), a Política Ambiental (1,37%) e o Ibama (1,37%). Esses dados refletem a importância da instituição igreja na história de vida dos moradores da Cazumbá-Iracema.

A forma com que essa história foi escrita não deixa dúvidas de que para que fosse possível a união daquelas pessoas para alcançar um fim maior era necessária a utilização de uma ferramenta legitimada pelo povo: a palavra de Deus. Segundo o chefe da Cazumbá-Iracema, a religião “tem papel fundamental ali inclusive de organização. A própria mobilização e organização comunitárias para criação da Reserva teve apoio na Igreja Católica”.

Foi pensando assim e usando a religião como estratégia de gestão que as lideranças pastorais locais convenceram seus familiares, parentes e amigos de que a criação da Reserva Extrativista era a única solução para melhorar a realidade em que viviam. A argumentação político-religiosa fruto do envolvimento no movimento dos seringueiros e na Pastoral da Terra, como monitores da Igreja Católica na Resex, resulta no nascimento de “um ‘discurso próprio’ daqueles que – ao serem ameaçados de expulsão ou despejo – foram ‘trabalhados pela igreja’” (NOVAES, 1997, p. 168).

A religião foi o alicerce para garantir a união daquelas pessoas e permanece hoje como garantia de relações de confiança e reciprocidade, como relatado pelos moradores entrevistados: “Começou pela igreja, começou os trabalhos aqui com a igreja. [...] As pessoas têm muito respeito um pelo outro. [...] Fazer reunião com os moleque, as mulheres para contar como era antes, a cultura”, ressalta o Morador 12 (39 anos), mostrando a preocupação com a história, a cultura e a religião desse povo. “Vive na paz, na união. Porque tem a igreja, a Associação, as escolas que a gente

estuda junto. É bem unido. [...] Primeiramente porque Aquele lá de cima é o maior de todos e a gente vive segundo Ele”, complementa o Morador 19 (49 anos).

Primeira coisa é temer a palavra do Senhor e participar de uma igreja de qualquer uma religião. [...] Porque você sabe que se a pessoa está participando de uma igreja de qualquer maneira você vai respeitar porque os mandamentos da lei de Deus é amar a Deus sobre todas as coisas, amar o próximo como a ti mesmo. Então, se eu tenho amor ao próximo eu vou respeitar o que é do próximo (MORADOR 14, 44 anos).

Nos discursos analisados, destaca-se a crença nos mandamentos divinos como garantia de harmonia nas relações em comunidade. A religião está nos encontros semanais, no Grupo de Jovens do Núcleo Cazumbá (Figura 16), nos intercâmbios realizados com outras Reservas Extrativistas. Um padre de Sena Madureira visita as comunidades e celebra missa pelo menos duas vezes por ano, batizando e casando os interessados. Os encontros católicos semanais ficam sob a responsabilidade dos “animadores de comunidades” ou agentes de pastoral, que fizeram capacitação preparatória em Sena Madureira, formando “grupos de reflexão que buscam, através da Bíblia, fazer a ligação entre a Palavra e a vida” (NOVAES, 1997, p. 156-157). Novais (1997, p. 156) esclarece que o método utilizado no “trabalho de base” tem como objetivo garantir a “emergência de um ‘discurso próprio’ e do poder criativo das classes populares”. A autora reforça ainda que “o papel do agente de pastoral – eclesial, leigo ou sem religião – é, portanto, aprender ‘com o povo’, sistematizar as questões e contribuir para que o próprio povo ordene sua experiência histórica e encontre formas para buscar sua libertação” (NOVAES, 1997, p. 156).



Figura 16 - Encontro de Jovens do Núcleo Cazumbá em 2014, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre.
Fonte: ICMBio, 2014.

A frequente participação em atividades religiosas está associada ao bom convívio entre os moradores: “Faz parte da organização a igreja é o nosso ponto fundamental aqui na nossa comunidade em questão do entendimento das pessoas, não dá conflito. Nos ajuda muito” (MORADOR 11, 30 anos). O chefe da Resex complementa falando da parceria do ICMBio com a Igreja Católica: “A igreja hoje é uma parceira do ICMBio, principalmente os grupos religiosos”. O papel da religião é tão importante para a organização comunitária que o ICMBio objetiva oferecer uma “cadeira” para a Igreja Católica no Conselho Deliberativo: “Tem toda uma *questão de crença, de fé. Ah, ‘Deus está vindo’*. Toda essa parte religiosa que também influencia nessa dedicação, de trabalhar voluntariamente para a Igreja”, explica o chefe da Reserva Extrativista.

Nos três dias de reunião com as lideranças que tive a oportunidade de acompanhar, me surpreendi com o número de vezes em que o nome “Deus” foi repetido, além dos vários trechos bíblicos citados e repetidos nas falas dos participantes. A todo momento o gestor, que liderou a reunião como presidente da Associação “Mãe”, relacionava os ensinamentos divinos com o compromisso ali selado: “Nós assumimos esse trabalho de ser representante das comunidades. Nós *dissemos para as comunidades ‘eu aceito’, e quando a gente fala ‘eu aceito’, Deus*

está presente, aí nós temos que aceitar mesmo, e aceitar não é só dizer sim”. O gestor relacionou a escolha dos representantes e o seu mandato a uma força maior, a uma decisão divina, indo além da escolha comunitária: “Determinação de Deus. [...] Quando nós faz um compromisso com a comunidade é com Deus que nós estamos fazendo esse compromisso. Fazer de tudo o bem para elas. [...] Para mim esse mandato é um mandato de Deus”.

Num discurso maquiéista do certo e errado e na tentativa de garantir sua reprodução, novamente o gestor associa a história de criação da Cazumbá-Iracema a história bíblica de Abraão, que foi com seu povo em busca da terra prometida: “Essa foi uma área que Deus nos deu”, distanciando da imagem de uma conquista coletiva, em parceria com o Ibama e a Igreja Católica e aproximando daquela pregada pela CEB, remetendo-se à construção do Reino de Deus: “A partir de toda a simbologia contida nas imagens bíblicas sobre a terra prometida, colocou-se a possibilidade de sacralizar a política e fazer emergir um discurso político com características proféticas” (NOVAES, 1997, p. 119).

Também percebi o papel do gestor como mediador na relação entre o ICMBio e as lideranças comunitárias, como facilmente observado na fala a seguir:

Vocês foram convidados para uma batalha. Vocês não foram convidados para uma festa. Vocês foram convidados para uma batalha. Vocês são os guerreiros aqui. Assim como Deus chamou Abraão e disse Abraão eu preciso de ti para constituir uma grande família, ele chamou nós também para esse momento fazer um trabalho diferente, nos 'apoderar', ajudar as pessoas a entender que toda essa área é de responsabilidade nossa, que é nossa e de nossos filhos, nós precisamos cuidar, nós precisamos mudar a forma de gestão da Unidade que na verdade essa gestão é uma gestão participativa (GESTOR DA RESEX, 54 anos).

A religiosidade também está nas propostas de melhorias para as comunidades, como a necessidade de visitar as famílias levando a palavra de Deus e falando do Plano de Utilização: “Lembrando que a religião é o ponto chave para organização dessa Reserva Cazumbá. Tudo começou através da religião”, enfatiza o Morador 11 (30 anos). A palavra de Deus e os regramentos comunitários estão atrelados e caminham juntos na vida e no convívio dessas famílias. Como relata o gestor da Resex:

Ela [igreja] regra muito a questão do respeito com o outro, da *questão do 'Deus te castiga', 'tu perde a sua salvação'*. Todas essas coisas que vem regrado aí de certa forma boa. Que diz: o *segundo mandamento 'amar o próximo como a ti mesmo'*, entendeu, toda essa questão do regramento da igreja ali e o respeito da família regram para coisas mais fortes (GESTOR DA RESEX, 54 anos).

Nessa perspectiva, Elster (1994) argumenta sobre a necessidade dessas normas serem compartilhadas pelo grupo para que possam ser consideradas normas sociais:

Para que tais normas sejam sociais, elas devem ser compartilhadas por outras pessoas e em parte sustentadas por sua aprovação e desaprovação. Tipicamente são também sustentadas pelas emoções que se desencadeiam quando as normas são violadas: embaraço, culpa e vergonha no violador; raiva e indignação nos observadores. Muitas vezes uma norma para se fazer X é acompanhada por uma norma de nível mais elevado para punir aqueles que violam a norma de primeira ordem, onde a punição pode variar desde sobrolhos erguidos a ostracismo social (ELSTER, 1994, p. 137).

De maneira estratégica, pensando em evitar futuros conflitos, o gestor pediu ao pastor da igreja Batista, da comunidade do Cuidado e que também é representante da sua região no Conselho da Resex, para abençoar aquele momento, as pessoas e o almoço oferecido. Ele reforçou que aqueles eram os novos representantes comunitários, “aqueles que fazem as leis”, que levam mensagens aos moradores, que “têm a sabedoria de Deus”: “Estamos unidos pela mão do Senhor, mas com uma missão de que só existe uma verdade”. Ressalto que o discurso dos católicos e dos protestantes não se diferenciam, pois apresentam o mesmo entendimento que é apenas com fé em Deus e no exercício dos seus ensinamentos que alcançarão melhorias.

Um dos momentos mais marcantes para os presentes e para mim enquanto pesquisadora foi quando o gestor pediu ao pastor da igreja Batista que abençoasse os novos representantes comunitários da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Figura 17). A atitude de conferir voz ao representante foi uma maneira de firmar o compromisso daqueles que seguem essa outra religião em participar das propostas de gestão coletiva da Unidade de Conservação de Uso Sustentável. O momento simbolizou a união das duas religiões para trabalhar em benefício do coletivo.



**Figura 17 - Momento da oração conduzida pelo Pastor Rosano, reunião de planejamento da gestão 2015/2016, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.
Fonte: Dados da pesquisa.**

Para essa benção todo um ritual foi construído à medida que, um por um, os novos representantes foram colocados em destaque, no centro da sala, como atuais “discípulos”. Uma atmosfera de satisfação, entrega, realização e fé tomou conta dos presentes. Então, colocados lado a lado à frente da mesa do almoço para a seção de fotos e apreciação de todos, de mãos dadas, fecharam os olhos e o pastor da igreja Batista liderou a oração formando um círculo:

Esse momento é profético, é uma profecia que eu acredito e creio que vai cumprir, uma promessa de Deus na nossa vida. Amém?! É porque a Bíblia diz que tudo que ligares na Terra cerca de dois ou três será ligado no céu. Primeiro tem que ser ligado na Terra, para poder ser ligado no céu. Nós vamos agora orar, vamos concordar, todas essas lideranças nós que fomos eleitos vamos ter a direção de Deus, ser direcionados por Deus, amém?! Para que possamos fazer uma administração na direção de Deus onde possa ser melhor para todos aqueles que habitam aqui nessa Terra, como Deus disse que se nós formos fiel desfrutaremos o melhor dessa Terra. [Convidou para orarem com as mãos levantadas na direção das lideranças] Amém [palmas]. Nós obteremos nossa vitória, a nossa voz tem que ser um só homem, um só caminho, uma só palavra, uma só direção [palmas] (PASTOR DA IGREJA BATISTA, 40 anos, complementos meus).

Deus e terra novamente se misturam, reforçando o significado da terra construído nas CEBs enquanto propriedade e direito desse povo: “se a terra é um dom de Deus, ela deve pertencer a quem nela trabalha, a quem dela tem necessidade para viver” (NOVAES, 1997, p. 119). As palavras do pastor também deixam transparecer o “simbolismo verbal e ritual que asseguram a sua legitimidade junto a grandes faixas da população e asseguram sua própria convicção de competência de intervir no social” (NOVAES, 1997, p. 166).

Todos estenderam as mãos na direção das lideranças que colocaram suas mãos nos ombros uns dos outros e oraram. Mais uma vez a fé e a palavra de Deus se mostravam como guia, caminho, salvação. O Morador 26 (43 anos) reforçou que “primeiro é Deus e depois a união”. Estava ali a principal regra de convivência da Cazumbá-Iracema, culturalmente construída e reforçada ainda nos dias atuais.

Assim como observado em outros discursos, o pastor da igreja Batista também reforçou a ideia de que “se dar com o ser humano é muito mais difícil que com o bicho bruto”, ou seja, a dificuldade em conviver em grupo. De acordo com ele, a primeira coisa que deve partir de cada um dos representantes é o amor, sendo que a “primeira coisa é conquistar a pessoa para que possa alcançar seu respeito. [...] Tem que ter a sensibilidade de primeiro, amor, segundo, diálogo e terceiro, paciência. [...] O que a própria Bíblia nos ensina”. Os discursos culminaram sempre na palavra de Deus, e ninguém ousou contestar ou manifestar de outra forma.

O fato é que não há espaço para aqueles que pensam ou pregam algo diferente. No segundo dia de reunião, a noite foi de comemoração pelo início dos trabalhos daquele novo grupo de lideranças comunitárias. O gestor ofereceu um boi comprado e abatido ali mesmo no Núcleo Cazumbá, para um churrasco de confraternização. Ao final de um dia de muitas discussões e promessas, chegou o momento de celebrar, mas antes era necessário agradecer e orar. Novamente orar, repetir os mesmos discursos religiosos, mas agora com a participação de outros que estavam ali presenciando e apoiando a causa. O gestor, católico, convidou então sua irmã, evangélica, para orar pelos presentes e para ressaltar uma conquista: a recuperação da saúde de um dos membros de sua família, um dos moradores antigos do Cazumbá. Após um intenso discurso de agradecimentos e louvores, o filho do gestor, também evangélico, solicitou a oportunidade para orar pelos presentes, pedindo por melhorias comunitárias.

Por outro lado, a religião também tem dividido as pessoas em católicos e evangélicos que frequentam respectivamente os templos da Igreja Católica (Figura 18) e da Igreja Batista da Filadélfia (Figura 19). Os moradores disseram ser católicos (67,05%), evangélicos (31,82%) e tiverem aqueles que se consideraram evangélicos e católicos (1,14%). Entretanto, apesar da maioria afirmar ser católica, 56,56% mencionaram frequentar a Igreja Católica e 44,44% a Igreja Evangélica (ICMBIO; UFV, 2014). A chegada da nova religião, a Igreja Batista da Filadélfia, tem dificultado o trabalho dentro da Resex, como relatado por um dos técnicos da Ekoar: “Ela aproxima pessoas e ao mesmo tempo exclui. Perdemos várias famílias por conta da nova religião. Foram fazer a reunião na igreja evangélica e os católicos não quiseram participar” (ENTREVISTADO 1, 21 anos). Esse novo impasse pode interferir nas ações propostas para os próximos anos, influenciando na sua efetividade e conseqüentemente nas conquistas coletivas. Até o momento da pesquisa, a estratégia do gestor em envolver uma das lideranças da igreja Batista no planejamento das ações, vem garantir, de certa forma, seu comprometimento com a realização das propostas levantadas pelos comunitários.



Figura 18 - Igreja Católica localizada no Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.
Fonte: Dados da pesquisa.



**Figura 19 - Igreja Batista Filadélfia no Núcleo Cuidado, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.
Fonte: Dados da pesquisa.**

A religião na Cazumbá-Iracema pode ser interpretada como reciprocidade binária e ternária uma vez que, segundo Ostrom (1998 apud SABOURIN, 2010), a estrutura binária se refere à partilha, ao aprender juntos, e a ternária ao interconhecimento que conduz ao engajamento mútuo. A religião, com seus princípios e normas para disciplinar o comportamento das pessoas visando um melhor convívio em sociedade, foi e continua sendo instrumento para a garantia da qualidade de vida. Esse capital social da Resex é um forte instrumento para se garantir uma gestão participativa e que vem trazendo benefícios para as comunidades. Relações de partilha e engajamento nas ações comunitárias vêm contribuir para a participação nas tomadas de decisão e conseqüente governança dos recursos comuns. Por outro lado, a religião também é utilizada nas relações de poder ainda presentes nessa região como abordado a seguir.

4.6. O poder da figura do “patrão da seringa” na governança dos recursos comuns.

Culturalmente enraizado nos pensamentos, ações e modo de vida, a figura do “patrão da seringa” ainda permanece viva na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema representada por diferentes atores sociais. Tão temida e repelida pelos extrativistas, ela ganha nova roupagem, mas não se desvencilha das relações de poder e de dependência.

Os cinco filhos de um dos moradores mais antigos da região, família Corrêa Matos, são conhecidos e tratados como os “líderes”, aqueles que já moravam nesse território antes da Resex ser criada. Líderes enquanto lideranças comunitárias nas diversas formas de organização existentes (Associação, Grupo de Artesanato, grupos religiosos) e como “proprietários das terras” do Núcleo Cazumbá, são eles que decidem a forma como os recursos comuns de suas Colocações são distribuídos e utilizados. Como na fala da Moradora 18 (45 anos) ao dar como exemplo o uso da madeira: “Aqui não se derruba. Só pode a árvore que está no chão e tem que ver com os líderes se pode [utilizar]. [...] Os líderes são os mais antigos”. Nesse processo micro de tomada de decisão, os moradores não mencionaram a interferência nem do ICMBio e nem do Conselho Deliberativo, ficando apenas a cargo da comunidade que delega o poder de decisão aos líderes locais.

A maioria das famílias que reside no Núcleo Cazumbá tem parentesco com a família Corrêa Matos, além daquelas que residem em outras comunidades espalhadas pela Reserva Extrativista. Dentre eles está o Tiãozinho, presidente da Associação “Mãe” e gestor da Resex desde a sua criação, a coordenadora do Grupo de Artesanato e os colaboradores do Grupo de Jovens e da Ekoar, entre outros. Laços de sangue que mantêm a legitimidade e a reputação das lideranças comunitárias na organização das ações do interesse coletivo. Como abordado anteriormente, tanto pelo fato de viverem nesse território há muito tempo como por terem participado ativamente da criação da Resex, essa família foi fortemente legitimada pela comunidade.

Me preocupa o rigor em manter regras que beneficiam grupos específicos, uma vez que já resultou na desistência de algumas pessoas em residir na Resex. Pessoas que moraram no Cazumbá e que não se adaptaram às regras e normas

estabelecidas pela comunidade deixaram a Resex, pois não estavam de acordo com elas. Para o gestor da Resex, elas saíram para não descumprir e criar problemas: “*É como funciona a Colocação. É obrigatório*”, explica. O que deveria ser um processo democrático de decisão quanto às normas de convivência, emerge relações de poder. Para que essas regras fossem cumpridas por todos, o gestor utilizou da sua “estratégia” principal, a religião, relacionando-a com o simbolismo construído na conquista do território no formato de Resex, para reforçar questões que o beneficiam diretamente, como transparecido na fala a seguir.

Temos que respeitar as leis, porque as leis também são constituídas e Deus observou e disse, Jesus disse, 'eu não vim abolir nenhuma lei, mas vim trazer a verdade'. E aí você, nós, temos que nos entender, fazer entender nossas famílias, nossas comunidades que nós precisamos ter esse zelo, pelo nosso bem, pelo aquilo que nós conquistamos (gestor do ICMBio, Presidente da Associação “Mãe” e “dono” das terras do Cazumbá).

Ao pesquisar as relações entre comunitários de um assentamento de reforma agrária, D’Incao e Roy (1995) constataram que as relações sociais incorporadas ao longo da história de vida dos moradores eram relações de exploração perversa nas quais haviam sido socializados. Em certa medida, a meu ver, na Cazumbá-Iracema a relação patrão-seringueiro incorporada na história do extrativista do Acre, tem forte influência nas atuais relações de exploração, onde a lei continua sendo a lei dos patrões. Em outras palavras, foram “socializados em relações de dominação em que a lei não se dissocia do empregador” (D’INCAO; ROY, 1995, p. 24). Noto que as relações de poder construídas durante a existência da figura do “patrão da seringa”, de certa forma, permanecem sendo reproduzidas.

Posso inferir que o papel do patrão é exercido por vários atores e em diferentes situações, seja no controle do uso dos recursos naturais, seja na tomada de decisões da comunidade. Olhando para a história vivida e para as relações construídas, vejo que os moradores da Cazumbá-Iracema têm necessidade de delegar poder a uma figura que tome as rédeas da situação, que decida por eles e que garanta os benefícios mínimos para sobreviverem, como os líderes locais.

Com a criação da Associação “Mãe”, ela também passa a deter o papel emancipatório da vida daquelas pessoas. No entanto, o gestor e presidente da Associação “Mãe” esclarece que “o presidente da Associação não é um patrão.

Presidente da Associação é aquela pessoa que estimula a comunidade a participar e fazer junto o trabalho. [...] Participar não é só estar presente”. O Morador 26 (43 anos) complementa que “o papel da Associação não é a do patrão, a comunidade é quem decide”, uma vez que existem as eleições e diferente da época dos patrões da seringa onde apenas o patrão tomava as decisões. Por outro lado, como abordado anteriormente, essa filosofia da participação não é aplicada às normas de apropriação de todos os recursos comuns da Resex. Na prática o envolvimento e a participação das comunidades não acontecem plenamente, impedindo que a governança dos recursos comuns se realize plenamente.

Sem a presença do patrão, figura que dominava sozinha todo um território, agora seu “chicote” é conduzido por diferentes mãos, como a do governo, nesse caso o ICMBio, da prefeitura de Sena Madureira, dos políticos, das Ongs, como a WWF-Brasil, das empresas privadas como a Ekoar. Como dito anteriormente, poder muito bem aproveitado pelos pesquisadores da UFAC idealizadores da “garrafinha”, único produto que confere as características da mistura à base de látex necessária para a produção dos jogos americanos de encauchado pelo Grupo de Artesanato do Núcleo Cazumbá. Sem o produto não há produção, o que gera uma relação de dependência no fornecimento do mesmo, ficando esse grupo a mercê da boa vontade dos fabricantes. “*Eles não podem nem usar a marca da Reserva nos produtos. [...] Eles perdem a garrafinha*” (ENTREVISTADA 2, 25 anos). Eles têm medo de perder os contatos, vendas, pois só trabalham com encomenda.

De fato, a riqueza dos desdobramentos me permitiram enxergar as diferentes faces das lideranças comunitárias e dos moradores que vivem à tanto tempo nesse território. Observando, entretanto, toda a trajetória construída por esses sujeitos até chegar nos dias atuais, regada de conquistas, prêmios e melhoria das condições de vida, reconheço que a história seria outra se não fosse o perfil desses atores. A vontade de querer mudar aquela realidade sofrida, o envolvimento político e a necessidade de liderar aquele povo sem instrução para alcançar uma melhoria coletiva é mérito das lideranças locais e das instituições que as apoiaram e conduziram. Líderes que movidos pelo interesse pessoal de melhores condições de vida para seus familiares alcançam benefícios coletivos para toda comunidade. Ostrom (1990) destaca como atributo dos usuários de um recurso os interesses semelhantes do grupo. Quando um forte representante comunitário tem o mesmo

interesse que o grupo, isso pode aumentar consideravelmente a probabilidade de uma organização ser bem sucedida.

É com os olhos fixos na qualidade de vida da comunidade que as lideranças locais estão cada vez mais preocupadas em melhorar a gestão da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. Sendo assim, a Associação “Mãe” e o ICMBio organizaram um momento de intercâmbio de experiências, de valorização das lideranças locais e de estímulo à ação coletiva. A seguir, analiso esse evento enquanto exercício de participação e de organização comunitárias.

CAPÍTULO 5. “UMA ANDORINHA NÃO FAZ VERÃO”: A GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA E SUAS LIDERANÇAS.

Dedico este capítulo à gestão da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, discutindo o papel das lideranças locais, o planejamento participativo e suas relações. A maior parte dos conteúdos analisados são provenientes das reuniões entre a Associação “Mãe”, o ICMBio e as lideranças recém eleitas pelas comunidades. O capítulo está dividido da seguinte maneira: a gestão da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema; as lideranças na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: passado, presente e futuro?; lideranças comunitárias e a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: histórias que se confundem; e planejando o futuro: o exercício da participação e a organização dos líderes comunitários.

5.1. A gestão da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Como mencionado anteriormente, a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema conta com um chefe funcionário de carreira e um gestor, funcionário cedido pela Prefeitura de Sena Madureira, ex-morador dessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável, atual presidente da Associação “Mãe” e dono de terras na Resex. Para facilitar a gestão da Resex, a mesma foi dividida em cinco macrorregiões: Cazumbá, Médio Caeté, Alto Caeté, Riozinho-Cachoeira e Jacareúba-Redenção, sendo as duas últimas as mais isoladas e afastadas do município de Sena Madureira (AC).

Em 2005, além da Associação “Mãe”, situada no Núcleo Cazumbá, foram criadas outras quatro associações, cada uma localizada em uma macrorregião, com o intuito de melhorar a forma de organização dos moradores. Com o fracasso de três dessas novas associações foi necessário um trabalho de conscientização dos sujeitos para explicar que não era necessário formalizar suas ações como no formato de associação para se mostrarem organizados. O chefe da Resex (28 anos) falou dessa resistência dos moradores em manter as associações criadas.

Aos poucos o pessoal teve um pouco de resistência para compreender isso, mas a gente foi mostrando que eles, que podiam se reunir, apresentar as demandas para o ICMBio, apresentar as demandas para os parceiros que eles seriam atendidos mesmo não sendo representados por uma Associação né, necessariamente (CHEFE DA RESEX, 28 anos).

Para que todos pudessem ser ouvidos e beneficiados com projetos e programas, em 2015, foram criados os representantes de Núcleo Comunitário referentes a cada macrorregião e que fazem parte da diretoria da Associação “Mãe” (Figura 20).

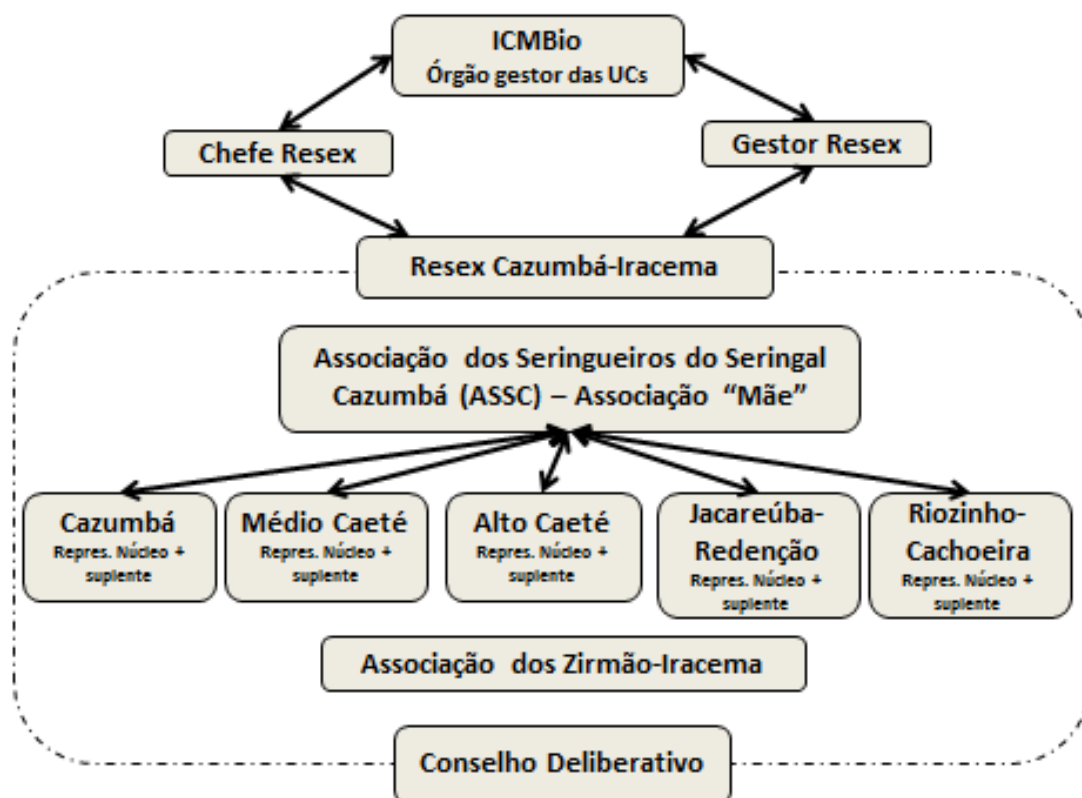


Figura 20 - Organograma da gestão da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre, 2015.

Fonte: Dados da pesquisa.

A ideia dos representantes dos Núcleos de Base surge com o intuito de aproximar mais os moradores da gestão e das decisões, para se “apropriarem” dos seus direitos e deveres ao se envolverem nas atividades da Reserva Extrativista. O representante de cada Núcleo constitui a diretoria da Associação “Mãe”. Essa nova

configuração, que atende ao princípio 8 da governança dos comuns de Ostrom (1990), já contribuiu para a conquista dos recursos do Programa de Desenvolvimento Comunitário (PDC) de forma igual para todas as cinco macrorregiões. O objetivo do PDC, que surgiu a partir do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE), é de integrar as comunidades isoladas em um processo maior de desenvolvimento regional do Estado do Acre.

De acordo com os relatos dos moradores, a Associação “Mãe” passou por várias dificuldades e transformações ao longo de seus anos de atuação. Os avanços nas discussões e atuação dos seus integrantes estão trazendo conquistas que beneficiam todos os moradores. No momento o foco é reconstruir a imagem e as ações desse coletivo, “*dando voz e voto aos Conselhos, evitando a figura passiva*”, destaca seu presidente. Uma iniciativa recente foi o incentivo para que os Conselheiros utilizem caderno e pasta durante as reuniões, contribuindo para a construção do hábito de levar por escrito as demandas das comunidades à reunião e fazer o exercício de retornar com as respostas e fazer o repasse das decisões. “*Eles lêem as demandas da comunidade e anotam as decisões para levar de volta às comunidades*”, explica o chefe da Resex, 28 anos.

Um dos avanços gerados pela capacidade dos comunitários de se organizarem foi a criação do Grupo de Mulheres e do Grupo de Jovens. As participantes do Grupo de Mulheres fizeram cursos de corte e costura e hoje produzem acessórios de vestuário feitos de couro ecológico (mistura de tecido com látex). Já o Grupo de Jovens foi uma iniciativa dos próprios sujeitos em formar um coletivo para trabalhar questões da comunidade voltadas para a organização de eventos, principalmente atividades religiosas. Apesar do nome, esse grupo envolve também adultos e idosos.

O Grupo de Jovens vem se destacando por seus questionamentos pontuais levados às lideranças. Um dos questionamentos levantados pelos participantes do Grupo de Jovens é o fato de existirem tomadas de decisão que não envolvem toda a comunidade. Eles reclamam que o gestor da Resex decide o desenvolvimento de ações que são de interesse próprio. O Entrevistado 7 (44 anos) reforça que ele “*toma decisão sem consultar todo mundo*”. Essa inquietação é constante e representativa também no que se refere às regras e normas estipuladas pelos moradores antigos e que não são mais aceitas pelo grupo dos novos moradores.

Ao presenciar as angústias dos jovens por não serem envolvidos nas decisões comunitárias, retomo a discussão e a preocupação sobre a permanência deles na Reserva Extrativista. De acordo com as famílias questionadas pelo ICMBio/UFV (2014), 80% apontaram que os jovens têm interesse de permanecer na Unidade de Conservação de Uso Sustentável, porém existem problemas que influenciam nessa escolha: falta de lazer (22,41%); falta de recursos financeiros próprios (18,10%); álcool (13,79%); drogas (12,93%); falta de escola (12,93%); acesso restrito à tecnologia (12,07%); falta de autonomia (4,31%); falta de continuidade dos estudos (2,58%); e distância da cidade (0,86%). Os problemas citados podem ser minimizados com o envolvimento dos jovens nas ações, estimulando sua participação de forma a contribuir para sua autonomia e sentimento de pertencimento àquele lugar. Sabourin (2010) alerta sobre a importância do indivíduo se identificar como parte da comunidade para que seja possível existir a reciprocidade. Essa relação só acontece quando ele cria uma consciência e um sentimento de ser parte de um todo, sentimento este essencial para a permanência da juventude na Cazumbá-Iracema.

O motivo mais mencionado pelas famílias que leva os jovens a permanecerem na Resex é a paz ou tranquilidade (30,58%) encontrada no modo de vida da comunidade. Elas também ressaltaram a preferência em ficar mais próximos da família (23,96%), além do fato de terem liberdade (21,49%) e de gostar da região (19,01%). Por outro lado, o principal motivo para não permanecerem ali foi a busca por melhores oportunidades para os estudos (34,62%). O fato de acharem que ali estão mais isolados (23,08%) e não ver futuro na atividade extrativista (15,38%) também foram motivos reforçados pelas famílias. Esses dados refletem a preocupação que os moradores manifestaram sobre a renovação das lideranças comunitárias e a saída dos jovens em busca de melhores qualificações profissionais, como discutido no tópico seguinte.

Por outro lado, existem falas e ações dos moradores que registram o compartilhamento das oportunidades de participação em atividades econômicas que surgem para serem desenvolvidas na Resex. No caso do empreendimento da despoldadeira de açaí, aqueles que já estão envolvidos em outra atividade, como a atividade do artesanato, abrem espaço para que a oportunidade seja dada a outro que ainda não tem participação numa atividade comunitária que gere renda. *“Porque a*

gente tem que, não dá para estar em todo canto. [...] Eu tento... ir só num rumo para *não me perder muito no caminho*”, esclarece o Morador 4 (23 anos). Mesmo não tendo interesse em participar dessa atividade, ele apoia a ideia do novo empreendimento indo às reuniões.

Entretanto, retomo o posicionamento dos jovens em relação às decisões tomadas na Resex sem o consentimento de todos. A vontade de querer participar de forma mais ativa nas mudanças das regras de convivência, tomando suas próprias decisões e estabelecendo suas próprias leis, reforça a autonomia característica desse grupo. No momento em que as lideranças locais e o ICMBio entrarem em um acordo democrático que beneficie interesses coletivos, a Cazumbá-Iracema estará mais perto de realizar efetivamente a governança dos recursos comuns. Nesse ponto da discussão, apresento o papel das lideranças comunitárias de maior destaque durante a realização da minha pesquisa e as tortuosas redes de relações envolvidas.

5.2. As Lideranças na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: passado, presente e futuro?

O olhar para o coletivo e a busca pela qualidade de vida da população como um todo é uma preocupação presente na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema ao analisar as falas das lideranças e dos moradores. Valores como honestidade, honra, humildade e humanidade somados às habilidades sociais adquiridas com a experiência de vida, ao lidar com o outro, fazem parte da luta para o reconhecimento dos direitos desses sujeitos. Assim como Sabourin (2010), ao citar Hess e Ostrom (2007), falou dos valores presentes nas relações, a partilha de saberes e experiências comuns também estão presentes no cotidiano das famílias que vivem na Resex.

O capital social da Cazumbá-Iracema pode ser representado pelas diversas iniciativas da população, como a formação do Grupo de Jovens, dos Grupos de Mulheres, do Grupo de Artesanato, atuação consolidada de duas Associações, representantes de Núcleos, Conselheiros, participação das comunidades no Conselho Deliberativo, participação em atividades em parceria com a Prefeitura de Sena Madureira, Secretaria de Educação, Instituto Federal do Acre (IFAC), com a empresa de consultoria Ekoar, Organização Não Governamental WWF-Brasil, promovendo o envolvimento e o comprometimento no “melhoramento” da qualidade de vida.

Nesta seção, dedico meu relato a atuação de três lideranças que, nesse período de trabalho de campo, se destacaram pelas suas iniciativas, participações comunitárias e ações baseadas no interesse coletivo. Cada um desses líderes reside em uma diferente macrorregião: um da Cazumbá, o Tiãozinho; outro do Alto Caeté, o José Américo; e um terceiro da Riozinho-Cachoeira, o Divino. Por outro lado, a forte presença desses atores influencia o comportamento dos moradores que, ao confiarem e dependerem deles para a tomada de decisão das ações para a comunidade, delegam a eles o poder de agir em benefício do grupo, ou melhor, interesses individuais que são travestidos pelos interesses coletivos.

O tom de voz, a segurança ao falar dos avanços e necessidades da comunidade, a determinação, a consciência quanto a importância e necessidade do cumprimento de normas e regras de convivência dentro da Reserva Extrativista estavam presentes nas entrevistas dessas três lideranças e no comportamento observado durante a reunião do fim de semana para o planejamento das atividades referentes à 2015/2016.

De acordo com os moradores, não há reclamação quanto ao comportamento desses líderes, visto que *“são pessoas que trabalham no coletivo, perguntam para comunidade. Qualquer decisão é tomada com a comunidade”* (MORADOR 16, 28 anos), além disso, *“desenvolvem o trabalho deles da melhor maneira possível”*, completa a Moradora 17 (19 anos). Eles também apresentam características semelhantes, como o foco no sonho de um futuro melhor, atrelado a realização pessoal: *“Meu sonho é ser um dos maiores líderes dentro do Macauã”* (Divino, 58 anos).

Eu me sinto realizado. Porque esse momento de hoje eu não sonhei, eu sonhei com um momento em que a gente conquistava a terra. Porque como eu falei toda trajetória da minha vida foi de luta. Mas eu não sonhei em um dia estar na gestão e estar nesse momento histórico aqui, que é um momento histórico, porque hoje a gente tem essa proximidade com a comunidade, a gente pode falar da figura do gestor com muita propriedade, né, a gente pode falar da figura da Associação e ser muito bem visto (Tiãozinho, 54 anos).

“A busca de qualidade de vida às famílias é algo presente na história da Reserva, desde a sua criação, tendo como consequência o recebimento de prêmios e homenagens à ASSC” (MMA, 2007, p. 51). A qualidade de vida expressada pela

“melhorança” apareceu nas falas dos moradores se referindo à saúde e à educação de qualidade para a comunidade: *“Cada vez ser um melhoramento para nós, podia ser um lugar melhor. [...] Melhoramento da comunidade. Uma melhorança para comunidade toda”*, afirma Anônio José (39 anos) ao referir-se à “melhorança”, a melhoria das condições de vida. *“Não posso me corromper”*, afirmou Divino (58 anos) no momento em que voltou a se candidatar a representante de sua comunidade, reforçando a importância conferida a valores como honestidade e lealdade.

A qualidade de vida e o nível de organização de cada Núcleo espelham a presença ou não de uma forte liderança local. *“A cada hora que você se distancia de um Núcleo você encontra uma realidade diferente. [...] Se deve a presença das lideranças maiores”* (ENTREVISTADO 1, 21 anos). Assim, o desenvolvimento de determinada macrorregião pode ser associada à presença de fortes representações, como no caso do Núcleo Cazumbá onde a presença do presidente da Associação “Mãe” é mais constante e também por estar ali localizada a sua sede. A preocupação que fica é com relação àquelas comunidades que não possuem uma representação de destaque. Além de estarem mais isoladas, existe a possibilidade de não terem acesso aos mesmos benefícios conquistados por aquelas que têm um líder articulado e motivado para isso. Outra justificativa usada para explicar o desenvolvimento do Cazumbá em relação aos outros Núcleos é o interesse dos moradores pela mudança, como exposto pelo Entrevistado 21 do Núcleo do Cuidado ao comparar sua comunidade com o Cazumbá:

Em vista daqui é arrumado. [...] Lá as pessoas também são mais interessadas, porque eu acho também que tem o interesse da comunidade. Se não se empenhar e lutar não funciona não, mesmo tendo alguém que te apoia (MORADOR 21, 34 anos).

A consciência da importância de sujeitos com habilidades sociais à frente das decisões e ações das comunidades esteve presente nos discursos dos moradores. Devido a especial consideração conferida a esses três líderes pelos moradores da Resex dedico uma análise específica sobre a atuação dos mesmos nas próximas seções.

5.2.1. Lideranças comunitárias e a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: histórias que se confundem.

Quando se fala na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema o primeiro nome associado a ela é o do Sebastião Corrêa Matos, conhecido por todos como Tiãozinho, gestor da Resex e presidente da Associação “Mãe”. Essa fama se deve ao fato de sua família ser uma das primeiras a viver nesse território, tendo nascido ali e trabalhado como agente de saúde, percorrendo “de pés” parte da Resex. A experiência dele nos movimentos sociais de luta pela terra e as habilidades sociais construídas ao longo do seu percurso enquanto morador, monitor católico e líder comunitário, também influenciaram nessa associação do seu nome à Cazumbá-Iracema. Seu envolvimento no movimento dos seringueiros e na Pastoral da Terra, como representante dos monitores da Igreja Católica na zona rural, foram determinantes para que ganhasse destaque enquanto liderança comunitária. “*A pessoa mais preparada com liderança que eu conheço é o Tiãozinho. Tem que ter habilidade para lidar com pessoas, não bater de frente, ser paciente*”, relata o Sr. Divino, 58 anos, outra liderança de destaque na região.

É carismático, sabe seduzir. A imagem construída e conquistada ao longo dos anos principalmente durante o processo de criação da Cazumbá-Iracema, perpassa por relações de poder e confiança. Assim como na pesquisa de D’Incao e Roy (1995), onde uma das lideranças do assentamento estudado apresenta um comportamento baseado no paternalismo, Tiãozinho também se aproxima daquele que “não tem os mesmos direitos que os outros, têm vantagens” (D’INCAO; ROY, 1995, p. 34). Ele mesmo admite ser necessário que alguém exerça a antiga figura do patrão, que de uso do chicote garante a disciplina e a ordem dos seus seguidores. Esse raciocínio e postura distanciam a gestão da Resex daquela defendida por Ostrom (1990) e aproxima-se do interesse individual de Olson (1999). Se por um lado interesses coletivos são alcançados, por outro é fato a força do interesse pessoal na luta por alguns direitos e deveres e outros não.

A figura do Tiãozinho é associada a diferentes papéis que podem ser interpretados como positivos ou negativos, como o de “presidente da Reserva” (MORADOR 19, 49 anos), “líder” (MORADORA 18, 45 anos) e “dono das terras” (MORADORA 1, 32 anos) pelos moradores da Cazumbá-Iracema. Sem contar a

aproximação do seu perfil ao do líder seringueiro Chico Mendes, buscando semelhanças também na imagem, no uso do bigode. Ao mesmo tempo em que ele passa a imagem daquele que luta pelos direitos da maioria, estando à frente das tomadas de decisão e da definição de regras e normas da comunidade, ele também é visto como dominador. Como colocado anteriormente por integrantes do Grupo de Jovens e instituições externas à Reserva Extrativista, como a Ekoar e a WWF-Brasil, muitas decisões de Tiãozinho são tomadas de acordo com seus interesses pessoais, sem consultar seus pares, como a proibição do consumo de bebida alcoólica dentro da Resex e a restrição do uso dos castanhais, por exemplo.

Sua presença é igualada à autoridade do órgão gestor da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o ICMBio, quando os sujeitos se referem a organização, responsabilidade e poder dentro da Resex, ou seja, aquele que dá as ordens e os outros cumprem. Confiança e dependência se confundem nas relações dos moradores com o Tiãozinho, relação que se aproxima daquela do passado. “*Tem que ter um líder, para ajudar a resolver as coisas. Tiãozinho faz tudo para tratar todo mundo igual*” (MORADOR 14, 44 anos). “Seu Tiãozinho é uma pessoa que sempre tá empurrando aí, levando nosso nome aí para fora. Eles vêm, admira e tenta ajudar”, complementa o Morador 4 (23 anos).

Atualmente, além de ser o braço direito do chefe da Cazumbá-Iracema, ele também é o presidente da Associação “Mãe” e gestor da Resex. De maneira persuasiva e articulada, ele conseguiu convencer até as famílias mais distantes, como aquelas da comunidade dos Gama, a se mudarem para o Cazumbá. “*O Tiãozinho era o cara que fez esse papel todo, buscar conhecimento. A Reserva era mais interessante pra gente ter mais terra, mais reunião*”, relatou o Morador 11 (30 anos), destacando o importante papel desempenhado pelo Tiãozinho no processo de criação da Resex, que foi detalhado no capítulo 3.

A permanência do Tiãozinho a tantos anos na presidência da Associação somada ao acúmulo de papéis dentro da Cazumbá-Iracema vem sendo prejudicial para o coletivo, gerando conflitos entre os moradores. O Entrevistado 7, 44 anos, dá o exemplo do beneficiamento da castanha do Brasil: “*A gente quer agregar o valor, a gente acha que é viável e tal, mas quem é o presidente da Associação? Mas um dos donos [dos castanhais], Tiãozinho, não quer, fala que o projeto tecnicamente não é viável*” (grifos meus). Muitos anos na gestão contribuem para que ele seja

tendencioso, dominador e autoritário, mantendo a mesma postura na tomada de decisão sobre as regras de convivência e no uso dos recursos, o que não condiz mais com a realidade atual. É necessário que ele delegue funções, como o que está sendo proposto com a criação dos representantes de Núcleo. Esse novo formato de gestão da Resex tem como uma das suas propostas a descentralização de poder na tomada de decisão.

Apesar dos moradores relatarem ter abertura para levar demandas das comunidades aos líderes, muitas vezes eles tratam direto com Tiãozinho, sem passar pelo representante do Núcleo: *“Eles têm o costume de levar tudo para o Tiãozinho porque já foi presidente da Cazumbá, ao invés de levar para o Afonso”*, relata o Morador 3, 71 anos (grifo meu). O papel e o intuito da criação dos representantes dos Núcleos não farão sentido se Tiãozinho continuar alimentando esse autoritarismo na tomada de decisão. O Entrevistado 7 (44 anos) complementa que *“é nessas horas que o Tiãozinho só deveria ser presidente da Associação e não estar lá dentro do ICMBio com o poder de influência que ele tem dentro da gestão da Unidade. Ele está num papel duplo”*.

A presença de Tiãozinho na presidência da Associação “Mãe” há tantos anos está atrelada também a ausência de alguém de sua confiança que tenha interesse em substituí-lo. Centralizador e desconfiado, ele diz não querer correr o risco de ver a Associação enfraquecida por culpa de uma má gestão, como ocorrido no passado e relatado pelo Entrevistado 7, 44 anos: *“Ele tem um perfil de centralizar muito as tarefas da Reserva. [...] Ele quer passar o bastão, mas ele não quer passar o bastão na perspectiva, no risco da Associação cair. Então, ele pega e assume mais dois anos”*. O desempenho de diferentes papéis faz com que ele tenha dificuldade para analisar e tomar decisões que evitem a subjetividade, nunca abandonando o trono.

É evidente a necessidade de identificar novas lideranças que dêem continuidade ao que foi construído até o momento. As lideranças existem, porém aqueles que se destacam estão sendo absorvidos por instituições que oferecem melhores oportunidades de vida fora da Reserva Extrativista. Essa também é uma preocupação do Tiãozinho, assim como daqueles que seguem seus passos, que buscam na figura dos filhos uma alternativa para suas sucessões. O Entrevistado 7 complementa:

Como ele vai formar uma nova liderança, desenvolver uma nova liderança para tocar esse legado que ele está deixando para a Associação? Com esse nível de atratividade de emprego fora da Reserva que tem para os jovens mais estudiosos que têm a melhor capacidade, que tem melhor habilidade social, vão arrumar emprego fora da Reserva. E aí, como que ele vai trabalhar com uma diretoria sempre de analfabeto? (ENTREVISTADO 7, 44 anos).

Acompanhando essa abordagem, percebi que Tiãozinho baseia suas relações num conflituoso jogo de imagens que ele mesmo não se dá conta de exercê-lo. Suas ações, comportamentos e discursos giram em torno de três imagens diferentes dele mesmo: a imagem que os outros têm dele (patrão, perspicaz, manipulador, autoritário); a imagem que ele quer que os outros tenham dele (mediador, altruísta, o que possui sabedoria para liderar); e a imagem que ele tem dele mesmo (salvador, patrão, dominador, benfeitor). A confusão gerada por essa diversificada e conflituosa mistura de imagens é reproduzida por aqueles que comungam dos mesmos ideais e que acreditam que esse é o único caminho para alcançar destaque e reconhecimento comunitários.

5.2.1.1. Lideranças de destaque na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: reproduzindo imagens e modelos de liderança.

Ao contrário daqueles que apresentam uma visão individualista ou, como colocado por Taylor (1997), um “eu desengajado” e de “um self pontual”, tive a oportunidade de conhecer várias lideranças locais que se interessam em participar do espaço público. Diante do seu ideal moral rico de significações, esses atores são engajados nas ações coletivas de suas comunidades, sendo capazes de se autorealizarem por meio do seu trabalho pelo interesse do grupo.

Líder da macrorregião Riozinho-Cachoeira, Divino Pereira é o presidente da única Associação que permaneceu atuante das quatro criadas após a implantação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, a Associação Zirmão-Iracema. Ele marcou presença na reunião de planejamento das atividades junto com sua filha de 16 anos, Conselheira e representante do Grupo de Mulheres da comunidade onde moram.

O Sr. Divino é uma das lideranças que apresenta vários dos atributos do usuário definidos por Ostrom (1990), com destaque para a experiência

organizacional, devido ao exercício do cargo de presidente da Associação Zirmão-Iracema durante nove anos consecutivos. No último mandato ele não se candidatou para dar oportunidade a outro que se interessasse, porém essa nova liderança não se comprometeu na gestão comunitária, chegando a ficar dez meses sem ter reunião. Esse fato, somado ao pedido da comunidade de que retornasse ao cargo, contribuíram para que ele se candidatasse novamente, mesmo sabendo das limitações, cobranças e responsabilidades exigidas pelo cargo.

Durante nossa conversa, ele relatou com satisfação que dos 32 ofícios produzidos com reivindicações de melhorias para a comunidade durante seu último mandato, conseguiu o retorno de 12. Uma vez por ano ele viaja à Brasília para exigir os direitos dos seus associados, presta contas e consegue projetos em várias secretarias, beneficiando todos os moradores. A sabedoria adquirida com os anos de vivência a frente de uma organização, permite que Divino dê orientações àqueles que estão começando essa experiência:

Não querer achar que é melhor do que ninguém tem que cumprir com suas obrigações, tem que ter diálogo, tem que ter habilidade, honesto, humilde. Brigar sem dar a cara para bater. Cuidado de saber como lidar com essas situações. Tem que parar para pensar como fazer (Divino, 58 anos).

Os moradores têm consciência da dificuldade que é gerenciar uma associação devido a burocracia exigida em termos de documentação e prestação de contas. Contudo, Divino acredita que a pessoa que decide estar à frente dessa organização precisa acreditar que com o tempo e a prática esse obstáculo pode ser superado:

Não desista, é de passo a passo. Uma Associação é que nem uma criança. A criança nasce, ela não anda e nem fala. Então, a Associação quando começa, ela não sabe fazer uma ata, ofício, recibo, requerimento, mas aí, se ele se interessar, quando ele perceber vai estar fazendo tudo isso (DIVINO, 58 anos).

Na extremidade do rio Caeté, na macrorregião Alto Caeté, quem se destaca como liderança local é o José Américo da Silva. Articulado, comunicativo e pai de três meninos, ele apresenta várias características que justificam sua representação comunitária. Na reunião com as lideranças do fim de semana, José Américo foi acompanhado da esposa e do filho mais novo, um bebê de poucos meses, chegando no Núcleo Cazumbá após dois dias de viagem de canoa motorizada.

Assim como os outros, ele se identifica como parte da Resex e da natureza, respeitando seus ciclos e as normas e regras determinadas pelo ICMBio. Suas ações de monitoramento e fiscalização do uso dos recursos naturais comuns são reflexo do seu comprometimento pela busca de melhorias para a comunidade, no cumprimento das normas, no envolvimento dos filhos nas atividades diárias e nas responsabilidades. Tanto José Américo como Divino tem a preocupação e o cuidado de passar para os filhos a consciência e a responsabilidade de morar em uma Reserva Extrativista e liderar uma comunidade. Os filhos de ambos participam ativamente dos cursos, capacitações e estão envolvidos nas atividades da comunidade, sempre em busca de novos conhecimentos e crescimento pessoal.

A parceria firmada pela relação de amizade entre as lideranças também esteve presente nos relatos dos moradores, reforçando a importância da reciprocidade, componente altamente produtivo do capital social, segundo Putnam (2006). “*A preocupação da amizade*”, disse Divino que afirma que ele e Tiãozinho formaram uma parceria que deu certo, ou seja, uma relação contínua de troca e que supõe expectativas mútuas. O Morador 21 (34 anos) reforça a importância da confiança naquele que decide liderar a comunidade ou um grupo: “*As pessoas não acreditam nos outros, porque para ser comunitário tem que acreditar e deixar uma pessoa que entenda tomar a frente, porque não pode ser qualquer um*”. Graças a essa confiança construída ao longo da história da Resex que os sujeitos conseguem ser capazes de fazer compromissos críveis, relações fortalecidas nas lutas e conquistas comunitárias.

Por outro lado, os sujeitos entrevistados também ressaltaram como limitação a dependência da figura das lideranças no momento de tomar decisões e nas ações, assim como o comodismo por parte da população na resolução de problemas coletivos: “*Existe uma relação de dependência para um lado, questão de comodismo mesmo, porque tem sempre aquele que vai resolver*”, esclarece a Moradora 17 (19 anos). Essa postura contribui para que as lideranças exerçam o papel dos patrões, pois são promovidos “líderes”, os tornando “representantes” da maioria e os reforçando, inconscientemente, no exercício arbitrário do poder. Assim, como problematizado por D’Incao e Roy (1995) no seu estudo sobre as relações em um assentamento rural, a aparente passividade, aprendida na trajetória pessoal de dominados, ajuda a compor a aparente democracia exigida pela causa militante.

Porém, Fiel (2015) menciona que sempre vão existir aqueles que exercerão o papel de servidores e aqueles que serão seguidos, ou seja, os que farão papel de líderes e os que escolherão o papel de liderados.

O discurso de Divino e de José Américo reproduz o discurso do Tiãozinho, transparecendo a falta de originalidade nas ações, prevalecendo o interesse pessoal nas decisões, assim como a ilusão de que este seja o melhor caminho para a governança dos recursos comuns. Por outro lado, eles reforçam que a confiança é um valor construído com os anos de convivência, fortalecida pela experiência e na sabedoria de relacionar com as pessoas. Para Hess e Ostrom (2007 apud SABOURIN, 2010), além da confiança, o conhecimento e os saberes locais devem ser considerados parte dos bens comuns ou compartilhados. Assim como colocado por Novaes (1997, p. 71), acredito que

[...] na vida social, as pessoas são politicamente mobilizáveis a partir de suas vivências e experiências anteriores. Ou seja, ninguém chega à política apenas operando com a 'razão' e através de categorias apropriadas ao espaço público. Ao se aproximarem da política, os atores sociais levam consigo sua vida privada, seus sentimentos, suas crenças religiosas, suas concepções sobre o bem e o mal.

É com base nessa dicotomia entre o bem e o mal fundamentada na palavra de Deus e na vida social construída ao longo da história que existe a possibilidade de alcançar a governança dos recursos comuns de Ostrom (1990), por meio de uma gestão participativa do território onde todos se envolvam e se sintam parte do processo. Planejar o futuro baseado na participação no presente é fundamental para que os moradores alcancem a plena governança dos recursos comuns, um passo necessário e importante que já está em andamento na Cazumbá-Iracema e que apresento a seguir.

5.3. Planejando o futuro: o exercício da participação e a organização dos líderes comunitários.

Um dos principais momentos vivenciados durante minha estadia na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema foi a reunião liderada pelo gestor com as lideranças das cinco macrorregiões, representantes dos Núcleos de Base e Conselheiros (Figura

21). Apesar de ter sido programada para acontecer com a participação do gestor e do chefe da Resex, o chefe não pode estar presente. O objetivo do encontro, que durou três dias, foi planejar de maneira participativa as atividades para 2015/2016, buscando atender as demandas das comunidades, como também realizar um intercâmbio de saberes. Foi proposto ali um novo momento de negociação das ações, uma verdadeira arena de ação com a participação ativa dos representantes comunitários que levantaram suas demandas e críticas à gestão da Unidade de Conservação de Uso Sustentável.



Figura 21 - Representantes de Núcleo e Conselheiros da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema 2015/2016, Sena Madureira, Acre.
Fonte: Dados da pesquisa.

A reunião aconteceu na sede do ICMBio no Núcleo do Cazumbá. Compareceram 16 pessoas, entre elas representantes dos Núcleos de Base, Conselheiros, representantes dos Grupos de Mulheres, presidentes das Associações, coordenadora do Grupo de Artesanato do Cazumbá, técnico da Ekoar e o pastor da Igreja Batista da Filadélfia, localizada no Núcleo Cuidado.

Durante a reunião tive a oportunidade de observar e analisar o comportamento e as relações do gestor com as lideranças presentes e comunidade em geral. Minha presença não intimidou os participantes de se manifestarem e

participarem das atividades propostas pelo gestor. Fui recebida e apresentada como pesquisadora que estava ali para conhecer as pessoas que vivem na Resex e como elas se organizam. Não sei se devido a minha presença, o gestor foi cuidadoso em ressaltar a todo tempo a importância de momentos como este, enquanto oportunidade para discutir e conhecer melhor a realidade de cada comunidade, reforçar o trabalho coletivo e interligado com o ICMBio, Associações e comunidade:

É como uma rede elétrica, se você der certo todo mundo sente, todo mundo. [...] Somos nós que somamos, somos uma pontinha de cada um. As pessoas que estudam que trabalham para o bem social, para o bem coletivo, eu sempre falo que é o outro lado da moeda. [...] Tem o lado negativo das coisas, mas também tem o lado muito positivo. [...] Buscam resolver as situações. E é isso que nós vamos fazer aqui, buscar soluções para os nossos problemas (GESTOR DA RESEX, 54 anos).

Político e articulado, o gestor aproveitou o evento para esclarecer e reforçar o papel do ICMBio, enquanto órgão gestor e parceiro das ações de melhoria das condições de vida. Também percebi seu papel de mediador na relação entre o ICMBio e as lideranças comunitárias, como facilmente observado na fala a seguir:

O ICMBio é a instituição que faz, que ajuda a fazer a gestão. Mas quem faz a gestão da Reserva é o Conselho Deliberativo, que é quem delibera o que Tiago e eu no dia a dia temos que estar fazendo no ICMBio (GESTOR DA RESEX, 54 anos).

O discurso do gestor, diferente do que acontece na prática, durante todo o evento foi pautado em convencer as lideranças a se “apoderar” da terra, do território denominado Reserva Extrativista, de se sentirem donos, donos de uma terra que já tem dono. Como mencionado por Diegues (1999), para as sociedades tradicionais a terra é sinônimo de vida e identidade, como também busquei mostrar no capítulo referente à história de vida do seringueiro e da criação da Resex.

Aos olhos do gestor todos têm o direito e o dever de se apropriar da Resex por fazerem parte dela. Porém, esse discurso se torna falso e contraditório quando aproximado da realidade vivida pelos moradores que foram convidados a residir no Núcleo Cazumbá no momento de criação da Cazumbá-Iracema. Aos novos moradores foi e é negado o direito de uso dos castanhais, de uso e acesso dos moradores antigos. Não existe a possibilidade de apropriação de recursos quando os mesmos já têm “donos”.

Porque eu que quero que todo mundo defenda essa questão de propriedade da Reserva. Porque no momento em que você sente como dono de algo você começa a defender. Você não defende enquanto você não se sente dono daquilo. Agora, no momento em que você se apropria, aí você começa a defender (GESTOR DA RESEX, 54 anos).

A intenção do discurso em si, no sentido de contribuir para a conservação da natureza e melhoria das condições de vida para as comunidade é válida. Porém, a próxima fala do gestor é preocupante devido ao conflito que pode ser gerado entre comunitários e governo quanto aos direitos de propriedade de terra. Ele extrapola os limites dessa discussão afirmando que “essa área é nossa [da família dele]”, sendo que na verdade ela é da União.

Essa é uma área nossa, porque o governo baixou um decreto de criação dizendo que essa é uma Reserva dos extrativistas, é uma área dos extrativistas e o nosso compromisso é zelar pelo que é nosso. É a única área de assentamento do mundo que o teu neto vai ter terra, que o teu bisneto vai ter terra (GESTOR DA RESEX, 54 anos).

O argumento utilizado pelo gestor para incentivar as lideranças a se engajarem e se envolverem em ações coletivas em benefício da comunidade é a valorização da conquista da terra. Reconhecer esse recurso como uma garantia de herança e qualidade de vida para as gerações futuras é uma etapa importante para que seja possível atender aos princípios de governança dos recursos comuns.

Outro ponto ressaltado na reunião foi a criação dos Núcleos de Base. Um dos compromissos firmados pelos representantes de Núcleo foi o de convocar os comunitários a se filiarem à Associação “Mãe”. Na tentativa de convencer os presentes da necessidade de conquistarem novos membros para a Associação, o gestor reforçou que ela deve ser “*Formada por pessoas, os cooperados. Os que cooperam são aquelas pessoas que fazem parte e que usufruem dos bens da Associação*”. Foi discutida a dificuldade das pessoas entenderem a função da Associação e de que os sócios têm direitos diferentes e vantagens por serem parte dela, uma vez que “*a organização é a base de tudo*”, afirma a Entrevistada 2, 25 anos.

O gestor apresentou uma tabela com sugestão de planejamento das atividades para 2015/2016, ressaltando o que foi alcançado e o que era preciso continuar.

Dentre as várias atividades realizadas até aquele momento, as de maior destaque foram: atividades voltadas para a infraestrutura das comunidades, como construção de escolas, pontes e ramais; cursos e capacitações em parceria com o IFAC; fortalecimento do Grupo de Artesanato do Cazumbá; criação do Grupo de Jovens e dos Grupos de Mulheres (capacitação de corte e costura); entre outros. O interesse por recursos sociais, como os cursos e capacitações, foram demandados pelos próprios moradores.

Reforçando o que foi levantado pelo grupo na reunião, em 2014, 36% dos membros das famílias que participaram do levantamento do ICMBio/UFV disseram já ter participado de algum curso de capacitação profissional, dentre eles os mais citados foram: beneficiamento ou melhoramento da farinha (17,5%); pecuária, piscicultura ou apicultura (10%); ofícios – corte/costura e bordado (10%); e associativismo e cooperativismo (10%). Eles também afirmaram ter interesse em cursos de formação (70%), citando 19 áreas diferentes de interesse, como: produção agrícola (20,83%); ofícios – corte/costura e bordado (14,38%); produção e manejo extrativista (8,33%); entre outros menos citados. Esses dados confirmam um dos atributos do usuário necessário para a governança dos recursos comuns de Ostrom (1990), a experiência/habilidade organizacional a partir da participação em associações, troca de experiências com outros comunitários/lideranças e grupos de trabalho.

O gestor e presidente da Associação “Mãe” apresentou a prestação de contas referentes às despesas das atividades desempenhadas por ele nos anos de 2012 e 2013, assim como a ajuda financeira do ICMBio para que fosse possível realizar suas tarefas. Muito mais do que prestar contas à sociedade, essa liderança precisa contribuir para o envolvimento dos moradores na tomada de decisões, por mais que o interesse seja coletivo e ele tenha consciência disso. O Entrevistado 7 fala da postura do gestor em centralizar as decisões comunitárias apenas à sua figura. Para tanto, a criação dos Núcleos de Base é uma ideia para exercitar a descentralização.

Tem que ser mais transparente, não é só a questão de prestar contas para comunidade do dinheiro lá do Banco. É a comunidade na decisão de como vai investir o recurso. Não só já ver a prestação de conta depois de feita. Ele está exercitando isso (ENTREVISTADO 7, 44 anos).

Os presentes foram esclarecidos quanto ao direito que todos têm dos benefícios sociais, mas que para que todos tenham acesso é necessária a mobilização das comunidades. O papel dos representantes de Núcleo e dos Conselheiros é contribuir para que as demandas da sua região sejam atendidas.

Questões como a confiança nos acordos entre os moradores, principalmente num cargo de destaque, foram discutidas e refletidas pelos participantes. Reputação, confiança e lealdade são elementos de destaque para Ostrom (1998 apud SABOURIN, 2010) por influenciarem no cumprimento de sanções e na forma como os indivíduos se organizam para realizar a gestão dos recursos comuns.

Casos em que os laços de confiança foram desfeitos serviram de exemplo para aqueles que estão iniciando nessa função, de forma a evitar que o mesmo aconteça com eles. O gestor relatou uma situação específica de um ex-presidente da Associação “Mãe” que prometeu casa e reforma aos moradores e não cumpriu com o combinado. Ele demonstrou indignação e aproveitou para atrelar à sua imagem características referentes à confiança, integridade, honestidade, exaltando a sua reputação e ao mesmo tempo reforçando seu poder local, como observado na fala a seguir:

Todo mundo do Macauã sabe quem é essa pessoa, se eu falar aqui vocês já sabem quem é né. Pessoa perdeu o crédito comigo, que era presidente da Associação que deu a lombo nas casas, vocês já vão saber quem é. Perdeu, acabou. Ele não tem mais crédito comigo, de jeito nenhum. Por conta de não ter crédito comigo, não tem com mais um monte de gente, mas nunca ele tem, comigo não (GESTOR DA RESEX, 54 anos).

Tais experiências de confiança construídas nas relações com o outro e com o coletivo são levadas em consideração de acordo com a maneira com que me identifico ou não com o grupo. Elias (1994, p. 39) afirma que “toda a maneira como o indivíduo se vê e se conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação ou associações a respeito das quais ele aprende a dizer ‘nós’”.

Aquele momento era para que todos tivessem direito a voz, pois para se pensar nas demandas da Resex como uma unidade era necessária a participação de todos. O evento serviu para firmar esse compromisso de envolver todos os moradores nas discussões e decisões referentes à Cazumbá-Iracema. Paralelamente, serviu para que o gestor e outras fortes lideranças se destacassem e conquistassem o

reconhecimento dos presentes. A importância do diálogo, das alianças e de saber ouvir também foram destacadas nas falas das lideranças presentes.

Destaco o momento do encerramento que foi marcado pela avaliação dos três dias de evento e agradecimentos voltados principalmente a Deus e ao gestor, nessa ordem. Durante todo o evento o gestor foi tratado como aquele a quem todos devem respeito, credibilidade, submissão e que coloca os interesses da comunidade acima dos seus próprios. Essa relação construída entre o gestor e os moradores da Resex é um exemplo vivo do que Bourdieu (1990) chamou de “efeito de oráculo”, em que anulando-se completamente em benefício da comunidade e de Deus que ele se faz Deus e comunidade, num exercício de humildade sacerdotal.

É essa a imagem que o próprio gestor busca passar durante todo o evento, daquele que sacrifica sua vida, seus interesses pessoais pelo benefício do coletivo. Dessa maneira, ele conquista a confiança, certa dependência dos seus seguidores, garante a sua permanência como presidente da Associação “Mãe” e, conseqüentemente, influencia diretamente nas tomadas de decisão de tudo que acontece na Cazumbá-Iracema. Relações preocupantes são geradas desse seu comportamento, como a de ser submisso às suas decisões, como externalizado pelo Morador 8 (25 anos): “*Ser submisso a pessoa do Tiãozinho, tio Tiãozinho, meu tio, porque quando nós é submisso à nossa liderança as coisas anda. Então, em primeiro lugar a Deus e segundo a ele que está debaixo da coberta [da proteção divina] todo dia*” (grifo meu).

Também pude notar que representar uma macrorregião é sinônimo de orgulho e visto como uma oportunidade de aprendizado: “*Acreditei que um dia ia chegar minha oportunidade. [...] É uma alegria muito grande estar aqui*” (MORADOR 29, 37 anos). Mas não basta apenas ser o representante da comunidade, tem que saber lidar com o outro, ter sabedoria, assumir de verdade seu compromisso com as pessoas que confiaram seu voto, tem que ser exemplo, como colocado pelo Morador 26:

Se os Conselheiros desmatar ilegal dez hectares, como ele vai ser um bom Conselheiro? O representante da comunidade pega uma obra e aí a dele tem que ser a primeira a ser feita, porque como é que ele vai exigir que os outros faça se ele não fez. Então, nós temos um monte de coisa tem que ser o cara mais pontual da situação que é para dar exemplo, porque se não nós não temos direito de cobrar. [...] Outra coisa, tem que ser pontual. [...] Tem

que ter muito cuidado. O nome começa a cair (MORADOR 26, 43 anos).

As lideranças com mais tempo de experiência reforçaram a dificuldade de liderar pessoas e a importância dos seus comportamentos nas comunidades e o fato de estarem sempre dispostos a aprender. O Morador 26 (43 anos) reforçou alguns fatores necessários ao liderar, como a tranquilidade, paciência, dedicação e de respeitar o tempo das pessoas e das coisas acontecerem. Concluiu aos presentes que *“nós só somos perseguidos quando nós estamos fazendo mais o bem”*, e ainda complementou que nos momentos difíceis sempre há uma saída.

Assim como Ostrom (1998 apud SABOURIN, 2010) menciona que a reciprocidade envolve um conjunto de estratégias para a ação coletiva, pude perceber durante o momento de planejamento das atividades das lideranças locais vários elementos destacados pela autora. Eles se identificam como cooperadores condicionais, sendo parte e envolvidos nas ações propostas. Além disso, eles têm consciência de que é necessário colaborar com aqueles que não retribuem e que aqueles que traem a confiança da comunidade precisam ser punidos.

Acredito que momentos como este vêm contribuir para a consciência das lideranças e, posteriormente, das comunidades, para a consistência das ações das instituições coletivas presentes na Resex, assim como identificar e reforçar o envolvimento e participação nas mesmas. Para Putnam (1993 apud LIMA, 2001), o crescimento do envolvimento em ações coletivas contribui para o fortalecimento do capital social de uma sociedade, por isso é tão importante que os moradores da Resex participem das ações e decisões dos Núcleos de Base, Associações, Conselho Deliberativo e grupos específicos.

CAPÍTULO 6. A DIMENSÃO MACRO DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA.

A análise dos fatores relacionados à governança dos recursos comuns no nível macro referente à Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema é o foco deste capítulo. O elemento central dessa discussão é a organização social, mais especificamente o grau de interação entre entidades públicas, privadas e associações com a Resex, assim como a credibilidade dessas organizações.

Conforme colocado por Biermann et al. (2010), citados por Padilha e Verschoore (2013), a governança implica alguma forma de autorregulação por atores sociais, cooperação público-privada na resolução dos problemas da sociedade e novas formas de política multinível. Assim, optei por dividir este capítulo em quatro partes para melhor uma abordagem dessa temática: o ICMBio na visão dos moradores da Resex Cazumbá-Iracema; regulações do Estado sobre a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema; o Conselho Deliberativo; instituições parceiras; relações extra-Resex; e condições do ambiente político-econômico.

6.1. O ICMBio na visão dos moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Enquanto órgão gestor das Reservas Extrativistas brasileiras, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) exerce um papel determinante no uso dos recursos naturais nesses territórios. Criado no dia 28 de agosto de 2007 (Lei 11.516), o Instituto é considerado uma autarquia em regime especial, está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Ele desempenha funções que vão além da execução das ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC),

podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. [...] Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e

conservação da biodiversidade e exercer o poder de política ambiental para a proteção das UCs federais (ICMBio, 2015).

Antes da criação do ICMBio, essas tarefas eram de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que tinha a missão de executar toda a política ambiental brasileira, incluindo a gestão das UCs.

No caso específico da Cazumbá-Iracema, o ICMBio ainda tem a tarefa de dissociar o seu nome do nome do Incra que permanece presente na memória de muitos moradores devido a sua história de criação, como relatado no Capítulo 3. Nem todos os moradores têm clareza do papel do ICMBio na Resex: “Quando começou, primeiro IBAMA, para gente, para morador, IBAMA era um bicho papão sabe e aí a gente começou a se dar. Depois veio o ICMBio, aí veio melhorando, uma relação boa, acho que está valendo a pena”, relata o Morador 6 (52 anos) fazendo uma associação do IBAMA e o INCRA. O chefe da Resex explica que a figura do IBAMA está vinculada a fiscalização e associada também ao ICMBio, principalmente por aqueles que não vão às reuniões ou que não acompanham as atividades na Resex.

Aos poucos novas e positivas impressões estão sendo construídas, principalmente pelos chefes que vêm apresentando um perfil que valoriza a cultura local, apoia o extrativismo e que se aproxima da realidade dos comunitários. O Morador 8 (25 anos), do Núcleo Cazumbá, relata um pouco dessa transição de julgamento:

O IBAMA fazia visita era para multar. Aí passou para ICMBio o pessoal passou a ver com medo. Com o Sandro passou a ver como parceiro. Para falar a verdade é só o Núcleo Cazumbá. [...] Eles [outros Núcleos] ainda vêm o ICMBio como inimigo, sendo que o ICMBio é o maior parceiro que a Reserva pode ter que a comunidade vai encontrar. O ICMBio como parceiro que está trazendo melhorias, benefício.

O perfil do atual chefe da Resex contribui para que o ICMBio seja visto com bons olhos pela comunidade, uma vez que seu comportamento e suas ações vêm trazendo benefícios para os comunitários, como colocado pelo Morador 11 (30anos): “Ele é bem interessado aqui dentro na Reserva. Bom diálogo e relacionamento que ajuda na gestão aqui e lá. Ele é bem interessado e esforçado”.

O ICMBio ajuda muito a gente. Não é porque o Tiãozinho seja meu irmão, porque ... é pessoa que todo mundo se dá com ele, ótima pessoa. Todo canto que ele chega, ele conhece todo mundo, não tem frescura. Vêm muitos benefícios aqui para gente (MORADORA 1, 32 ANOS).

A facilidade de acesso à sede do ICMBio em Sena Madureira por meio do chefe e do gestor da Resex, somada à sua capacidade de articular com a comunidade, contribui para um diálogo claro e para a efetiva gestão da Resex. Os moradores que os procuram em Sena Madureira dizem ser muito bem recebidos e atendidos: “É fácil, recebem a gente super bem lá” (MORADOR 4, 23 anos). “A maioria das pessoas vai no escritório e conversa diretamente com eles”, complementa a Moradora 15 (42 anos).

De acordo com a Moradora 9 (33 anos) foi a presença do presidente da Associação “Mãe” no Instituto que aproximou o ICMBio da Resex: “Depois que o tio Tiãozinho passou a trabalhar lá ficou mais fácil. [...] Tiago é uma boa pessoa”. “Eles apoiam a gente em tudo que a gente precisa. Por exemplo, o artesanato para despachar, arruma carro para levar”, reforçou a Moradora 18 (45 anos). “Eles são muito frequentes, na área, na comunidade. Eles ajudaram na parte da escola, crédito habitação” (Morador 26, 43 anos). A ideia de se manifestarem e levarem suas demandas diretamente ao Instituto por iniciativa própria é um processo que se encontra em construção, como colocado pelo chefe da Cazumbá-Iracema:

Aos poucos o pessoal teve um pouco de resistência para compreender isso, mas a gente foi mostrando que eles podiam se reunir, apresentar as demandas para o ICMBio, apresentar as demandas para os parceiros que eles seriam atendidos mesmo não sendo representados por uma Associação, necessariamente (CHEFE DA RESEX, 28 anos).

A parceria permanente do ICMBio e Associação “Mãe” na gestão da Resex tem equilibrado a figura negativa daquele que proíbe e pune, daquela figura que traz benefícios e sabedoria para a comunidade: “É muita coisa que eles vão lá explicar para nós. Eles proíbem, mas ao mesmo tempo explicam, ajudam a comunidade a como fazer” (MORADORA 27, 21 anos). O cuidado em envolver a comunidade na tomada de decisão é relatado pelo Morador 3 (71 anos): “É boa demais. É porque ele ajuda nós, passam as normas, a gente mexe com as nossas daqui. Senta com a

comunidade e decide. Primeiro o ICMBio apresenta o projeto para os sócios da Associação e só aí acontece”.

Numa tentativa de amenizar a figura negativa, o chefe e o gestor do Instituto têm buscado articular com outras instituições para atender as demandas das comunidades. Várias foram as conquistas mencionadas pelos moradores, como a chegada do Ensino Médio, melhoria das moradias, geração de documentos, melhores valores para a seringa e para a farinha, cursos, capacitações, doação de computadores, entre outras. Na opinião do Morador 28 (43 anos), “ele está ali para orientar, preservar, fiscalizar. As pessoas as vezes confundem. Querem que autorizem ações ilegais. Consegui escola, gerador. Eles acompanham até a Secretaria. Fiscalizam e ajudam”.

Eles são muito bons. Eles têm uma parceria muito legal. Eles conseguem muitas oportunidades para as pessoas. Ajuda muito em relação a moradia, documentos. Sempre ajudando a comunidade. Trabalha tentando melhorar mais a comunidade, a questão da seringa, mais valor para farinha (MORADORA 2, 23 anos).

Apesar do ICMBio não ter o papel de atender certas demandas dos moradores, o chefe e o gestor estão sempre em busca de novas oportunidades. Os moradores reconhecem esse esforço realizado por eles e sabem da importância da gestão participativa. “Antes a gente era pouquinho visto e agora o povo está olhando bem para gente. Está querendo ajudar. Está aqui direto. A gente tem muito incentivo aí do pessoal do governo de outras coisas e antes não era assim”, relata com satisfação o Morador 4 (23 anos). Ele complementa que o Instituto “se esforça muito para tentar ajudar a comunidade, a Reserva inteira aí. Eu acho assim, que a relação é boa, o ICMBio ajuda muito”.

Com o passar dos anos, os chefes da Cazumbá-Iracema estão construindo a imagem do ICMBio enquanto parceiro das comunidades tradicionais na interação e geração de oportunidades que contribuem para a qualidade de vida dos moradores em sintonia com sua cultura sustentável. Para isso, o chefe e o gestor vêm articulando ações em conjunto com outras instituições e, principalmente, envolvendo os próprios moradores da Cazumbá-Iracema na fiscalização e monitoramento do uso dos recursos naturais.

6.2. Regulações do Estado sobre a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Com a elaboração do Plano de Manejo, que inclui o Plano de Utilização e o Acordo de Caça do Núcleo Cazumbá, normas e regras criadas pelos próprios moradores foram apresentadas àqueles que se beneficiam com a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. Para Ostrom (1999) essa etapa da determinação dos limites de utilização do recurso e da definição das pessoas autorizadas a utiliza-lo é essencial para que aconteça a governança dos recursos comuns, compreendendo um dos princípios da sua teoria.

A necessidade dos beneficiários da Resex de obedecer às leis externas a fim de que se evitem as sanções foi destacada pelo Morador 26 (40 anos), Conselheiro do Alto Juruá, que mostrou ter consciência de que as leis são necessárias para que as gerações futuras usufruam dos mesmos recursos disponíveis hoje.

A coisa melhor que tem é a pessoa obedecer as leis, a pessoa não obedecer as leis ninguém é ninguém. Feriu a lei, ela pune a gente, e aí eu não posso fazer isso. Ninguém pode baixar a cabeça para qualquer um. Por conta que uma pessoa errou prejudicar [os outros]. Ninguém pode ter pena. A lei nessa área, nessa área mesmo é a lei executada no papel e ponto final (MORADOR 26, 40 anos).

Essa consciência quanto a importância e necessidade dos moradores que usufruem dos mesmos recursos naturais de cumprir com as leis externas, também está associada à própria definição de Reserva Extrativista: “Porque você sabe, que não pode desmatar porque é Reserva” (MORADORA 1, 32 anos). O Morador 26 (43 anos) complementa que o cumprimento dessas leis não gera conflito, uma vez que os moradores “já estão bem informados. Caso eles desrespeitem, é pior para eles mesmos. Nós vamos procurar as autoridades. Eles têm esse conhecimento já, só que tem alguns que são teimosos”. Por outro lado, ele destaca a perspicaz dos infratores que têm prejudicado o interesse coletivo: “Eles fazem aquele papel de crime planejado. Eles planejam e não fazem logo. Dá um tempo para esquecer e aí comete”. Esse Conselheiro me contou que essas questões são levadas às reuniões do Conselho Deliberativo que são realizadas de três em três meses em Sena Madureira e que retornando ele repassa tudo que foi discutido para a comunidade na reunião do Núcleo.

Os regramentos mais polêmicos impostos para a permanência na Resex, além daqueles impostos pelos moradores antigos em relação aos castanhais, foram referentes à pecuária e à caça. “Mata uma ou duas antas e chega aqui [no Núcleo] arruma para família e a oferta ainda é muita. Lá na frente vão cortar ele”, relata indignado o Morador 3 (71 anos) sobre a restrição quanto à quantidade de caça permitida e a expulsão de quem não cumpre o que diz a lei. As restrições quanto à caça são necessárias principalmente para intimidar o tráfico de carne: “É muito frequente caçador de fora da Reserva” (MORADOR 26, 43 anos).

A Moradora 10 (44 anos) afirma que “tem vantagem e tem desvantagem” ao cumprir as leis referentes à caça. A desvantagem está relacionada ao fato de ao caçar ter pessoas que fazem denúncia sem procurar saber ao certo se o outro está infringindo ou não a lei. Ela relatou que o esposo foi caçar para o lado da comunidade Maloca no lado da Colocação deles e denunciaram ele. Disseram que foi devido ele ter ido com o cunhado e outra pessoa do Núcleo de Iracema, sendo que foi “o dono da Colocação que chamou para caçar”. Ela explicou que a regra diz que “não pode trazer gente de fora para caçar e só pode caçar o que for consumir”, mostrando ter conhecimento sobre as normas. Na opinião do Morador 21 (34 anos) os moradores só respeitam as leis porque não querem perder seus pertences: “No começo dava licença para gente ir caçar, agora não está dando mais não. [...] Respeita porque tem medo de ir, se arriscar e perder as coisas: embarcação; motor; espingarda; perde tudo”.

De certa forma o relato dessa moradora revela a falta de conhecimento ou entendimento do Plano de Utilização, uma vez que para caçar fora da sua Colocação o morador deve primeiro pedir autorização por escrito à associação da qual faz parte. Além disso, os moradores “podem trazer no máximo 40 quilos de caça por viagem e por família na caçada, totalizando o máximo de 200 quilos/ano/família” (MMA, 2007, p. 92).

A Moradora 15 (42 anos) explica que, com relação à criação de gado, o “gestor da Reserva disse que não pode, no máximo, dez cabeças”. Ele comentou que “tinha 40 cabeças antes da Reserva” e que hoje “mata para consumo e vende o restante para os moradores”. O Morador 3 (71 anos) complementa que “ainda tem [pecuária], mas nem compara com o que tinha. Máximo de dez a vinte cabeças”. De

acordo com o Plano de Utilização elaborado pelos moradores, no tópico 23, específico sobre a criação de gado e pequenos animais:

É permitida a criação de pequenos animais de forma complementar a atividade extrativista. A criação de animais de grande porte existente anterior à criação da Reserva deve ser ordenada de forma adequar-se às questões ambientais e as regras para a atividade devem ser consideradas em acordos específicos, sendo o dono responsável pela construção de instalações adequadas – como cercas, currais, etc. – para não prejudicar o vizinho e não chegar à vertente (MMA, 2007, p. 93).

A dificuldade para sobreviver do extrativismo tem resultado na procura por alternativas mais garantidas de retorno financeiro. A criação de gado oferece essa tranquilidade de não faltar comida na mesa da família, como relata o Morador 11 (30 anos):

O gado é para se dizer uma poupança, um seguro de vida para um cidadão desse. Na hora que adoce você tem para onde correr. E outra que no Plano de Uso não diz que é proibido, diz que a criação é permitida para animais de pequeno porte, só isso (MORADOR 11, 30 anos).

O Morador 12 (39 anos) também justifica a criação de gado:

Às vezes um menino adoce aqui de repente. O cara vai para Sena. *Chega lá é só dizer: 'eu tenho cinco bezerros lá no meu campo, eu quero dinheiro de cinco'. Nem precisa levar o bezerro não, ele mesmo vem aqui e pega. É uma coisa que é garantida* (MORADOR 12, 39 anos).

Na opinião do Morador 26 (43 anos) não existem dúvidas quanto à clareza das regras: “Nas leis ambientais é que Reserva Extrativista é proibido o animal de grande porte. [...] Aumentou muito a pecuária depois que criou a Reserva. Conhecimento eles têm porque os Conselheiros batem muito nisso”. Vale ressaltar o que Ostrom (1994) diz sobre a importância de se tornar constante a ação de fazer e mudar a lei, passando por um processo evolutivo. Na Cazumbá-Iracema a participação dos moradores na elaboração das regras que contribuem para o funcionamento da Reserva Extrativista vem caminhando para essa evolução. Uma prova disso é a estratégica parceria firmada entre o ICMBio e os usuários da Resex, por meio da figura do gestor, ex-morador da Cazumbá-Iracema, o que facilita o acesso à sede do ICMBio.

Para facilitar a fiscalização do uso dos recursos naturais e minimizar casos como os relatados acima, tanto de conflito como de desconhecimento dos moradores, o ICMBio tem solicitado o apoio dos representantes de Núcleo e Conselheiros, diante da extensão do território e da falta de recursos financeiros para o serviço. Essa estratégia tem contribuído para o engajamento dos moradores no respeito às leis. Ostrom (1999) menciona que a extensão espacial de um recurso comum como a terra afeta os custos de limites razoáveis e de monitorá-los ao longo do tempo, justificando essa parceria com a população que reside na Reserva Extrativista.

Segundo Paavola (2007), o monitoramento do cumprimento das regras de exclusão e utilização de recursos autorizados pelos usuários é uma das soluções de governança, fazendo com que esses sujeitos participem diretamente do processo de tomada de decisão. Para o Morador 26 (43 anos), Conselheiro do Alto Caeté, a parceria firmada com o ICMBio na fiscalização do uso dos recursos comuns foi importante para o cumprimento das leis: “Eles passaram a respeitar mais”. O Entrevistado 7 (44 anos), sênior da WWF-Brasil, confirma o apoio da população na fiscalização: “Têm pessoas da comunidade que ajudam a vigiar os caçadores, os traficantes”.

Caso o morador identifique uma infração cometida por um comunitário, ele é chamado para uma reunião onde é advertido e alertado quanto à possibilidade de multa e futura expulsão. O Morador 8 (25 anos) explica que “a gente faz de tudo para que todos sejam fiscais. [...] Se eu tiver pena deles aqui [na comunidade], lá eles não vão ter não [no Conselho Deliberativo]”, sendo melhor que o processo aconteça dessa forma, sem que o órgão superior seja envolvido diretamente. Mecanismos de resolução de conflitos, como mencionado pelo Entrevistado 08, são necessários para discutir o que é ou não uma infração à regra. Nas pesquisas realizadas por Ostrom (1994) os mecanismos eram informais e os responsáveis por resolver conflitos básicos acabavam sendo os próprios líderes comunitários, assim como está acontecendo na Cazumbá-Iracema.

Existem opiniões divergentes sobre essa participação dos moradores no papel de fiscalização. Para o Morador 16 (28 anos) essa função não é deles: “tem coisa que eles [ICMBio] deixam para comunidade resolver, como impedir os de fora de caçar. Não é nosso papel”. “Eles que são da lei é quem deveriam tomar as providências. [...] O certo era as pessoas daqui não ter proibição nenhuma. Nós que moramos

aqui, vamos com carinho”, justifica o Morador 12 (39 anos), reforçando o respeito que têm com a natureza diferente daqueles que vêm de fora. “Não é nosso papel impedir os de fora de caçar. Tem o pelotão que faz a fiscalização a partir de uma denúncia”, complementa o Entrevistado 16 (28 anos). Porém, Ostrom (2012) reforça que o custo de monitorar o uso dos recursos é alto quando realizado por um funcionário do governo, sem contar os problemas de corrupção que podem ocorrer durante a fiscalização.

Os moradores reclamam dos valores das multas e de situações injustas na cobrança das leis, gerando dúvidas quanto a honestidade dos Conselheiros, talvez devido a muitos desconhecerem o Plano de Utilização, como desabafa o Entrevistado 1 (21 anos): “Tem Conselheiro que não é Conselheiro da Reserva é do ICMBio. Falta um pouco para o produtor conhecer e entender melhor o Plano de Utilização. Falta comunicação do ICMBio com os moradores e com eles”.

Não posso deixar de destacar a confusão gerada pelos múltiplos papéis do Tiãozinho. Por um lado facilita o entendimento e a aceitação das leis, por outro contribui para a ação dos “freeriders” que pegam “carona” e utilizam dos laços de parentesco para tentar burlar as leis se desvencilhando das possíveis sanções. Por estar tão próximo do ICMBio, exercendo também o papel de fiscalizador e ao mesmo tempo o de presidente da Associação “Mãe” e morador da Resex, “ele está sendo amado por uns e odiado por outros. [...] O trabalho do ICMBio é difícil, que trabalha com a lei. [...] Quando existem leis e regras, elas devem ser aplicadas de forma igual”, explica um dos técnicos da Ekoar e ex-morador da Resex.

Os técnicos da Ekoar reconhecem a dificuldade para um morador ter que multar outro que pode ser o próprio irmão: “Pelo Tiãozinho ser da Reserva, ser toda *essa pessoa que a gente sabe que ele é, as pessoas confiam muito, elas abusam: ‘Ah porque o Tiãozinho está lá não vai acontecer nada comigo’*” (ENTREVISTADO 1, 21 anos). Situações que reforçam os laços de poder que trazem benefícios para uns em detrimento de outros, prejudicando o processo de governança dos recursos comuns.

De maneira geral, mesmo existindo aqueles que aproveitam dos laços de parentesco e da desonestidade para alcançar seus objetivos, os moradores da Cazumbá-Iracema que participam das tomadas de decisão e da construção dos

acordos mostram que respeitam e que têm consciência das leis, como destaca o chefe da Resex:

Na compreensão da comunidade como um todo há na verdade um respeito às regras e uma compreensão de que aquele que descumpre deve ser punido. Aí sim, quando você puxa a questão do que é de todos, ele está desmatando mais do que pode, logo ele está prejudicando a mim também. [...] Aí sim, há um prejuízo coletivo nesse sentido, o que não é de um acordo (CHEFE DA RESEX, 28 anos).

Acredito que esse envolvimento dos beneficiários da Resex na fiscalização e monitoramento dos recursos naturais venha a ser incorporada à cultura dessa sociedade a longo prazo. Para que o monitoramento e a fiscalização aconteçam de verdade, Ostrom (1994) fala da necessidade do trabalho em conjunto, a fim de que esses atores constituam e reconstituam instituições resistentes de governança dos recursos comuns. Ela também menciona que quando os direitos de um grupo para elaborar suas próprias instituições são reconhecidos pelos governos, a legitimidade das regras trabalhadas pelos usuários será menos contestada nos ambientes administrativos e legislativos (OSTROM, 1999). Nessa perspectiva, o Conselho Deliberativo se apresenta como um espaço de estímulo a esse trabalho conjunto e à autonomia dos usuários dos recursos da Resex.

6.3. O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

O Conselho Deliberativo é a instância máxima de gestão da Reserva Extrativista formada por representantes do poder público, de moradores e da sociedade civil (MMA, 2007). Além de um espaço público, ele é “o instrumento mediador nas relações entre o governo e a sociedade civil, possibilitando o exercício da cidadania e da democracia”, devendo ser composto pelo mesmo número de representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil (IBAMA, 2007, p. 13).

As reuniões acontecem ordinariamente três vezes ao ano, sendo tratadas questões abrangentes e estruturantes, com implicações para toda a Reserva. “As reuniões do Conselho são públicas, bem como suas resoluções, de modo que qualquer instituição ou cidadão que se interesse em acompanhar a gestão e a implementação da Reserva poderá fazê-lo” (MMA, 2007, p. 98). Formalmente, o Conselho Deliberativo é um espaço democrático onde é estimulado “o fortalecimento

da organização comunitária, com divisão de responsabilidades no que se refere à tomada de decisão, orientação, monitoramento, fiscalização e execução de procedimentos cotidianos, é essencial para o êxito do processo” (MMA, 2007, p. 169).

O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Figura 22) possui representantes de cada comunidade da Resex (Riozinho Cachoeira, Jacareúba-Redenção, Cazumbá, Médio Caeté e Alto Caeté), representantes da esfera pública, como a Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), as Secretarias Municipais de Educação (SME) e Saúde (SMS) de Sena Madureira, a Secretaria Estadual de Educação (SEE), ICMBio, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Parque Estadual do Chandless (Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA), além dos representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e da Cooperativa Agroextrativista dos Produtos do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco). A proposta de composição do Conselho atende a história de luta dos movimentos sociais, representando um avanço no contexto de Reserva Extrativista.

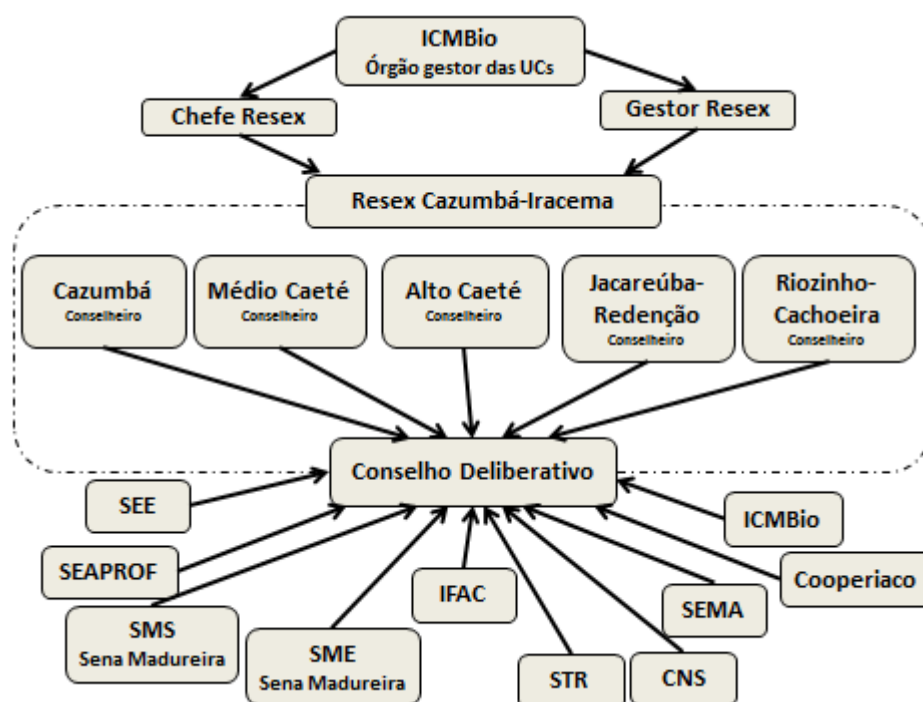


Figura 22 - Organograma do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se pelo organograma um formato de organização multinível, envolvendo desde a esfera local, representada pelos Conselheiros de cada macrorregião até a esfera federal, desempenhada pelo ICMBio. Ostrom (1999) fala da importância da atuação conjunta dos diversos níveis organizacionais a fim de se alcançar uma governança sólida (“robust”) dos recursos comuns. Ao incorporar cada nível de organização em um nível maior, as externalidades entre os grupos podem ser abordadas em configurações organizacionais maiores, que têm um papel legítimo a desempenhar na relação com as entidades menores.

O trabalho do Conselho Deliberativo da Resex Cazumbá-Iracema foi elogiado pelos moradores que acompanham e participam das ações dos seus representantes. “Lá você tem voz, mas você não aprova nada. Por isso vão poucas pessoas”, afirma o Morador 6 (52 anos) ressaltando que quem decide é o coletivo. O Conselheiro é uma figura respeitada na comunidade, como explica o Morador 8 (25 anos): “O *Conselheiro está acima do presidente [da Associação “Mãe”], como fiscal, como líder, chamar os sócios a serem mais atuantes dentro da comunidade*”. A Moradora 17 (19 anos), que participa com frequência das reuniões do Núcleo, me relatou um pouco da rotina desse representante e levantou a necessidade de um diálogo maior com a comunidade sobre as decisões tomadas pelo coletivo.

Eles fazem um trabalho bem importante que é até uma questão do Plano de Uso. Eles se reúnem lá em Sena daí eles passam vários dias lá discutindo essa questão só que eu não acho bem correta a maneira que eles fazem, porque na maioria das vezes eles tomam decisão por eles mesmos e eu não acho que é o melhor para todos. Porque eu acho que tinha que primeiro sentar, conversar e falar *‘não, essa é a melhor decisão’*. Com todos (MORADORA 17, 19 anos).

Alguns moradores reclamaram da falta de comunicação e de retorno das discussões do Conselho Deliberativo para a comunidade, talvez pelo fato de desconhecerem as funções reais dos Conselheiros e o funcionamento das reuniões no que se refere às tomadas de decisão. Segundo eles são levadas demandas dos Núcleos que não são contempladas.

Nem sempre o Conselho dá direito a quem tem, porque assim, todo mundo erra, e lá no Conselho não é diferente. A gente já viu casos de pessoas que não tinham feito algo que justificasse a expulsão e

foi expulso da área e tiveram pessoas que fizeram algo que era para ter sido expulso e teve alguém que passou a mão na cabeça. [...] Então, assim, muitas vezes vai para lá para decidir e é decidido de forma errada (MORADOR 8, 25 anos).

De acordo com o Conselheiro do Alto Caeté, Morador 26 (43 anos), toda reunião ele leva que o ramal está em mal estado, continuando o problema: “É botado no papel, mas na prática não faz”. Ele ressaltou a necessidade de compromisso por parte dos Conselheiros para que demandas levantadas pelas comunidades sejam atendidas. “Se os Conselheiros não se empenharem para ajudar, não é possível não. Tem que ter a boa força de vontade de fazer e boas”.

Uma alternativa para minimizar a falta de comprometimento em levar as demandas das comunidades e instituições para as reuniões do Conselho Deliberativo e retornar com as decisões, como dito anteriormente, foi a exigência do uso de um caderno e uma pasta pelo Conselheiro: “eles leem as demandas da comunidade e anotam as decisões para levar de volta às comunidades”, explica o chefe da Resex (28 anos). A proposta tem a finalidade de garantir o registro de informações, facilitar o repasse para as comunidades e instituições, além de servir de referência para os futuros Conselheiros.

Apesar do cargo de Conselheiro ser respeitado pela maioria daqueles que o exercem, o fato de ser voluntário faz com que existem aqueles que não levarão a sério esse papel. Noto a necessidade de uma compreensão melhor dos moradores quanto às funções e o papel dessa figura tanto na Resex quanto nas reuniões do Conselho Deliberativo, além de maior entendimento do funcionamento das reuniões.

Esse espaço de discussão e tomada de decisão, onde todos têm direito a voz e são protagonistas da comunidade, deve ser formado por entidades e representantes que tenham consciência da sua importância e do seu poder para os usuários da Resex. É nesse espaço que a parceria e as ações precisam ser complementares, interagindo com os vários níveis organizacionais.

6.4. Instituições parcerias da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Antes da criação da Resex Cazumbá-Iracema parcerias fundamentais foram firmadas e algumas permanecem até os dias atuais. A principal delas foi com a Igreja Católica por meio da formação das Comunidades Eclesiais de Base, que deu origem

ao movimento de luta pela terra e a Associação “Mãe”, contribuindo para a geração de novas e definitivas parcerias com o governo federal e estadual. Parcerias que vieram conferir legitimidade e concretude ao sonho de melhores condições de vida naquela região.

Uma das organizações mais presentes na Cazumbá-Iracema, que participou da elaboração do seu Plano de Manejo, desenvolveu diversos projetos e que já teve direito a uma “cadeira” no Conselho Deliberativo foi a WWF-Brasil. Ela iniciou suas atividades na Cazumbá-Iracema logo após a sua criação, em 2005, desenvolvendo ações até 2014. “Um dos parceiros que veio quase que igual com a Reserva. [...] A WWF sempre está presente”, conta o Morador 8 (25 anos). Para o sênior da Ong, a WWF-Brasil é um parceiro na gestão da Resex.

Denominada também como Fundo Mundial para a Natureza, a WWF-Brasil é uma forma de associação sem fins lucrativos que participa de uma rede internacional, comprometida com a conservação da natureza dentro do contexto social econômico brasileiro. De acordo com seu estatuto social, ela “identifica problemas de conservação, concebendo e implementando, geralmente com parceiros, projetos de caráter demonstrativo que apontam soluções para esses problemas” (WWF-BRASIL, 2014).

Os moradores mencionam a WWF-Brasil principalmente quando o assunto é o curso para formação de Conselheiros e o óleo de copaíba. Vários participaram do levantamento, mapeamento e capacitação para o manejo correto desse óleo. Outra participação da organização destacada pelos moradores foi o oferecimento de capacitação em Sena Madureira para formação de Conselheiros em parceria com a Associação “Mãe”: “Nós entendemos que quem deve realizar a gestão do território são eles”, disse o sênior da WWF-Brasil referindo-se a importância da autonomia das lideranças locais. Esse trabalho com os representantes locais surgiu para fortalecer a gestão participativa por meio de três linhas de ação: fortalecimento do Conselho; fortalecimento da Associação “Mãe”; e trabalho de “coating” com as lideranças.

Ele me contou que ainda em 2015 três jovens e um conselheiro participariam de uma reunião do Conselho e de um módulo de formação do projeto Jovens Protagonistas da Reserva Extrativista Médio Juruá também localizada no Acre. Essa será uma tentativa de estimular os a serem mais atuantes nas decisões e ações

comunitárias: “Incentivar diferentes formas de organização, pensando também no despertar de novas lideranças, porque é necessário renovar”, complementa.

A prefeitura de Sena Madureira (Figura 23) é considerada outra grande parceira do ICMBio e conseqüentemente da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. O vice-prefeito foi quem me recebeu na prefeitura. Ao explica-lo que o assunto era a relação da prefeitura com a Resex, ele reagiu com entusiasmo, fazendo questão de ressaltar o orgulho que é para Sena Madureira ter uma Reserva Extrativista dentro dos seus limites. Durante a nossa conversa, ele enfatizou principalmente sua relação de proximidade tanto com o chefe e o gestor do ICMBio quanto com os moradores da Cazumbá-Iracema. “Tem essa relação de compromisso com a Reserva”, mencionou ao pergunta-lo sobre a relação da Prefeitura com a Resex. Esse compromisso foi exemplificado pelas benfeitorias realizadas, como a construção de uma unidade escolar, presença da saúde itinerante na região (uma vez por ano), incentivo ao futebol para participarem da Copa da Floresta, laboratório de informática, apoio à realização dos cursos pelo Pronatec, entre outros.



Figura 23 - Prefeitura Municipal de Sena Madureira, Acre.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os moradores ressaltaram algumas melhorias vindas da Prefeitura: “Antes era bem pequeno, não tinha ramal. Hoje a escola é maior, prefeitura fez banheiro, água para todas as casas, gerador pela Prefeitura. Antes tinha luz só a noite e hoje o dia todo”, relatou animado o Morador 4 (23 anos). Por outro lado, também foram feitas críticas, principalmente quanto ao descaso por algumas ações. O Morador 25 (42 anos), do Núcleo Riozinho, falou do problema com o ramal: “O ramal não está sendo usado, não tem manutenção, ficamos isolados. Nossa maior dificuldade é o ramal. Já levaram para a Prefeitura, mas nada acontece”.

Sobre uma estrada de terra (Figura 24) que atravessa o Núcleo Cazumbá, o Morador 7 (69 anos) reclama o fato da prefeitura ter prometido melhorá-la, mas ainda continua do mesmo jeito: “está pior do que se fosse o capim”, porque agora quando chove vira lama. Com relação à saúde, a realidade relatada pelos moradores 28 e 19 foi diferente daquela colocada pelo vice-prefeito: “Não tem a saúde itinerante. Mais de três anos sem atendimento. Hoje as coisas acontecem através de pressão. Tem que pressionar muito” (MORADOR 28, 43 anos). O Posto de Saúde de alvenaria que foi construído no Núcleo Cazumbá e que nunca funcionou, o Morador 19 (49 anos) disse que “vieram, fizeram e ainda não entregaram”.



Figura 24 - Estrada de terra do Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de exaltar o artesanato de borracha e a “farinha do Jair”, produtos conhecidos da Cazumbá-Iracema e demandados pelo mercado, ele falou da dificuldade que é para a Prefeitura oferecer auxílio para escoar a produção. O que eles estão providenciando é uma parceria com a Cooperacre para comprar a borracha de todo estado, já que ela pretende abrir uma sede em Sena Madureira. “Quem tiver interesse será estimulado a vender borracha para eles”, complementou o vice-prefeito.

No que se refere à relação com o ICMBio, o vice-prefeito disse que “é muito boa” e destacou sua relação de confiança com o Tiago diante da postura construída por ele: “Tenho uma amizade muito pessoal com o Tiago. A relação de amizade gera uma coisa chamada confiabilidade nos procedimentos que você vê que a pessoa faz ou não faz”. Putnam (2006) menciona a importância da amizade nas relações de reciprocidade, um componente altamente produtivo de capital social.

Outro representante da esfera pública que vem contribuindo muito para a melhoria da educação na Cazumbá-Iracema é o Secretário de Educação, Conselheiro, ex-morador da Resex e técnico que representa a área educacional dentro da Reserva Extrativista. Além do apoio pedagógico, de dois em dois meses ele oferece suporte às atividades educacionais, visita os alunos e confere a chegada da merenda nas escolas. “Eu considero o campo hoje privilegiado”, manifestou o entrevistado se referindo à área educacional. Para ele essa realidade é um reflexo do apoio e da parceria do ICMBio e da Associação “Mãe”, relação de companheirismo que complementa o trabalho um do outro.

O Secretário destacou a vantagem de aos poucos conseguirem professores que são moradores da Reserva Extrativista: “Já estamos adquirindo mão de obra de dentro da Reserva, professores que já são filhos da Reserva. A exemplo disso, no Caeté nós temos mais de cinco professores nossos, todos filhos da Reserva”. Fato esse que revela o nível de capital social da Cazumbá-Iracema, pois Lin (2001) afirma que o capital social também pode ser visto como investimento que agrega retornos individuais que beneficiam o coletivo.

No momento da pesquisa ele me contou que os professores estavam em processo de qualificação, fazendo curso superior de Pedagogia em Sena Madureira pela UFAC: “É um sonho um filho de colono fazer a faculdade”, disse orgulhoso. Na opinião dele a Resex é uma conquista, e ele explica o porquê: “Sou filho da Reserva.

Saí antes de ser Reserva, nem o Ensino Fundamental existia”. O que ainda garante a permanência dos jovens na Resex se deve a união daquele povo: “Primeiro que eles têm toda uma estrutura lá. [...] Tem o espaço para o filho se divertir, tem o roçado onde vê o pai trabalhar”.

A tarefa de buscar parceiros para atender as demandas das comunidades está sendo muito bem desempenhada pelo ICMBio e pela Associação “Mãe”. Uma das parcerias mais recentes foi com o IFAC (Figura 25) que oferece cursos de técnicos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec) para os moradores interessados, como de Agricultor Orgânico, Operador de Computador, Agricultor Agroflerestal e Açaicultor.

O IFAC iniciou suas atividades em Sena Madureira em 2010 e está presente em seis municípios do Acre por meio do Pronatec. Os cursos foram ministrados em módulos não apenas no Núcleo Cazumbá, mas também no Cuidado e no Guarani. Os moradores têm consciência de que as comunidades que não mostrarem interesse e não se organizarem conseqüentemente não serão beneficiadas: “Porque nós temos a prática de trabalhar, mas não tinha o conhecimento. Então a gente está se aperfeiçoando”, disse satisfeita a Moradora 18 (45 anos) participante dos cursos.



Figura 25 - Sede do IFAC em Sena Madureira, Acre.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os cursos são direcionados para o perfil dos participantes e acontecem de acordo com a realidade vivida na Resex. Além disso, eles recebem uma Bolsa

Auxílio referente ao transporte e a alimentação, mas que acaba gerando uma poupança já que não há a necessidade de gastá-la. Enquanto o IFAC oferece os professores e os materiais, o ICMBio fica responsável pela logística como transporte e estadia dos professores, as inscrições, a alimentação, ou seja, a organização de forma geral. “É muito importante, principalmente para os agricultores. Com isso só quem tem a ganhar é a comunidade. As vezes eles desconhecem uma técnica de trabalho ou não sabem fazer aquilo”, relata o diretor do IFAC em Sena Madureira destacando a importância do conhecimento técnico oferecido pelos cursos.

Além das turmas que concluíram os cursos em 2015 (Figuras 26 e 27), num total de 108, o diretor do IFAC relatou com satisfação o caso de uma aluna, moradora da Resex que está cursando licenciatura em Física na instituição. Outro caso é o de um ex-morador da Cazumbá-Iracema que formou em Técnico Florestal e que hoje é professor dos cursos do Pronatec. Ostrom (2012) afirma que o oferecimento de assistência técnica é mais útil quando os usuários locais são respeitados e vistos como parceiros, como no caso do IFAC.



Figura 26 - Grupos de moradores que concluíram em 2015 cursos oferecidos pelo IFAC, Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre.
Fonte: ICMBio (2015).



Figura 27 - Grupos de moradores que concluíram em 2015 cursos oferecidos pelo IFAC, Núcleo Cazumbá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre.
Fonte: ICMBio (2015).

Outra parceria que também conquistou espaço no Conselho Deliberativo é a Cooperativa Agroextrativista dos Produtos do Vale do Rio Iaco - Cooperiaco (Figura 28). A cooperativa, situada em Sena Madureira (Acre), iniciou sua parceria com a Cazumbá-Iracema em 2008 e hoje comercializa seu óleo de copaíba, borracha e castanha.



Figura 28 - Produtos da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema comercializados pela Cooperiaco, Sena Madureira, Acre.
Fonte: Cooperiaco, 2013.

Em 2012 a Cooperiaco e o IFAC passaram a ter representação no Conselho Deliberativo. Segundo o chefe da Cazumbá-Iracema, a iniciativa de participar do Conselho “foi comum, das instituições e da gestão da Reserva, tendo em vista os trabalhos desenvolvidos em parceria e a importância de fazerem parte do Conselho para contribuírem na gestão da Unidade de Conservação”.

As diversas parcerias construídas ao longo dos 13 anos de vida da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema são fruto da participação comunitária, de líderes engajados, da presença e apoio de políticas públicas e de organizações que apresentam um interesse mútuo pela conservação do meio ambiente. Compartilhar essas experiências positivas que resultaram dos trabalhos conjuntos, também faz parte dos objetivos dos moradores da Resex.

6.5. Relações Extra-Resex: além dos limites territoriais.

Um coletivo que tem ganhado força na Cazumbá-Iracema é o Grupo de Jovens, que vem desempenhando várias atividades dentro e fora da Resex. Uma

dessas atividades é o intercâmbio de jovens entre as comunidades e entre outras Reservas Extrativistas do Acre. O objetivo é a troca de experiências, incentivar a criação de novos Grupos de Jovens e trazer novas ideias que possam melhorar as condições de vida nas comunidades. O Morador 8 (25 anos) mencionou a importância de iniciativas como esta: “Porque daqui cinco, dez anos quem vai dar conta [da Resex] é a juventude”. O interesse em participar da realidade de outras comunidades e Reservas Extrativistas para aprender a partir das experiências de grupos vizinhos é considerado um atributo importante dos usuários de recursos comuns por Ostrom (1999).

Um dos moradores da macrorregião do Alto Caeté relatou com satisfação que seus dois filhos, um de 18 e outro de 16 anos, visitaram a Reserva Extrativista Alto Juruá (AC) para conhecer a realidade de lá, a prática religiosa deles, as dificuldades e seu funcionamento. No momento da realização do meu estudo eles estavam se preparando para receber a turma que virá da Resex Alto Juruá para conhecer a Cazumbá-Iracema. A Ekoar é a instituição que está articulando e organizando essas ações. Ela também pretende levar cinco jovens de cada macrorregião para Rio Branco para conhecer a cidade e fazer contatos. A ideia é “ver para crer ao conhecer outras realidades”, explicou o Entrevistado 1 (21 anos), um dos técnicos da Ekoar.

A Ekoar (Figura 29), Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental da Amazônia LTDA, é outra instituição que está cada vez mais presente na Cazumbá-Iracema contribuindo para o trabalho do ICMBio e da Associação “Mãe”. Ela foi criada em 2005 baseada na filosofia socioambiental de desenvolvimento (EKOAR, 2015). Os moradores falaram das visitas realizadas por ela para realização de cadastramento, para ajudar nas finanças, no oferecimento dos cursos para qualificar os produtores.



Figura 29 - Sede da Ekoar em Sena Madureira, Acre.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao conversar com os técnicos da Ekoar em Sena Madureira fiquei surpresa ao saber que na sede desse município cinco pessoas da equipe deles eram moradores da Cazumbá-Iracema. “Eles foram daqui mesmo, se formaram na Escola da Floresta”, conta com orgulho o Morador 19 (49 anos).

Como mencionado anteriormente, dois eventos que já se tornaram tradição na região e que são exemplos de organização e cooperação são a Quadrilha e o Aniversário da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. O Núcleo Cazumbá, sede das duas comemorações, inicia sua organização dois meses antes, discute a programação com a Associação “Mãe”, divulga na rádio e toda comunidade participa das atividades, como na limpeza do espaço, preparo do churrasco e recebendo as pessoas. “O kibe e o refri é por minha conta. É assim, tudo combinado. Cada um tem a sua equipe”, conta satisfeita a Moradora 15 (42 anos). Esses eventos são exemplos de organização comunitária de iniciativa dos próprios moradores.

Existem aqueles que apoiam a vinda dos “de fora”, vindos principalmente de Sena Madureira, e tem aqueles que não concordam do evento ser aberto para quem quiser participar. “Os de fora são tranquilos. As pessoas que vêm para essa festa vêm para divertir mesmo. Vale a pena, pois é o divertimento que os jovens têm. A festa é mais para os outros, pois trabalham [os jovens] o tempo todo”, relata o Morador 16 (28 anos). “Os de fora nunca deram problema. É tranquilo. Dá uma

rendazinha para toda a comunidade”, completa a Moradora 15 (42 anos). Por outro lado, o Morador 14 (44 anos) coloca o fato de algumas pessoas entrarem com bebida e droga, contradizendo as regras do acordo de convivência. Além disso, como o ramal de acesso passa na frente da sua casa, o barulho acaba incomodando. Na opinião dele não compensa realizar essas festas: “incomoda o lixo [latas de cerveja]. Não é sadio”.

Segundo os moradores, os dois eventos são conhecidos em todo o Acre, atraindo moradores de outras Reservas Extrativistas e de municípios vizinhos. Ações como essas mostram o nível de organização desses sujeitos e as relações novas que podem ser construídas por meio delas. Além disso, nessas experiências organizacionais os atores sociais elaboram suas próprias regras ao compartilhar seu maior bem comum, a terra, sem haver a interferência do Estado.

O Grupo de Artesanato do Núcleo Cazumbá vem construindo fortes laços além dos limites da Resex, levando o nome da Cazumbá-Iracema para todo Brasil. Além da venda dos jogos americanos de borracha, a coordenadora do grupo já viajou pelo estado do Acre ministrando cursos e vendendo os produtos em feiras comerciais, como a Expoacre, feira de entretenimento e negócios do Acre, e Pan Amazônica. “Esmeralda tinha uma bolsa da Petrobrás para treinar as pessoas e dar cursos. Ela saía para fora para ensinar”, contou a Moradora 1 (32 anos). “Tinha acabado e nasceu de novo”, disse a Moradora 18 (45 anos) referindo-se à borracha, matéria-prima das peças de artesanato.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é outro órgão que tem contribuído para a capacitação dos extrativistas e incentivado o desenvolvimento de pesquisas, como o estudo para descobrir o produto ideal para a mistura da borracha utilizada na confecção dos jogos americanos de encauchado. Foi uma pesquisa em conjunto com a UFAC e financiada pelo Sebrae. O Morador 12 (39 anos) lembrou dos cursos que foram oferecidos, como da farinha de qualidade e do artesanato (Figura 30), além das oficinas de empreendedorismo, design e análise de preços, como uma alternativa para o aperfeiçoamento da produção e de geração de renda para as famílias.



Figura 30 - Curso de artesanato de borracha para confecção de sapatos financiada pelo Sebrae em 2013, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Núcleo Cazumbá, Sena Madureira, Acre. Fonte: Dados da pesquisa.

A coordenadora do Grupo de Artesanato alerta que não dá para sobreviver só da produção do artesanato. A venda dos produtos é realizada por meio de pedidos (encomendas) e nas grandes feiras. No próprio Acre e em Sena Madureira o artesanato não tem saída, pois não há valorização do produto, como explica a Moradora 18 (45 anos): “Os acreanos não dão valor. Em termos financeiros é um complemento”. Mesmo assim, o artesanato não deixa de ser uma alternativa de incremento de renda das famílias, despertando o interesse de outras Reservas Extrativistas pela atividade: “Levaram o artesanato para Reserva Riozinho e eles interessaram em ter um curso dado pelos moradores da Cazumbá” (ENTREVISTADO 1, 21 anos).

Diante da postura e do engajamento das instituições e dos atores sociais envolvidos, posso dizer que a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema se encontra em um contexto de relações sociais sólidas, mas que são ameaçadas por fatores econômicos que permanecem impregnados na história de vida desse povo de cultura tradicional.

6.6. Condições do ambiente político-econômico.

As famílias da maior parte da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema dedicam suas atividades econômicas na venda da castanha-do-Brasil no início do ano e ao longo do ano na produção e venda da farinha de mandioca, complementando com o recurso vindo do Programa Bolsa Família. “Quando a castanha termina, começa a produzir farinha”, conta a Moradora 2 (23 anos).

Do roçado os moradores tiram seu sustento, plantando milho, arroz e feijão para consumo próprio. “Aqui graças a Deus a terra é muito boa”, ressalta o Morador 14 (44 anos) complementando que “o que está aguentando mesmo aqui dentro da Reserva é a farinha”. No caso do arroz, ele disse que não vale a pena vender, só para consumo próprio e mesmo assim “vale mais trabalhar de diária, pegar o dinheiro e comprar o arroz na cidade”.

A produção de farinha foi mencionada por todos os moradores como atividade econômica principal. Eles reforçaram que é a venda dela que garante o sustento das famílias, mesmo com a queda do preço: “Farinha é o carro chefe na minha comunidade, mesmo com o sobe e desce do valor no mercado” (MORADOR 28, 43 anos). A reclamação na queda do preço foi geral: “Farinha dá sustento, mas está ruim porque o preço caiu”, desabafa o Morador 23 (51 anos). “Vende só a farinha, mas agora o preço não está bom”, conta o Morador 24 (39 anos).

O Morador 7 (69 anos) mostra preocupação com o desmatamento no caso de todos os moradores resolverem dedicar apenas a essa atividade, uma vez que é atualmente a atividade mais rendável: “A farinha dá um dinheirozinho, mas se todo mundo for brocar vai desmatar a Reserva. Ficaram umas coisas complicadas”. Vale esclarecer que existe o limite de um hectare permitido para o roçado por família na Reserva Extrativista, o que torna a hipótese levantada um pouco improvável de acontecer, caso a lei seja respeitada. De acordo com o Plano de Utilização (MMA, 2007, p. 93):

27. Cada família poderá brocar até um (1) hectare por ano. A abertura de novas áreas de mata bruta, quando necessária, deverá ser devidamente autorizada pelo órgão competente. 28. A área destinada à uso alternativo do solo/atividades complementares não pode exceder 10% da colocação nem ultrapassar um limite máximo de 30 hectares por colocação. Após zoneamento específico de áreas sem recursos extrativistas com potencial comercial, este limite

poderá ser ampliado para 20% da colocação, sem exceder 40 hectares por colocação, sendo esta decisão condicionada à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo da Reserva.

Eles também sabem que a produção de farinha não se caracteriza como uma atividade extrativista e mostram preocupação quanto à dificuldade de viver apenas do extrativismo, como na fala do Morador 28 (43 anos): “Hoje nossa sobrevivência dentro da Reserva, o foco é a farinha. Na realidade se você for olhar ela não é o extrativismo puro, é um produto de agricultor, mas é o que está segurando a barra aqui dentro”. Outros manifestaram que além da desvalorização monetária da farinha, ela também é um produto que apresenta limitações: “a farinha tem tempo que está bom, tem tempo que está ruim, a gente tem que fazer, e tem que levar, procurar venda, ficar esperando” (MORADOR 12, 39 anos).

Nos dias em que fiquei em Sena Madureira aproveitei para conhecer uma das mercearias (Figura 31) que comercializava a famosa farinha da Cazumbá-Iracema, conhecida principalmente pela “farinha do Jair”. Fui até a gôndola onde ficavam as farinhas artesanais da região e não a encontrei. Ao questionar a proprietária da mercearia sobre ela, vendida a R\$ 4,50 o quilo, ela disse que não tinha “porque quando chega acaba rapidinho. [...] A do Jair é a melhor, de melhor qualidade”. Ela me contou que seu filho que mora em Cruzeiro do Sul (segundo maior município do Acre) sempre leva quando vem a Sena Madureira, dando preferência à “farinha do Jair” ao invés da farinha de Cruzeiro do Sul, muito famosa no estado.



**Figura 31 - mercearia Mãe e Filhos, Sena Madureira, Acre.
Fonte: Dados da pesquisa.**

A “farinha do Jair” é de qualidade e mais valorizada porque ele já fez vários cursos de boas práticas de produção e porque leva muito a sério a atividade, como menciona a Moradora 9 (33 anos): “Fez os cursos de artesanato, farinha, muita gente fez, mas ninguém consegue fazer igual. É tudo lavadinho [se referindo a higiene]. É zeloso com o material dele. A farinha dele não baixa o preço não”. “Melhor produtor de farinha da região. Ele dá cursos e melhorou a farinha”, reforça o sênior da WWF-Brasil também conhecedor do diferencial que a “farinha do Jair” oferece. De acordo com a proprietária da mercearia, essa farinha

Tem muita saída porque a dele é diferenciada, homogênea, famosa. O povo compra e leva para os filhos e para vender em Manaus, Rondônia. Fazem questão de comprar a dele. Só falta ele colocar o nome, rótulo com uma logo. Aí vai vender mesmo (PROPRIETÁRIA DA MERCEARIA).

Para que todas as farinhas produzidas na Cazumbá-Iracema apresentem a mesma qualidade que a do Jair, garantindo a estabilidade do preço, ele foi contratado para dar os cursos de boas práticas para a produção da farinha de qualidade, diferenciada. A ideia é levar também com o pessoal do artesanato para ministrar cursos e capacitar outros que interessarem.

No caso da castanha-do-Brasil, além do embate travado dentro da Resex e relatado no Capítulo 4 (tópico 4.1.1), ainda tem outro elemento que dificulta o retorno financeiro dos moradores que é o atravessador. Diante da dificuldade financeira de sobrevivência na Resex, os extrativistas vendem as castanhas a preços baixos aos atravessadores em troca do dinheiro na mão. A Moradora 2 (23 anos) não acha justo o preço pago pelos atravessadores, para ela “tinham que ter um caminhão para vender fora. Falta alguém para tomar frente, tipo o Tiago assim. Precisa de um empresário interessado no produto”.

O Morador 12 (39 anos) acredita que beneficiando a castanha ainda na Resex, seja uma forma deles venderem por um valor melhor, o que “ia ajudar muito mais famílias”, uma vez que teriam mais oportunidades de emprego. O Morador 28 (43 anos) fez a mesma colocação sobre a necessidade de comercializar a castanha já beneficiada: “Nós deveríamos pensar em vender a castanha já feita alguma coisa dela, para ela sair mais valorizada”.

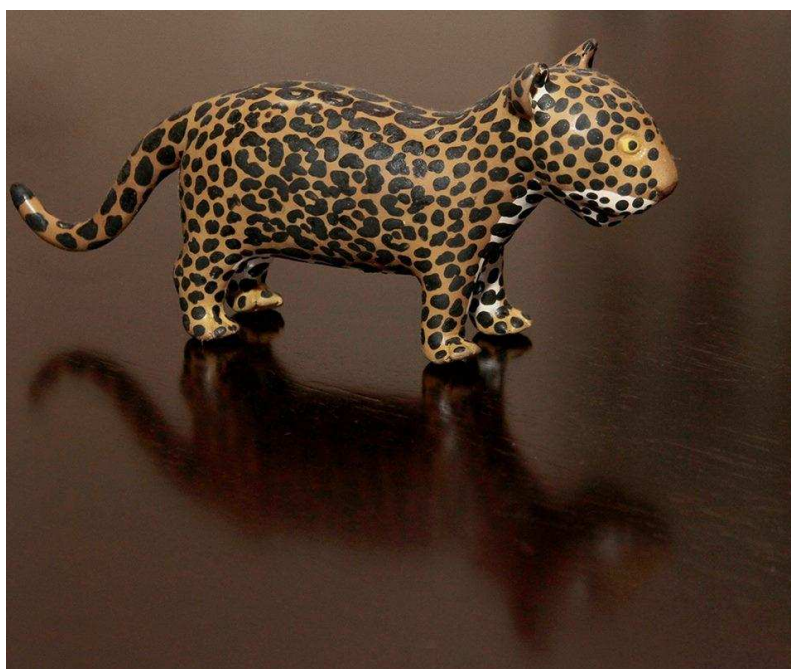
Um dos produtos extraídos na Resex e comercializado pela cooperativa é o óleo de copaíba (Figura 32). Existem moradores que acabam vendendo para atravessadores que interferem na qualidade do óleo, como explica o sênior da WWF-Brasil: “Os produtores visam apenas o preço”. Isto é, vendem para quem paga mais, mas depois quem comprou mistura outros compostos que influenciam na qualidade do óleo, colocando em risco o nome da Resex.



Figura 32 - Óleo de copaíba extraído da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e comercializado pela Cooperiaco, Sena Madureira, Acre.

Fonte: Fotografia de Val Fernandes.

Alguns moradores complementam sua renda com o artesanato produzido a partir da extração da borracha, como os jogos americanos do Grupo de Artesanato e os bichos em miniatura do Sr. João Bosco (Figura 33). Os moradores têm consciência de que a extração da borracha só tem valor econômico, ou melhor, só é uma atividade que compensa o esforço se destinada à produção do artesanato, pois agrega-se valor à matéria-prima. A borracha é vendida por R\$1,10 o litro que somada ao subsídio oferecido pelo governo estadual (R\$ 1,20) rende R\$ 2,30. Na opinião do Morador 26 (43 anos) a borracha não é mais uma alternativa: “Algumas pessoas ainda trabalham com a seringa, mas não dá mais dinheiro. O preço dela não dá o valor de abrir as estradas hoje”. Já para o Morador 28 (43 anos) aposta na retomada desse produto: “a borracha tinha que ser nosso carro chefe”.



**Figura 33 - A onça pintada, uma das peças de artesanato de borracha do Sr. João Bosco, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre.
Fonte: Fotografia de Val Fernandes.**

A alternativa encontrada pelo Sr. João Bosco é a que confere o melhor retorno financeiro, uma vez que suas peças, animais da floresta em miniatura, são vendidas a R\$30, R\$40 e R\$50. Para produzir dez bichos ele utiliza cerca de cinco litros de látex e dedica dois dias de trabalho. Ele sobrevive muito bem só do

artesanato, pois seu produto é único e sua relação com a natureza vai além dos valores monetários: “Eu tenho um amor pela natureza e respeito, porque faço um trabalho que eu vivo copiando as maravilhas da natureza, então eu tenho muito respeito pela natureza”. Ele já ministrou cursos para outros moradores que interessaram pelo ofício, porém ninguém seguiu adiante, devido ao grau de habilidade exigida para a produção desse tipo de artesanato.

Retomando a visão de Homma (1993) e Browder (1992 apud CAVALCANTI, 2002), eles afirmam que as atividades extrativistas que apresentam um modelo de produção arcaico e pré-moderno, não perdurariam por muito tempo devido à crescente demanda pelos produtos, o que levaria ao fim da atividade a longo prazo por não suprir o mercado. Além disso, a demanda crescente e a sobre-exploração do recurso levariam ao esgotamento dos estoques naturais. No caso da Cazumbá-Iracema o Plano de Manejo, os acordos firmados entre os moradores no uso desses recursos de forma sustentável e a cooperação entre eles não permitirão que o aumento da demanda e seu uso provoquem a sobre-exploração dos produtos extraídos hoje da floresta, como a borracha, a castanha, o açaí e o óleo de copaíba. Tudo vai depender da iniciativa, criatividade e das parcerias criadas interna e externamente à Resex.

A esperança de um dia voltarem a sustentar suas famílias a partir do extrativismo da borracha ainda está muito presente no íntimo dos moradores. Mais que um símbolo de luta por direitos, a seringueira, a mãe do extrativista, continua impregnada ao valor da terra, ao valor da vida daqueles que continuam à espera do eldorado. Por isso, na opinião do chefe da Resex, o extrativismo não deve ser tratado como uma questão econômica e sim de identidade desse povo:

A questão econômica já não viabiliza o extrativismo. Ela está vinculada à identidade dele, isso é o principal. Está vinculado ao território onde ele mora, a cultura dele, a questão sociocultural. Não é uma questão produtiva. A questão produtiva hoje, ela não tem o extrativismo hoje como se conhece. Ele não tem tanto peso na renda do extrativista hoje por questões comerciais, por questões de políticas públicas, por questões diversas, que são inerentes ao seringueiro em si. Na verdade, ele se identifica como seringueiro. Seringueiro que hoje não corta mais seringa (CHEFE DA RESEX, 28 anos).

O fato de existir o Plano de Utilização fundamentado a partir dos acordos de convivência construídos pelos próprios moradores condiz com o que Evans (1997)

traz sobre a importância de existirem regras claras e estáveis nas relações Estado-sociedade, além de um aparelho estatal eficiente no atendimento das necessidades sociais. Ao aproveitar esse capital social o governo prova que valoriza as iniciativas da comunidade, confere autonomia a ela e estimula o surgimento de novas organizações. Considero que, mesmo incipiente, existe essa relação de sinergia entre o governo e a Cazumbá-Iracema, pois foi construído um conjunto de relações em torno da integração de complementaridade e de enraizamento. Apesar da insatisfação dos moradores quanto a falta de apoio ao mercado de produtos extrativistas.

Segundo os entrevistados, o que falta é a mobilização dos moradores envolvidos e mais comprometimento do governo para conseguir melhores condições para desenvolverem suas atividades econômicas. “É mais o grupo se agrupar e dizer vamos, para conseguir o que querem com os políticos” (MORADOR 7, 69 anos). Outro ponto de vista é colocado pelo Morador 14 (44 anos) sobre o dilema de residirem numa Reserva Extrativista: “A Reserva é boa para proteger, mas tinha, era preciso mais uma ajuda do governo federal para gente não desmatar. [...] Cria a Reserva, mas é proibido brocar. Você também não vai querer ver seus filhos chorando de fome”.

Pelo menos 60% da nossa produção deveria ser extrativismo e não está sendo porque não tem venda para o artesanato, não tem venda para borracha, a borracha não tem preço. E eu acho que a culpa não seria nossa, seria culpa do governo que deveria fazer uma política de agregar valor à borracha. Que é para segurar na floresta (MORADOR 28, 43 ANOS).

De certa forma, diante de tudo que foi abordado neste Capítulo, posso inferir que a Cazumbá-Iracema é constituída por comunidades atuantes, que buscam constantes melhorias das condições de vida. O governo ainda não se apresenta totalmente ativo, porém acredito que a sinergia necessária para o exercício da governança dos bens comuns esteja em construção.

Soluções de co-gestão podem funcionar quando financiamento ou transferências extra-locais estão envolvidos, mas a implementação depende do conhecimento local e da ação coletiva. Soluções baseadas no Estado exigem a capacidade do Estado, do capital social e do Estado de direito para ser eficaz. Quando as funções de governança, tais como as escolhas coletivas, são organizadas

em diferentes níveis espaciais, soluções multi-níveis podem emergir (PAAVOLA; ADGER, 2005).

A credibilidade do ICMBio está sendo construída e o fato de trazer para o cargo de gestor um membro importante da comunidade na história de luta e criação da Resex, foi primordial para que se alcance com o tempo a relação de sinergia entre as duas instituições e a integridade institucional das mesmas. Como apresentado neste capítulo, o governo e a Resex complementam seus esforços mutuamente e transpõem suas parcerias para além dessas duas esferas.

CAPÍTULO 7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DOS RECURSOS COMUNS DA RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA.

Ao longo dessa pesquisa foi possível verificar que os moradores da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema seguem regras construídas coletivamente e determinadas pelo arranjo formal da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, e se envolvem mutuamente no acompanhamento do uso dos recursos comuns, reforçando arranjos institucionais e estratégias individuais. Além de se auto-organizarem para a criação da Reserva Extrativista (Resex), eles foram capazes de conceber e manter suas próprias regras de convivência e uso dos bens comuns.

Contudo, como apresentado nos capítulos empíricos, também foi possível constatar que a Resex reproduz internamente relações de poder baseadas em interesses individuais, não sendo possível afirmar que existe autonomia plena por parte dos seus moradores, configurando uma realidade empírica que, em certa medida, contradiz alguns pressupostos de Ostrom (1990). Por outro lado, o universo analisado também não se enquadra na lógica da ação coletiva de Olson (1999), uma vez que os sujeitos analisados não agem apenas para promover seus interesses próprios, mas também pelo interesse coletivo.

Assim, a teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990) contribuiu para analisar as relações sociais na Resex Cazumbá-Iracema, mas diante das disparidades encontradas em campo percebi a necessidade de um novo esforço para melhor articular o escopo teórico da tese à realidade empírica encontrada. Para tanto, apresento a discussão conceitual sobre um tema que emergiu do campo e que surge como um elemento fundamental para que a Cazumbá-Iracema exerça efetivamente a governança dos recursos comuns, o exercício da liderança.

7.1. O Exercício da Liderança na Resex Cazumbá-Iracema.

O isolamento parcial da população que vive na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema apresenta uma estrutura única quando comparada às sociedades

modernas, onde a coesão dos moradores existe por ainda exercerem funções de proteção e controle, por manterem relações próximas com seus grupos consanguíneos, forte envolvimento com a família, comunidade local e outros grupos primários. Os comunitários apresentaram necessidade de adaptar seu comportamento, metas e ideias à vida de seus grupos, ou de se identificarem automaticamente com eles, transferindo para outros a tomada de decisão (ELIAS, 1994). As semelhanças entre eles se justificam pela estrutura social construída ao longo de suas trajetórias de vida, visto que “quanto mais primitivas são as sociedades, mais há semelhança entre os indivíduos que as formam” (DURKHEIM, 2010, p. 112).

Segundo Elias (1994), para compreender a importância da individualidade da pessoa inserida na sociedade é necessário conhecer todo seu processo de individualização. Considerando o indivíduo como uma entidade completa em si mesmo, ele argumenta que mesmo apresentando autocontrole, “constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas, e que a forma individual do adulto é uma forma específica de cada sociedade” (ELIAS, 1994, p. 31). Em suma, o indivíduo é reflexo do ambiente onde vive.

Só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade. A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a ‘sociedade’ (ELIAS, 1994, p. 30).

As relações dos moradores da Cazumbá-Iracema com seus líderes apresentam uma estrutura particular específica desse grupo, construída na interação entre eles. Ou seja, esses sujeitos possuem uma “marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive” (ELIAS, 1994, p. 31). Nessa perspectiva, a ação de um indivíduo está em permanente influência do coletivo, da sociedade da qual faz parte e da confiança presente nessas relações, como facilmente presenciado no campo empírico.

Em realidades como a da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema a confiança é construída a partir de laços de parentesco, amizade e reputação. Giddens (1991) esclarece que essa intimidade emocional contribui para estas conexões sociais e que

elas não são garantia de manutenção da confiança nas pessoas. Para ele, “laços pessoais institucionalizados e códigos de sinceridade e honra informais ou informalizados fornecem estruturas de confiança (potenciais, de modo algum sempre reais)” (GIDDENS, 1991, p. 122).

A confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico) (GIDDENS, 1991, p. 41).

Corroborando com Elias (1994), Ferreira Neto (1999) considera o indivíduo capaz de alterar e interferir no processo de construção da ação coletiva, pois sua ação se baseia na interpretação das condições estruturais e históricas que determinam seu comportamento, sendo sujeito e condutor do processo social. Também julgo importantes as noções de reflexividade e de habitus para compreender a ação coletiva. Para que a Resex fosse criada foi necessária a organização de interesses dos moradores antigos e dos novos em relação à terra. Nessa perspectiva, Ferreira Neto (1999, p. 54) deixa claro o importante papel das lideranças, pois “são as ações e os interesses de certos indivíduos, dentro desse contexto, que vão determinar a construção das demandas coletivas e os objetivos a serem perseguidos, bem como as formas de lutas e de alianças pessoais”.

Para compreender o comportamento dos sujeitos é necessário conhecer a estrutura social em que estão inseridos. Pensando assim, Bourdieu (1990) denomina seu trabalho de construtivismo estruturalista (“structuralist constructivism”), onde o construtivismo se refere ao habitus²⁵ e às estruturas sociais, e estruturalista seria a existência de “estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações” (BOURDIEU, 1990, p. 149). A própria estrutura social, fruto da história de vida da comunidade, interfere na tomada de decisão dos atores envolvidos. Como apresentado ao longo dessa pesquisa, moradores foram reconhecidos e legitimados, a partir da reputação construída, como lideranças comunitárias. De posse do poder delegado pela comunidade, ou seja, do capital simbólico a eles conferido, os líderes locais mostram e fazem valer os interesses desse grupo que, em certa medida, não

²⁵ Para Bourdieu (1990), habitus constitui a gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação.

estão desconectados dos seus, ficando encarregados da missão de lutar pelos direitos dos moradores daquele território.

O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo (BOURDIEU, 1990, p. 166).

Com o intuito de mudar a realidade vivida no território da Cazumbá-Iracema, as lideranças locais precisaram usar do poder simbólico para consagrar o grupo que lutaria para a posse do bem comum mais precioso, a terra. A organização necessária para que o grupo alcançasse seu objetivo só foi possível graças a presença de autoridades sociais, legitimadas pelos atores envolvidos, diante da participação em lutas anteriores e do fato da proposta estar fortemente alicerçada na realidade desses sujeitos (afinidades objetivas). As lideranças, reconhecidas pelo grupo de moradores da Resex, utilizaram o poder simbólico para revelar a vontade de um interesse coletivo em usufruir da terra.

Dando continuidade a esse raciocínio, Durkheim (2010) argumenta que as pessoas apresentam dois tipos de consciência: uma individual, que considera os estados que caracterizam cada um de nós (personalidade individual); e outra coletiva, que constitui os estados comuns a toda sociedade, ou seja, a sociedade que vive e age em nós. Ele explica que quando a ação ou conduta é determinada pela consciência coletiva, “não agimos tendo em vista o nosso interesse pessoal, mas perseguimos finalidades coletivas” (DURKHEIM, 2010, p. 79), necessárias para que se alcance o benefício mútuo defendido por Ostrom (1990). Por sua vez, ele esclarece que “embora distintas, essas duas consciências são ligadas uma à outra, pois, em suma, elas constituem uma só coisa, tendo para as duas um só e mesmo substrato orgânico. Logo, elas são solidárias” (DURKHEIM, 2010, p. 79).

A solidariedade que deriva das semelhanças se encontra em seu apogeu quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela. Mas, nesse momento, nossa individualidade é nula. Ela só pode nascer se a comunidade ocupar menos lugar em nós (DURKHEIM, 2010, p. 106-107).

Acredito que as lideranças da Cazumbá-Iracema se encontram nesse ponto, onde os interesses pessoais e da comunidade são tão próximos que a ação deixa de transparecer uma vontade individual, passando a ser coletiva. “Ademais, no momento em que essa solidariedade exerce sua ação, nossa personalidade se esvai, podemos dizer, por definição, pois não somos mais nós mesmos, e sim o ser coletivo”, complementa Durkheim (2010, p. 107-108). Essa ideia do indivíduo ser o que a sociedade necessita que ele seja, falando e agindo por ela, pode ser observada na fala das lideranças locais da Resex apresentadas nesta tese, principalmente no capítulo 5.

Por sua vez, a dupla interpretação do poder designado às lideranças me levou à questão paradoxal colocada por Bourdieu (1990) sobre os riscos da delegação. Se de um lado pode ocorrer a dissimulação da verdade da relação de representação, por outro existe o “paradoxo das situações em que um grupo só pode existir pela delegação a uma pessoa singular [...] habilitada a agir como pessoa moral, isto é, como substituto do grupo” (BOURDIEU, 1990, p. 189).

[...] em aparência o grupo faz o homem que fala em seu lugar, em seu nome – esse é o pensamento em termos de delegação – , ao passo que na realidade é quase tão verdadeiro dizer que é o porta-voz quem faz o grupo. É porque o representante existe, porque representa (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo. Percebe-se nessa relação circular a raiz da ilusão que, no limite, permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se causa sui, já que ele é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria – ou, em todo caso, não existiria plenamente, enquanto grupo representado – se ele não estivesse ali para encarná-lo (BOURDIEU, 1990, p. 189, grifos do autor).

No trecho acima, Bourdieu (1990) trata da questão central do meu estudo de campo. O poder conferido àqueles que representam os grupos existe e faz existir não exclusivamente por interesse individual, mas pelo interesse próprio de um grupo que se identifica com seu porta-voz. A relação das lideranças com os seus devidos grupos apresenta uma performance que Bourdieu (1990, p. 196) denominou de efeito do oráculo, onde “o porta-voz faz com que fale o grupo em nome do qual ele fala”. O autor fala dos múltiplos papéis conferidos ao representante que é ao mesmo tempo o homem, o grupo e o que manipula o grupo segundo o próprio grupo.

O efeito de oráculo, forma limite da performatividade, é o que permite ao porta-voz autorizado autorizar-se junto ao grupo que o autoriza para exercer uma coação reconhecida, uma violência simbólica sobre cada um dos membros isolados do grupo. Se eu sou o coletivo feito homem, o grupo feito homem, e se esse grupo é o grupo de que você faz parte, que o define, que lhe dá uma identidade, que faz com que você seja realmente um professor, realmente um protestante, realmente um católico, etc., não há realmente mais nada a fazer senão obedecer. [...] Esse paradoxo da monopolização da verdade coletiva está na origem de todo efeito de imposição simbólica: eu sou o grupo, isto é, a coação coletiva, a coação do coletivo sobre cada membro, sou o coletivo feito homem e, simultaneamente, sou aquele que manipula o grupo em nome do próprio grupo; eu me autorizo junto ao grupo que me autoriza para coagir o grupo (BOURDIEU, 1990, p. 197-198).

Salvo algumas exceções, como a situação da disputa pelos castanhais, posso inferir que os interesses dos grupos e de suas lideranças eram os mesmos, o que contribuía para que os representantes locais acreditassem que não possuíam interesses além daqueles dos representados. Por outro lado, Bourdieu (1990) afirma que esse é um dos mecanismos que favorecem a usurpação e o jogo duplo. “A impostura legítima só é bem-sucedida porque o usurpador não é um calculador cínico que engana conscientemente o povo, mas alguém que com toda a boa-fé considera-se uma coisa diferente do que ele é” (BOURDIEU, 1990, p. 200). Esse conflituoso movimento de representação do poder delegado pelo grupo e os diferentes papéis desempenhados foi constatado na figura do gestor da Resex, liderança legitimada pelas comunidades a partir da sua história de luta pelo coletivo e pela sua reputação. É na sua figura que se encontra a maior fragilidade da ação coletiva, visando o uso de recursos comuns, por ser nítida a confusão presente no uso do poder simbólico conferido a ele.

Ao discutir o processo de constituição da luta pela terra em Minas Gerais, Ferreira Neto (1999, p. 56) aborda que “a imperiosa necessidade de mediadores na construção dessa luta faz com que o perfil do mediador seja de fundamental importância na efetivação da luta”. No caso da Cazumbá-Iracema, esses mediadores sociais, representados pelos presidentes das associações, coordenadores de grupos e Conselheiros, possibilitaram e continuam possibilitando a conquista de benefícios coletivos a partir de ações efetivas.

Ainda que a escolha e a opção pela ação sejam individuais, os interesses que orientam esse processo são socialmente construídos.

É justamente pelo fato de existirem interesses e não apenas um interesse, e a exigência de estratégias diferenciadas para processá-los, é que existe a necessidade de contínua renovação nas estruturas de mediação, que buscam, pelo menos em alguns momentos, a construção de uma unidade em torno de um interesse comum (FERREIRA NETO, 1999, p. 59-60, grifo do autor).

Ferreira Neto (1999, p. 54) enfatiza ainda que “são as ações e os interesses de certos indivíduos, que vão determinar a construção das demandas coletivas e os objetivos a serem perseguidos, bem como as formas de lutas e de alianças possíveis”, conforme condições estruturais específicas. Segundo esse autor, a explícita necessidade de mediadores, como os líderes comunitários, na construção da luta pela terra faz com que o perfil do mediador seja de fundamental importância para que a luta aconteça efetivamente. Ele afirma ainda que os interesses específicos das lideranças foram e continuam sendo determinantes para a ação coletiva enquanto “fator importante na construção cotidiana da história” (FERREIRA NETO, 1999, p. 55).

Ponto ainda que Ostrom (1999) considera como um dos atributos dos usuários necessário para a governança dos recursos comuns, que os interesses entre aqueles que detêm algum tipo de poder, monetário ou político, e aqueles que não possuem, sejam interesses semelhantes. Para ela, quando existem esses interesses semelhantes as chances da organização de um grupo e da elaboração de regras serem bem sucedidas são maiores, como observado no contexto da Cazumbá-Iracema a existência de ações coletivas a partir de interesses semelhantes, ou seja, interesses coletivos.

Portanto, acredito que na Reserva Extrativista estudada é o papel do indivíduo que determina a construção da ação coletiva, como na luta pela terra representada pela implantação da Associação “Mãe” e posterior criação da Cazumbá-Iracema. Sujeitos que possuem um ideal moral altamente rico de significações, que está fundamentado na sua capacidade de autorrealização e que implica a noção de autenticidade com relação a si mesmo, necessário para o seu engajamento nas ações coletivas (TAYLOR, 1997). Nesse sentido, a ação coletiva está associada ao surgimento e à reprodução de lideranças, a partir da organização de interesses.

A partir dessa retomada teórica, um novo elemento surge como necessário à ação coletiva na Cazumbá-Iracema, o papel da liderança. Fica clara a necessidade de refletir sobre as sugestões de modelos de governança dos recursos comuns de Ostrom

(1990; 1998), reforçar a ideia inicial apresentada no esquema analítico do referencial teórico, para que assim seja possível propor uma estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista estudada.

7.2. Reflexão sobre o modelo de Governança dos Comuns de Ostrom à luz dos dados empíricos da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Antes de apresentar a proposta de estrutura de governança dos recursos comuns da Cazumbá-Iracema acredito ser necessário justificar algumas escolhas em detrimento de outras fundamentadas na reflexão do que é sugerido por Ostrom (1990; 1998). Para realizar esse exercício reflexivo, inicio reforçando o papel das instituições para a sociedade.

Conforme Hall e Taylor (1996), as instituições influenciam as preferências mais básicas e mesmo a própria identidade dos sujeitos envolvidos. “As auto-imagens e identidades de atores sociais seriam constituídas de formas institucionais, imagens e sinais fornecidos pela vida social” (HALL; TAYLOR, 1996, p. 949). Ostrom (1990) afirma que as instituições podem contribuir para aprimorar o contexto social em que estão inseridas. A ideia é que a Resex em questão confirma esse pressuposto, uma vez que seus moradores elaboram suas próprias normas de conduta às quais se submetem por reconhecê-las como legítimas e parte da sua história de vida.

Nessa direção, para chegar à estrutura de governança dos recursos comuns da Cazumbá-Iracema, faz-se necessário trazer o quadro referencial (“framework”) da ação racional de Ostrom de 1990 e o cenário cooperativo apresentado por ela em 1998 que, diferente do primeiro, aborda as variáveis centrais das relações sociais que, na opinião da autora, são elementos para a resolução dos dilemas sociais.

O quadro referencial (Figura 34) sugerido por Ostrom (1990) para demonstrar que os usuários de recursos comuns são capazes de organizarem suas ações, apresenta variáveis internas e externas (mundo interno e externo) ao grupo que influenciam no aumento ou na anulação da capacidade dos sujeitos de governar o uso dos bens comuns. A autora usa uma concepção geral de ação racional que envolve quatro variáveis internas que afetam escolhas estratégicas individuais em diferentes situações: benefícios esperados; custos esperados; normas internalizadas; e taxas de

desconto (valor atribuído ao recurso em um determinado espaço de tempo). Essas variáveis dependem das informações sobre as normas compartilhadas e outras oportunidades, sobre os benefícios das regras propostas e sobre os custos em se alterar, monitorar e sancionar regras. Conforme forem os resultados, os indivíduos podem escolher manter as regras vigentes ou muda-las, traçando novas estratégias de ação.

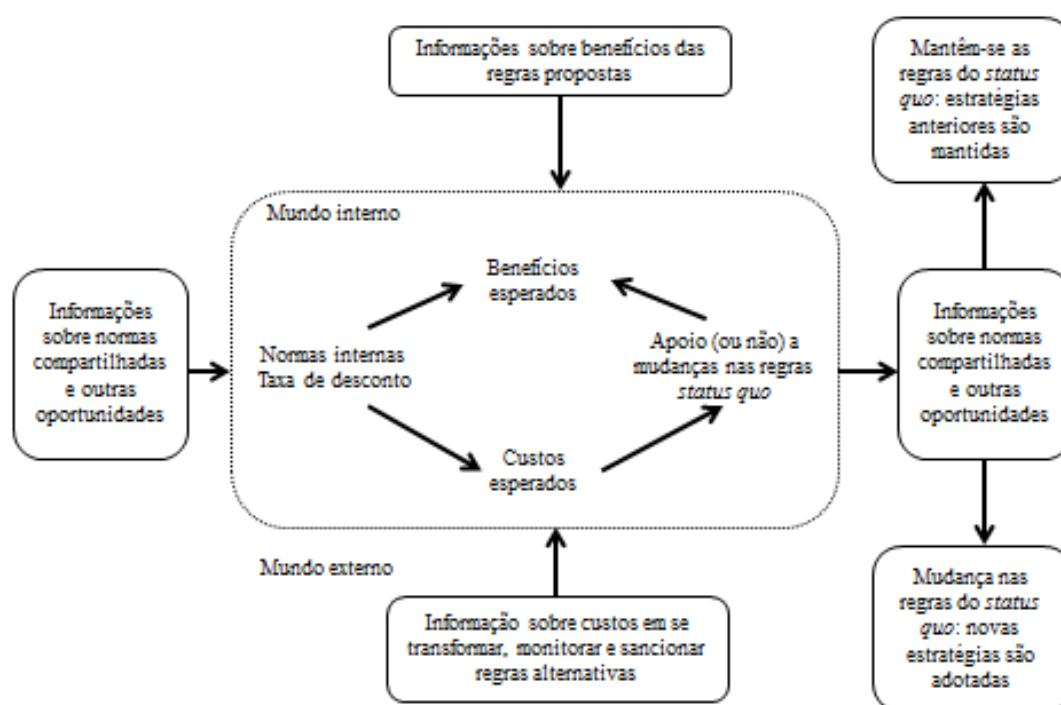


Figura 34 - Resumo das variáveis que afetam a escolha institucional.
 Fonte: Adaptado de Ostrom (1990, p. 193).

No artigo publicado em 1998, “A behavioral approach to the rational choice theory of collective action”, Ostrom (1998) fala das limitações sobre o quadro de referência como o fato de não apresentar variáveis que são relevantes no processo de elaboração de regras no uso de bens comuns. Diante dessa constatação, ela admite a necessidade de se levar em consideração os conhecimentos adquiridos pelas gerações passadas no envolvimento em ações coletivas, no seu modo de vida e sobrevivência, uma vez que influenciam na maneira com que se organizam no momento presente (OSTROM, 1998). Portanto, ela sugere um esquema (Figura 35) que represente cenários cooperativos e que inclui variáveis das relações sociais centrais necessárias na solução dos dilemas sociais, como a confiança, a reciprocidade e a reputação.

Os atributos dos usuários que são particularmente importantes para explicar o comportamento em dilemas sociais incluem suas expectativas sobre os outros comportamentos (confiança), as normas de socialização aprendidas com experiências de vida (reciprocidade), e sua identidade e intenções ao criar projetos e normas (reputação) (OSTROM, 1998, p. 14).

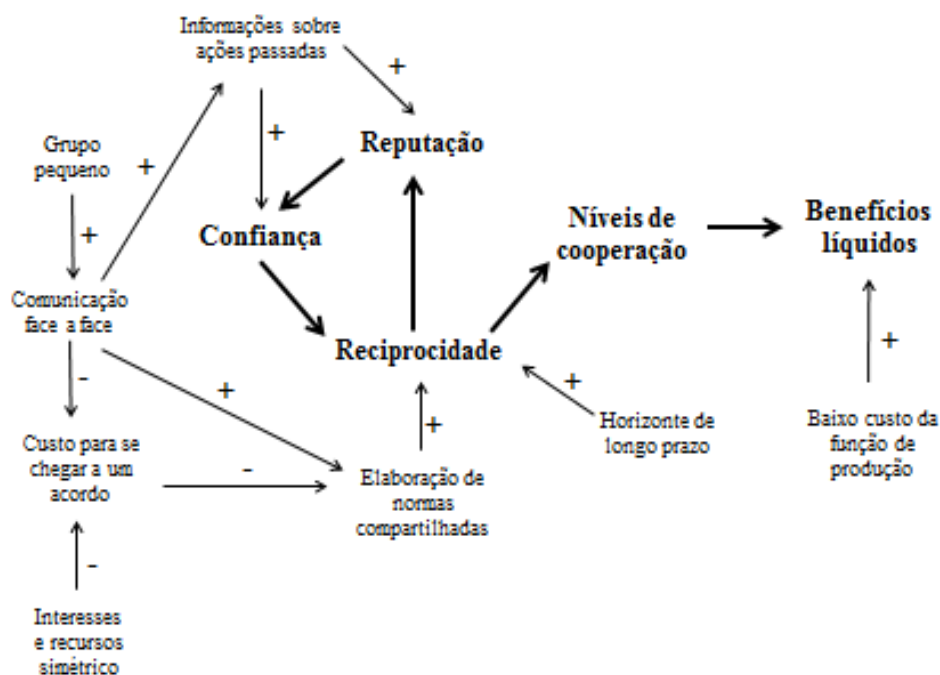


Figura 35 - Cenário simples das variáveis estruturais que afetam a probabilidade de ação coletiva.

Fonte: Adaptado de Ostrom (1998, p. 15).

Na busca por compreender como o comportamento humano e os efeitos de variáveis estruturais na organização afetam o sucesso da ação coletiva, Ostrom (1998, p. 16) admite ser “impossível relacionar todas as variáveis estruturais em uma grande teoria causal”. Ela argumenta que para relacionar as variáveis estruturais, além da limitação de serem muito numerosas, seria necessário considerar os efeitos sobre os valores de outras variáveis. A autora considera que o ideal seria iniciar com modelos relativamente simples, mudando uma variável de cada vez com o decorrer da pesquisa. Por sua vez, ao longo da pesquisa, me esforcei para identificar as variáveis específicas da Cazumbá-Iracema que influenciavam a confiança, a reputação e a reciprocidade entre os moradores. Tais elementos sugeridos por

Ostrom (1998) foram considerados no meu esquema analítico com base na importância das interações sociais trazida por Woolcock (1998).

Uma vez explicitado o modelo de ação coletiva de Ostrom (1990) e suas limitações, retomo o esquema analítico proposto no Capítulo 2 e rerepresentado a seguir (Figura 36). Já escrevi que, a partir do referencial teórico, busquei preencher algumas lacunas do modelo proposto por Ostrom (1990) e constatei a necessidade de aproximar das relações cotidianas para compreender os princípios que norteiam as ações sociais cooperativas da Cazumbá-Iracema, uma vez que o institucionalismo sociológico de Ostrom (1990) considera a instituição como sendo construída pela interação dos atores sociais. Dessa forma, o capital social foi inserido no esquema por ser uma ferramenta indispensável para a análise da estrutura de ação dessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

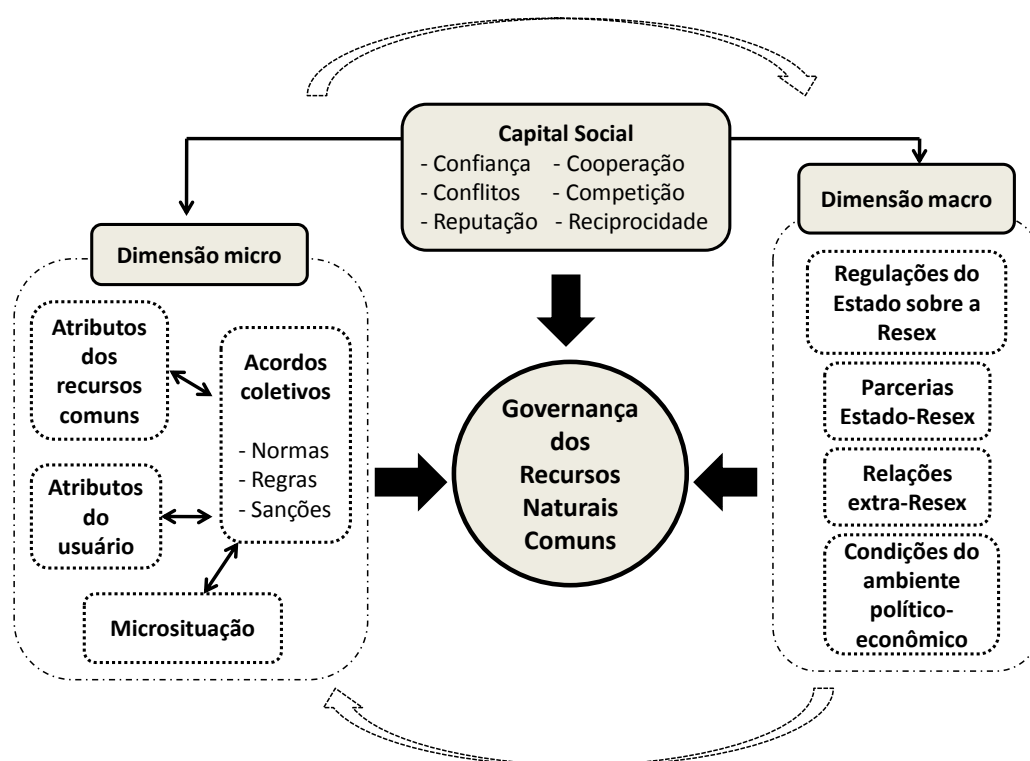


Figura 36 - Representação do esquema analítico.
 Fonte: Elaborado pela autora.

O esquema analítico acima, elaborado a partir do arcabouço teórico apresentado nesse estudo, trata da melhor perspectiva de investigação encontrada

para análise da natureza dos arranjos de governança dos recursos comuns da Resex Cazumbá-Iracema. É importante ressaltar que as categorias de análise escolhidas, apesar de estarem divididas em dois grupos, foram consideradas em relação umas com as outras de forma dinâmica no processo de construção dos arranjos de governança.

Com base no “design principle” e nos atributos propostos por Ostrom (1990; 1994; 1999), as categorias selecionadas para analisar a dimensão micro foram: atributos dos recursos comuns; atributos do usuário; acordos coletivos; e natureza das relações sociais (microsituação). Com relação aos atributos do usuário e dos recursos naturais foram consideradas como variáveis aquelas apresentadas no Quadro 4 (página 19) e abordadas no referencial teórico. Sobre os acordos coletivos foram levados em consideração as normas, as regras e as sanções fundamentadas também em documentos da Resex, como o Acordo de Caça e o Plano de Utilização. O capital social foi representado por elementos como confiança, cooperação, conflitos (sociais e ambientais), competição, reputação e reciprocidade nas duas dimensões.

Na dimensão macro, representada pelo ambiente institucional, foram analisadas as seguintes categorias: regulações do Estado sobre a Reserva Extrativista; parcerias Estado-Resex; e relações extra-Resex. As regulações do Estado sobre a Resex foram referentes às ações reguladoras (por exemplo leis, fiscalização), de apoio e de conflito entre essas duas esferas. Sobre as relações extra-Resex, considerei as que envolviam grupos externos, como as associações, Cooperiaco, outras Resex, WWF-Brasil, IFAC, Sebrae e Prefeitura de Sena Madureira. Também foram analisados os fatores mais enfatizados pelos entrevistados a respeito das condições do ambiente político e econômico da Cazumbá-Iracema.

Ao contrário do que pensei, nem todos os atributos listados por Ostrom (1999) referentes aos recursos disponíveis na Resex e ao comportamento dos usuários, foram contemplados e um novo elemento, fundamental para a ação coletiva, surgiu desse campo de trabalho: o papel das lideranças locais. Apesar de apresentarem relativa autonomia para determinar suas próprias regras de convivência e uso dos recursos comuns, quando analisado o conflito real e latente gerado pela disputa dos castanhais, se torna nítida a fragilidade dos laços de confiança e reciprocidade. Ostrom (2012, p. 80) explica que “muitas das regras que as pessoas desenvolvem ou seus métodos de interrelação são projetados para incentivar o

crescimento da confiança e reciprocidade”, o que de fato se dilui na Resex diante do caso dos castanhais que são parcialmente apropriados privadamente. Além disso, a distribuição dos castanhais não é homogênea em toda a Resex, o que também dificulta a apropriação mais igualitária.

Na situação dos castanhais, os limites de utilização dos recursos foram claramente definidos e aceitos no passado. Porém, existe a necessidade de que essa situação seja analisada e rediscutida com os novos moradores para que estes sejam envolvidos, de fato, na apropriação coletiva desse recurso. De certa forma, esse dilema social infringe o segundo princípio (regras bem ajustadas) de Ostrom (1990), uma vez que os novos moradores contestam quanto à coerência entre o uso e a aplicação de regras no uso desse recurso, além do tempo que as normas permanecem inalteradas. Aliás, vários moradores não participaram da elaboração dessas regras status quo, dificultando o funcionamento da estrutura de governança desse recurso específico. Por outro lado, é fundamental que os arranjos sejam construídos baseados nas escolhas coletivas, que prezem pelo desenvolvimento sustentável, mas que também respeitem a cultura local. Nesse sentido, existe a iniciativa dos próprios moradores em rever esses regramentos que se mantêm inalterados a mais de dez anos.

Olhando para esses fatos, reforço o argumento de Ostrom (1990) que, ao contrário de uma solução única para um único problema, existem muitas soluções para lidar com vários problemas diferentes. Esse processo requer informações confiáveis sobre variáveis de tempo e lugar, bem como um amplo repertório de regras culturalmente aceitáveis. Ou seja, ela considera o fator cultural determinante na elaboração e concretude das regras de convivência e uso dos bens comuns, apesar de não trazer de forma clara esse componente no seu modelo e nem nos atributos referentes ao usuário.

Ao retomar os oito “design principle” (Quadro 1) de Ostrom (1990) é possível constatar que tanto os dilemas sociais da nossa “arena de ação” quanto o compromisso de monitorar o uso dos recursos comuns são resolvidos de maneira inter-relacionada com iniciativa dos usuários. Isso acontece porque os próprios moradores foram responsáveis por: definir quem tem direito de usufruir os recursos comuns (Princípio 1); restringir efetivamente as atividades de apropriação de acordo com as condições locais (Princípio 2); construir e executar suas próprias regras e

normas de funcionamento e apropriação desses recursos (Princípios 3 e 4); e aplicar sanções graduais àqueles que infringirem esses regramentos (Princípio 5).

O Princípio 6, mecanismos de resolução de conflitos, também está presente na forma das associações, Núcleos de Base e Conselho Deliberativo. Estratégias foram traçadas pelas próprias comunidades, mas no caso de grandes infrações que gerem conflitos mais graves, cabe ao Conselho Deliberativo solucionar, uma vez que é formado por diferentes representações institucionais. Assim como Ostrom (1994) constatou em seus estudos, também na Cazumbá-Iracema identifiquei vários mecanismos informais de resolução de conflitos e os próprios líderes comunitários se mostraram responsabilizados para resolver os conflitos básicos de sua comunidade.

Os movimentos sociais de luta pela terra, a participação nas Comunidades Eclesiais de Base, os Acordos de Caça e de Convivência construídos antes da criação da Reserva Extrativista provam o exercício do Princípio 7 (reconhecimento mínimo dos direitos para organização) na Cazumbá-Iracema. Ostrom (1994) argumenta que este princípio está relacionado ao fato dos usuários de recursos comuns terem o costume de elaborar suas próprias regras sem ser necessária a interferência de jurisdições formais e governamentais, como acontece na Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Um ponto de destaque da Resex é sua forte relação com instituições parceiras na governança dos seus recursos comuns, contemplando diferentes níveis de organização (Princípio 8) representados pela presença de duas associações comunitárias, Núcleos de Base, Conselho Deliberativo, Cooperiaco, Ekoar, IFAC e Prefeitura de Sena Madureira. Ostrom (1994, p. 11) considera que “é possível encontrar instituições de governança de recursos comuns que são organizadas em vários níveis, tendo cada uma delas seu próprio conjunto de regras”, denominando-as de sistemas “policêntricos”. No capítulo 5 vimos que múltiplas camadas organizacionais presentes na governança da Resex são complementares e realizam um trabalho conjunto, como os Núcleos de Base (local), Conselheiros (macrorregião), associações (“Mãe” e Zirmão-Iracema) e o Conselho Deliberativo (nível macro).

Diante do que foi exposto até aqui, posso dizer que a estrutura estudada apresenta a maior parte das características do “design principle” de governança dos comuns de Ostrom (1990), devido a presença de regras que são seguidas e que estão

sendo monitoradas. Aqueles que estão mais bem informados sobre os efeitos do não cumprimento das regras são os mesmos que participam da elaboração dos regramentos. São eles os responsáveis por criar estratégias que conduzem a uma estrutura onde é possível resolver conflitos antes que eles aumentem. Consequentemente, ao encontrar formas diferentes de resolver problemas diversos, aprendem e aprimoram seu desempenho com o tempo, passando seus conhecimentos para as gerações seguintes. Esses fatores conferem “robusts” à instituição, segundo Ostrom (2012).

Depois de todo o trabalho de campo realizado e confrontado com a teoria, busquei apresentar uma perspectiva mais prática dos cenários sugeridos por Ostrom (1990; 1998) e mais próxima da realidade pesquisada, uma vez que a reflexão e a ação dos atores sociais são responsáveis pela legitimidade das relações construídas no sistema socioecológico pesquisado.

7.3. Proposta de estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

A partir do contexto analisado nesta tese, a proposta de estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Figura 37) tem como elemento central e estruturador as interações sociais necessárias para a elaboração das normas sociais, diante da sua importância para a coordenação da ação coletiva. Essa é uma aresta relevante que precisa ser reconstruída na Resex, sem o uso do poder conferido pelo grupo às lideranças e sim num exercício de empoderamento de cada morador.

A flexibilidade e a dinâmica social são levadas em conta no delineamento da estrutura de governança dos recursos comuns da Cazumbá-Iracema. Isso se deve ao fato das relações sociais e da cultura estarem em constante transformação e dos usuários dos recursos comuns poderem alterar seus contextos de ação e suas regras de uso dos recursos, como ressaltado por Ostrom (1990).

Na figura 37 a seguir, apresento a estrutura de governança dos recursos comuns da Unidade de Conservação de Uso Sustentável pesquisada, considerando elementos simbólicos, culturais, estruturais e institucionais envolvidos. O diferencial dessa estrutura em relação ao sistema delineado com base em Ostrom (1990) e outros

autores se fundamenta na perspectiva de capital social de Woolcock (1998), que reforça a importância dos elementos básicos das relações sociais. Por sua vez, manteve a divisão da “arena de ação” em duas dimensões como no esquema analítico anterior. Ao analisar a dimensão micro, foquei nos laços de interação entre os comunitários e seus grupos primários, ou seja, o “embeddedness”, uma vez que é nesse nível que se encontram os principais impasses da governança dos recursos comuns da Cazumbá-Iracema. Também busquei representar as ligações nas relações entre diferentes grupos da Resex (“autonomy”), destacando elementos mais presentes nas falas dos moradores, como laços de parentesco, religião, união, cultura e identidade. Assim como Bourdieu (1990), considero o sujeito como um agente social responsável pela construção dos laços de parentesco, história de vida e cultura, constituindo parte da noção de habitus enquanto “[...] sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categoria de percepção e apreciação, ou como princípios organizadores da ação” (BOURDIEU, 1990, p. 24).

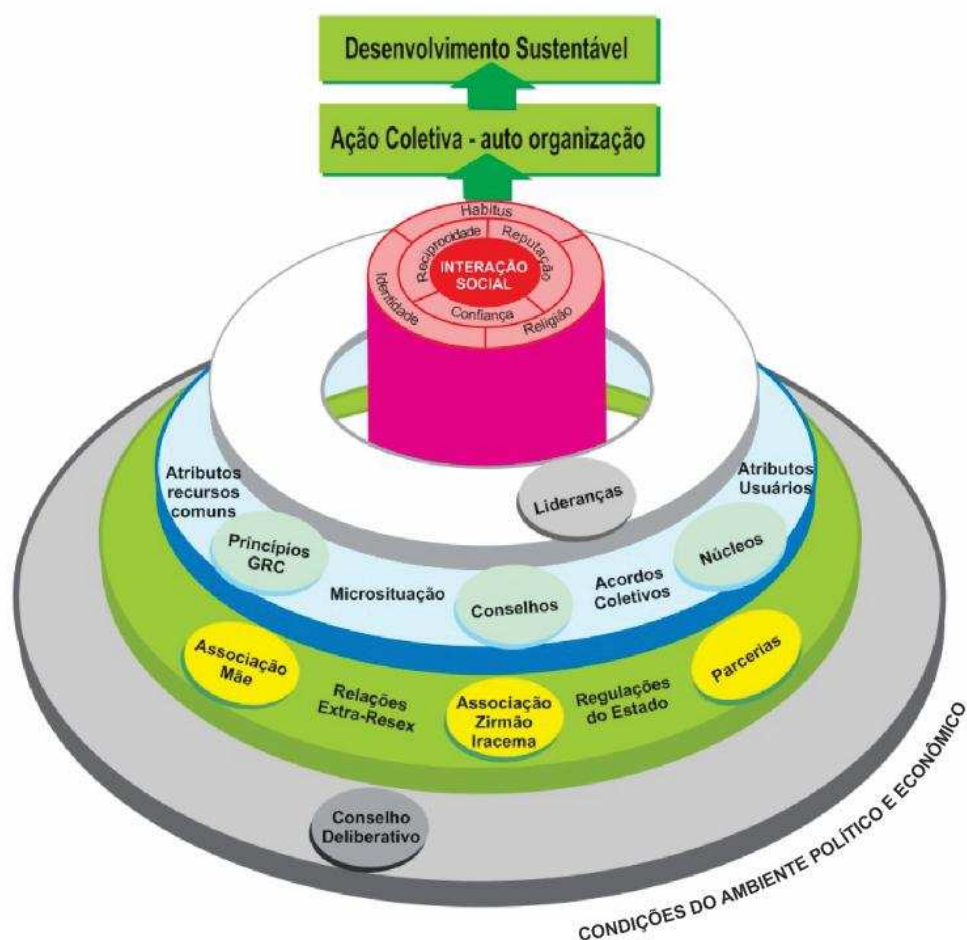


Figura 37 - Estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, Acre.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na dimensão macro, o “embeddedness” se refere à interação entre a Resex e organizações de interesses comuns, isto é, a sinergia Estado-sociedade-Resex. As parcerias formadas com ICMBio, Prefeitura de Sena Madureira, IFAC, Cooperiaco, Ekoar e WWF-Brasil mostraram o poder de articulação das lideranças locais com a finalidade de melhorar as condições de vida na região. Na perspectiva da “autonomy”, a integridade e a credibilidade institucional foram analisadas, uma vez que considerei a organização o elemento central no entendimento do capital social. O próprio formato de distribuição de terras da Reserva Extrativista que valoriza a divisão por Colocações, valoriza a cultura local e incentiva a autonomia dos moradores na criação de acordos de convivência e regras de uso dos bens comuns.

Da mesma forma que na análise dos dados, na estrutura proposta também foi conferido maior detalhamento à dimensão micro das relações. Optei por essa direção

por acreditar que o capital social é fundamentado nos laços construídos no cotidiano, entre familiares, amigos e vizinhos, na confiança e no enraizamento (reputação e reciprocidade) das interações sociais (EVANS, 1997). Assim como Ostrom (1990), considere a reciprocidade como um dos elementos centrais da estrutura por significar um princípio de intercâmbio social e ao mesmo tempo uma norma moral internalizada baseada na vontade de cooperar. Como comprovado por este estudo, a formação de resultados de desempenho é mediada pelas relações sociais, que são articuladas tanto no nível micro quanto macro, com destaque para a cultura, o poder e a racionalidade do grupo (WOOLCOCK, 1998).

Ao longo desse processo de identificação dos elementos particulares da Cazumbá-Iracema para a governança dos bens comuns, optei por não fazer referência, no centro da estrutura proposta, às variáveis conhecimento, autonomia e comunicação. Tão importante como as outras variáveis, fiz essa escolha por já serem contempladas nos atributos dos usuários (Quadro 4) e no “design principle” (Quadro 1), tornando redundante e desnecessária o seu destaque na estrutura.

Os dilemas sociais vividos pelos moradores da Resex como apropriação restrita dos castanhais, proibição do consumo de bebida alcoólica, realização de festividades abertas ao público, cumprimento das leis, estão sendo resolvidos com base nas relações sociais centrais. Ostrom (1994) menciona que o fato da instituição apresentar boas regras não é suficiente para garantir que serão respeitadas por todos os utilizadores dos recursos comuns e que não existe um padrão de regras para todas as instituições. É necessário que o monitoramento e o sancionamento sejam realizados principalmente pelos próprios participantes, como acontece na Cazumbá-Iracema.

A originalidade da estrutura específica para esta Unidade de Conservação de Uso Sustentável é o enfoque conferido ao perfil das lideranças, fundamental para a ação coletiva mas que não é identificada nos pressupostos de Ostrom (1990). Essa particularidade remete parcialmente ao que Ostrom trata como atributos do usuário, porém ela o faz de forma superficial, sem conferir o devido destaque. Como discutido no início desse capítulo, considero que os interesses específicos das lideranças foram e continuam sendo determinantes para a ação coletiva enquanto “fator importante na construção cotidiana da história” (FERREIRA NETO, 1999, p. 55).

O diferencial da estrutura proposta está principalmente na centralização da interação social, da inserção do habitus e do perfil de liderança como fator primordial dos atributos dos usuários. Considero também os elementos confiança, reciprocidade e reputação como essenciais para o enraizamento e a autonomia das relações inter e extra-Resex. No contexto da Cazumbá-Iracema, consegui identificar fatores que intensificaram e/ou restringiram a presença desses elementos e que influenciaram diretamente na forma de organização comunitária e na gestão dos recursos comuns. Posso listar que os principais elementos foram religião, laços de parentesco, identidade (sentimento de pertencimento), cultura e história de vida. Esses elementos estavam presentes em diferentes situações já relatadas, como a participação em movimentos sociais de luta pela terra, organização para criação da Resex, elaboração das próprias regras de convivência e uso dos recursos naturais, participação nas tomadas de decisão que beneficiam o coletivo, trabalho voluntário nos cargos de liderança comunitária, criação das associações, dos grupos religiosos e de atividades produtivas.

Como nesta tese considero os costumes e o modo de vida das sociedades tradicionais como primordiais para compreender a fundo sua forma de organização, os elementos cultura e identidade tiveram destaque central na estrutura de governança da Cazumbá-Iracema, representados pela noção de habitus de Bourdieu (1990). Dessa forma, vejo como necessário retomar o argumento de Diegues (1999) que diz que um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou sociedades tradicionais, além do estilo de vida, é o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular, questão fundamental da identidade. Esse autor reconhece que a especificidade de uma cultura é dada pela particularidade de uma visão de mundo, por uma cosmogonia própria, pela existência de um território existencial singularizado, configurado por uma lógica de ação e de emoção. Por isso a religião é um elemento importante que sustenta a união e serve de estratégia de gestão das lideranças locais, pois estimula as relações de confiança e reciprocidade entre as famílias. Nessa perspectiva, tanto a partilha quanto o engajamento mútuo são comportamentos fundamentados na palavra de Deus, nos ensinamentos divinos.

A pesquisa aponta para uma estrutura de governança de recursos comuns fundamentada nos resultados prováveis do comportamento dos usuários em uma dada situação e com uma estrutura particular, neste caso a Resex Cazumbá-Iracema.

Desde a elaboração do problema de pesquisa, minha proposta não era construir um modelo de instituição, objetivei desenvolver um cenário que resumisse as lições aprendidas ao examinar os esforços dos moradores da Cazumbá-Iracema para alterar sua estrutura de gestão dos recursos comuns seguindo as exigências formais de uma Reserva Extrativista legitimada e definida como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Os argumentos de Ostrom (1990; 1998) foram importantes para concluir a relativa importância das variáveis particulares desse contexto que apresenta uma estrutura “policêntrica”, visto que se caracteriza por apresentar vários níveis de organização com certa autonomia em cada um deles (OSTROM, 2012).

Diante da complexidade do comportamento humano e da diversidade de contextos existentes, em momento algum almejei padronizar as variáveis de análise propostas no esquema analítico do referencial teórico. Sendo assim, a proposta da estrutura de governança dos recursos comuns da Resex Cazumbá-Iracema é específica dessa “arena de ação”, isto é, dessa realidade específica em um determinado período de tempo. Para tanto, considero que as regras e normas em uso diferem significativamente de um caso para o outro conforme a situação em questão, acompanhando o dinamismo das relações sociais.

Olhando para o contexto das Reservas Extrativistas e suas relações sociais, argumento que a sustentabilidade dessa estrutura se deve justamente à exigência de regras diferentes que correspondem a um determinado momento socioeconômico, histórico, ambiental e cultural específico. Sem regras diferentes, os usuários não poderiam tirar proveito das características positivas de um recurso comum ou evitar potenciais armadilhas que poderiam ocorrer em um cenário, mas não em outros, como ressalta Ostrom (1994).

As experiências vividas na Cazumbá-Iracema fizeram emergir o perfil das lideranças como um novo elemento que deve ser considerado ao analisar a governança dos recursos comuns. O capital simbólico depositado nesses porta-vozes da comunidade pode gerar riscos no exercício do poder a ele delegado, mas é graças à presença desses agentes sociais que a ação coletiva acontece de fato. Enfim, torna-se incoerente qualquer pesquisa que proponha um modelo abrangente e generalizante de governança dos recursos comuns em Reservas Extrativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico e dos resultados apresentados, espero ter mostrado a relevância desta pesquisa, diante da importância do conceito de governança para compreender as dinâmicas das interações sociais e produtivas das organizações fundamentadas no desenvolvimento sustentável, como aquelas presentes nas Reservas Extrativistas. Assim como Ostrom (1990), considero que um dos grandes desafios para a ciência é desenvolver teorias de organização humana fundamentadas na avaliação realista de suas capacidades e limitações, a fim de lidar com uma variedade de situações. Diferente do modelo de Hardin (1968) da tragédia dos comuns e da lógica da ação coletiva de Olson (1999), o exercício explícito da coerção não é uma condição para que ocorra a ação coletiva na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, uma vez que a presença marcante de lideranças locais tem contribuído para o benefício coletivo. Nesse processo, relações sociais se fortaleceram diante da forte influência da religião na história de vida desses comunitários e dos laços de parentesco.

O pressuposto teórico construído por Elinor Ostrom para a Governança dos Comuns foi essencial para pensar a Unidade de Conservação de Uso Sustentável pesquisada como uma instituição coletiva estruturada na interdependência entre sujeitos heterogêneos que respeitam as regras externas e utilizam de regras, normas e sanções construídas por eles próprios com a finalidade de regular o comportamento social. Os usuários dos recursos comuns desse território se mostraram dependentes das lideranças locais para se auto-organizarem em benefício do coletivo.

Ao longo da experiência de campo, constatei que o principal dilema da Cazumbá-Iracema está na permanência de regramentos *status quo* construídos pelos moradores antigos, legitimados com o tempo, mas que nunca foram discutidos ou repensados. A apropriação restrita dos castanhais pelo grupo de moradores antigos e as relações de poder locais são desafios atuais que evidenciam as fragilidades das relações sociais e a importância da prática da governança. Nesses casos, em especial, é necessário melhorar a equidade no uso dos recursos e atualização das regras de apropriação a fim de mitigar possíveis conflitos. É fundamental valorizar a cultura e

as origens da população, sua história, sem que interfira no benefício coletivo, reformulando e discutindo os acordos conforme os intervalos de tempo predeterminados pela comunidade.

Em contrapartida, o capital institucional acumulado durante anos de experiências organizacionais da Cazumbá-Iracema se justifica no interconhecimento, no engajamento mútuo e no aprender juntos das lideranças comunitárias. O limiar em que se encontram as relações de poder se deve à própria dependência e dificuldade das pessoas de desenvolverem sua autonomia, do desinteresse em participar das ações coletivas e dos trabalhos voluntários que visem beneficiar todos os participantes. Esses são os custos gerados pelo exercício das lideranças, são os riscos da delegação do poder simbólico. Por outro lado, a criação da Resex, os prêmios de destaque organizacional e os exemplos de empreendedorismo comprovam a força das lideranças locais na concretização da ação coletiva, da unidade em torno de um interesse coletivo.

Desse modo, posso dizer que mais que uma forte liderança é importante que os comunitários também queiram se envolver nas ações necessárias à mudança, que desejem de fato a “melhorança” para o coletivo, arregaçando as mangas para trabalhar também em benefício do outro. Como busquei mostrar, o líder sozinho não é capaz de garantir a mudança e a concretude das ações. Tem de ser um acordo e uma ação de todos, uma constatação coletiva que envolva os presidentes das associações, o chefe da Resex e a participação ativa e consciente da comunidade.

A frustração gerada pelos projetos que não foram efetivados, como o da pupunha e do óleo de copaíba, pode ter contribuído para a falta de interesse e engajamento nos novos empreendimentos como da agroindústria de polpa de açaí e do artesanato de borracha. Entretanto, esses fatores não impediram que pequenos grupos se mantivessem motivados na produção do óleo de copaíba e outros se engajassem no empreendimento do açaí e do artesanato, mostrando a existência da autonomia nas ações comunitárias.

Nesta pesquisa, tanto o Estado, o mercado como os grupos da sociedade civil que atuam como parceiros para conferir benefícios à Resex apresentam flexibilidade, adaptabilidade e preocupação com o bem-estar da comunidade, servindo também como incentivo para a participação ativa da população.

Em contraposição, mesmo a Cazumbá-Iracema apresentando uma estrutura social propícia para o desenvolvimento sustentável, alicerçada na gestão participativa e na cultura local, que oferece um espaço coletivo e democrático de tomada de decisão (Conselho Deliberativo), é nas interações sociais construídas na dimensão micro, entre os grupos primários, que se encontra seu maior gargalo. O ponto crucial dos argumentos de Ostrom de que os usuários são responsáveis pela construção das suas próprias regras de uso do bem comum, não se aplica completamente diante do dilema dos castanhais e da presença das relações de poder. Essas questões são reforçadas pela imparcialidade do ICMBio, reforçando a contradição com o objetivo principal da criação da Reserva Extrativista, o uso comum desse território. Ao mesmo tempo em que regras são exigidas àqueles que decidem residir em uma Resex em relação ao uso dos recursos naturais, existe uma dificuldade por parte do ICMBio em fazer cumprir normas externas que impactuem normas culturais internas.

Por sua vez, a visão da comunidade apresentada pelas lideranças locais, a identidade e os regramentos divinos exercidos ao longo da trajetória de vida e luta, conferem o nível de organização da comunidade reflexo da ação coletiva. Mais especificamente, à luz da governança dos recursos comuns, ressalto a urgência da descentralização do poder conferido aos líderes comunitários que foram legitimados e delegados pelos próprios moradores a tomarem decisões em nome do grupo. O exercício de liderança tem que ser parte do capital social de todos, praticada por todos, que estimule o empoderamento e contribua para a autonomia dos agentes sociais. O grande desafio está em saber como dosar esse poder, encontrar estratégias para usá-lo, respeitando o sentido do jogo, tendo como foco a tomada de decisão em torno dos interesses comuns.

A Reserva Extrativista, mesmo sendo uma floresta de acesso comum a um determinado grupo de usuários e apresentando fragilidades nas interações sociais, pode ser considerada uma estrutura social que tende a eficácia por várias razões: ter definido que apenas as sociedades tradicionais podem usufruir dos recursos naturais, tendo obrigação de contribuir com seu trabalho para prover e manter a floresta; por regular os limites referentes à quantidade, localização e tecnologias de apropriação do recurso; regular o monitoramento das atividades de uso do recurso e as obrigações dos usuários; regular a resolução de conflitos pela apropriação e obrigação das atividades; acompanhar a reestruturação das regras conforme as mudanças no modo

de vida e interesses dos participantes; e incentivar a criação de estratégias organizacionais pelos próprios usuários. A base dessa estrutura de governança são as interações sociais fundamentadas principalmente na cultura local, por manter uma relação de respeito com a natureza, sendo capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Posso afirmar que a Reserva Extrativista é um arranjo institucional estratégico, uma vez que estimula a participação de um número de atores sociais na coordenação da gestão do bem comum. De maneira geral, os moradores da Cazumbá-Iracema mostraram que suas relações estão fundamentadas na confiança, no respeito e na reputação, pois compartilham dos mesmos direitos e deveres. Mesmo existindo certa dependência das lideranças locais, eles têm se reorganizado e se atualizado para a construção de novas estruturas institucionais, cada vez mais adaptadas ao contexto vivido. A terra, principal recurso comum, é símbolo da união do grupo formado por sujeitos que se identificam como parte da comunidade tradicional que vive nesse território.

Nesta tese, espero ter mostrado que a Reserva Extrativista é uma inovação institucional, pois desvela um formato organizacional centralizado na ação e na participação dos sujeitos, aproximando dos pressupostos necessários para a governança dos recursos comuns. Isso se deve ao fato de valorizar e respeitar a cultura tradicional em que os beneficiários têm a autonomia de decidir suas ações, construir suas próprias regras, com direito a um espaço democrático de tomada de decisão.

Diante disso, a Reserva Extrativista, enquanto garantia de acesso à terra dentro de um modelo de uso sustentável dos recursos naturais, se insere no contexto dessa pesquisa como uma alternativa interessante para o desenvolvimento sustentável. Apesar de ser um processo em construção, ela apresenta estratégias elaboradas e aplicadas pelos próprios moradores que acompanham as particularidades do território ao considerar os aspectos socioeconômicos, ambientais, históricos e culturais específicos da população. Ao contrário do que Homa (1993) aborda sobre o extrativismo ser uma economia moribunda, cuja tendência inevitável é o seu desaparecimento, os moradores da Cazumbá-Iracema mostraram sua capacidade de se reinventar para que fosse possível manter a tradição sem que com isso se perdesse novas alternativas econômicas de crescimento e desenvolvimento.

Não acredito que a Resex Cazumbá-Iracema seja uma “solução parcial” para a continuação das populações extrativistas e a conservação da natureza como colocado por Maciel (2007). O envolvimento e as iniciativas tomadas pelos moradores no controle do uso dos bens comuns têm conferido alternativas que viabilizam as atividades extrativistas, como o caso da agroindústria do açaí, do artesanato de borracha e da extração do óleo de copaíba.

Concordo com Cavalcanti (2002, p. 04) que “[...] o controle da ocupação e a forma de uso da terra, apesar de fundamentais, não são suficientes para garantir a conservação e uso sustentável da floresta”. Porém, discordo deste autor e com Maciel (2007) que as Reservas Extrativistas são um modelo de solução incompleta para o desenvolvimento sustentável. O foco central dessa discussão não deveria ser o modelo institucional em si, e sim a participação dos atores sociais que estão envolvidos nele. O desenvolvimento sustentável só será uma solução quando os usuários dos bens comuns conseguirem se auto-organizar e liderar suas próprias vidas, ou seja, alcançar uma governança sólida. A Cazumbá-Iracema está nesse caminho.

A visão que a Reserva Extrativista tem dos sujeitos se aproxima daquela de Taylor (1997) fundamentada na capacidade deles desenvolverem uma autonomia individualizada que lhes garante o poder de buscar por si mesmos seus fins na sociedade. Para este autor, isto só pode ser conseguido de forma plena dentro de estruturas sociais e culturais mais amplas nas quais os indivíduos possam construir suas identidades. Enquanto a política pública voltada para essas sociedades tradicionais, que apresentam culturas diferenciadas, não concederem direitos específicos que reconheçam e valorizem sua identidade, esses atores sociais não terão autonomia frente à sociedade.

Se por um lado os beneficiários das Reservas Extrativistas possuem poder de negociação com o Estado por apresentarem fortes lideranças e características de uma sociedade tradicional, e se valorize o Conselho Deliberativo enquanto espaço democrático de diálogo desses atores sociais, por outro é fato que eles só serão verdadeiramente ouvidos quando for reconhecida a sua identidade, o seu modo de vida, enquanto pertencentes a uma cultura sustentável dinâmica que não deixa de ser tradicional. Concordo com Taylor (1997) sobre a necessidade de uma “ética da autenticidade”, em que a política contribuirá para que eles desenvolvam sua

liberdade de forma a conceber autenticidade no modo de ser o que são. Talvez seja isso o que está faltando para que deixem de ser tão dependentes dos seus líderes e passem a agir por conta própria, sejam autônomos.

Acredito, assim como Ostrom (1994), que instituições que efetivamente governam e gerenciam recursos comuns são consideradas “robusts”, pois possuem equilíbrio institucional e seus usuários concebem suas próprias regras, criam organizações para realizar a gestão desses recursos, adaptam e modificam as regras com o tempo e acompanham a dinâmica local. Algumas arestas ainda precisam ser aparadas, mas posso dizer que a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema está caminhando para alcançar as características de uma instituição “robust”, uma vez que apresenta os sete princípios iniciais de governança dos comuns delineados por Ostrom (1990).

As regras específicas de cada lugar explicam a sustentabilidade desses arranjos de governança; ou seja, regras ajustadas com base nas características específicas dos sistemas cultural, físico e das relações econômicas e políticas existentes. O fato de recriarem modos de vida ao longo do tempo não interfere na sua identidade, ao contrário, estimula a autonomia do grupo e contribui para sua metamorfose cultural fundamentada na sustentabilidade.

Neste sentido, espero que a partir do exemplo da estrutura de governança dos recursos comuns da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema seja possível instigar outros pesquisadores a conhecer as diversas maneiras como as pessoas se auto-organizam para enfrentar dilemas na apropriação dos bens comuns em diferentes realidades, a fim de lidar de forma mais eficaz com a gestão desses recursos a longo prazo. De fato, para isso seria necessário estudar estruturas semelhantes ao longo do tempo, além de identificar e analisar as variáveis que se repetem, que diferem entre si e que são importantes para que se possa entender porque alguns sistemas são “robusts” e outros falham.

A pesquisa empírica teve fundamental relevância neste estudo sobre a natureza dos arranjos de governança. Os novos elementos levantados na estrutura da Resex Cazumbá-Iracema contribuíram para chegar a um consenso sobre as condições propícias para a governança dos recursos comuns, colaborando tanto para a gestão eficaz como para a concepção de políticas socioambientais mais incisivas que melhor atendam os sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, F. (org.). **Intereses individuales y accion colectiva**. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1991.

AGUIRRE, et al. **Avaliação da governança da água em bacias hidrográficas do Rio de Janeiro como suporte ao gerenciamento dos recursos hídricos**. In: XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, set. 2013, p. 01-08. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/94052/1/avaliacao-da-governanca.pdf> Acesso em: 11 ago. 2014.

ALLEGRETTI, M. **A construção de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, n. 18, jul./dez. 2008. P. 39-59. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/13423/9048> Acesso em: 04 abr. 2013.

ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília, DF: UnB, 2002.

ALMEIDA, M. W. B. de. **A criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá: conflitos e alternativas para conservação**. Campinas, SP: UEC, 1993. Disponível em: <http://mwba.files.wordpress.com/2010/06/1993-almeida-a-criacao-da-reserva-extrativista-do-alto-juruua-fao-em-portugues.pdf> Acesso em: 07 fev. 2014.

ANDERSON, Anthony. "Extrativismo Vegetal e Reservas Extrativistas". In: ARNT, Ricardo(org.). **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1994.

ANDRADE, A. A. G. de. **Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Florestal Sustentável**. Unicamp, s/d. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.race.nuca.ie.ufrj.br%2Feco%2Ftrabalhos%2Fmesa5%2F1.doc&ei=IB1QVLWJIomUNq72g8gC&usq=AFQjCNEjEzpSsxgCHjb04y0grK1HcqZGRw&bvm=bv.78597519,d.eXY> Acesso em: 20 set. 2014.

ANDREWS, C. W. Implicações Teóricas do Novo Institucionalismo: uma abordagem Habermasiana. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, p. 271-299.

ARNAUD, M. J. de C. et al. O papel dos movimentos socioambientais e do estado na institucionalização da Resex “Verde para Sempre” no território de Porto de Moz, Pará. In: **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1452_1.pdf Acesso em: 07 fev. 2014.

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidade de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Ano II, n. 5, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07> Acesso em: 25 ago. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2012. 279 p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som, um manual prático**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Trad. SILVEIRA, C. R. da; PEGORIM, D. M. São Paulo: Brasiliense. 1990. 234p.

BIERMANN, F, et al. **Earth system governance: a research framework**. International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics, v. 10, n.4, 2010, p. 277-298.

BRASIL, 1988. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de outubro de 1988, Nº 191-A, Seção 1, p.1.

BRASIL, Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA, 2008.

BROWDER, John O. The limits of extractivism: Tropical forest strategies beyond extractive reserves. **BioScience**, v. 42, n. 3, 1992, p. 174-182.

BUENO, R. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

CARDENAS J. C.; OSTROM E. What do people bring into the game? How norms help overcome the tragedy of the commons. In: **4ème journées d'économie de l'environnement**, GREMAQ, Toulouse, 2001.

CAVALCANTI, F. C. da S. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Campinas, SP: UEC. 2002.

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. O Estado da Amazônia. Indicadores: a Amazônia e os objetivos do milênio. **Imazon**, 2007. Disponível em: <http://www.imazon.org.br>. Acesso em: 04 set. 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CORREA, S. M. B. B. **Probabilidade e Estatística**. 2 ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003. Disponível em: http://www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao/ESTATISTICA/livro_probabilidade_estatistica_2a_ed.pdf Acesso em: 05 jan. 2015.

COSTA FILHO, O. S. da. **Reserva extrativista: Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1995, 156 p.

CUNHA, E. da. Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia.

DIEGUES, A. C. **Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec. 2001a.

_____, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática. 1983.

_____, A. C. et al. (Org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil.** São Paulo: USP. 1999.

_____, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** São Paulo: USP. 2001b.

DUARTE, R. B. de (Org.). **Histórias de sucesso: experiências empreendedoras.** Casos de Sucesso, v. 1. Brasília: Sebrae, 2004. 392p. Disponível em: http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/ESTUDOS_D E_CASO/171/171.pdf Acesso em: 05 set. 2014.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** Trad. BRANDÃO, E. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 86-126.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais.** Trad. TRANSITO, A. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 211p.

EVANS, P. (ed.). **State-Society synergy: government and social capital in development.** Berkeley: University of California, 1997.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Relatório...**, 2010. Disponível em: www.fao.org.br Acesso em: 05 set. 2014.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FERREIRA NETO, J. A. **Lideranças sindicais e ação coletiva: a FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais.** Tese doutorado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ. 1999.

FLORA, C. B.; FLORA, J. L. **Rural Communities: legacy and change.** 4. ed. Iowa State University, 2013, p. 337-359.

FREY, K. Capital social, comunidade e democracia. **Política & Sociedade**, n. 2, abr. 2003, p. 175-187.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991. 177p.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel**. Paris: Fayard. 1984.

GOHN, M. da G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. In: **Anais** do 14º Encontro do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, vol. 91, n. 3, nov. 1985.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. **Science**, n. 162, p. 1243-1248. 1968.

HESS, C.; OSTROM, E. (eds.). **Understanding Knowledge as a Commons**. From Theory to Practice. Cambridge, MA: MIT Press, 2007. 381p.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202 p.

ICMBIO, 18ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. Levantamento socioeconômico de dezembro de 2011.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação**: Guia do Conselheiro. Rio de Janeiro: IBAMA/NEA, 2007. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Conselho_Gestor/cartilha_ibama.pdf Acesso em: 14 nov. 2015.

KAHAN, D. M. The Logic of Reciprocity: Trust, Collective Action, and Law. In: GINTIS, H.; BOWLES, S.; BOYD, R. e FEHR, E. **Moral Sentiments and Material Interests**: The Foundations of Cooperation in Economic Life. Cambridge MA: MIT Press, 2005. 339-378p.

KEOHANE, R. O. Reciprocity in international relations. **International Organization**, 40, 1986. p. 01-27.

LIMA, J. C. A Teoria do Capital Social na Análise de Políticas Públicas. **Política & Trabalho**, 17, set. 2001, p. 46-63.

LIN, N. Building a Network Theory of Social Capital. In: LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. S. (eds.). **Social Capital**: theory and research. New York: Aldine de Gruyter, 2001, p. 03-29.

LIN, N.; FU, Y.; HSUNG, R. The Position Generator: measurement techniques for investigations of social capital. In: LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. S. (eds.). **Social Capital**: theory and research. New York: Aldine de Gruyter, 2001, p. 57-81.

MACIEL, R. C. G. **Certificação Ambiental**: uma estratégia para conservação da Floresta Amazônica. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Campinas, SP: Unicamp, 2007.

MCKEAN, M. A. Management of traditional common lands (Iriaichi) in Japan. In: BROMLEY, D. W. et al. (Eds). **Making the commons work**: theory practice and policy. San Francisco, Institute for Contemporary Studies Press, 1992.

MMA; ICMBio; Diusp – Diretoria de Unidades de Conservação de uso sustentável e populações tradicionais. **Plano de Manejo**: Reserva Extrativista Chico Mendes. 2006. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_chico_mendes.pdf Acesso em: 07 fev. 2014.

MORAES, E. A. de. **Encontro na Floresta**: interpretando o ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil). Mestrado (Dissertação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Moxnes, E. **Not only the tragedy of the commons**: misperceptions of bioeconomics. Foundation for Research in Economics and Business Administration. SNF, Bergen, Norway: Working Paper, 1996.

NATANI, R. **Reserva Cazumbá está entre as 10 no país com alto grau de implementação**. São Paulo: G1-Portal de Notícias da Globo, fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/02/reserva-cazumba-esta-entre-10-no-pais-com-alto-grau-de-implementacao.html> Acesso em: 15 set. 2014.

NEPSTAD, D. et al. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. **Conservation Biology**, v. 20, n. 1, 2006, p. 65-73.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLSON, M. **Logique de l'action collective**. Paris, France, PUF, 1965. 199p.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: USP. 1999, p. 13-58.

OSTROM, E. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action. **American Political Science Review** 92: 1-22. 1998.

_____, E. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____, E. **Crafting institutions for self-governing irrigation systems**. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1992.

_____, E. **Neither Market Nor Stats**: Governance of Common-Pool Resources in the Twenty-first Century. Lecture Series, n. 2, June 2. Washington, DC, 1994.

_____, E. El Gobierno de Los Bienes Comunes desde El Punto de Vista de La Ciudadanía. In: HELFRICH, S. **Genes, Bytes y Emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, ago 2008, p. 268-287.

_____, E. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. **American Political Sciences Review**, vol. 92, n. 1, 1998, p. 1-22. Disponível em: <https://wwz.unibas.ch/fileadmin/wwz/redaktion/wipo/Vorlesungen/2012/PolEcon/Ostrom98.pdf> Acesso em: 24 abr. 2015.

_____, E. **Self-Governance and Forest Resources**. Center for International Forestry Research – CIFOR, Occasional Paper, n. 20, fev. 1999.

_____, E. Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation. In: OSTROM, E.; WALKER (ed.) **Trust and Reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental Research**. New York: Russell Sage Foundation, 2003. Chapter 2, 19-78p.

_____, E. **The Future of the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulation**. London: IEA, 2012. Disponível em: <http://www.iea.org/sites/default/files/publications/files/IEA%20Future%20of%20the%20Commons%20web%2029-1.10.12.pdf> Acesso em: 12 nov. 2015.

_____, E.; AHN, T. K. **The meaning of social capital and its link to collective action**. Workshop in Political Theory and Policy Analysis, out., 2007.

_____, E. **Understanding Institutional Diversity**. Princeton University Press, 2005. Disponível em: <http://press.princeton.edu/chapters/s8085.pdf> Acesso em: 20 dez. 2014.

PAAVOLA, J. **Institutions and environmental governance: a reconceptualization**. *Ecological Economics*, n. 63, 2007, p. 93-103. Disponível em: http://www.sociologia.unimib.it/DATA/Insegnamenti/16_4278/materiale/costarelli_paavola.pdf Acesso em: 02 ago. 2014.

PADILHA, L. G. de O.; VERSCHOORE, J. R. de S. Green Governance: a proposição de construtos de governança coletiva para o desenvolvimento sustentável local. **Ambiente & Sociedade**, v. XVI, n. 2, abr.-jun., 2013, p. 153-174. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31727843009> Acesso em: 08 fev. 2014.

PEREIRA, J. R. O.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos. **Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente**. In: XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba, 2010. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0036_0086_01.pdf Acesso em: 10 dez. 2014.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 173-209.

SABOURIN, E. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Rev. Sustentabilidade em Debate**. v. 1, n.2, 2010, p.144-188.

SABOURIN, E.; DJAMA, M. Pratiques paysannes de la multifonctionnalité: Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. **Economie Rurale** 273-274p. 120-133. 2003.

SAHLINS, M. **Stone Age economics**. Chicago: Aldine-Atherton, 1972.

SILVA, M. A. **Relatório de trabalho inter modular (Módulo 2)**: tema 123 do Programa Germinar. Manaus, AM. 2014/2015.

SNUC, Sistema Nacional de Unidade de Conservação. **Reserva Extrativista**. Art. 18, Lei nº 9.985, de 19 de julho de 2000. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/SNUC.pdf
Acesso em: 20 nov. 2013.

STARK, N. **Eight principles for effective rural governance** – and how communities put them into practice”. Lincoln, Neb.: RUPRI. 2007.

TAYLOR, C. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. (Trad. Adail U. Sobral e Dinah de Azevedo de Abreu). São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre**. 3. ed., v. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. 429 p.

TURTON, A. R. et al. Towards a model for Ecosystem Governance: An Integrated Water Resource Management Example. In: TURTON, A. R.; HATTINGH, J. H.; MAREE, G. A.; ROUX, D. J.; CLAASSEN M.; STRYDOM, W. F. (Eds.). **Governance as a Triologue**: Government-Society-Science in Transition. Berlin: Springer, 2010, p. 1-28.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and hierarchies**: analysis and antitrust implications. New York, Free Press, 1975.

WOOLCOCK, M. Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework. **Theory and Society**, v. 27, n. 2, 1998, p. 151-208.

WWF-BRASIL. **Estatuto Social de Associação Civil de fins não econômicos**. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/estatuto_19mar2014.pdf
Acesso em: 11 nov. 2015.